

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO 2014/2015





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO 2014 / 2015

2015



EMPENHO E PRODUTIVIDADE

O biênio que se encerra foi marcado por conquistas significativas para o Poder Judiciário maranhense e, por extensão, para toda a sociedade. Graças aos esforços de uma gestão comprometida com o engrandecimento da instituição e com a prestação de bons serviços jurisdicionais à coletividade, foi possível avançar. De tão profícuo, o trabalho foi digno de destaque para além das divisas do estado, consolidando ainda mais a Justiça como um dos pilares da sociedade, um instrumento valioso aos cidadãos na busca por seus direitos e garantias.

A gestão que ora finda fez investimentos necessários ao bom funcionamento da Justiça, sem deixar de cumprir com rigor e austeridade os limites orçamentários.

Foram notórios os avanços na área de tecnologia, possibilitando maior celeridade e dinâmica aos serviços jurisdicionais. O Tribunal conquistou o selo “Justiça em Números”- ouro -, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça, em reconhecimento à excelência no tratamento das informações administrativas e processuais. Também fomos agraciados pelo CNJ e Fundo das Nações Unidas para a Infância com o selo “Infância e Juventude”- bronze - pelas boas práticas na promoção dos direitos da criança e do adolescente.

A reformulação dos processos licitatórios resultou em economia de quase R\$ 50 milhões do orçamento do Poder Judiciário, montante que pode ser revertido em outras melhorias. Também foram realizadas diversas obras de infraestrutura, com destaque para a construção e reforma de fóruns.

O trabalho realizado nos últimos dois anos foi digno do melhor registro na imprensa. Jornais, emissoras de TV, de rádio, portais e blogs dedicaram espaço significativo em seu noticiário a informações relacionadas à Justiça. A maior parte do conteúdo publicado foram notícias positivas, realçando a imagem do Judiciário perante a sociedade e ratificando os esforços dos magistrados e servidores para o bom atendimento das demandas judiciais.

Registre-se que nenhum progresso teria sido possível sem o apoio incondicional da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão, que fez valer sua posição como defensora intransigente da instituição, cumprindo com solicitude e zelo cada missão apresentada. Só assim foi possível superar os obstáculos que se impunham ao longo do caminho.

Magistrados, diretores e servidores também merecem o devido reconhecimento, pois dedicaram tempo, energia e competência em prol do nobre objetivo de elevar a Justiça a um patamar superior. Uma vez atingida a meta, resta agradecê-los pelo senso de compromisso demonstrado, que foi crucial para o bom andamento da rotina em cada fórum, juizado e demais unidades judiciárias, seja na capital, seja no interior.

Esperamos ter dado nossa contribuição para o processo de aperfeiçoamento da Justiça. Tudo o que realizamos foi em nome do projeto maior de tornar o sistema judiciário mais eficaz e ao alcance de todos os cidadãos. Quão grata é a nossa satisfação ao constatar, por meio deste balanço, o sucesso das ações que empreendemos, todas norteadas pela ética, pela probidade e com foco no interesse público.

Desembargadora Cleonice Freire
Presidente do TJMA





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Desembargadora Cleonice Silva Freire
Presidente

Desembargadora Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa
Corregedora-Geral da Justiça

Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
Vice-Presidente

Desembargador Antonio Fernando Bayma Araujo
Desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf
Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto
Desembargador Antonio Guerreiro Junior
Desembargador Cleones Carvalho Cunha
Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Desembargador Marcelo Carvalho Silva
Desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira
Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa
Desembargador Jaime Ferreira de Araújo
Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo
Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues
Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho
Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro
Desembargador Kleber Costa Carvalho
Desembargador Raimundo José Barros de Sousa
Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Desembargador Marcelino Chaves Everton
Desembargadora Angela Maria Moraes Salazar
Desembargador José de Ribamar Castro
Desembargador João Santana Sousa
Desembargador Tyrone José Silva

Juizes Auxiliares da Presidência
Sara Fernanda Gama
Roberto Abreu Soares

Diretoria Geral
Hebert Pinheiro Leite

Diretoria Judiciária
Denyse Reis Batista

Diretoria Financeira
Claudio Antonio Cutrim Raposo

Diretoria Administrativa
Francisco Adalberto M. da Silva

Diretoria de Recursos Humanos
Daniel Serra Gedeon

Diretoria de Engenharia
Márcia Delane Silva

Diretoria de Informática e Automação
Jorge Henrique da Silva Oliveira

Diretoria do Fundo Especial de Modernização
e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ)
Celerita Dinorah Soares de Carvalho Silva

Diretoria de Segurança Institucional
Major Alexandre Magno de Souza Nunes

Diretoria de Controle Interno
Daniel Felipe M. Ewerton

Chefia de Gabinete da Presidência
Elsior de Sousa e Silva Coutinho

Assessoria Jurídica da Presidência
Elaine Freire Alves de Sousa

Assessoria de Comunicação da Presidência
Antonio Carlos de Oliveira

Chefe do Gabinete Militar
Cel. Raimundo de Jesus Silva

Chefia de Cerimonial
Márcia Maria F. R. Banhos

Coordenadoria Especial da Infância e Juventude
Lucileide Ribeiro Dias

Coordenadoria de Biblioteca e Arquivo
Cintia Valéria B. Costa Andrade

Coordenadoria de Processos Administrativos
Disciplinares e Sindicância
Maria Goretti Sousa Fernandes de Freitas

EXPEDIENTE

O Relatório de Gestão 2014-2015 é uma publicação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Assessoria de Comunicação da Presidência

Assessor-chefe de Comunicação da Presidência
Antonio Carlos de Oliveira

Jornalismo

Amanda Campos
Amanda Mousinho
Andréa Colins
Danielle Limeira
Helena Barbosa
Irma Helenn Cabral
Joelma Nascimento
Juliana Mendes
Manoel Ramos
Orquídea Santos
Paulo Lafene
Roberta Gomes

Publicidade

Carla Duque
Tiago Erre

Fotografia

Ribamar Pinheiro

Rádio e TV WEB

Jhonatas Soares
Mário Belo

Administrativo

Tháise Adriana Souza

Projeto Gráfico e Editoração

Clara Comunicação





1448



0000

SUMÁRIO

19	GABINETE DA PRESIDÊNCIA
	APRESENTAÇÃO 20
	INTRODUÇÃO 21
	VICE-PRESIDÊNCIA 58
61	GESTÃO ADMINISTRATIVA
67	GESTÃO DE INFRAESTRUTURA
	CONSTRUÇÕES 70
	REFORMAS 72
	OUTRAS MANUTENÇÕES 80
85	GESTÃO FINANCEIRA
	FERJ 92
99	GESTÃO DE PESSOAS
113	GESTÃO JUDICIÁRIA
	NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (NUPEMEC) 114
	PRECATÓRIOS 116

125	INFORMÁTICA
133	GESTÃO DA COMUNICAÇÃO
145	OUVIDORIA
151	PROJETOS ESPECIAIS
	COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE 152
	MONITORAMENTO CARCERÁRIO 158
193	BIBLIOTECA
203	GESTÃO ESTRATÉGICA
213	ESMAM



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ju
ir
an
Ga
i e
rn
bu
nti
ci
E

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao que determina o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, apresentamos relatório circunstanciado dos trabalhos realizados durante a gestão 2014/2015.

Estão registrados os resultados mais relevantes obtidos com os principais programas, projetos e ações de cunho institucional realizados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Pleno, do órgão Especial, da presidência, da vice-presidência e seus órgãos administrativos e jurisdicionais vinculados.

As ações foram relatadas com base nas informações prestadas pelos diretores, coordenadores e chefes de divisão dos setores administrativos e órgãos jurisdicionais, as quais poderão ser conhecidas com maior profundidade em consulta ao Portal do Poder Judiciário na internet, no endereço eletrônico: www.tjma.jus.br.

As atividades desenvolvidas - concluídas ou em andamento - cumpriram parte das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do TJMA para o quinquênio 2010-2014, que foi estendido até o ano de 2015, pela Resolução nº 28/2015.

Tudo o que foi possível realizar nesta gestão contou com a efetiva e solidária participação dos magistrados, com o auxílio dos servidores, aos quais deixamos consignado o nosso sincero agradecimento.



INTRODUÇÃO

A gestão referente ao biênio 2014/2015 teve início com a posse, em 20 de dezembro de 2013, dos membros da mesa diretora eleitos na sessão plenária administrativa de 02.10.2013: desembargadoras Cleonice Silva Freire - presidente; Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz - vice-presidente e Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa - corregedora geral da Justiça.

Na solenidade de posse, a presidente do TJMA anunciou suas principais metas administrativas. Dentre outros compromissos assumidos, a valorização do planejamento como instrumento de gestão; o investimento na qualificação dos recursos humanos; a atualização do parque de informática; o incremento do Processo Judicial Eletrônico; o investimento na construção e no aparelhamento dos fóruns; o avanço no projeto de conciliação; a instalação da Corte Especial e a aproximação do Poder Judiciário com a comunidade.

A Justiça da Infância e Juventude foi eleita uma das prioridades da gestão, com o objetivo de dar efetividade às políticas públicas visando ao atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

TRIBUNAL PLENO INSTALAÇÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL

No uso de suas atribuições, a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, procedeu à eleição dos membros do Órgão Especial e posterior instalação, de acordo com a Lei Complementar nº 160, de 03 de dezembro de 2013 e Resolução TJMA nº 74/2013.

Cumpriu-se o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (nº 35/1979), que faculta aos Tribunais de Justiça dos Estados, com mais de vinte e cinco desembargadores, constituir órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais, da competência do Tribunal Pleno.

O Órgão Especial exerceu todas as competências e atribuições do Plenário, exceto: eleição de membros da mesa diretora, da direção da ES-MAM, dos membros do próprio Órgão Especial, de desembargadores, juizes e listas tríplexes de advogados para o TRE; alteração no número de desembargadores; escolha de juiz de entrância final para acesso ao Tribunal; formação de lista tríplex de candidatos ao cargo de desembargador pelo quinto constitucional e sessões solenes.

Tal medida fez-se necessária para compatibilizar a constituição e o funcionamento da Corte estadual com os princípios da celeridade e economia processual. O Ato da Presidência nº 03/2014 definiu a composição do órgão Especial.

RESOLUÇÕES

2014

Nº 01/2014 - Estabelece a denominação e as atribuições dos cargos em comissão e as funções gratificadas criados do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos, criados pela Lei nº 9.893/2013.

Nº 02/2014 - Designa os novos membros da Comissão Examinadora do concurso Público para provimento de cargos efetivos do Poder Judiciário. (Edital nº 002/2011).

Nº 03/2014 - Dispõe sobre a composição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Nº 04/2014 - Dispõe sobre a composição das Comissões Técnicas Permanentes do TJMA, conforme o art. 82 do Regimento Interno.

Nº 05/2014 - Institui, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, o Gabinete de Crise para enfrentamento e solução de situações decorrentes de calamidades e desastres ambientais no território maranhense, em acordo com a Recomendação nº 40/2012, do Conselho Nacional de Justiça.

O Gabinete de Crise tem a seguinte composição:

I - um juiz auxiliar da presidência, indicado pela presidência, como juiz gestor;

II - um juiz auxiliar da Corregedoria;

III - diretor geral;

IV - diretor da Secretaria da Diretoria da Corregedoria;

V - diretor de Segurança Institucional e

VI - o chefe do Gabinete Militar.

Nº 06/2014 - Altera a Resolução nº 61/2013, que dispõe sobre a nova área de abrangência dos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Comarca da Capital, a Resolução nº 18/2013, que aprova o novo Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, e dá outras providências.

Nº 07/2014 - Dispõe sobre a remessa de recursos distribuídos na Turma Recursal com sede em Imperatriz, para a Turma Recursal com sede em Balsas.

Nº 08/2014 - Altera Resoluções anteriores que regulamentam a estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário e a Resolução nº 44, de 04 de julho de 2008, que dispõe sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário.

Nº 09/2014 - Dispõe sobre a tramitação dos processos das infrações de trânsito cometidas por servidores e motoristas contratados, imputadas aos veículos pertencentes à frota do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Nº 10/2014 - Autoriza a instalação e regulamentou a Central de Inquéritos no Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís, criada pela Lei Complementar nº 163, de 1º de abril de 2014.

Nº 11/2014 - Altera a Resolução nº 07, de 18/04/2012, que homologou o Resultado Final do Concurso Público para Provimento dos Cargos Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Edital nº 02/2011).

Nº 12/2014 - Altera os artigos 215, 293 e 472 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Nº 13/2014 - (cancelada)

Nº 14/2014 - Dispõe sobre os procedimentos para a expedição das Certidões de Distribuição das Ações Penais, de Improbidade e Certidões para Fins Eleitorais no âmbito do 2º Grau de Jurisdição. As referidas certidões passaram a ser requeridas por meio de preenchimento de formulário disponível na página do TJMA na internet, no sítio: www.tjma.jus.br, e expedidas gratuitamente.

Nº 15/2014 - Altera o caput do artigo 153 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão acerca das regras para o preenchimento de vaga por merecimento.

Nº 16/2014 - Acrescenta o parágrafo único ao artigo 55 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, que impede a concessão de permuta ao desembargador seis meses antes da aposentadoria compulsória ou voluntária.

Nº 17/2014 - Dispõe sobre os critérios necessários para inclusão de dependentes de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, nos respectivos assentamentos funcionais.

Nº 18/2014 - Disciplina o atendimento aos jurisdicionais e advogados, especificamente quanto ao acesso ao interior das secretarias e gabinetes, mediante prévia autorização.

Nº 19/2014 - (cancelada)

Nº 20/2014 - (cancelada)

Nº 21/2014 - Estende a opção pela Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ aos oficiais de justiça e comissários de justiça.

Nº 22/2014 - (cancelada)

Nº 23/2014 - Altera dispositivos da Resolução nº 02/13 que institui o Regulamento para os concursos de remoção de servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Nº 24/2014 - (cancelada)

Nº 25/2014 - Dispõe sobre a convocação de juiz de primeiro grau para substituição em segundo grau de jurisdição no TJMA, nos termos da Resolução nº 72/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

Nº 26/2014 - Dispõe sobre a regulamentação do uso de crachás e credenciamento de acesso, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, considerando a Resolução nº 176/2013, do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário. Objetiva identificar os servidores e demais usuários da Justiça, prevenindo o ingresso de pessoas não autorizadas, garantindo maior segurança no interior dos prédios do Poder Judiciário.

Nº 27/2014 - Dispõe sobre protocolo de controle de acesso de pessoas portando arma de fogo ou objetos que ofereçam riscos à integridade física das pessoas nos prédios do Poder Judiciário do Maranhão. Torna proibido o ingresso, circulação e permanência de pessoas armadas ou portando qualquer objeto capaz de colocar em risco a integridade física dos



magistrados, servidores e demais usuário, no prédio-sede do TJMA e seus anexos, bem como nas unidades administrativas e unidades judiciárias do Poder Judiciário do Maranhão, com exceções.

Nº 28/2014 - Confere prioridade na tramitação dos processos judiciais de pessoas portadoras de deficiência no âmbito dos Juizados Especiais e Turmas Recursais do Poder Judiciário do Maranhão.

Nº 29/2014 - Dispõe sobre a substituição dos titulares de cargos em comissão e de funções gratificadas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Nº 30/2014 - (cancelada)

Nº 31/2014 - Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão, no ano de 2015.

Nº 32/2014 - Institui a Coordenadoria de Gestão Estratégica e Modernização no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Nº 33/2014 - Designa os Membros da Comissão Examinadora do Concurso Público, com vistas à apreciação dos Recursos administrativos da prova discursiva, referente ao Concurso Público para Ingresso e Remoção dos serviços notariais e registrais (Edital nº 01/2008).

Nº 34/2014 - Altera dispositivos do Anexo Único da Res. Nº 02/2013, que institui o regulamento para os concursos de remoção de servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Nº 35/2014 - Altera a Resolução nº 63/2013 que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário do estado do maranhão, no ano de 2014 e dá outras providências.

Nº 36/2014 - (cancelada)

Nº 37/2014 - Dispõe sobre os critérios e procedimentos para a concessão do Adicional de Qualificação - AQ, instituído pelo art. 7º, da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007 aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Nº 38/2014 - Dispõe sobre a atualização das tabelas de custas e emolumentos previstas na Lei estadual nº 9.109/2009, para exercício de 2015.

Nº 39/2014 - Altera a Resolução nº 45/2009, que dispõe sobre os procedimentos de venda de selos de fiscalização de atos notariais e de distribuição extrajudicial no Estado do Maranhão.

Nº 40/2014 - Dispõe sobre a atualização monetária do limite uni-

tário máximo para compensação de atos gratuitos da Lei Complementar Estadual nº 130/2009, para o exercício 2015.

Nº 41/2014 - Dispõe sobre o pagamento do auxílio moradia para os magistrados do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Nº 42/2014 - (cancelada)

Nº 43/2014 - Institui a Política Estadual de Atenção Prioritária do 1º Grau, recomendada pela Resolução de nº 194, do Conselho Nacional de Justiça. Cria o Comitê Gestor Regional e o Fórum Estadual Permanente de Diálogo Interinstitucional.

Nº 44/2014 - Institui os comitês orçamentários de 1º e 2º graus.

2015

Nº 01/2015 - (cancelada)

Nº 02/2015 - Dispõe sobre a composição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Nº 03/2015 - Altera o art. 242 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, que trata da distribuição de recursos e outras espécies processuais.

Nº 04/2015 - (cancelada)

Nº 05/2015 - Altera o art. 6º da Resolução nº 17/2010 e revoga a reeleição para a Diretoria da Escola Superior da Magistratura do Maranhão.

Nº 06/2015 - Designa os Membros da Comissão Examinadora, com vistas à reavaliação e correção das provas orais dos referidos candidatos, referente ao Concurso Público para Provimento do Cargo Inicial da Carreira da Magistratura do Estado do Maranhão (Edital nº 01/2004).

Nº 07/2015 - Regulamenta a prestação de serviço voluntário de conciliador no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

Nº 08/2015 - Revoga a Resolução nº 46/2010, que dispõe sobre a nomeação dos ocupantes dos cargos em comissão na Diretoria de Informática e Automação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Nº 10/2015 - Altera as Resoluções nº 06/2004 e nº 10/2008, que regulamentam a estrutura dos serviços auxiliares do Poder Judiciário, bem como a Resoluções nº 44/2008 e nº 63/2008, sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário.

Nº 11/2015 - Dispõe sobre a composição das Comissões Técnicas



Permanentes do Tribunal de Justiça.

Nº 12/2015 - Altera a Resolução nº 25/2012, que dispõe sobre a eliminação de autos de agravos de instrumento do acervo judicial de Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Nº 13/2015 - Dispõe sobre a substituição dos titulares de cargos em comissão e de funções gratificadas no âmbito do poder Judiciário do Maranhão.

Nº 14/2015 - Regulamenta a Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ, nos termos do art. 5º, da Lei nº 9.326, de 03 de dezembro de 2010.

Nº 15/2015 - (cancelada)

Nº 16/2015 - (cancelada)

Nº 17/2015 - Altera dispositivos da Resolução nº 04/2013, reorganizando o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos - NURER, para gerenciar a aplicação das sistemáticas processuais nos recursos extraordinários especiais.

Nº 18/2015 - Regulamenta a organização e o funcionamento do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC, altera a Resolução nº 20/2010 e revoga a Res. nº 10/2011.

Nº 19/2015 - Dispõe sobre a composição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Nº 20/2015 - Altera o Art. 1º e os §§ 1º e 2º do art. 20 do Regimento Interno acerca da escala de plantão, prevenção, ações coletivas no TJMA.

Nº 21/2015 - Institui a Central de Conciliação de Precatórios, com o objetivo de mediar e facilitar a celebração de acordos entre credores e/ou beneficiários e os entes devedores de precatórios, relativamente à atualização dos valores a serem pagos e outras questões passíveis de composição amigável.

Nº 22/2015 - Homologa o resultado final do Concurso Público para Provimento do Cargo de Juiz de Direito substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão - Edital nº 01/2012.

Nº 23/2015 - Dispõe sobre a composição das Comissões Técnicas Permanentes do TJMA, conforme o art. 82 do regimento Interno.

Nº 24/2015 - Dispõe sobre a denominação do Fórum da Comarca de Porto Franco, que passa a ser denominado de "Juiz Armino Nascimento Reis Neto".

Nº 25/2015 – Homologa o resultado do VII Concurso de Remoção de servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão para os cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça, Comissário de Justiça da Infância e da Juventude, Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.

Nº 26/2015 – (cancelada)

Nº 27/2015 – Cria o Comitê Gestor Permanente de Coordenação da Semana Nacional da Conciliação.

Nº 28/2015 – Altera a Resolução nº 10/2010, para estender a validade do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário (quinquênio 2010-2014) para o ano de 2015.

Nº 29/2015 – Altera a Resolução nº 06/2004, bem como a Resolução nº 63/2008 que denomina e lota as funções gratificadas do Poder Judiciário.

Nº 30/2015 – Altera a Resolução nº 7, de 18/04/2012, publicada no DJE de 20/04/2012, que homologou o Resultado Final do Concurso Público para Provimento dos Cargos Efetivos do Poder Judiciário do Maranhão (Edital nº 02/2011).

Nº 31/2015 – Aprova o Plano de Classificação e Tabelas de Temporalidade do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, com base na Resolução nº 14/2013, que instituiu o Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário.

Nº 32/2015 – Estabelece novas regras para concessão da Medalha Des. Antonio Rodrigues Vellozo e da Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes, instituídas pelas Resoluções nº 57/2013 e nº 56/2013, respectivamente.

Nº 33/2015 - Designa, para a presidência do Conselho de Administração do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados (FUNSEG), o presidente da Comissão de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Nº 34/2015 - Altera, em parte, a Resolução nº 31/2014, que relaciona os dias que não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, no ano de 2015 e dá outras providências.

Nº 35/2015 - Nova classificação do concurso público para juiz de direito substituto (Edital nº 01/2012).

GABINETE DA PRESIDÊNCIA AÇÕES INSTITUCIONAIS

PACTO ESTADUAL PARA INSTITUIÇÃO DE POLÍTICA DE ALTERNATIVAS PENAIS

30.01.2014 – O TJMA foi signatário do Pacto Estadual para Instituição de Política de Alternativas Penais e Criação de Câmara de Apoio à Aplicação de Alternativas Penais, com o objetivo de instituir a Política Estadual de Alternativas Penais no âmbito do Estado do Maranhão, que visa incentivar e promover meios alternativos de punição, assim como construir normas de pacificação e mitigação de conflitos.

No prazo pactuado de cinco anos, o TJMA, as varas de Execuções Penais e a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária são responsáveis pela gestão da Política de Alternativas Penais do Estado do Maranhão.

O TJMA também passou a integrar a Câmara de Apoio à Aplicação de Alternativas Penais, instituída pelo pacto, com funções consultiva, propositiva e de monitoramento, com o objetivo de auxiliar o acompanhamento da Política Estadual de Alternativas Penais.

Dentre outras ações, foram atribuídas ao TJMA:

- promoção da articulação entre os diversos públicos para a interação de programas, projetos e ações de fortalecimento das alternativas penais;
- criação de parcerias com universidades e centros de estudos especializados para a produção de saber científico e estatísticas;
- implantação de Núcleos Regionais de Alternativas Penais e serviços de responsabilização e medidas educativas;
- implementação de programas de capacitação da rede social de apoio;
- fomentação de projetos de Justiça Restaurativa e de medição de conflitos;
- incentivo e adoção de metodologias e procedimentos processuais que visem à celeridade, autodisciplina e responsabilização e
- elaboração e encaminhamento de projetos aos municípios e estados para a obtenção de financiamento por meio de parceria ou cooperação.

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO

Por meio da Portaria de Nº 318/2014, a presidência do TJMA dispôs sobre a implantação e composição do Comitê Gestor de Implantação do Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário do Maranhão - PJE.

O Comitê Gestor tem as atribuições de planejar a implantação do sistema; coordenar e controlar a implantação; definir as configurações; homologar o funcionamento; fornecer modelos padronizados para inserção e realizar outras atividades necessárias.

A Portaria nº 525/2014 regulamentou a implantação e utilização do PJE nas 08 (oito) Turmas Recursais, nos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo e Juizados Especiais de Trânsito do Termo Judiciário de São Luís, no Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de Paço do Lumiar, no Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar, nos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Imperatriz, nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais das comarcas de Açailândia, Bacabal, Balsas, Caxias, Codó, Pedreiras, Pinheiro, Santa Inês e Timon, a partir de 24 de setembro de 2014.

Posteriormente, o cronograma de implantação foi alterado pela Portaria nº 798/2014 - Dispõe sobre a alteração do cronograma de implantação do PJE/TJ - Processo Judicial Eletrônico, do TJMA, modificando a data de início do funcionamento e utilização do sistema na Turma Recursal de São Luís.

INSTALAÇÃO DA CENTRAL DE INQUÉRITOS DE SÃO LUÍS

A Central de Inquéritos do Termo Judiciário de São Luís, criada pela Lei Complementar nº 163, de 1º de abril de 2014, foi regulamentada pela Resolução nº 10/2014, em face do elevado número de medidas urgentes a serem apreciadas no âmbito criminal na comarca da Ilha de São Luís. Idealizada pela desembargadora Nelma Sarney, corregedora-geral da justiça, a central foi instalada no dia 25.04.2014, no Fórum Des. Sarney Costa, em solenidade presidida pela vice-presidente do TJ no exercício da presidência, desembargadora Anildes Chaves Cruz.

Cabe à Central a competência para o processamento de todos os inquéritos policiais da competência das varas criminais do termo judiciário de São Luís, conhecendo e decidindo sobre seus incidentes e medidas cautelares, no prazo de 48 horas.

Conforme o ato, os juízes criminais do termo judiciário de São Luís devem remeter à Central, todos os atos de inquéritos policiais e pedidos a eles correlatos em tramitação em suas respectivas varas.

INSTALAÇÃO DO CENTRO DE APOIO ÀS VÍTIMAS - CEAV

Tendo em vista o dever do poder público de viabilizar meios de apoio e defesa dos interesses das vítimas da criminalidade, a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire instalou, na sede do Fórum Des. Sarney Costa, na comarca da Ilha de São Luís, o Centro de Apoio às Vítimas (CEAV), criado pelo Decreto nº 27.794, de 04 de novembro de 2011.

O CEAV tem por objetivos gerais a orientação, o acompanhamento processual e o encaminhamento para atendimento psicossocial das vítimas hipossuficientes de crimes dolosos e seus familiares, quanto às medidas legais cabíveis para reparar/compensar/punir violações aos direitos humanos. O serviço é gratuito.

A implantação do CEAV resultou da assinatura de Protocolo de Intenções, em 02.01.2014, entre o TJMA e a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Estado, o Ministério Público estadual, a Defensoria Pública do Estado e a Universidade Federal do Maranhão.

A parceria institucional viabilizou a operacionalização do CEAV, com a definição das atribuições de cada signatário para possibilitar o funcionamento da entidade e o atendimento ao público-alvo.

Por meio da Portaria nº 1462/2014, a juíza de direito Sonia Amaral foi designada para coordenar as atividades relacionadas à execução dos trabalhos do CEAV e Sara Fernanda Gama, como substituta.

PROJETO DE CRIAÇÃO DO DIA ESTADUAL DA VÍTIMA

A presidente do TJMA encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado proposta de projeto de lei com o objetivo de instituir o "Dia Estadual de Combate a todo Tipo de Violência e Apoio às Vítimas e Familiares no Estado do Maranhão" - 23 de abril.

A proposição teve por finalidade chamar a atenção para os direitos humanos das vítimas da violência e seus familiares, no sentido de estimular a sensibilização e efetivação, em todos os poderes do Estado, de estratégias de enfrentamento a todos os tipos de violência.

A iniciativa do projeto também objetivou conferir efetividade à Resolução nº 60/147, de 16 de dezembro de 2005, da Organização das Nações Unidas - ONU, que estabelece princípios e diretrizes básicas sobre os direitos das vítimas, recomendando, dentre outras medidas, que os signatários adotem datas comemorativas e de homenagem à vítimas.

O projeto foi aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo Executivo estadual, originando a Lei nº 10.244, de 29 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da mesma data.

LANÇAMENTO DA CAMPANHA “JOGUE CONTRA AS DROGAS”

A campanha “Jogue contra as drogas” foi idealizada e lançada pela presidência do TJMA, com o objetivo de conscientizar a população quanto à prevenção ao uso de substâncias entorpecentes pelo público infanto-juvenil.

Devido à proximidade da celebração da Copa do Mundo de Futebol, foi desenvolvida uma campanha publicitária usando o esporte como chamariz para sensibilizar a comunidade no sentido de colaborar com a iniciativa do Judiciário.

O slogan da campanha - “Entre nesse time. Você também é responsável! - chamou a atenção para a parcela de contribuição de toda a sociedade no esforço do Poder Judiciário para manter as crianças e adolescentes longe do vício.

O material publicitário da campanha reuniu um vídeo institucional exibido nas emissoras de TV da capital, cartazes e folders afixados nas instalações do Judiciário e nas escolas. A Coordenadoria de Atividades Especiais do TJMA também promoveu palestras com foco na prevenção ao uso do crack, com linguagem acessível aos jovens.

IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE DEPOIMENTO ESPECIAL

A presidência do TJMA ampliou a estrutura da Justiça de 1º Grau para o serviço de tomada especial de depoimento de crianças e adolescentes, em cumprimento à Resolução nº 33/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que recomendou a criação de serviço especializado na oitiva de menores de idade - vítimas ou testemunhas de crimes.

Nesses espaços, a criança e o adolescente são recebidos 30 minutos antes da audiência, em separado, por um profissional capacitado, com auxílio de equipamentos de áudio e vídeo interligados à sala de audiência, onde estão presentes juiz, promotor e advogados, na forma prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

A primeira sala de depoimento especial foi implantada na comarca da Ilha de São Luís, juntamente com a campanha “Jogue Contra as Drogas”, voltada para a conscientização pública contra o abuso de drogas por crianças e adolescentes.

Salas de Depoimento Especial instaladas na atual gestão: 25.

São Luís, Timon, Caxias, Bacabal, Santa Inês, Raposa, Coroatá, São Mateus, Chapadinha, Pinheiro, Santa Luzia do Paruá, São Bernardo, Presidente Dutra, São João dos Patos, Porto Franco, Balsas, Pedreiras, Codó, Itapecuru, Santa Luzia do Tide, Maracaçumé, Zé Doca, Ribamar, Paço do Lumiar e Coordenadoria da Infância e Juventude. Mais duas salas inauguradas em gestões passadas tiveram os equipamentos renovados: Coelho Neto e Imperatriz.

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) capacitou magistrados e servidores para aplicar a oitiva especial. Os treinamentos foram ministrados nos períodos de 09 a 11.06.2014; 1º a 02.06.2015; 09 a 10.07.2015 e 31.10.2015.



FOMENTO À CONCILIAÇÃO PROCESSUAL

O apoio e incentivo da presidência do TJMA à conciliação processual foram concretizados na execução de programas e projetos com o objetivo de alcançar a solução dos litígios por intermédio da autocomposição entre os litigantes.

Por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - órgão responsável pela execução da política judiciária estadual de conciliação - foram lançados os seguintes projetos:

- “Programa de Conversão de Conflitos em Entendimentos”, de fomento à cultura da conciliação, que engloba projetos e ações específicas:

- Projeto “Conciliação Itinerante - A Justiça próxima do cidadão”, executado em duas edições:

- 1ª Semana de Conciliação Itinerante - 21 a 25/07/2014.

- 2ª Semana de Conciliação Itinerante - 24 a 28/11/2014.

- Pauta Específica - Parceria entre o NUPEMEC e empresas parceiras maiores demandadas, em que estas fazem a indicação de processos nos quais haja proposta de acordo.

- “I Balcão de Renegociação de Dívidas” - idealizado pelo presidente do Núcleo de Conciliação do TJ, desembargador José Luiz Almeida, e pelo coordenador, juiz Alexandre Abreu, para ampliar as oportunidades de acordos com clientes em situação de inadimplência, com a participação de representantes dos órgãos, instituições e empresas parceiras, em 30.11.2015, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana (Sebrae/Cohafuma).

Durante o evento, empresas e instituições de variados ramos - energia, telefonia, bancos, educação, lojistas, seguros, etc. - atenderam consumidores, identificaram seus débitos e ofereceram condições de negociação de pagamento das dívidas.

- CEJUSCs - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - Instalados em parceria entre instituições de ensino superior ou Entidades representativas de classe, para realizar as sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição.

CEJUSCs instalados na atual gestão: 5

1. 1º Centro de Conciliação Empresarial de Imperatriz - Centro de Convenções de Imperatriz, em 17.03.2014;

2. 1º CEJUSC de Timon - Faculdade São José dos Cocais, em 25.04.2014;

3. 6º CEJUSC - Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) - comarca da Ilha de São Luís, em 23.05.2014;

4. 1º CEJUSC de Chapadinha - Faculdade do Baixo Parnaíba - FAP, em 02.09.2014;

5. 1º CEJUSC da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - “Casa da Indústria Albano Franco” - Comarca da Ilha de São Luís, em 22.09.2014.

COMITÊ GESTOR - Por meio da Resolução nº 27/2015, a presidência do TJMA criou o Comitê Gestor da Semana Nacional da Conciliação, para fixar uma estrutura de coordenação dos trabalhos e definição de prazos para cumprimento de etapas que viabilizem a eficácia na realização dos acordos em demandas judicializadas e na conciliação e mediação de conflitos pré-processuais, com a seguinte composição:

- o desembargador presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, presidente - Des. José Luiz Oliveira de Almeida.

- o juiz coordenador do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais - Márcia Cristina Coelho Chaves

- o juiz membro do NUPEMEC da Regional de São Luís - Alexandre Lopes de Abreu;

- um servidor do NUPEMEC - Ana Larissa Serra;

- um servidor da Secretaria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais - Joseane de Jesus Fonseca;

- um servidor da Coordenação de Sistemas de Informações do TJMA - Danielle Mendes Mesquita Melo;

- um servidor da Assessoria de Comunicação do TJMA - Amanda Leite Campos;

- um servidor da Assessoria de Comunicação da CGJMA - Luis Fernando Coelho; e

- um servidor da Divisão de Telejudiciário - Fábio José Chaves Martins.

FÓRUM NACIONAL DE ALTERNATIVAS PENAIS

O TJMA realizou, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, o Fórum Nacional de Alternativa Penal, em São Luís, por meio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM) e da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), com apoio da Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária.

Voltado para magistrados da área criminal e com competência em Execução Penal, o evento teve como objetivos refletir sobre alternativas penais para a efetivação de processos de tratamento e ressocialização das pessoas em situação de privação de liberdade, com a deliberação de sugestões de melhoria à Execução Penal no Estado do Maranhão, e promover a análise e discussão acerca das alternativas penais aplicadas em todo o país.

AUDIÊNCIA JUDICIAL POR VIDEOCONFERÊNCIA

A presidência do TJMA adquiriu sistema de videoconferência para expansão da estrutura tecnológica para os pólos judiciais, cumprindo o plano de trabalho previsto no Planejamento Estratégico para a área de informatização e automação dos serviços.

Com esse objetivo, foram adquiridos os equipamentos de informática – terminal de alta definição, projetor, câmeras, microfones, cabos e interfaces – necessários para a realização de audiências criminais.

Essa plataforma tecnológica permite todas as ações de apresentação e intercâmbio de informação possíveis em reuniões presenciais, dada a disponibilidade de acessórios de comunicação à distância, com eficiência, segurança, instantaneidade e celeridade.

A utilização do sistema de videoconferência na Justiça foi autorizada pela Lei nº 11.900/2009. No Poder Judiciário, a documentação dos depoimentos por meio do sistema audiovisual e realização de interrogatórios de testemunhas por videoconferência foram disciplinados na Resolução nº 105/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Salas de Videoconferência instaladas na atual gestão: 16

02 (duas) - Fórum de São Luís

01 (uma) - Fórum de São José de Ribamar

01 (uma) - Fórum de Imperatriz

01 (uma) - Fórum de Timon

01 (uma) - Fórum de Bacabal

01 (uma) - Fórum Coroatá

01 (uma) - Fórum de Caxias

01 (uma) - Fórum de Santa Inês

01 (uma) - Fórum de Pinheiro

01 (uma) - Presídio de Imperatriz

02 (duas) - Penitenciária de Pedrinhas

01 (uma) - TJMA/Diretoria de Informática e Automação

01 (uma) - TJMA/Corregedoria Geral de Justiça

01 (uma) - ESMAM

COMITÊ ESTADUAL DE PRECATÓRIOS

Por meio da Portaria nº 954/2014, a presidência do TJMA constituiu o Comitê Estadual de Precatórios, previsto no Regimento Interno do Fórum Nacional de Precatório (FONAPREC), com atribuições definidas na Resolução nº 158/2012, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As ações desenvolvidas pelo comitê estadual têm caráter de auxílio e de execução às decisões e diretrizes traçadas pelo comitê nacional e FONAPREC. A coordenação do comitê estadual compete ao juiz representante da Justiça estadual indicado pela presidência do TJMA.

O Comitê Estadual de Precatórios tem a seguinte composição:

- juiz auxiliar da presidência – representante do TJMA, responsável pela gestão e supervisão dos precatórios e das requisições de pequeno valor;
- juiz do trabalho – representante do TRT da 16ª Região;
- juiz federal – representante do TRF da 1ª Região;
- representante da Seccional do Maranhão da OAB;
- representante do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- representante da Procuradoria Geral da República no Maranhão;
- representante do Ministério Público do Trabalho – 16ª Região;
- representante da Advocacia Geral da União do Estado do Maranhão.
- representante da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão;
- representante da Associação dos Municípios do Estado do Maranhão.

Por meio da Portaria nº 14/2014, um juiz auxiliar da presidência foi designado para atuar na gestão, supervisão e condução dos procedimentos relacionados aos precatórios e requisições de pequeno valor, bem como delega poderes para proferir despachos e decisões nos referidos processos.

CONTAS ESPECIAIS – A presidência do TJMA constituiu, por meio da Portaria nº 97/2015, o Comitê Gestor de Contas Especiais - a que se refere à Resolução nº 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça - para auxiliar o presidente do Tribunal na administração das contas especiais.

O Comitê é integrado por magistrados de cada Tribunal com jurisdição sobre o Estado do Maranhão e que tenham precatórios a serem pagos com os recursos das contas especiais. Compete ao Comitê Gestor decidir impugnações relativas à lista cronológica de apresentação e decidir impugnações relativas às preferências definidas nos §§ 1º e 2º do art. 100 da Constituição Federal.

REESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO DE REPERCUSSÃO GERAL E RECURSOS REPETITIVOS

Com o objetivo de conferir mais eficiência e agilidade às atividades do órgão, o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos – NURER, criado pela Resolução nº 04/2013, foi reestruturado.

Foi definida a sua estrutura de pessoal e designado um magistrado para responder por suas atividades, com o auxílio de servidores da Assessoria Jurídica, da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização; da Coordenação de Recursos Constitucionais e da Coordenação de Juizados Especiais.

O NURER é responsável pelo controle e acompanhamento de todos os recursos que aguardam o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) em questões semelhantes, com atribuições de uniformizar o gerenciamento dos processos suspensos; monitorar os recursos dirigidos ao STF e STJ; manter e disponibilizar dados atualizados sobre o acervo, com a respectiva vinculação aos temas e recursos paradigmas, enviando relatórios trimestrais ao STF, STJ e CNJ.



PREMIAÇÃO COM O SELO CNJ/UNICEF DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) o “Selo Infância e Juventude” – categoria bronze –, pelas boas práticas na promoção dos direitos da criança e adolescente.

A presidente Cleonice Freire e o desembargador Jamil Gedeon, coordenador da Infância e Juventude do TJMA, compareceram à entrega da premiação, em Brasília.

O selo reconhece publicamente os tribunais pelas importantes ações de “implantação, fortalecimento, acompanhamento e otimização” da Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ), nos termos da Resolução CNJ nº 94/2009. Foram premiados doze tribunais que se habilitaram e concorreram ao selo, nas categorias ouro, prata e bronze.

O TJMA cumpriu a maioria dos critérios estabelecidos no Edital nº 01/CNJ, apresentando documentos comprobatórios que permitiram obter a classificação. Dentre os requisitos exigidos, apresentou estrutura física adequada ao seu funcionamento; quadro próprio de servidores e equipe multidisciplinar; mínimo de uma capacitação anual de magistrados e servidores; informativo das ações na internet e banco de boas práticas.

POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA DA JUSTIÇA DO 1º GRAU

Por meio da resolução Nº 43/2014 o TJMA instituiu a Política Estadual de Atenção Prioritária do 1º Grau, com o objetivo de desenvolver, em caráter permanente iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários da primeira instância.

A medida atendeu ao disposto na Resolução nº 194, de 26 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que a estabelece a necessidade de instituir a Política Estadual de atenção prioritária do 1º Grau de jurisdição, estabelecida como política nacional do Judiciário.

Foi criado o Comitê Gestor Regional, no âmbito do TJMA, com a atribuição de gestão da política de atenção prioritária ao 1º Grau. Cria o Fórum Estadual Permanente de Diálogo Interinstitucional, com o objetivo de discutir problemas locais, coletar propostas e tornar participativa a construção e a implementação da política de atenção prioritária de 1º Grau.

O Comitê Gestor Regional possui a seguinte composição:

- magistrado coordenador do Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE) do TJMA;
- 1 (um) magistrado do 1º Grau, escolhido pelo Pleno do Tribunal, a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados;
- 1 (um) magistrado eleito por votação direta entre os magistrados, a partir da lista de inscrição;
- 1 (um) servidor do 1º Grau, escolhido pelo Pleno do Tribunal, a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados;
- 1 (um) servidor eleito por votação direta entre os servidores, a partir da lista de inscrição.

A Portaria nº 927/2015 – Dispôs sobre a composição do Comitê Gestor Regional, de Gestão e Implementação da Política de Atenção Prioritária de 1º Grau:

COMITÊS ORÇAMENTÁRIOS DE 1º E 2º GRAUS

Por meio da Resolução nº 44/2014, foram criados os comitês orçamentários de 1º e 2º graus, com atribuições de auxiliar na captação das necessidades ou demandas e definição de prioridades; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária e na execução do orçamento, dentre outras.

O Comitê Orçamentário de 1º Grau é composto pelos membros do Comitê Gestor Regional, instituído pela Resolução nº 43/2014 do TJMA:

- juiz coordenador do planejamento estratégico;
- 1 (um) juiz de direito escolhido pelo pleno do Tribunal, titular;
- 1 (um) juiz de direito escolhido pelo pleno do Tribunal, suplente;
- 1 (um) juiz de direito eleito pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), titular;
- 1 (um) juiz de direito eleito pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), suplente;
- 1 (um) servidor escolhido pelo Pleno do Tribunal, titular;
- 1 (um) servidor escolhido pelo Pleno do Tribunal, suplente;
- 1 (um) servidor escolhido pelo Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus), titular;
- 1 (um) servidor escolhido pelo Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus), suplente.

O Comitê Orçamentário do 2º Grau tem a seguinte composição:

- 2 (dois) desembargadores dentre os mais antigos que não exerceram o cargo de presidente;
- 1 (um) desembargador escolhido pelo presidente do Tribunal;
- 1 (um) desembargador indicado pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA);
- 1 (um) servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores da Justiça – Sindjus;

CORREIÇÃO NOS PRECATÓRIOS JUDICIAIS

O TJMA garantiu apoio institucional ao grupo de trabalho do Conselho Nacional de Justiça na realização da correição instaurada pela Corregedoria Nacional de Justiça, para verificação, exclusivamente, de processos administrativos relativos a precatórios.

A presidência disponibilizou sala, computadores, scanners e impressoras, conectados à internet, além de servidores em cada unidade administrativa e jurisdicional para prestar informações, a fim de garantir a efetividade dos trabalhos correicionais.

Os trabalhos foram instalados em solenidade pública, com a presença da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e dos representantes do sistema de Justiça, Ministério Público, OAB e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindjus-MA).

Por meio da Portaria nº 167/2015, a presidência do TJMA designou servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça para auxiliarem a equipe da Corregedoria Nacional de Justiça.

CAMPANHA “JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA”

A presidência do TJMA foi co-anfitriã no lançamento da Campanha “Justiça pela paz em casa”, de iniciativa da vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher – 08 de março.

No período de 09 a 13 de março de 2015, magistrados das varas criminais, tribunais de júri e juizados especializados na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) participaram da mobilização para priorizar o julgamento de processos criminais cíveis ou de família em que a mulher figurou como vítima ou parte interessada, que tiveram prioridade de tramitação e julgamento nas varas judiciais do Estado.

A abertura da campanha em São Luís foi feita em solenidade no salão nobre do Palácio da Justiça, pela vice-presidente do STF, com a participação da ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça, Eleonora Menicucci.

A presidência do TJMA, por meio da Coordenadoria Especial da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, presidida pela Desembargadora Angela Salazar, coordenou a mobilização local dos juízes das varas criminais, de família e do Tribunal do Júri da região metropolitana de São Luís.

PROGRAMA NACIONAL DE GOVERNANÇA DIFERENCIADA DAS EXECUÇÕES FISCAIS

Com o objetivo de contribuir para solucionar conflitos fiscais no Maranhão, o TJMA apoiou, por meio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), a realização do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, da Corregedoria Nacional de Justiça.

Com o apoio das procuradorias dos estados e municípios e dos juízes das varas de execução, o programa oferece ao cidadão e empresas oportunidade para quitar seus débitos e regularizar sua situação fiscal; o Executivo recupera seus créditos e o Judiciário diminui seu acervo de processos.

No Maranhão, o TJMA e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com a ESMAM, propiciaram treinamento dos juízes. Doze magistrados da capital e do interior participaram, no dia 30.03.2015, de um treinamento sobre o programa com a juíza Soníria Rocha D'Assunção, auxiliar da Corregedoria Nacional e coordenadora do Programa Governança Diferenciada.

A ministra Nancy Andriahi, corregedora-nacional da Justiça, veio ao Maranhão para manter entendimentos com as autoridades locais em torno da execução do programa. Ao lado da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e do corregedor-auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, desembargador Cleones Cunha, foram apresentados às autoridades estaduais os resultados já obtidos com a implementação do programa a nível nacional.

Por meio da Portaria nº 503/2015, o juiz de Direito Raimundo Nonato Néris Ferreira foi designado para coordenar o programa.



SEDE PRÓPRIA PARA A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, assinou, com o diretor da ESMAM, desembargador Jamil Gedeon, e o presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, termo aditivo do contrato de comodato firmado entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) em 2013.

Pelo instrumento, o prédio construído pelo TJMA junto à sede da AMMA foi cedido para abrigar a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). A mudança da escola para as novas instalações aconteceu em setembro de 2015.

PROMOÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS NA JUSTIÇA CRIMINAL

A presidente do TJMA assinou Termo de Acordo de Cooperação Técnica (nº 05/2015) com a Universidade Federal do Maranhão, com o objetivo de promover estudos e pesquisas na área da Justiça Criminal, notadamente na área da execução penal e de saúde mental. Por meio das informações prestadas pela Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, conforme o disposto na Lei Estadual nº 9.551, de 04 de janeiro de 2012.

A parceria objetiva a sistematização, quantificação, qualificação e estudos dos dados estatísticos relativos ao sistema carcerário, a serem disponibilizados pelos partícipes do acordo, por meio da promoção de atividades conjuntas e de ações de apoio; extensão recíproca de servido-

res e discentes da universidade; estabelecimento de meios de intercâmbio de conhecimento, informações e estudos; troca e sessão de informações; promoção de eventos conjuntos sobre áreas de interesse comum; prática de estágio e desenvolvimento de programas, ações e iniciativas junto à comunidade.

COMPROMISSO PARA O APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, assinou o Termo de Compromisso nº 02/2015, com o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visando à implementação de medidas administrativas com vistas à adequação e o aprimoramento do sistema de Justiça Criminal do Maranhão, no que concerne ao seu sistema de execução penal e ao sistema carcerário, aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal, à Lei de Execução Penal, Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos.

Os cossignatários se comprometeram a engendrar esforços para reestruturar o sistema carcerário maranhense, com reforma estrutural e organizacional das unidades prisionais, políticas de atenção aos presos, aprimoramento da rotina de execução penal e consolidação da audiência de custódia.

O TJMA comprometeu-se a disponibilizar recursos humanos para a realização do Projeto “Audiências de Custódia”, além de prover adequação física das dependências necessárias à instalação e funcionamento da Central Integrada de Alternativas Penais, da Central de Monitoramento Eletrônico, da Central de Assistência e Serviços Sociais e das Câmaras de Mediação Penal.

No mesmo ato, o presidente do STF participou de audiência de custódia realizada no TJMA, coordenada pela Central de Inquéritos de São Luís – projeto iniciado na justiça estadual maranhense no dia 17.10.2013, como uma das ações resultantes do Pacto Estadual para Instituição de Política de Alternativas Penais, da qual o TJMA é gestor.

INSTALAÇÃO DA FUNDAÇÃO DA CIDADANIA E JUSTIÇA

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, instalou a Fundação da Cidadania e Justiça, entidade criada pela Lei nº 9.234, de 30 de dezembro de 2010, com a finalidade de subsidiar o TJMA na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividade de suporte à proteção às

crianças e adolescentes em situação de risco, mulheres vítimas da violência doméstica e seus filhos.

A entidade, cujo estatuto está previsto na Resolução nº 62/2011, tem sede e foro na cidade de São Luís. No que tange às crianças e adolescentes em situação de abandono familiar, a instituição tem a responsabilidade de acolhê-los, oferecer-lhes assistência médica e psicológica, alimentação, vestuário, além de lhes proporcionar atividades pedagógico-educativas e outros serviços de proteção, até que sejam adotadas ou retornem aos seus lares.

Por meio do Ato nº 02/2015, a presidente designou a juíza aposentada Maria José Milhomem Bandeira de Melo para exercer o cargo de diretor presidente e os servidores Moab José de Araújo e Sousa e Lucileide Dias Ribeiro Gonçalves, para exercerem, respectivamente, os cargos de diretor técnico e diretor administrativo Financeiro da Fundação.

HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A MAGISTRATURA

A presidente do TJMA homologou, por meio da Resolução nº 22/2015, o resultado final do Concurso Público para Provimento de Vagas e Formação de Cadastro de Reserva para o Cargo de Juiz de Direito Substituto de Entrância Inicial do Estado do Maranhão.

Os 104 candidatos aprovados no concurso foram submetidos ao IV Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura, oferecido pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), no período de 02.03 a 26.06.2015, totalizando 544 horas.

Durante o curso, os candidatos freqüentaram aulas práticas, varas judiciais e órgãos administrativos e estágio supervisionado, cumprido no período de 27.04 a 25.06.2015, com carga horária de 252 aulas.

Noventa e seis candidatos foram classificados após as cinco etapas do certame. Desses, 30 foram nomeados pela presidência do TJMA e tomaram posse no cargo no dia 07.08.2015, na sala das sessões plenárias. Os magistrados empossados entraram em exercício no dia 10.08.2015, em solenidade no Fórum do termo judiciário de São Luís.

NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL E PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Por meio da Portaria nº 874/2015, a presidência do TJMA criou o Núcleo Socioambiental e o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Poder Judiciário do Maranhão, em conformidade com a Resolução nº 211/2015, do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de adotar modelos de

gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

O Núcleo Socioambiental deverá ter caráter permanente para o planejamento, implementação, monitoramento de metas anuais e avaliação de indicadores de desempenho. Deverá, ainda, estimular a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental dos órgãos do Poder Judiciário, bem como do corpo funcional e força de trabalho auxiliar de cada instituição.

O PLS é o instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

A Portaria nº 874/2015 definiu a mesma composição para o Núcleo e para a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.

APOIO À RELATORIA ESPECIAL DA ONU

Em reunião no gabinete da presidência, a presidente em exercício, desembargadora Anildes Cruz, recebeu o Relator Especial sobre Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Juan Ernesto Méndez, acompanhado de equipe técnica.

O relator cumpriu visita institucional ao TJMA e se reuniu com o desembargador Fróz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária e magistrados da área criminal para tratar de assuntos relacionados à execução penal na Justiça estadual.

O enviado da ONU recebeu um relatório com informações sobre as ações do TJMA na área da execução penal e no sistema carcerário, incluindo mutirões realizados; metodologia APAC; Núcleo de Assistência ao preso; penas alternativas e monitoramento eletrônico; aperfeiçoamento do sistema de execução penal e audiências de custódia.

REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO FUNSEG

A presidente do TJMA regulamentou o funcionamento do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão - FUNSEG-JE, criado pela Lei Complementar nº 164, de 1º de abril de 2014, encaminhando o projeto de lei ao Legislativo estadual.

O Ato da Presidência nº 03/2015, de 04.09.2015, definiu o percentual de 3% (três por cento) do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais, recolhidos ao Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário (FERJ), para compor a receita do FUNSEG-JE.

No Ato da Presidência nº 04/2015, de 22.09.2015, foi definida a seguinte composição do Conselho de Administração do FUNSEG-JE e a Resolução nº 33, de 21.09.2015, designou como presidente do conselho de administração do FUNSEG-JE o presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJMA.

ADEQUAÇÃO DA JUSTIÇA DE 1º E 2º GRAUS AO NOVO CPC

Com o advento do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), com vigência prevista para março de 2016, a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, instituiu, por meio da Portaria nº 952/2015, a Comissão Especial para adequação da estrutura e dos procedimentos da Justiça de 1º e 2º graus ao novo CPC.

A Comissão foi presidida pelo desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira e composta pelos magistrados Sara Fernanda Gama, juíza auxiliar da presidência, José Américo Abreu Costa, juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

Atuaram como colaboradores os juízes de direito: Lorena de Sales



Rodrigues Brandão, André Bogéa Pereira Santos, Nelson Melo de Moraes Rêgo, Manoel Matos de Araújo Chaves, Manoel Aureliano Ferreira Neto e Diva Maria de Barros Mendes.

RESCATE DA ANTIGA SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS

Por determinação da presidência, as instalações da antiga sala das sessões plenárias do Palácio da Justiça, foram resgatadas e a mobília de época, restaurada. O setor havia sido demolido e utilizado para dar lugar a salas de trabalho de rotina. Com o resgate, foi restabelecido para realizar sessões, solenidades de pequeno porte e visitas públicas.

A obra de reforma foi executada pela Diretoria de Engenharia do TJMA, e o restauro dos móveis, pela Diretoria Administrativa. Foram renovados o carpete, as cortinas e a iluminação e instaladas as redes lógica e elétrica e os sistemas de gravação de áudio e vídeo. O projeto de arquitetura foi elaborado com base em registros antigos, fotos e pesquisas.

A reativação do espaço foi fiel ao desenho original, concebido na edificação do antigo prédio da sede administrativa do TJMA, iniciada na interventoria de Paulo Ramos e concluída no Governo Sebastião Archer, em 1948.

IBIS - Em lugar de destaque na sala, foi reposta a tela de Horácio Tribuzzi, de 1886, retratando a deusa da Justiça segurando uma balança, e uma íbis - ave nobre, simbolizando a Justiça de Rafael de Urbino, mestre da pintura renascentista.

“AÇÃO ESTADUAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO”

Firmada a parceria institucional com o Ministério Público Estadual visando à execução da “Ação Estadual de Combate à Corrupção”, por ocasião da passagem do Dia Internacional de Combate à Corrupção - 09 de dezembro de 2015.

A ação priorizou, em todo o Estado do Maranhão, uma pauta de julgamentos ou instrução dos processos cíveis e criminais, por prática de atos de improbidade, corrupção e desvio de verbas públicas, demonstrando o trabalho desenvolvido pelos órgãos do sistema de Justiça.

Essa ação cumpriu recomendação do CNJ, em relação às metas 4 e 18 do Poder Judiciário Nacional, que prevê o esforço dos tribunais para acelerar o julgamento das ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública, como a corrupção.

PROJETO “JUSTIÇA INCLUSIVA” EMPREGA SURDOS

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, por meio do Contrato de Prestação de Serviços nº 170/2015, firmou parceria com a Associação dos Surdos do Maranhão (ASMA), para a prestação de serviços de apoio técnico operacional à digitalização eletrônica dos documentos em papel em poder das unidades judiciárias e arquivistas do TJMA.

O contrato prevê a criação de 81 postos de trabalho, na medida da necessidade e envolve as tarefas de preparação, higienização, digitalização, indexação, conferência, armazenamento e disponibilização em mídia digital. Os postos de trabalho deverão funcionar no período de 8h às 12h e das 14h às 18h, distribuídos em 02 (dois) turnos, com jornada de 08 (oito) horas/dia, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais.

O projeto foi inspirado em iniciativa semelhante do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O serviço funciona junto ao arquivo judiciário, que foi dotado de 8 kits de computador e scanner - equipamentos utilizados para produzir a versão digital dos documentos. O trabalho é auxiliado por um intérprete de libras.

SELO “JUSTIÇA EM NÚMEROS” DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO

O TJMA foi agraciado, pelo Conselho Nacional de Justiça, com o selo “Justiça em Números” - categoria ouro. A premiação visa ao reconhecimento da excelência na produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais dos tribunais brasileiros.

A concessão do selo considerou o encaminhamento adequado das informações, com atenção aos prazos e consistência dos dados, assim como o nível de informatização do Tribunal, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e o cumprimento das resoluções do CNJ.

São considerados tribunais com nível de excelência na gestão da informação aqueles capazes de extrair dados analíticos de todas as unidades judiciárias em sistemas padronizados de acordo com as regras da Tabelas Processuais Unificadas e do Modelo Nacional de Interoperabilidade. Também foi considerado o nível de implantação dos processos eletrônicos dos tribunais.

NOVA SEDE DA CASA DA CRIANÇA

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, fez a entrega da nova sede da “Casa da Criança”, vinculada à Fundação da Cidadania e Justiça, e construída na atual gestão.

Com 18 anos de existência, a instituição abriga crianças com idade entre 0 e 3 anos que estão sob custódia da Justiça, em situação de vulnerabilidade por qualquer tipo de abandono, negligência e/ou maus tratos, promovendo o retorno à família biológica ou encaminhando-as para a adoção por família substituta. Antes, a Casa da Criança abrigava até 25 crianças.

As novas instalações da casa dispõem de estrutura para atender cerca de 100 crianças, dispondo de 10 quartos coletivos, berçário, sala para coordenação administrativa, sala para atendimento psicossocial I e II, consultório médico, consultório odontológico, sala de fisioterapia, brinquedoteca, copa, cozinha, rouparia, lavanderia, banheiros, banheiros para portadores de necessidades especiais, sala de estudos, salas para oficina de corte costura, artesanato e informática, área para horta, quadra esportiva e estacionamento.

O trabalho da Casa conta com o apoio dos servidores da Coordenação da Infância e Juventude e de cuidadoras, motoristas, policiais militares e funcionários de serviços gerais.



INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Divisão de Administração Patrimonial, concluiu o inventário geral de bens permanentes do Poder Judiciário do Maranhão.

Com a iniciativa, o Poder Judiciário orienta, com segurança, a tomada de decisões quanto ao planejamento de aquisições e atualização do parque tecnológico e mobiliário, evitando extravios de bens e atendendo às demandas legais, no que diz respeito à contabilidade e balanço patrimonial anual, além de se adequar às novas normas de contabilidade pública internacional.

PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS JURÍDICOS

REUNIÃO DO COLÉGIO DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL:

- 99º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil – 5 a 7 de junho de 2014, em Belém (PA).

O TJMA foi representado pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha.

- 101º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil – 4 a 6 de dezembro de 2014, em São Paulo (SP).

- 102º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil – 12 a 14 de março de 2015, em Belo Horizonte (MG).

- 103º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil – 18 a 20 de junho, em Recife (PE).

O TJMA foi representado pelo desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho. O juiz Fernando Mendonça (2ª Vara das Execuções Penais de São Luís) apresentou palestra sobre o Sistema de Audiências de Custódia, metodologia implantada na Justiça de 1º grau em 17.10.2015, que possibilita a apresentação de pessoa presa em flagrante delito até 48 horas após a prisão.

A “Carta de Recife” - documento deliberativo do Encontro, enfatizou a implantação da prática como “instrumento célere e eficaz para a solução de conflitos, defesa dos direitos fundamentais e garantia da cidadania”.

- 104º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil – 20 a 22 de agosto de 2015, em Curitiba (PR).

O TJMA foi representado pelo desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo.

- 105º Encontro do Conselho Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil – 21 a 24 de outubro de 2015, no Rio de Janeiro (RJ).

O TJMA foi representado pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha, presidente eleito.

ATOS DA PRESIDÊNCIA

Nº 01/2014 – Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria para o exercício de 2014 - PAAA/2014.

Nº 02/2014 – Aprova o adendo ao Plano Anual de Auditoria Ações para 2014.

Nº 03/2014 – Aprova o Plano de Auditoria a Longo Prazo Quadriênio 2014/2017.

Nº 04/2014 – Suspende o Edital nº 12/14 e os procedimentos posteriores para acesso ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, pelo critério de merecimento, até ulterior deliberação do Conselho Nacional de Justiça.

Nº 05/2014 – (cancelado)

Nº 06/2014 – Cessa os efeitos do Ato da Presidência GP nº 04/2014, que suspendeu os efeitos do Edital nº 12/2014, para dar prosseguimento ao procedimento para acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de merecimento.

Nº 07/2014 – Aprova a alteração do cronograma do Plano Anual de Atividades de Auditoria do exercício de 2014 – PAAA/2014.

Nº 08/2014 – Designa os membros do Conselho de Curadores da Fundação da Cidadania e Justiça.

Nº 09/2014 – Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria para o exercício de 2015 – PAAA/2015.

Nº 10/2014 – Dispõe sobre a atualização dos valores das despesas postais, porte de remessa e retorno e despesas com publicações no DJE e intimações eletrônicas, para o exercício de 2015.

2015

Nº 01/2015 – Dispõe sobre a readequação do subsídio da carreira da magistratura do Estado do Maranhão.

Nº 02/2015 – Designa magistrada e servidores para os cargos de diretor presidente, diretor técnico e diretor administrativo financeiro da Fundação da Cidadania e Justiça, respectivamente.

Nº 03/2015 – Fica destinado do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG-JE, o percentual de 3% (três por cento) do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais recolhidos ao Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário – FERJ.

Nº 04/2015 – Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Maranhão (FUNSEG), criado pela Lei Complementar nº 164, de 1º de abril de 2014.

Nº 05/2015 – (cancelado)

Nº 06/2015 Transfere o feriado do Dia do Servidor (28 de outubro) para o dia 30 de outubro de 2015, com a prorrogação dos prazos processuais para o dia 3 de novembro.

TERMOS ADMINISTRATIVOS

CONVÊNIOS

2014

Nº 01/2014 – Com o Poder Executivo, para cessão de militares da reserva para trabalhar na segurança das comarcas.

Nº 02/2014 – Com FHE – POUPEX, para acesso a produtos e serviços.

Nº 03/2014 – Com a Universidade Federal do Maranhão - UFMA – GES- PÚBLICA, para curso de especialização.

2015

Nº 01/2015 – Com FHE – POUPEX, para acesso a produtos e serviços.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

2014

Nº 01/2014 – Cooperação Técnica entre o TJMA e a Faculdade Santa Terezinha – CEST, para fins de concessão de estágio.

Nº 02/2014 - Cooperação Técnica entre o TJMA e a Faculdade Santa Terezinha - CEST, com o objetivo de cooperação educacional visando a concessão de descontos promocionais específicos pelo CEST, associados e/ou colaboradores, devidamente registrados junto ao TJMA, para cursarem cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu (MBA ou Especialização).

Nº 03/2014 - Cooperação Técnica entre o TJMA e a Prefeitura Municipal de São Luís para cessão de servidor.

Nº 04/2014 - Cooperação Técnica entre o TJMA, TRE, ESMAM e EJEMA com a finalidade de Integração Institucional para pesquisa jurídica.

Nº 05/2014 - Cooperação Técnica com a Prefeitura de Timon, para cessão de servidor.

Nº 06/2014 - Cooperação Técnica entre o TJMA e o Instituto Federal do Maranhão - IFMA, para concessão de estágio curricular obrigatório.

Nº 07/2014 - Cooperação Técnica com a Prefeitura de Guimarães, para cessão de servidor.

Nº 08/2014 - Cooperação Técnica com o Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Prof. Camillo Filho, para estágio curricular obrigatório.

Nº 09/2014 - Cooperação Técnica com a Sociedade Caxiense S/C LTDA - SOEDUCA, para estágio curricular obrigatório.

Nº 10/2014 - Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Piauí - UFPI, para estágio curricular obrigatório.

Nº 11/2014 - Cooperação Técnica entre o TJMA e o Instituto de Ensino superior Franciscano - IESF, para estágio curricular obrigatório.

Nº 12/2014 - Cooperação Técnica com a Faculdade Atenas Maranhense - FAMA, para estágio curricular obrigatório.

Nº 13/2014 - (não formalizado)

Nº 14/2014 - (não formalizado)

Nº 15/2014 - Cooperação Técnica com a Universidade Anhangueira Uniderf - Centro de Educação à Distância, para estágio curricular obrigatório.

Nº 16/2014 - (não formalizado)

Nº 17/2014 - (não formalizado)

Nº 18/2014 - Cooperação Técnica com a Universidade do Ceuma - UNICEUMA, para estágio curricular obrigatório.

Nº 19/2014 - Cooperação Técnica com a Faculdade do Baixo Par-

naíba - FAP, para a instalação e funcionamento de Centro Judiciário de solução de Conflitos e Cidadania e Captação e Mediadores e Conciliadores Voluntários.

Nº 20/2014 - Cooperação Técnica com a União dos Cursos Superiores - UNISEB, para estágio curricular obrigatório.

Nº 21/2014 - Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Olho D'Água das Cunhãs, para cessão de servidor.

Nº 22/2014 - Cooperação Técnica com a Sociedade Maranhense de Ensino Superior Ltda. - FACAM, para estágio curricular obrigatório.

Nº 23/2014 - (não formalizado)

Nº 24/2014 - (não formalizado)

Nº 25/2014 - Cooperação Técnica com a CEMAR para funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania e Captação e Mediadores e Conciliadores Voluntários.

Nº 26/2014 - Cooperação Técnica com a empresa TIM Celular, para funcionamento do Centro Judiciário de solução de Conflitos e Cidadania e Captação e Mediadores e Conciliadores Voluntários.

Nº 27/2014 - Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de São Luís, para cessão de servidor.

Nº 28/2014 - Cooperação Técnica com a UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci, para estágio curricular obrigatório.

2015

Nº 01/2015 - (não formalizado)

Nº 02/2015 - (não formalizado)

Nº 03/2015 - Cooperação Técnica entre TJMA, ESMAM e Procuradoria Geral do Estado, para integração institucional visando ao aperfeiçoamento técnico de recursos humanos.

Nº 04/2015 - Cooperação Técnica com o IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, para disponibilizar banco de dados aos magistrados sobre peritos e avaliadores habilitados.

Nº 05/2015 - Cooperação Técnica com a Fundação Universidade Federal do Maranhão, para estudos e pesquisas na área da Justiça Criminal.

Nº 06/2015 - Cooperação Técnica com o Banco do Brasil S.A. - Agência Setor Público, para critérios de abertura de conta de depósito.

Nº 07/2015 - (não formalizado)

Nº 08/2015 - (não formalizado)

Nº 09/2015 - (não formalizado)

Nº 10/2015 - (não formalizado)

Nº 11/2015 - Termo de Cooperação Técnica com a Unibalsas Educacional LTDA, para instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. - CEJUSC.

Nº 12/2015 - Cooperação Técnica com a FAI - Sociedade Educacional Caxiense, para instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. - CEJUSC.

Nº 13/2015 - (não formalizado)

Nº 14/2015 - Cooperação Técnica com a FEBAC - Menezes e Amorim Ltda. para instalação do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania.

Nº 15/2015 - (não formalizado)

Nº 16/2015 - (não formalizado)

Nº 17/2015 - (não formalizado)

Nº 18/2015 - Cooperação Técnica com a Sociedade Maranhense de Ensino Superior - SS, para instalação e funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

TERMOS DE CESSÃO DE USO

Assinatura, em 27.03.2014, do Termo de Cessão de Uso com o Poder Executivo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC) e Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), visando à cessão de imóvel em São Luís, com fundamento na Lei nº 8.666/93, para fins de instalação da Casa da Criança, instituição vinculada ao Poder Judiciário, pelo prazo legal de trinta anos.

Assinatura, em 30.03.2015, do Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel entre o TJMA e Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Gestão e Previdência, tendo como objeto a cessão de uso, em caráter gratuito, do terreno com área de 5,8ha, situado na Avenida Carlos Cunha, em São Luís, com a finalidade de construção, pela cessionária, de unidades do TJMA. A doação do imóvel pelo Executivo Estadual, autorizada pela Lei Estadual nº 10.166, de 03 de dezembro de 2014, vigora por cinco anos.

PROPOSIÇÕES AO PODER LEGISLATIVO

2014

MENSAGEM Nº 01/2014 - Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o reajuste nos vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, comissionados e funções gratificadas do quadro de pessoal do poder Judiciário.

MENSAGEM Nº 02/2014 - Projeto de Lei Complementar que altera os artigos 69, caput, 69 e parágrafo único, bem como o 82, § 9º da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, para facultar a remoção antes do provimento inicial de vaga ou promoção por antiguidade ou merecimento.

2015

MENSAGEM Nº 01/2015 - Projeto de Lei Complementar que altera os incisos XII e XIV do art. 9º da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, para que a 10ª Vara Cível e a 12ª Vara Cível atuem nas ações decorrentes da arbitragem nacional e internacional.

MENSAGEM Nº 02/2015 - Projeto de Lei Complementar que altera o inciso LVIII do artigo 9º da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, retirando da competência da 9ª Vara Criminal da Comarca de São Luís os crimes contra crianças e adolescentes do sexo feminino em situação de violência doméstica e familiar e os crimes de competência do Tribunal do Júri.

MENSAGEM Nº 03/2015 - (cancelada)

MENSAGEM Nº 04/2015 - Projeto de Lei Complementar que altera o artigo 18-A da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, com a extinção do Órgão Especial criado pela Lei Complementar nº 160, de 03 de dezembro de 2013.



VICE-PRESIDÊNCIA

Sobre as atividades da vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, no biênio que finda, o balanço foi altamente positivo. Entre dezembro de 2013 e setembro de 2015, foram distribuídos à vice-presidência 498 processos judiciais. Destes, foram despachados 104, com decisão/julgamento de 380 processos.

O gabinete da Vice-Presidência recebeu o certificado de unidade vencedora da Gratificação de Produtividade Judiciária do TJMA em 2014 por ter superado as metas de desempenho.

A vice-presidente, Anildes Cruz, também participou de diversos eventos oficiais, como o lançamento do projeto “Conciliação Itinerante”, realizado em 27 de junho de 2014, na Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em 7 de novembro de 2014, participou da instalação do terminal de videoconferência do Fórum de São José de Ribamar, ocasião em que ressaltou as vantagens do uso da tecnologia pela Justiça estadual.

A campanha “Justiça pela Paz em Casa” foi outro evento que contou com a participação da desembargadora Anildes Cruz. De iniciativa da vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmem Lúcia, a campanha tem como objetivo agilizar os julgamentos de processos que envolvam casos de violência contra mulheres, principalmente homicídio.

A vice-presidente do TJMA também participou do I Seminário de Atualização Jurídica, promovido pela Escola Superior de Magistratura (ESMAM), em 11 de junho de 2015, e da solenidade comemorativa ao Dia do Soldado, em 26 de agosto, ocasião em que foi homenageada pelo Comando do 24º Batalhão de Infantaria Leve.

Na passagem de Anildes Cruz pelo cargo, a Coordenadoria de Distribuição, unidade subordinada à Vice-Presidência, ganhou novas instalações.

No biênio 2014-2015, a desembargadora Anildes Cruz exerceu a função de Presidente do TJMA por 135 dias, durante o afastamento legal e temporário das funções judicantes da titular, desembargadora Cleonice Freire. Nesse período, oficializou diversos atos relevantes ao Poder Judiciário maranhense.

Como presidente da Seção Cível, a desembargadora Anildes Cruz julgou 39 processos. Já como presidente da Comissão de Divisão e Organização Judiciária e Assuntos Legislativos, a magistrada realizou 15 reuniões, nas quais foram distribuídos e decididos 134 processos administrativos.





GESTÃO ADMINISTRATIVA

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Na área de licitações e contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão, a gestão da desembargadora Cleonice Freire apresentou balanço bastante positivo. Diversas ações foram realizadas com o intuito de otimizar o desempenho do setor. Uma delas foi o suporte para a elaboração do termo de referência, a fim de torná-lo eficiente e diminuir seu tempo de tramitação até a contratação.

A alimentação do Sistema de Controle Orçamentário (SCO) com Atas de Registro de Preços, Contratos e Convênios, com a finalidade de gerenciar as compras do Tribunal, e a disponibilização dos dados levantados por meio do Portal da Transparência foram outras providências tomadas.

Na gestão da desembargadora Cleonice Freire foi montado o cadastro de contratos e processos de licitações no Sistema SACOP-TCE (sistema de cadastro de processos de compras públicas), a fim de dar transparência ao uso dos recursos públicos.

Houve ainda a elaboração de Atas de Registro de Preços, Contratos, Convênios e Termos Aditivos, todos publicados no Diário da Justiça Eletrônico (DJE).

Outra atividade realizada foi o levantamento quantitativo/qualitativo das licitações nas modalidades Pregão (Eletrônico e Presencial), Concorrência e Contratos Administrativos.

MODALIDADES	LICITAÇÕES FINALIZADAS	PERCENTUAL MÉDIO DE ECONOMIA	VALOR MÉDIO DA ECONOMIA
Pregão Eletrônico	57	34,12%	R\$ 45.983.312,95
Pregão Presencial	10	31,39%	R\$ 1.452.099,09
Concorrência	13	1,80%	R\$ 1.997.536,71

MODALIDADES	LICITAÇÕES EM ANDAMENTO
Pregão Eletrônico	15
Pregão Presencial	01
Concorrência	02

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS	
TIPO	QUANTIDADE
Fornecimento	136
Prestação de Serviços	82
Locação de Imóveis	17
Aditivos Contratuais	107
Termo de Cooperação Técnica	11
Convênios	06
Ata de Registro de Preço	129

Por fim, destacam-se as licitações, realizadas preferencialmente na forma eletrônica a partir do exercício de 2012, resultando em contenção de gastos da ordem de 19,75% (licitações finalizadas). Financeiramente, a economia foi de R\$ 49.432.948,75 ao Poder Judiciário do Maranhão na contratação de terceiros, contribuindo significativamente com o “Princípio da Eficiência, Economicidade e Publicidade”.

Todas as Atas de Registro de Preços resultantes dos Pregões e Contratos celebrados estão disponíveis no Portal da Transparência, no link: http://sisrh.tjma.jus.br/sco/portal/?acao_portal=menu_contratos, cumprindo Resolução do CNJ 102/2009.

CONTROLE INTERNO

Entre as atividades na área de controle interno, destacam-se a auditoria no planejamento e contratos de prestação de serviços, com o objetivo de avaliar o cumprimento da regulamentação relativa ao planejamento, contratação e gestão de contratos de prestação de serviços. Outra atividade relevante foi o controle do cartão corporativo no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, a fim de verificar se a concessão de adiantamento, por meio desse instrumento, está em consonância com a legislação que regula a matéria.

Houve ainda auditoria na Coordenadoria de Material e Patrimônio, com a finalidade de avaliar os controles relacionados à existência física dos bens móveis, bem como as condições gerais das instalações do Almoxarifado (onde funciona a Coordenadoria de Material e Patrimônio), especialmente estocagem e segurança do prédio. Na execução do trabalho, que está em andamento, as equipes se ocupam em avaliar as instalações da estrutura do prédio do almoxarifado, realizar o inventário físico periódico, avaliar os sistemas de controle adotados, identificar fragilidades e sugerir rotinas e procedimentos para um melhor controle de estoque, além de verificar o cumprimento de recomendações anteriores à auditoria.

Na elaboração do Relatório do Controle Interno, para compor a prestação de contas anual enviada ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), verificou-se a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado.

Está sendo executada ainda a auditoria contábil mensal dos balancetes, os saldos das contas contábeis, a contabilização da folha de pagamento do pessoal ativo e a conciliação bancária da conta específica da folha de pessoal, atividade pioneira no âmbito desta Corte.

A folha de pagamento do Poder Judiciário do Maranhão também foi auditada, a fim de analisar a legalidade das verbas concedidas aos servidores e magistrados, em consonância com a legislação pertinente. Outras auditorias realizadas tiveram como objetos o planejamento, a contratação e a gestão de contratos de fornecimento, de bens e serviços de TI, transportes, com o estudo de sua vantagem para a Administração, da arrecadação do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (FERJ) e do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC) e de obras e serviços de engenharia.

Do balanço de ações constam também o controle de atos de admissão de servidores, verificação da legalidade dos atos de concessão de diárias e passagens a magistrados, servidores e colaboradores eventuais e a elaboração do Plano anual de Atividades de Auditoria para 2016.

ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO

A Coordenadoria de Acompanhamento de Gestão do Poder Judiciário também registrou atividade intensa no biênio 2014-2015. Entre as ações realizadas, destacam-se a análise de atos e processos administrativos referentes aos atos de administração, licitação, de compra e de pessoa, auxílios aos gestores na administração e nos resultados de suas ações.

O setor deu importante contribuição ao trabalho de reestruturação do Sistema de Gestão, Fiscalização e Aplicação de Penalidades dos Contratos Administrativos da Corte, por meio de uma comissão instituída pela portaria 274/2013. No período, a Coordenadoria de Acompanhamento de Gestão emitiu recomendações por meio de 1.174 pareceres e 575 despachos, expedidos no exercício de 2015, totalizando 1.749 documentos, resultando em uma média de 10 processos analisados por dia.

AÇÕES INSTITUCIONAIS

Durante o biênio 2014/2015, o Tribunal de Justiça do Maranhão beneficiou 36 instituições filantrópicas com materiais permanentes ora inservíveis para a Corte. Uma vez doados, os itens passaram a ser utilizados para fins sociais. Em 2014, foram atendidas 1.506 requisições, feitas por instituições diversas. Até agosto deste ano, houve 1.151 atendimentos. Em relação aos materiais doados, o número chegou a 6.803 em 2014. Este ano, até agosto, foram 3.853 doações.

Requisições atendidas em 2014	Requisições atendidas em 2015 até agosto
1506	1151

Materiais atendidos em 2014	Materiais atendidos em 2015 até agosto
6803	3853



FÓRUM
Juiz Armindo Nascimento Reis Neto

GESTÃO DE INFRAESTRUTURA

INVESTIMENTOS EM OBRAS

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizou obras de construção e reforma de fóruns e outras unidades judiciais em comarcas do Estado, com recursos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ). Foram beneficiadas as comarcas de São Luís, São Bernardo, Balsas, Mirador, Codó, Santa Helena, Santa Luzia, Porto Franco, Buriticupu, Buriti e Santa Inês.

Fórum de Balsas



Fórum de Porto Franco



Fórum de Magalhães de Almeida

CONSTRUÇÕES

ESMAM

Área dotada de estacionamento (pavimento do tipo bloquete), calçadas (piso cimentado) e jardins (gramado / plantas).



Fachada



Entrada



Piso tátil para pessoas com Mobilidade Reduzida

FÓRUM DA COMARCA DE SÃO BERNARDO

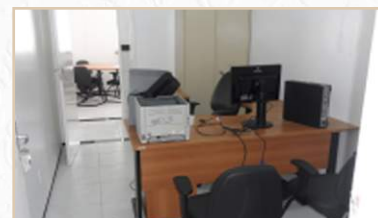
Construção de uma vara com salão de júri, contendo os seguintes ambientes: secretaria judicial, arquivo, depósito, atendimento, sala dos assessores, gabinete do juiz, sala de audiências, sala da OAB, sala dos oficiais de justiça, distribuição, banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais, copa, almoxarifado, acesso para magistrado, estacionamento, dentre outros.



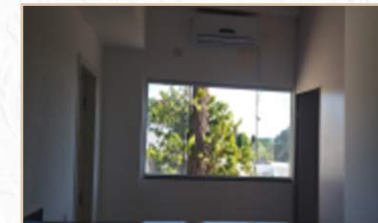
Fachada



Entrada



Ambiente interno



Ambiente interno



Ambiente interno



Fachada

FÓRUM DA COMARCA DE SANTA INÊS

Salão do júri com 108 lugares (incluindo PNE) e seus anexos: sala secreta, sala para testemunhas de defesa, sala para testemunhas de acusação, sala do réu, copa e sanitários.



Rampa de acesso



Ambiente interno



Fachada

FÓRUM DA COMARCA DE BURITICUPU

Fórum com área construída de 882 m², com espaço para o funcionamento de dois gabinetes, um salão do júri com capacidade para 110 pessoas, sala de audiência, recepção/atendimento, arquivos, entre outros compartimentos. Foi o primeiro Fórum inaugurado na atual gestão. O terreno foi cedido pelo Incra.



Fachada

REFORMAS SÃO LUÍS

RESGATE DO “PLENINHO”

Os serviços deram nova ambientação ao antigo salão de 112,94m², e os móveis antigos, restaurados. Foram substituídos o carpete, as cortinas e a iluminação e instaladas redes lógica, elétrica e sistemas de gravação de áudio e vídeo. O projeto de arquitetura foi elaborado com base em registros antigos, fotos e pesquisa realizada junto à Biblioteca do Judiciário.



Ambientação



Ambientação

PLENO DO TJMA



Ambientação



Ambientação

PRÉDIO DO 6º JUIZADO ESPECIAL



Pintura interna



Tratamento do piso em madeira



Restauração do prédio

FÓRUM DA COMARCA DE BALSAS

Fórum de um pavimento, composto por três unidades jurisdicionais, distribuição e protocolo, sanitários, Juizado Cível e Criminal, sala para oficiais de justiça, promotoria, salão do júri com 102 lugares (incluindo PNE). Foram construídos novos depósitos judiciais com área aproximada de 110,98 m², serviços de pavimentação e drenagem da área livre, recuperação estrutural de locais, pintura geral, dentre outros.



Fachada



Ambiente interno



Rampa de acesso ao Fórum

FÓRUM DA COMARCA DE MIRADOR

Fórum de um pavimento, composto por duas unidades jurisdicionais, distribuição e protocolo, sanitários, sala para oficiais de justiça, sala para OAB, salão do júri - e seus anexos - com 104 lugares (incluindo PNE) e alojamento para magistrados.



Fachada



Rampa de Acessibilidade



Impermeabilização da Laje

REFORMA DO TELHADO DO FÓRUM DA COMARCA DE CODÓ

Fórum de um pavimento, composto por três unidades jurisdicionais, distribuição e protocolo, sanitários, um juizado especial cível e criminal, promotoria, cartório eleitoral, sala para oficiais de justiça, sala para OAB, salão do júri - e seus anexos - com 102 lugares (incluindo PNE).



Mureta para proteção da chuva



Travamento das peças de sustentação



Fachada

PAVIMENTAÇÃO / URBANIZAÇÃO NO FÓRUM DA COMARCA DE SANTA HELENA

Área dotada de estacionamento (pavimento do tipo bloquete), calçadas (piso cimentado) e jardins (gramado / plantas).



Pavimentação/Urbanização



Pavimentação/Urbanização



Pavimentação/Urbanização



Pavimentação/Urbanização

PAVIMENTAÇÃO / URBANIZAÇÃO NO FÓRUM DA COMARCA DE SANTA LUZIA

Área dotada de estacionamento (pavimento do tipo bloquete), calçadas (piso cimentado) e jardins (gramado / plantas).



Pavimentação/Urbanização



Pavimentação/Urbanização



Pavimentação/Urbanização



Pavimentação/Urbanização

BURITI

Recuperação de paredes, substituição de forro, janelas e luminárias, instalação de grades de proteção, novos aparelhos de ar-condicionado, descupinização e pintura geral, rede elétrica revisada, link de internet otimizado, além de construção de acesso e sanitário adaptados para deficientes físicos, e salas para os profissionais da OAB e do Ministério Público.



Recuperação

FUNDAÇÃO DA CIDADANIA E JUSTIÇA “CASA DA CRIANÇA”

As novas instalações da sede da Fundação da Cidadania e Justiça - “Casa da Criança” tem espaço físico suficiente para atender cerca de 100 (cem) crianças em tempo integral e contará com 10 (dez) quartos, berçário, sala para coordenadoria administrativa, sala para atendimento psicossocial I e II, consultório médico, consultório odontológico, sala de fisioterapia, brinquedoteca, copa, cozinha, rouparia, lavanderia, banheiros, banheiros PNE, sala de estudos, salas destinadas para oficina de corte costura, artesanato e informática, área para horta, quadra esportiva, estacionamento, entre outros.



Quadra



Cozinha



Ambiente interno

Fundação da Cidadania e Justiça





Lançamento da Fundação da Cidadania e Justiça



Inauguração da Casa da Criança

SOLAR DOS VERAS

Na Rua do Egito, em São Luís, foi restaurado o SOLAR DOS VERAS – sobrado colonial do Século XIX, localizado na Rua do Egito, centro histórico. O prédio é composto por duas unidades. A primeira possui três pavimentos e área construída de 975,77m². A segunda, com área construída de 1.010,02m², dispõe de quatro pavimentos. No local, estão instalados a biblioteca do TJMA, o gabinete do desembargador Froz Sobrinho, a Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF), o a Comissão de Concursos (Recursos Humanos) e a Diretoria de Segurança Institucional.

IMPERATRIZ

O novo fórum de Imperatriz está sendo construído numa área de 14.083,33 m², no bairro Residencial Kubitscheck. O fórum projetado, com obras iniciadas em 2013, terá capacidade para 50 juízes.

A estrutura metálica do prédio já foi executada e foram iniciadas as instalações elétricas, combate a incêndio, águas pluviais, sanitárias e hidráulicas e a colocação de piso nos ambientes internos. A obra encontra-se com 48,58% dos serviços executados.

Segunda maior comarca do Maranhão e segunda maior cidade após São Luís, Imperatriz se destaca como polo de desenvolvimento em expansão no país.

Obra do Fórum de Imperatriz



OUTRAS MANUTENÇÕES



Cobertura Policarbonato



Cobertura Policarbonato



Cobertura Policarbonato



Cobertura Policarbonato



Creche Judith Pacheco (Centro) - Reparo no quadro elétrico



Casa da Criança (Apeadouro) - Substituição da bomba d'água



ESMAM - Instalação de três condicionadores de ar de 60.000 btu's



ESMAM - Criação de pontos elétricos e pintura no Auditório



ESMAM - Impermeabilização na cobertura



CASA DA CRIANÇA - Instalação de pontos elétricos e ventiladores de parede



CASA ABRIGO - Instalação de toldo fixo



CASA ABRIGO - Instalação de toldo fixo



12º JUIZADO - Instalação de forro em PVC branco, na Copa



1ª VARA (DEODORO) - Instalação de rack



14º JUIZADO - Capina e limpeza da área livre



ESMAM - Pintura das paredes, forros, portas e guarda-corpo



4º JUIZADO (CSU-Cohab) - Revisão de cobertura



7º JUIZADO (CEUMA-RENASCENÇA) - Substituição de luminárias



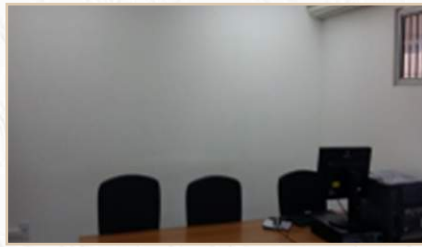
5º JUIZADO (UFMA) - Substituição do QGBT



FÓRUM e JUIZADO DE RIBAMAR - Instalação de infraestrutura para CFTV



9º JUIZADO (CEUMA-COHAMA) - Troca de fechadura



FÓRUM DE RIBAMAR - Pintura da sala



2º JUIZADO-UEMA - Reparo no pavimento de bloco de concreto



CASA ABRIGO - Substituição de 2 vasos sanitários com caixa acoplada



CASA DA CRIANÇA - Troca de registro e torneira



4º JUIZADO (CSU-COHAB) - Substituição de caixa d'água e reparo na cobertura



Estacionamento Lateral



Estacionamento Lateral



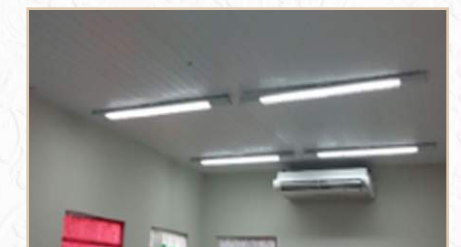
Estacionamento Lateral



Estacionamento Lateral



JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE RIBAMAR - Instalação de luminárias



2º JUIZADO (UEMA) - Substituição de lâmpadas e reatores



JUIZADO DE RAPOSA - Instalação de infra-estrutura para CFTV



CASA DA CRIANÇA - Pintura externa



CASA ABRIGO - Instalação de guarda-corpo



Creche Judith Pacheco - Instalação de tela de proteção de nylon com ganchos em inox

A grand, ornate dining room with a large wooden table, pink chairs, red curtains, and a chandelier. The room features a coffered ceiling, a large mirror, and a statue on a side table. The text "GESTÃO FINANCEIRA" is overlaid on the right side of the image.

GESTÃO FINANCEIRA

FINANÇAS

A Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça do Maranhão, adotou como principais linhas de atuação, no biênio 2014/2015, a racionalização do processo de alocação de recursos, conforme o planejamento orçamentário; rigoroso controle das despesas e investimentos e a utilização de sistemas gerenciais modernos.

O compromisso com a transparência foi outra marca da gestão que finda. As informações divulgadas no Portal da Transparência, disponível no endereço www.tjma.jus.br/financas, estão atualizadas e permitem a qualquer cidadão acompanhar a aplicação do orçamento e visualizar dados sobre a utilização de diárias, detalhamento da folha de pessoal e pagamentos a fornecedores do Poder Judiciário.

A gestão dos recursos teve como pilar o equilíbrio das contas e a observância rigorosa do que prevêm a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, permitindo que a Corte executasse seu orçamento dentro das metas previstas.

Outro destaque foi a criação da Unidade Orçamentária 04904 – Fundo Especial de Segurança dos Magistrados, com receitas de 3% da arrecadação do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (FERJ), que visa planejar e estrutura ações referentes à segurança dos magistrados.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A elaboração do Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2016/2019 e das Leis Orçamentárias Anuais foi uma das principais atividades da Diretoria Financeira do TJMA no biênio 2014/2015. Coube à Coordenadoria de Orçamento executar essa tarefa.

A Diretoria Financeira, em conjunto com as demais Diretorias e a Coordenação de Planejamento Estratégico elaborou e encaminhou o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016/2019, que após sua sanção e promulgação autorizará os seguintes programas e ações do TJMA, conforme a seguir:

Ação	Descrição	Unidade de Medida
PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL		

ATIVIDADES

4305	Assistência Suplementar de Saúde	Agente Público Assistido
4434	Acesso à Justiça	Medido pela Despesa
4478	Comunicação e Divulgação Institucional	Materia Veiculada
4674	Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais	Medido pela Despesa
4436	Modernização do Judiciário	
4438	Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário	
4430	Gratuidade do Registro Civil	

PROJETO

1656	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário	
------	--	--

Ação	Descrição	Unidade de Medida
PROGRAMA 0411 - APOIO ADMINISTRATIVO		

OPERAÇÕES ESPECIAIS

0900	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	
0901	Contribuição ao Regime Geral da Previdência	

Ação	Descrição	Unidade de Medida
PROGRAMA 0499 - OPERAÇÃO ESPECIAL		

OPERAÇÕES ESPECIAIS

0902	Cumprimento de Sentença Judicial	
------	----------------------------------	--

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A Programação Orçamentária Inicial do Tribunal de Justiça contemplada na LOA para o exercício financeiro de 2014 (Lei Estadual nº 9.976, de 06 de janeiro de 2014) fixou a despesa no valor de R\$ 1.032.916.559. No decorrer do exercício financeiro foram aprovados legalmente créditos adicionais suplementares perfazendo um acréscimo no valor de R\$ 151.707.214 (cento e cinquenta e um milhões, setecentos e sete mil e duzentos e catorze reais). Desse modo, o orçamento do Tribunal de Justiça até o final do corrente exercício, totalizou R\$ 1.184.623.773 (um bilhão, cento e oitenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e três reais).

Para o exercício financeiro de 2015 foram consignados ao Tribunal de Justiça pela LOA 2015 (Lei Estadual nº 10.183, de 22 de dezembro de 2014) créditos orçamentários no valor de R\$ 1.124.639.727 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e nove mil e setecentos e vinte e sete reais).

A seguir, tabela contendo o orçamento autorizado versus o executado nos exercícios financeiros de 2014 e 2015 (Tabela 1), bem como comparativo para fins de avaliação do percentual de crescimento das dotações autorizadas:

	2014	2015*	Δ(%) 2015X2014
Dotação Autorizada (LOA + Créditos)**	896.393.762	868.919.632	-3,06%
Despesas Correntes	844.594.108	825.711.198	-2,24%
GND "1" - Pessoas e Encargos Sociais	612.939.782	595.000.000	-2,93%
GND "3" - Outras Despesas Correntes (Exceto Precatórios)	231.654.326	230.711.198	-0,41%
Despesas de Capital	51.799.654	43.208.434	-16,59%
GND "4" - Investimentos	50.799.654	43.208.434	-14,94%
GND "5" - Inversões Financeiras	1.000.000	-	-

Dados apurados até 31.08.2015. Excluindo precatórios

GESTÃO FINANCEIRA

Por meio da Coordenadoria de Finanças e da Divisão de Análise de Faturas, a Diretoria Financeira racionalizou e agilizou os processos de pagamento a fornecedores do TJMA.

O rígido controle sobre as finanças públicas da Corte permitiu um equilíbrio entre as disponibilidades financeiras e orçamentárias e o respectivo empenho das despesas. A manutenção do equilíbrio financeiro foi de grande valia no momento econômico atual, marcado pela redução de receitas públicas e pela elevação dos preços dos produtos e serviços. Os mecanismos de controle viabilizaram recursos e possibilitaram investimentos necessários à boa prestação jurisdicional.

GESTÃO CONTÁBIL

Coube à Coordenadoria de Contabilidade a missão de elaborar a prestação de contas anual da Presidência e do Relatório de Gestão, apresentados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). Outra tarefa cumprida com louvor foi a elaboração e publicação dos Relatórios Quadrimestrais de Gestão Fiscal (RGF). Os RGFs referentes aos três quadrimestres de 2014 e aos dois primeiros quadrimestres de 2015 foram devidamente publicados no Diário da Justiça Eletrônico, no site do TCE e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Sincofi). Em nenhum dos períodos levantados houve excesso ao limite máximo de despesas com pessoal.

Percentuais dos Períodos	Relatórios de Gestão Fiscal - RGF	
	2014	2015
1º Quadrimestre	5,05%	5,41%
2º Quadrimestre	4,97%	5,68%
3º Quadrimestre	5,14%	Publicação em janeiro/2016

GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Na gestão da desembargadora Cleonice Freire, o calendário de pagamento dos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário continuou sendo cumprido pontualmente, permitindo aos membros e funcionários realizarem um planejamento financeiro pessoal seguro.

O total de despesas com pessoal da Corte no exercício de 2014 foi de R\$ 609.364.842,69 ((seiscentos e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos), no ano de 2015, até o mês de agosto, o dispêndio do Tribunal com estas despesas já somou R\$ 433.285.854,18 (quatrocentos e trinta e três milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos).

Também foram efetuados os pagamentos referentes à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) no montante de R\$ 9.752.949,76 (nove milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos); as Diferenças de Auxílio Alimentação dos magistrados, no total de R\$ 17.215.188,67 (dezessete milhões, duzentos e quinze mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos), e as diferenças referentes ao auxílio-moradia aos magistrados, totalizando R\$ 1.281.509,95 (um milhão, duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e nove reais e noventa e cinco centavos).

Em relação aos servidores, foram pagos R\$ 18.045.458,07 (dezoito milhões, quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e sete centavos) relativos à Gratificação por Produtividade Judiciária no ano de 2014. Também nesse mesmo ano, no mês de agosto, foi implantada a decisão judicial do percentual de 21,7%, estendida erga omnes a todos os servidores a partir de janeiro de 2015. O dispêndio com a implantação dessa decisão totalizou, em 2014, R\$ 20.511.353,78 (vinte milhões, quinhentos e onze mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos), e até o mês de setembro de 2015, R\$ 44.474.528,25 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos).

Também foi implantado, em favor dos servidores, o reajuste de 4,3%, autorizado pela Lei 10.156/2014, a partir do mês de novembro de 2014, cujo pagamento dos valores retroativos aos meses de outubro a junho/2014, somou R\$ 6.721.754,28 (seis milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e oito centavos), pagos ainda no exercício de 2014, os valores relativos aos meses de maio a janeiro/2014, cujo somatório, de R\$ 6.218.942,30, foi pago no período de janeiro a maio de 2015.



FERJ

O balanço de atividades do Fundo Estadual de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (FERJ) no biênio 2014/2015 foi altamente positivo. Nos dois anos de gestão da desembargadora Cleonice Freire como presidente do TJMA, o fundo arrecadou R\$ 150.230.147,07 (cento e cinquenta milhões, duzentos e trinta mil, cento e quarenta e sete reais, sete centavos), referente à cobrança de custas finais e protesto, fiscalização, repasses provindos dos saldos de balancete e venda de selos.

A diretoria do Ferj adotou os seguintes meios para o recolhimento de custas finais: contatos por telefone com as pessoas jurídicas (ativas) para confirmação de endereço e envio de cobranças via Correios e por e-mail, tornando mais ágil a efetivação dos pagamentos.

De janeiro de 2014 a julho de 2015, a Diretoria do FERJ arrecadou, com custas finais, R\$ 698.455,08 (seiscentos e noventa e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos). Desse montante, R\$ 398.027,00 foram arrecadados por meio de notificações diretas aos devedores (cartas e editais) e R\$ 300.428,08, via Certidões de Dívidas Ativas encaminhadas às serventias para protesto.

O trabalho de fiscalização realizado pelo FERJ gerou uma arrecadação de R\$ 2.014.151,19 (dois milhões, catorze mil, cento e cinquenta e um reais, dezenove centavos).

Já a cobrança e a análise dos balancetes das serventias judiciais interinas do Estado do Maranhão, que desde março de 2012 estão a cargo do FERJ, por determinação da Corregedoria Geral de Justiça, renderam aos cofres públicos, no período de janeiro/2014 a julho/2015, a quantia de R\$ 5.444.190,38 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e noventa reais, trinta e oito centavos).

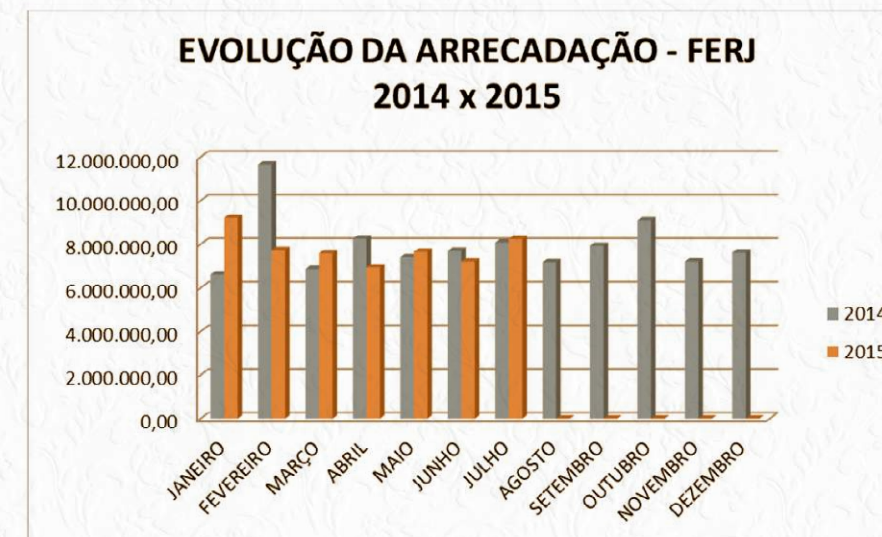
O Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE) alcançou, no exercício de 2014, as metas propostas para a Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) com excelência. De janeiro a junho de 2015, a meta estabelecida também foi atingida, também de acordo com o NPE.

Em relação ao Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC), a diretoria informa ter desenvolvido um trabalho contínuo de análise e compensação dos atos gratuitos. Graças a esse esforço, nenhum registrador com situação regularizada ficou sem sua devida compensação no prazo estimado.

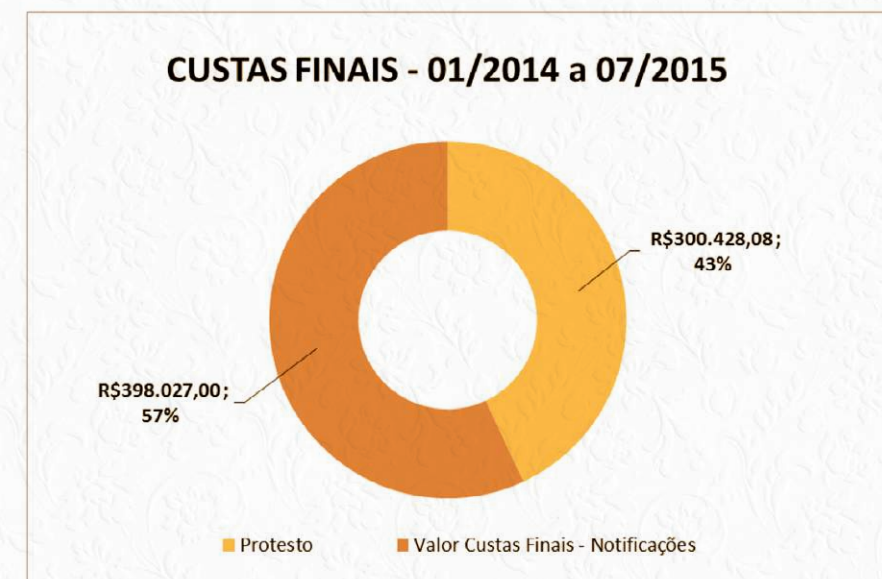
Em 2015, segundo ano da gestão da desembargadora Cleonice Freire, os registradores civis passaram a receber a quantia de R\$ 13,40 (treze reais e quarenta centavos) como compensação por cada ato gratuito praticado, conforme determinou a RESOL-GP 40/2014, que atu-

alizou monetariamente o limite unitário máximo para compensação de atos gratuitos previstos na Lei Complementar Estadual nº. 130/2009.

INDICADORES

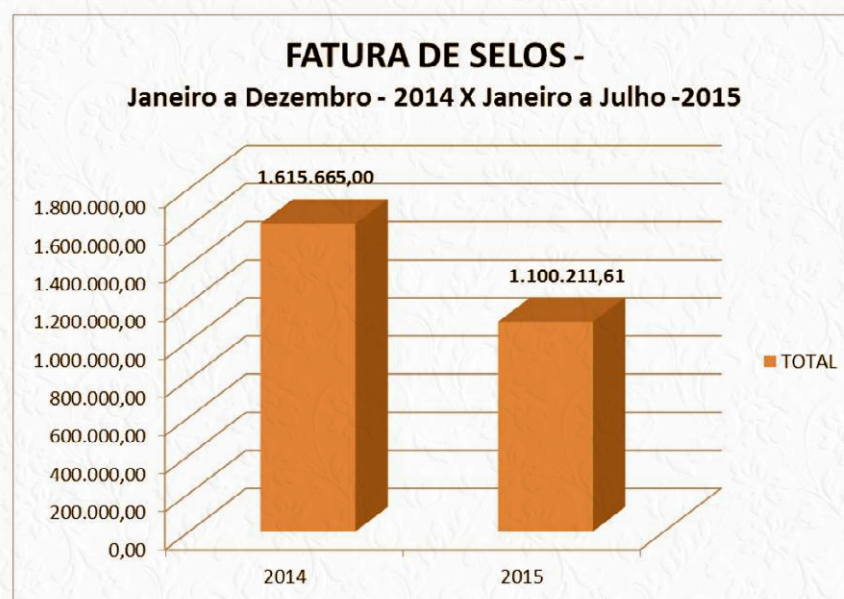


Fonte: SIAFERJ-WEB (Banco do Brasil)



Fonte: SIAFERJ-WEB (Banco do Brasil)

INDICADORES



Fonte: SIAFERJ-WEB (Banco do Brasil)

ARRECADAÇÃO AUDITORIA - 01.2014 a 07.2015	
NOTIFICAÇÕES	VALORES (EM R\$)
PAGAS	2.014.151,19
PARCELADAS	15.615,01
TOTAL	2.029.766,20

PROJETOS 2014-2015

Projetos:	Situação:	Status
Criação do papel de segurança, a fim de garantir a autenticidade, segurança e eficácia dos atos emitidos pelas secretarias judiciais e serventias extrajudiciais	O processo 58001/2014 contendo a licitação da aquisição do papel de segurança encontra-se na Diretoria Financeira para empenho, conforme DECISÃO-GP - 30822015.	Em execução
Alterações no sistema SIAFERJ-WEB, como por exemplo, a criação da opção Relatório Sintético de Estoque de Selos, Relatório Sintético de Rastreamento de Selos, Digitação das remessas extrajudiciais via sistema.	Todas essas atividades foram executadas desde o início do ano de 2014, o que proporcionou agilidade na análise das informações das serventias extrajudiciais	Realizado
Notificação para fins de compensação financeira de todos os atos gratuitos não solicitados ou solicitados incorretamente pelas 189 serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais - RCPN do ano de 2014	Com a alteração da Resolução n.º 14/2010, que aprova o regulamento do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais - FERC, através da RESOL-GP - 492013, as notificações para fins de compensação financeira de todos os atos gratuitos não solicitados ou solicitados incorretamente pelas 189 serventias de registro civil não foi mais necessária, pois a referida resolução estipulou um prazo limite para a prestação de contas dos documentos comprobatórios de gratuidade	Realizado
Realização de atualização monetária das tabelas de custas e emolumentos previstas na Lei Estadual n.º 9.109/2009, para o exercício de 2015	Providenciado pela Resolução n.º 38/2014, com atualização monetária em 6,3338400%	Realizado
Alteração da Lei Estadual n.º 9.109/2009, visando promover ajustes no texto legal da novel Lei de Custas e Emolumentos, bem como a inclusão da Tabela XVIII dos serviços extrajudiciais - atos dos tabeliães e oficiais de registros de contratos marítimos, preenchendo, assim, uma lacuna na Lei	O projeto de alteração da legislação foi devidamente criado em abril/2015, por meio do processo n.º 14842/2015	Em execução

Realizar a atualização o valor unitário dos selos de fiscalização dos atos notariais, registrais e de distribuição extrajudiciais, criados pela Lei Complementar n.º 48, de 15 de dezembro de 2000	Realizado através da assinatura da Resolução n.º 39/2015, que entrou em vigor no dia 1º janeiro de 2015	Realizado
Realizar a atualização monetária do limite unitário máximo para compensação de atos gratuitos da Lei Complementar Estadual n.º 130/2009, para o exercício de 2015	O limite unitário máximo para compensação passou a vigorar no valor de R\$ 13,40, a partir da publicação da Resolução n.º 40/2014	Realizado
Inclusão de novas ações judiciais (1º Grau e 2º Grau) no sistema "Gerador de Custas" disponibilizado no sítio do TJMA	Providenciada a adequação do Gerador de Custas para emissão de guias de recolhimento de custas para interposição de Recursos Inominado, a partir da utilização do Sistema PJe.	Realizado
Elaboração do Manual de Procedimentos (orientação aos interinos), bem como a criação da DRM (Demonstrativo de Resultado Mensal) como forma de otimização do Balancete Financeiro	O manual de procedimentos e a DRM encontram-se concluídos, aguardando apenas a criação de ato administrativo que regulamente o uso de tais ferramentas	Em execução

Entre os projetos executados no biênio 2014/2015 destacam-se a criação do papel de segurança, a fim de garantir a autenticidade, segurança e eficácia dos atos emitidos pelas secretarias judiciais e serventias extrajudiciais; alteração no sistema SIAFERJ-WEB, a exemplo da criação da opção Relatório Sintético de Estoque de Selos, Relatório Sintético de Rastreamento de Selos e digitação das remessas extrajudiciais via sistema e notificações para fins de compensação financeira de todos os atos gratuitos não solicitados ou solicitados incorretamente pelas 189 serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN) do exercício de 2014.

Houve também a atualização monetária das tabelas de custas e emolumentos previstas na Lei Estadual n.º 9.109/2009, para o exercício de 2015; do valor unitário dos selos de fiscalização dos atos notariais, registrais e de distribuição extrajudiciais, criados pela Lei Complementar n.º 48, de 15 de dezembro de 2000, e do limite unitário máximo para compensação de atos gratuitos da Lei Complementar Estadual n.º 130/2009, para o exercício de 2015. Registrou-se ainda a alteração da Lei Estadual n.º 9.109/2009, com o intuito de promover ajustes no texto legal da novel Lei de Custas e Emolumentos, bem como a inclusão da Tabela XVIII dos serviços extrajudiciais - atos dos tabeliães e oficiais de registros de contratos marítimos, preenchendo, assim, uma lacuna na Lei.





GESTÃO DE PESSOAS

GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas foi outra área com desempenho altamente satisfatório no biênio 2014/2015. Diversas ações ganharam destaque, como o reforço do quadro da magistratura, cursos de capacitação profissional, assistência à saúde dos servidores, melhoria salarial, de gratificações e demais benefícios, dentre outras realizações que tornaram o ambiente de trabalho mais harmônico e propício à produtividade.

Aprovados em concurso público para juiz substituto, 97 candidatos foram matriculados como bolsistas em curso de formação de magistrados. Dos participantes do curso, 30 foram nomeados e passaram a integrar o quadro do Poder Judiciário do Maranhão.

PRODUTIVIDADE

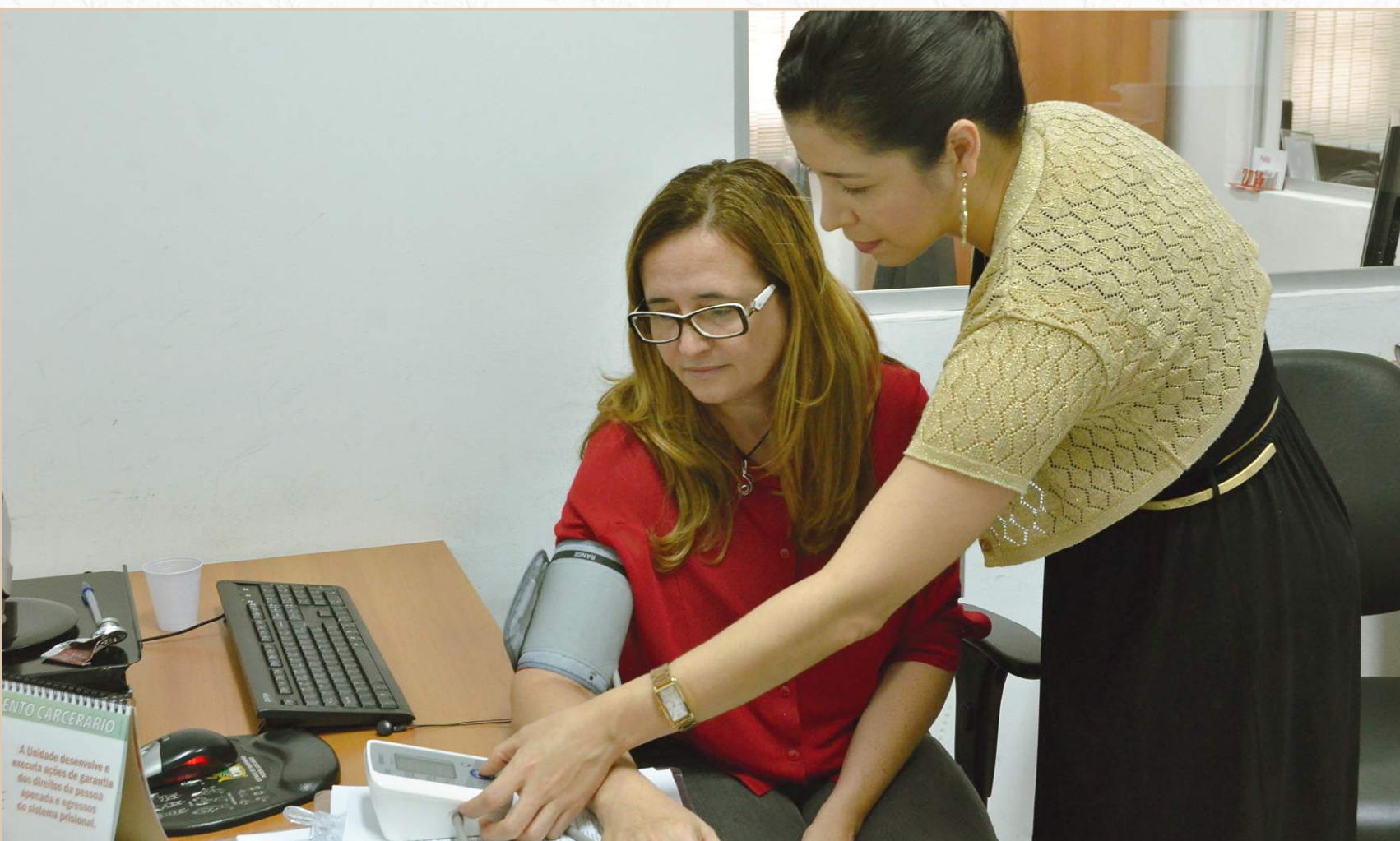
A Gratificação por Produtividade Judiciária, instituída pela Lei 9326/2010, paga de acordo com o alcance das metas estabelecidas pelas unidades administrativas e judiciais de 1º e 2º graus, foi fixada em 98% e registrou índice de 99,83% em 2014, atingindo, dessa forma,

as metas propostas pelo quarto ano consecutivo em decorrência dos esforços empreendidos, comprometimento, espírito de equipe, sendo de responsabilidade, eficiência, eficácia e efetividade de todos os servidores da Divisão de Cadastro.

A Divisão de Direitos e deveres também registrou desempenho condizente com as metas estabelecidas. De janeiro de 2014 a julho de 2015, foram registradas 43.853 ocorrências, entre processos informados, decididos, arquivados, declarações, certidões elaboradas, além de ocorrências do Boletim de Alteração Financeira.

Medindo-se a produtividade da Divisão Psicossocial, o resultado foi o seguinte: 1.178 atividades e atendimentos, atingindo 604 pessoas, beneficiadas com ações como sessões de atendimento psicológico, sessões de atendimento social, visita hospitalar, visita domiciliar, visita institucional, acompanhamento de servidores em licença médica, realização de campanha, elaboração de relatório social, elaboração de relatório psicológico e elaboração de relatório psicossocial.

Programas e projetos como o Bem Estar: Qualidade de Vida no Trabalho, Doar é Amar e Bem Viver beneficiaram servidores do Poder Judiciário, dependentes e outros usuários.





CARREIRA

A gestão que ora se encerra também desenvolveu ações voltadas ao acompanhamento e desenvolvimento da carreira, por meio de uma coordenação especializada nesse trabalho. No biênio 2014/2015, foram ofertados 16 cursos em 2014 e 22 em 2015 (até julho), nas modalidades in company, interno (São Luís) e externo. Quanto aos servidores que participaram desses cursos, registrou-se o seguinte balanço: 67 em 2014 e 65 em 2015 (até julho).

MODALIDADES DOS CURSOS AUTORIZADOS		
MODALIDADE/ANO	2014	2015 (até julho)
IN COMPANY	0	0
INTERNO (SÃO LUÍS)	9	4
EXTERNO	17	18
TOTAL DE CURSOS	16	22

PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES		
MODALIDADE/ANO	2014	2015 (até julho)
IN COMPANY	0	0
INTERNO (SÃO LUÍS)	56	35
EXTERNO	11	30
TOTAL DE CURSOS	67	65

AValiação DE DESEMPENHO

Nos últimos dois anos, os servidores de carreira da Justiça foram submetidos a permanente avaliação de desempenho, sendo que a maioria obteve conceito excelente.

PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES		
MODALIDADE/ANO	2014	2015 (até julho)
IN COMPANY	0	0
INTERNO (SÃO LUÍS)	56	35
EXTERNO	11	30
TOTAL DE CURSOS	67	65

Quanto à progressão funcional, foram registradas 2.220 mudanças de nível em 2014 e 1.824 em 2015.

QUADRO DE PROGRESSÕES IMPLANTADAS			
CLASSE	PROGRESSÃO	2014	2015 (até julho)
A	A01→A02	105	114
	A02→A03	239	76
	A03→A04	101	191
	A04→A05	306	51
B	B06→B07	1310	51
	B07→B08	68	1147
	B08→B09	34	44
	B09→B10	11	10
C	C11→C12	11	1
	C12→C13	24	4
	C13→C14	7	17
	C14→C15	4	2
TOTAL		2220	1824

Já as promoções funcionais, que consistem na mudança do servidor da classe em que se encontra para a classe imediatamente superior do mesmo cargo, sempre que alcançar o último padrão da mesma classe, chegaram a 98 em 2014 e 116 em 2015 (até julho).

QUADRO DE PROMOÇÕES IMPLANTADAS		
PROMOÇÃO	2014	2015 (até julho)
A05→B06	97	112
B10→C11	1	4
TOTAL	98	116

O Adicional de Qualificação, pago como incentivo ao treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional do servidor, registrou 1.387 processos em 2014 e 581 até julho de 2015.

Em dezembro de 2014 foi realizado o 8º Concurso de Remoção de Servidores do Poder Judiciário do Maranhão, voltado aos ocupantes de cargos efetivos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça, Comissário de Justiça da Infância e da Juventude, Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.

PROGRAMA DE ESTÁGIO

O Programa de Estágio, nas modalidades obrigatório e não obrigatório (remunerado) teve pleno andamento na gestão da desembargadora Cleonice Freire como presidente do TJMA. Por meio de convênios firmados com 23 Instituições de Ensino Superior, foram ofertadas vagas para estágio obrigatório a estudantes das seguintes faculdades e universidades: CEST, Estácio de Sá, Facam, Faculdade São Luís, Fama, Iesf, IFMA, Pitágoras, Uema, UFMA, UNDB, Uniceuma, Uniderp, Uniseb e Unisulma.

Quanto ao estágio não obrigatório, encontram-se preenchidas, no momento, 50 vagas, distribuídas pelos cursos de Direito (46), Biblioteconomia (3) e Ciências Contábeis (1), nas comarcas de Caxias (1), Timon (8), Imperatriz (5), São José de Ribamar (1) e São Luís (35).

DISTRIBUIÇÃO POR CURSO	
CURSO	QUANTIDADE
DIREITO	46
BIBLIOTECONOMIA	3
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1
TOTAL DE ESTAGIÁRIOS	50

Atualmente, o Poder Judiciário maranhense mantém convênios de estágio com 23 Instituições de Ensino Superior e de ensino profissionalizante de nível médio:

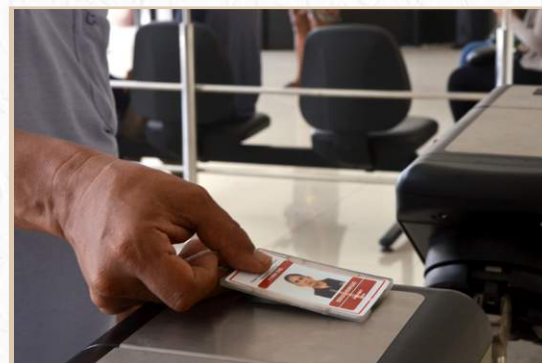
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira
Universidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão
UNITINS
Universidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Faculdade São Luís/ Faculdade Estácio
Faculdade de Ensino Superior de Floriano - FAESF
PITAGORAS - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.

Faculdade Camilo Filho
Faculdade Santa Terezinha - CEST
Instituto de Ensino Superior Franciscano - IESF
Instituto Federal do Maranhão - IFMA
Faculdade do Vale do Itapecuru - FAI
Faculdade Atenas Maranhense - FAMA
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Universidade Anhanguera - UNIDERP
Associação de Ensino Superior - CEUMA
UNISEB COC
UNIASSELVI
Faculdade Cândido Mendes - FACAM
Complexo Educacional Damásio de Jesus



SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A segurança institucional foi outra prioridade na gestão da desembargadora Cleonice Freire como presidente do TJMA. Destacam-se, nesse quesito, ações de segurança de magistrados e servidores, segurança patrimonial e execução de projetos para a segurança institucional.



PROTEÇÃO PESSOAL DE MAGISTRADOS

Foram atendidos 31 magistrados em situação de risco, e/ou ameaça. Atualmente, somente 3 ainda dispõem dos serviços de segurança pessoal.

Foi também disponibilizada proteção pessoal a outros magistrados que estiveram sob suspeita de ameaça, que após intervenção da Diretoria ou deliberação da Comissão Permanente de Segurança Institucional, tiveram suspensa a proteção.

RECOLHIMENTO DE ARMAS E MUNIÇÕES PARA DESTRUIÇÃO E/OU CUSTÓDIA

Durante a Gestão, foram recolhidas e transportadas dos fóruns do Poder Judiciário, 4.038 (quatro mil e trinta e oito) armas de fogo e 2.606 (dois mil e seiscientos e seis) armas brancas, para fins de destruição e/ou custódia, conforme guias de recolhimento de armas, arquivadas nesta Diretoria, em atendimento às solicitações das comarcas, através de ofício (via DIGDOC), e-mail ou contato telefônico, após o envio de Ofício-Circular, solicitando informações sobre a existência de armas e munições para recolhimento e, devido transporte, para destruição e/ou guarda provisória nas Unidades Militares. Totalizando 45 comarcas atendidas em 2014 e 75 comarcas em 2015.



INSPEÇÃO DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS E DE SEGURANÇA DOS NOVOS FÓRUNS

Em conformidade com a Portaria GP-2332013, foram intensificados os trabalhos de inspeções nas instalações dos fóruns das comarcas do Estado do Maranhão, com o objetivo de levantar e verificar as atuais condições de segurança, identificar as vulnerabilidades das novas instalações prediais e propor adequações a serem implantadas nos projetos futuros para a garantia de melhor segurança aos magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Foram inspecionados em 2014, os fóruns das comarcas de Magalhães de Almeida, Caxias, Lago da Pedra, Imperatriz, Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Buriticupu e São Luís. Em 2015, as inspeções ocorreram nas comarcas de Olinda Nova, Buriti, São José de Ribamar, Pinheiro, Paço do Lumiar, Monção, Cedral, Santa Luzia do Paruá, Santa Inês, Caxias, Coroatá, Imperatriz e Porto Franco.

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO

Após a aquisição de equipamentos para implantação do Sistema Integrado de Segurança, iniciadas no final do ano de 2013, que contempla monitoramento eletrônico e controle de acesso, foram adquiridos e instalados nas dependências dos Fóruns da capital e interior: aparelhos de raio X, portais detectores de metais, câmeras, cartões de acesso, crachás, licenças de software dos sistemas e estações de cadastramento para identificação de servidores e visitantes.

Foram confeccionados 8.274 (oito mil, duzentos e setenta e quatro) crachás, distribuídos aos magistrados e servidores, lotados nas Unidades da capital (6.112 crachás) e interior (2.162 crachás).

Foram cadastrados magistrados, servidores, advogados, promotores de Justiça, defensores públicos, procuradores do estado, terceirizados, estagiários e visitantes no Fórum de São Luís.

Além de terem sido concluídos os Sistemas de Controle de Acesso e de vídeo monitoramento nos fóruns: Desembargador Sarney Costa (São Luís), Ministro Henrique de La Roque (Imperatriz), Buriti, Raposa, São José de Ribamar e prédio sede do Tribunal de Justiça.

FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA

A DSI fiscaliza quatro contratos de prestação de serviços de segurança e vigilância armada para o Poder Judiciário, firmados com as Empresas

Atlântica Segurança Técnica Ltda e Potencial Segurança e Vigilância Ltda, a saber: 132/2011, 183/2011, 214/2011 e 44/2014, totalizando 89 (oitenta e nove) postos de serviço, distribuídos na capital e interior.

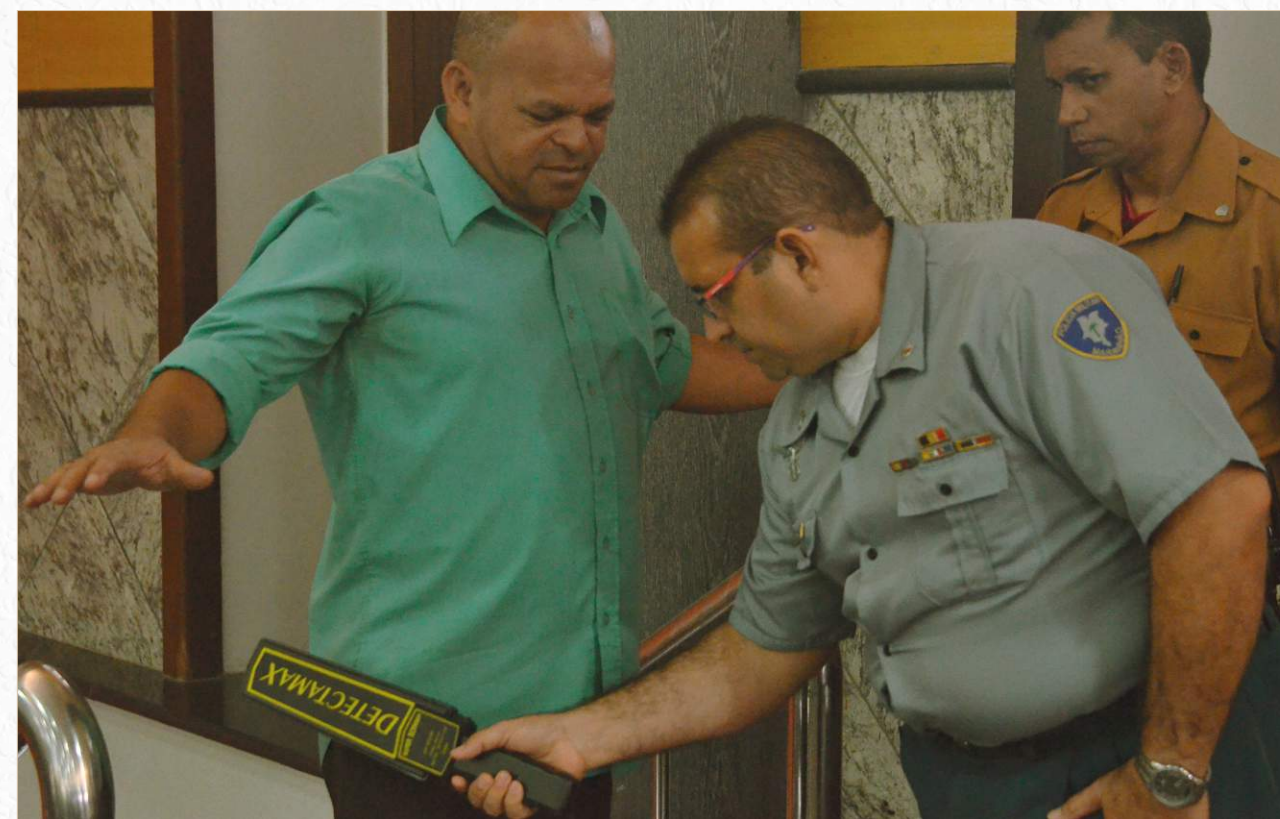
Encontra-se em andamento, procedimento licitatório para fins de contratação de empresas de segurança, para atendimento das comarcas em situação de vulnerabilidade e que, ainda, não dispõem dos serviços de segurança de forma satisfatória.

AÇÕES GERAIS

- Instrução teórica e prática de tiro, ministrada para os magistrados da Região dos Cocais;
- Gestão junto à Presidência desta Corte, para a criação do Conselho de Administração do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados - FUNSEG, nos termos do art. 6º, da Lei Complementar nº 164/2014, considerado imprescindível para a execução das metas estabelecidas por esta gestão no tocante ao aparelhamento e segurança do Poder Judiciário maranhense.
- Elaboração de Termo de Referência para contratação de segurança e vigilância armada, nos termos do Conselho Nacional de Justiça-CNJ;
- Elaboração do Plano de Segurança Orgânica do Fórum da Comarca de Buiuti/MA, após reforma e instalação do sistema de vídeo monitoramento;
- Elaboração dos planos de segurança orgânica dos fóruns das comarcas de: São Luís, Pinheiro, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e do prédio sede do Tribunal de Justiça do Estado;
- Participação no 1º Encontro Nacional das Comissões de Segurança dos Tribunais do Poder Judiciário Federal, na cidade de São Paulo/SP;
- Participação da Reunião da Comissão Permanente de Segurança Institucional na cidade de Imperatriz;
- Participação nas cerimônias de Instalações das Salas de Depoimentos Especial dos Fóruns das comarcas de: Chapadinha, Coroatá, Pinheiro e Santa Luzia do Paruá/MA;
- Planejamento da segurança quando da realização de Audiência Pública na cidade de Imperatriz;
- Instalação do sistema de controle de acesso dos fóruns de São Luís e da comarca de Imperatriz. Resultando em maior proteção para esses fóruns, por possibilitar o controle mais eficaz das áreas e suas dependências;
- Planejamento de palestras, seminários e cursos na área de segurança institucional para servidores e magistrados, especialmente relacionados

ao Plano de Segurança Orgânica dos Fóruns que serão executados no 2º semestre de 2015;

- Planejamento da segurança e realização dos serviços de escolta de autoridades em visita oficial ao Tribunal de Justiça: Ministro do STM José Barroso Filho; Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Nancy Andrigui; Vice-Presidente do STF, Ministra Carmen Lúcia; Ministro do STJ, Reynaldo Soares da Fonseca e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski;
- Planejamento e execução do plano de segurança na cerimônia de posse do Desembargador Jamil Gedeon de Miranda Neto, no cargo de Diretor da ESMAM;
- Elaboração de Relatório de Análise de Risco - RAR, por ocasião da visita dos alunos do Curso de Magistrados ao Presídio São Luís III;
- Acompanhamento e escolta dos 96 (noventa e seis) alunos do IV Curso de Formação de magistrados ao Presídio São Luís III;
- Levantamento de inteligência, a fim de oferecer condições de segurança aos magistrados, quando da publicidade de decisões de grande repercussão ocorridas nas comarcas de: Humberto de Campos, Cajapió, Barão de Grajaú, Santa Quitéria, Anajatuba, Vitória do Mearim e Arame, conforme solicitações junto a esta Diretoria;
- Apoio a magistrados em visita ao Presídio São Luís III;
- Curso de proteção e segurança a magistrados





GESTÃO JUDICIÁRIA

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (NUPEMEC)

Atendendo a Resolução 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça, em parceria com a Escola Superior de Magistratura (Esman), promoveu 15 Cursos de Formação de Conciliadores, nas comarcas de São Luís e do interior, que resultou na certificação de 558 conciliadores, dos quais 212 são servidores da Corte. Atualmente, o Nupemec/TJMA conta com a colaboração de 108 conciliadores, que atuam nos Centros de Conciliação do Estado.

Em 2014 houve duas edições da Semana de Conciliação Itinerante. A primeira, realizada de 21 a 25 de julho, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), registrou o seguinte saldo:

SEMANA DE CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
<i>1ª Semana de Conciliação Itinerante - UFMA</i>	
ATENDIMENTOS:	727
AUDIÊNCIAS DPVAT	520
AUDIÊNCIAS PRÉ-PROCESSUAIS:	814
TOTAL GERAL:	2061

A segunda edição, realizada de 24 e 28 de novembro, na Universidade Estadual do Maranhão (Uema), teve o seguinte balanço:

<i>2ª Semana de Conciliação Itinerante - UEMA</i>	
ATENDIMENTOS:	1218
AUDIÊNCIAS DPVAT	520
AUDIÊNCIAS PRÉ-PROCESSUAIS:	141
TOTAL GERAL:	1879

No que se refere às pautas específicas, uma parceria firmada entre o Nupemec e empresas parceiras, maiores demandadas do Estado, que indicam os processos judiciais nos quais têm interesse de apresentar proposta de acordo, o saldo é o seguinte:

PAUTA ESPECÍFICA	DATA	SESSÕES		ACORDOS	TAXA DE ACORDOS	VALOR NEGOCIADO
		Designadas	Designadas			
1ª PAUTA ESPECÍFICA						
BANCO SANTANDER - 2º CEJUSC	12 e 13/03/2015	70	32	17	53%	R\$ 59.888,36
2ª PAUTA ESPECÍFICA						
TELECOMUNICAÇÕES - 4º CEJUSC	02 e 03/07/2015	110	55	21	19,09%	R\$ 27.380,00
TOTAL		180	87	38	36%	R\$ 87.268,36



Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), responsáveis pela realização de audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição do TJMA, fizeram, entre 1º de janeiro de 2014 e 31 de julho de 2015, 9.476 agendamentos e 2.192 audiências com acordo, conforme a tabela abaixo:

Centro	Agendamentos	Com Acordo
1º CEJUSC DE SÃO LUIS - FÓRUM	4749	684
2º CEJUSC DE SÃO LUIS - CENTRO	2647	975
1º CEJUSC DE TIMON - FMSJC	801	193
1º CEJUSC DE CAXIAS - FAI	357	151
2º CEJUSC DE CAXIAS - FACEMA	234	64
1º CEJUSC DE IMPERATRIZ - FEST	215	43
4º CEJUSC DE SÃO LUIS - CEUMA/CAMPUS II	126	23
6º CEJUSC DE SÃO LUÍS - UNDB	119	27
1º CEJUSC DE CHAPADINHA - FAP	82	9
1º CEJUSC EMPRESARIAL DE SÃO LUÍS - FIEMA	42	9
5º CEJUSC DE SÃO LUIS - FACAM	40	11
1º CEJUSC DE BACABAL - FEBAC	35	0
2º CEJUSC DE IMPERATRIZ - FACIMP	17	0
3º CEJUSC DE SÃO LUIS - CEUMA/CAMPUS I	7	3
CEJUSC DE BALSAS - UNIBALSAS	5	0
	9476	2192

PRECATÓRIOS

Em balanço de atividades desenvolvidas entre março e setembro de 2015, a Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão informa a existência de mais de 8.000 precatórios de pequeno valor em processamento. Com novas instalações, bem mais acessível, ampla e equipada, a Coordenadoria de Precatórios do Poder Judiciário

do Maranhão, por determinação da Desembargadora Cleonice Silva Freire, Presidente do Tribunal de Justiça, passou a funcionar no andar térreo do prédio sede do Tribunal de Justiça (Av. Pedro II, Centro). O atendimento continua feito de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, sendo que as informações relativas à ordem e deferimento de pagamento podem ser obtidas pelo telefone fixo (098) 3198-4319.

ESTADO DO MARANHÃO

O Estado do Maranhão iniciou em 2015 com dívida registrada em precatórios no TJMA em montante superior a R\$ 830 milhões, referente aos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.

Para o exercício de 2016, os 2.016 precatórios inscritos contra a Fazenda Pública Estadual resultam em um débito de R\$ 223.769.546,08.

Em 2015, o Estado do Maranhão fez três depósitos voluntários na conta 10.000-X, do Banco do Brasil, nos meses de abril, junho e julho, totalizando R\$ 30 milhões, utilizados para o pagamento de 671 credores. Esses recursos foram utilizados para pagamento de parcela preferencial de vários credores cujos créditos foram habilitados para recebimento antecipado pelos critérios de idade igual ou superior a 60 anos ou portador de doença grave.

MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

O Município de São Luís iniciou 2015 com dívida superior a R\$ 60 milhões registrada em precatórios no TJMA, relativa aos exercícios financeiros de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. A administração municipal optou pelo Regime Especial de Pagamento de Precatórios e vem efetuando depósitos mensais no valor de R\$ 1.493.171,33.

Em 2014, foram feitos dois repasses ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 16ª Região, nos montantes de R\$ 1.224.755,51 e R\$ 1.646.072,07, totalizando R\$ 2.870.827,58. O saldo está sendo utilizado para o pagamento de créditos classificados com preferência por doença ou por idade, bem como os demais créditos alimentares e os de natureza comum, nessa ordem.

A estimativa de pagamento de precatórios para 2015, mantidos os depósitos regulares, projeta a liquidação dos débitos inscritos para os exercícios de 2008 a 2012.

OUTROS ENTES DEVEDORES

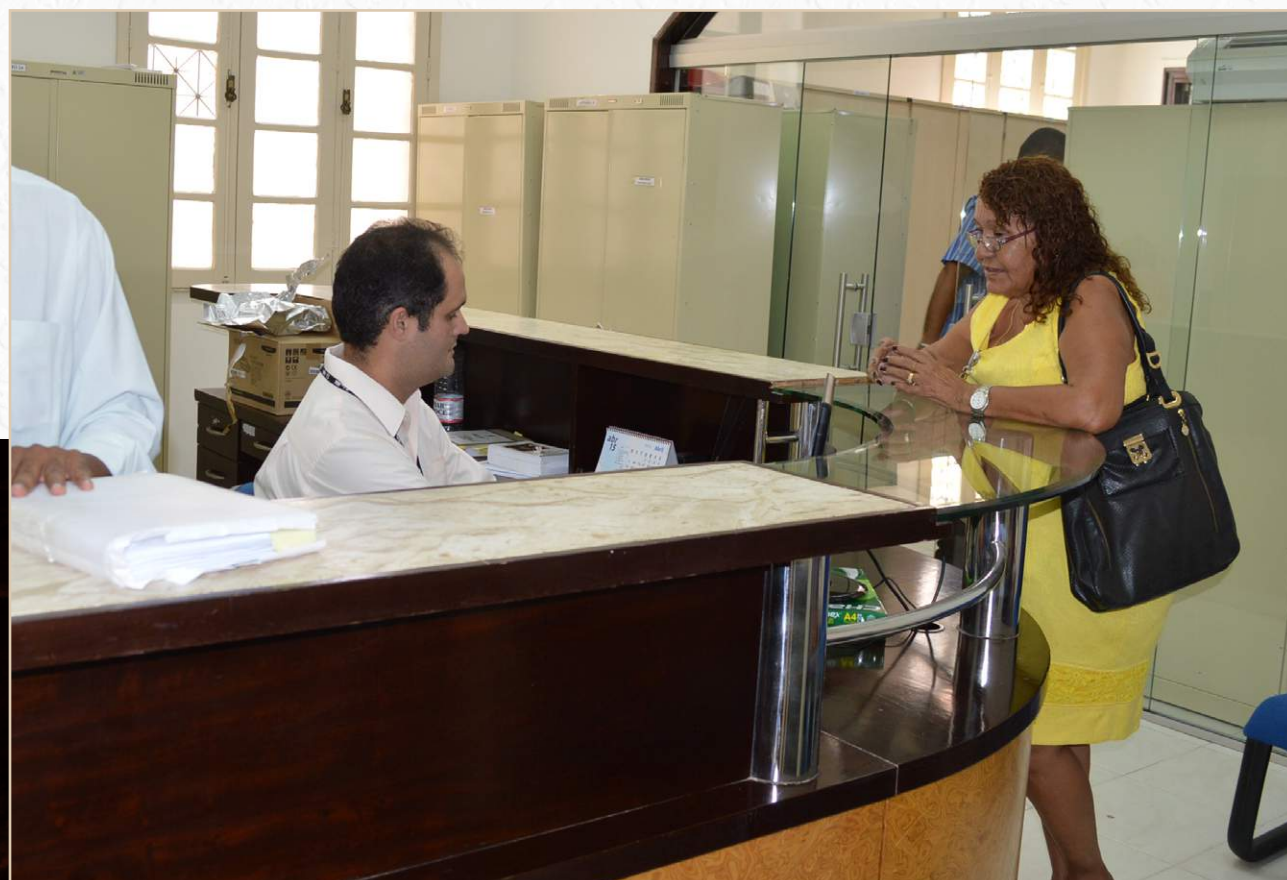
A Coordenadoria de Precatórios informa que 59 municípios maranhenses submetidos ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios não estão fazendo o repasse mensal ou anual, conforme prevê a Constituição Federal.

MUNICÍPIOS ENQUADRADOS NO REGIME ESPECIAL

DENOMINAÇÃO DO ENTE DEVEDOR	OPÇÃO DE PAGAMENTO
MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA	ANUAL
MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA	ANUAL
MUNICÍPIO DE ALDEIAS ALTAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE ANAJATUBA	ANUAL
MUNICÍPIO DE ARAME	ANUAL
MUNICÍPIO DE AXIXÁ	ANUAL
MUNICÍPIO DE BALSAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA	ANUAL
MUNICÍPIO DE BEQUIMÃO	MENSAL
MUNICÍPIO DE BOM LUGAR	ANUAL
MUNICÍPIO DE BREJO	ANUAL
MUNICÍPIO DE CAJARI	MENSAL
MUNICÍPIO DE CAROLINA	ANUAL
MUNICÍPIO DE CAXIAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE CHAPADINHA	ANUAL
MUNICÍPIO DE COLINAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE COROATÁ	ANUAL
MUNICÍPIO DE CURURUPU	ANUAL
MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO	ANUAL

MUNICÍPIO DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE GONÇALVES DIAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	ANUAL
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR NUNES FREIRE	ANUAL
MUNICÍPIO DE GRAJAÚ	ANUAL
MUNICÍPIO DE HUMBERTO DE CAMPOS	ANUAL
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ	ANUAL
MUNICÍPIO DE ITAPECURU-MIRIM	ANUAL
MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA	ANUAL
MUNICÍPIO DE LAGO DA PEDRA	ANUAL
MUNICÍPIO DE MAGALHÃES DE ALMEIDA	ANUAL
MUNICÍPIO DE MATA ROMA	MENSAL
MUNICÍPIO DE MATÕES	ANUAL
MUNICÍPIO DE MIRADOR	ANUAL
MUNICÍPIO DE MONÇÃO	ANUAL
MUNICÍPIO DE MONTES ALTOS	ANUAL
MUNICÍPIO DE NOVA IORQUE	ANUAL
MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	ANUAL
MUNICÍPIO DE PALMEIRÂNDIA	ANUAL
MUNICÍPIO DE PARNARAMA	MENSAL
MUNICÍPIO DE PEDREIRAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE PERITORÓ	ANUAL
MUNICÍPIO DE PINDARÉ MIRIM	ANUAL
MUNICÍPIO DE POÇÃO DE PEDRAS	MENSAL
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA	ANUAL
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VARGAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO	ANUAL

MUNICÍPIO DE SAMBAÍBA	ANUAL
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/IPAM/FUNC/HOSP. DJALMA MARQUES	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FERRER	ANUAL
MUNICÍPIO DE TIMBIRAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE TIMON	ANUAL
MUNICÍPIO DE VIANA	ANUAL
MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA	ANUAL



CONVÊNIOS

A presidente Cleonice Freire celebrou acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que prevê o uso de quatro sistemas na gestão de precatórios do TJMA: 1) Cálculos de Precatórios; 2) Requisição Eletrônica; 3) Lista Unificada de Precatórios; 4) Sistema de Pagamento de Precatórios.

AUDITORIA

Por meio de auditoria, a Coordenadoria de Precatórios identificou casos de duplicidade de requisitórios e praticou os atos e comunicações necessárias para o respectivo cancelamento.

Nessa mesma linha de atuação, vem exercendo o controle sobre todas as rotinas e atividades relativas ao processamento dos precatórios e das requisições de pequeno valor, de modo a garantir a regularidade na liquidação desses débitos, inclusive promovendo revisões de cálculos e, nos casos de verificação de erro material.

Outras ocorrências detectadas que estão sendo corrigidas: 1) criação de contas individualizadas para os Entes Devedores submetidos ao Regime Geral; 2) Informação aos Entes Devedores submetidos ao Regime Especial da existência de 02 (duas) contas, no Banco do Brasil, para os repasses voluntários das parcelas mensais ou anuais, conforme seja a modalidade de opção; 3) informações aos entes públicos que os pagamentos das requisições de pequeno valor não devem ser feitas nas

contas destinadas aos depósitos e pagamentos de precatórios, mas sim em contas judiciais (DJO) individualizadas por cada requisição, referenciando os respectivos titulares dos créditos, o número do processo, o juízo requisitante e o valor requisitado; 4) Alvarás expedidos com estrita observância de indicação da conta judicial correta, para evitar saques em contas de devedores diversos; 5) correções de depósitos realizados em contas de Ente Devedor diverso, etc.

AÇÕES DA DIRETORIA JUDICIÁRIA

O balanço de ações desenvolvidas pela Diretoria Judiciária entre 1º de janeiro de 2014 e 21 de setembro de 2015 registra alta produtividade. Fora distribuídos 40.458 processos, julgados 48.279 e baixados 49.800. Foram contabilizadas 2.112.115 movimentações no Sistema Themis SG e publicadas 853.376 matérias.

As atividades desenvolvidas pela Diretoria Judiciária tiveram como metas: garantir o julgamento de uma maior quantidade de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente; reduzir em 20% o número de processos existentes na unidade em 31 de dezembro de 2014; enviar com maior rapidez os recursos aos Tribunais Superiores (conforme índice específico); garantir velocidade ao processamento de novos pedidos (conforme índice específico); disponibilizar em tempo hábil as matérias recebidas para publicação no Diário da Justiça Eletrônico (conforme índice específico); agilizar a tramitação dos acórdãos no Themis SG e DJE (conforme índice específico); urgenciar a autuação dos processos (conforme índice específico).

Foram realizadas, ainda, as seguintes atividades:

- Correção de entraves na rotina de entrega de petições, por meio da portaria 03/2014;
- Disciplinamento da rotina dos telegramas oriundos dos tribunais superiores, com o fim de agilizar a resposta;
- Resgate do cadastro de processos do sistema Themis PG para o Themis SG dos processos oriundos do primeiro grau, evitando o recadastro dos mesmos no Tribunal. Recebemos mais de 2500 ações por mês;
- Instruções de trabalho disciplinando recebimento, juntada e processamento de petições;
- Adequação do horário de saída diária para entrega de processos no Fórum, Procuradoria, e Arquivo, em acordo com a coordenação de transporte, bem como foi adaptado uma camionete com capota de fibra de vidro para esse fim e o de proteger de sol e chuva os documentos;
- Uso de crachá pelos servidores terceirizados responsáveis pela entrega de processos no Fórum, Procuradoria e Arquivo;

- Substituição de 60 (sessenta) computadores nas 11 (onze) secretarias e 06 (seis) coordenações da diretoria judiciária, com mais de cinco (05) anos de uso.

- Entrega de VADE MECUM, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E CÓDIGO DE PROCESSO PENAL em todas as coordenações e secretarias de câmaras, para fins de consulta;

- Digitalização de 90% dos processos em grau de recurso aos Tribunais Superiores.





INFORMÁTICA

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

A gestão da desembargadora Cleonice Freire foi marcada por significativo avanço tecnológico nas rotinas do Poder Judiciário do Maranhão. Em 2014, houve a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE), sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No Biênio 2014/2015, o Tribunal de Justiça implantou o PJE em todos os Juizados Especiais e Turmas Recursais da capital e do interior, totalizando 36 unidades e cumprindo meta estabelecida pelo CNJ, de 10% das unidades judiciárias com o sistema.

O envio de recursos aos tribunais superiores passou a ser feito por meio eletrônico, procedimento que elimina a remessa de papel e de inúmeros volumes de documentos e processos, que foram digitalizados. Em 2014, o TJMA fez mais de 2.000 envios digitais de recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Entre janeiro e dezembro de 2014, foram emitidos 3.965 processos em fase de execução das penas por meio do sistema de gerenciamento implantado pela Vara de Execuções Penais (VEP). Até setembro de 2015, o número chegou a 2.921.

Varas Criminais	Ano 2014	Ano 2015
6ª Vara Criminal de São Luís	78	113
7ª Vara Criminal de São Luís	67	98
8ª Vara Criminal de São Luís	9	2
9ª Vara Criminal de São Luís	51	27
TOTAL	3.695	2.921



De janeiro a setembro de 2015, foram registradas 40 sentenças no Banco de Sentenças, ferramenta de acesso restrito aos magistrados maranhenses, em que são catalogadas as sentenças proferidas no âmbito do Primeiro Grau e que tem por função fundamentar decisões, nas mais variadas jurisdições, facilitando sua divulgação e o acesso rápido aos arquivos pelos outros magistrados.

VIDEOCONFERÊNCIA

As salas de videoconferência são espaços equipados com câmera de vídeo, microfone, projetor de alta definição e decodificador de imagem, utilizados pelos juízes criminais para inquirições, nos casos previstos em lei, quando o processo não exigir a presença física de réus e testemunhas. Os sistemas são destinados a interrogatórios de réus, escuta de testemunhas e outros atos em processos que tramitam nas varas criminais dos Termos Judiciários de São Luís, São José de Ribamar e comarca de Imperatriz.

Foram instaladas, ainda, 20 salas de depoimento especial, das quais 16 já foram inauguradas. Outras oito salas estão em fase de instalação e deverão ser inauguradas até o fim de 2015. As salas são espaços equipados para a escuta de crianças com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos, vítimas ou testemunhas de violência.

A lei federal nº 11.900/2009 autoriza a utilização de videoconferência em interrogatórios, acareações, reconhecimento de pessoas, inquirição de testemunhas, tomada de declarações da pessoa ofendida e no julgamento de presos de alta periculosidade.

Já as regras quanto à aplicação dessa solução tecnológica nos atos processuais foi definida pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução nº 105/2010.



CERTIDÕES NEGATIVAS NA INTERNET

Desde junho de 2014, as certidões negativas para fins eleitorais, de distribuição das ações penais e de improbidade administrativa no âmbito do 2º grau do Judiciário maranhense passaram a ser emitidas via internet.

O Poder Judiciário do Maranhão instituiu uma série de processos que visam à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados. O Processo de Desenvolvimento e Manutenção de Software, instituído pela Diretoria de Informática e Automação, consiste na padronização de procedimentos de sistemas, visando atingir a qualidade desejada dos produtos e serviços, assim como a satisfação dos clientes internos do TJMA.

Seguindo a mesma linha, foram registrados 19.930 atendimentos de janeiro a dezembro de 2014 e 11.181 entre janeiro e julho de 2015, resultando em melhoria do atendimento aos usuários. Já o núcleo de Help Desk realizou 8.976 atendimentos telefônicos, 10.788 atendimentos via e-mail, 21 atendimentos via intranet, 122 atendimentos via sistema Digidoc e 23 atendimentos por vias distintas, entre janeiro e dezembro de 2014. Desses atendimentos, 697 foram solucionados por telefone, diretamente pelo atendente, sem que fosse encaminhada solicitação para um dos meios de suporte.

Foram contabilizados ainda 7.002 atendimentos presenciais (suporte on site) de janeiro a dezembro de 2014 e 4.563 de janeiro a julho de 2015, relativos a demandas como instalação e/ou reparos de computadores, impressoras, scanners, no-breaks, switches, wi-fi e sistemas do TJMA, suporte técnico e logístico em diversos eventos, viagens às comarcas, entre outros.

Já o suporte remoto registrou 9.386 atendimentos de janeiro a dezembro de 2014 e 5.011 de janeiro a julho de 2015. Houve também o treinamento do Sistema Processos Judiciais Themis em 53 comarcas, por meio do programa “Capacitação e Atualização de Servidores”, realizado em parceria com a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM).

Todo esse esforço resultou em elevado grau de satisfação dos usuários. Do total de atendimentos, 97,69% foram homologados com avaliação “ótima” ou “boa” em 2014. Em 2015, o percentual foi de 97,53%, refletindo, do início ao fim do biênio, a excelência em qualidade do atendimento.

Outras ações que refletiram a otimização da área tecnológica do Poder Judiciário maranhense nos últimos dois anos, frutos das ações de modernização do Parque Computacional, foram a terceirização das impressoras, com economia de custos da ordem de 70%; e a montagem de nova estrutura para o centro de tecnologia da informação e comunicação.

METAS ATINGIDAS

O quadro abaixo mostra a lista de ações realizadas para o cumprimento e alcance das metas estabelecidas para o biênio 2014/2015:

	Meta	Atingido
1	Aquisição de equipamentos de informática	100%
2	Serviços de manutenção de sistemas	100%
3	Serviço de Manutenção de Datacenter	100%
4	Serviço de rede corporativa	100%
5	Implantação de rede e internet sem fio no TJMA	100%
6	Modernização da central de informações “Datacenter”	100%
7	Contratos de garantia de equipamentos	100%
8	Contratos de serviços que forneçam conectividade	100%
9	Implantação de salas de treinamento em informática	100%
10	Implantação de rede e internet sem fio nas unidades	100%
11	Serviço de Certificação Digital de usuários	100%
12	Implantação Processo Judicial Eletrônico	100%
13	Contratação de serviços de entrada e saída de pedidos de suporte.	100%
14	Aquisição de solução de inteligência de Informações “Datawarehouse”	100%
15	Aquisição de solução de vídeo conferência	100%
16	Aquisição de solução de telefonia pela internet	100%
17	Contratar terceirização e economia em impressão	100%
18	Contratar serviço de modernização do Pleno	100%
19	Contratar serviço de transmissão de sessões de julgamento instantaneamente	100%

ESCRITÓRIO DE PROJETOS

O modelo de funcionamento proposto para o Escritório de Projetos da Diretoria de Informação e Automação é de um centro que normatiza processos de gestão de Tecnologia da Informação (TI), apoia e monitora sua execução, avalia o resultado e produz insumos constantes para a melhoria contínua do processo. As ações previstas são as seguintes:

- Monitoramento tempestivo do Portfólio de projetos que são de competência da DIA, objetivando o cumprimento das metas, e o alinhamento das ações de tecnologia aos objetivos estratégicos organizacionais;
- Melhorar continuamente o processo de gestão de projetos de tecnologia, baseado em metodologias de gestão;
- Promover a gestão de projetos dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pelas melhores práticas do mercado, a fim de alcançar os melhores resultados;
- Orientar, apoiar e dar suporte aos gerentes de projetos na efetivação de suas atribuições de gerenciamento dos projetos;
- Criar mecanismos que permitam agilizar a priorização e o acompanhamento tempestivo de todos os projetos e ações de TI;
- Dar clareza e visibilidade quanto a objetivos, áreas e metas atendidas pelos projetos, permitindo a fluência das informações em todas as esferas envolvidas;
- Manter toda a propriedade intelectual relativa à gestão de projetos;
- Facilitar a comunicação entre áreas e participantes de projetos.





GESTÃO DA COMUNICAÇÃO

PRESENÇA NA MÍDIA

A Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão totalizou no biênio 2014/2015 67.332 inserções nas mídias impressa, televisiva, radiofônica e online em nível estadual e nacional.

Nas mídias sociais, o Poder Judiciário apresentou bom desempenho, consolidando a boa imagem do TJMA, conforme mostram levantamentos, que apontam picos representativos de informações positivas.

MÍDIA IMPRESSA

Na Mídia Impressa, foram contabilizadas 10.416 aferições.

JORNAL	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
JORNAL PEQUENO	3368
O ESTADO DO MARANHÃO	1964
O IMPARCIAL	890
O DEBATE	889
A TARDE	796
JORNAL O PROGRESSO	616
ATOS E FATOS	553
EXTRA	413
CORREIO DE NOTÍCIAS	396
O QUARTO PODER	300

AQUI MA	148
O GLOBO	23
O ESTADO DE SÃO PAULO	16
FOLHA DE SÃO PAULO	10
ITAQUI BACANGA	9
O DIA	8
JORNAL AGORA SANTA INÊS	7
CORREIO BRASILIENSE	6
VALOR ECONÔMICO	2
GAZETA DA ILHA	1
JORNAL 4 BOCAS	1
TOTAL	10.416

MÍDIA TELEVISIVA

Foram registradas 6.047 inserções na Mídia Televisiva.

EMISSORA	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
TV GUARÁ - SÃO LUÍS	953
TV CIDADE - SÃO LUÍS	843
TV MIRANTE - SÃO LUÍS	837
TV DIFUSORA - SÃO LUÍS	823
TV DIFUSORA - IMPERATRIZ	492

TV MIRANTE - IMPERATRIZ	339
TV MARANHENSE - SÃO LUÍS	255
TV ASSEMBLEIA	245
TV BRASIL - SÃO LUÍS	178
TV SINAL VERDE - CAXIAS	119
TV MIRANTE - CAXIAS	90
TV BAND - IMPERATRIZ	89
TV SÃO LUÍS	57
TV MIRANTE - SANTA INÊS	48
TV ELDORADO - SANTA INÊS	47
TV CAPITAL - IMPERATRIZ	45
TV GLOBO	45
TV DIFUSORA - CAXIAS	44
TV BAND - CAXIAS	29
TV RIO - BALSAS	28
TV REMANSO - SANTA INÊS	25
TV TOCANTINS	9
TV RECORD - NACIONAL	6
TV SBT	6
TV CIDADE - CAXIAS	4

TV AÇUCENA - BALSAS	2
TV CAPITAL - BALSAS	2
TV MIRANTE - AÇAILÂNDIA	2
TV REDE BRASIL	2
TV BAND - NACIONAL	1
TV BOAS NOTÍCIAS - BALSAS	1
TV DIFUSORA - AÇAILÂNDIA	1
TV MEARIM - BACABAL	1
TV NOVA ESPERANÇA - BACABAL	1
TOTAL	6.047

MÍDIA RADIOFÔNICA

A Assessoria de Comunicação pontuou 4.086 inserções na Mídia Radiofônica.

RÁDIO	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
RÁDIO MIRANTE AM	1699
RÁDIO CAPITAL AM	680
RÁDIO SÃO LUÍS AM	473
RÁDIO DIFUSORA AM	688
RÁDIO EDUCADORA AM	334
RÁDIO UNIVERSIDADE FM	116
RÁDIO NATIVA FM	58
VOZ DO BRASIL	9

RÁDIO PROGRESSO 87,9 - ARARI	8
RÁDIO BABAÇU FM	3
RÁDIO CIDADE FM	1
RÁDIO MIRANTE FM - IMPERATRIZ	8
RÁDIO TERRA FM - IMPERATRIZ	1
RÁDIO MARCONI FM - AÇAILÂNDIA	6
RÁDIO ESPERANÇA FM - AÇAILÂNDIA	2
TOTAL	4086

MÍDIA ONLINE

Os veículos de comunicação online deram expressiva repercussão ao noticiário jornalístico produzido pela Assessoria de Comunicação, com 12.786 inserções.

PORTAL DO JUDICIÁRIO

A repercussão do noticiário do TJMA, no biênio 2014/2015 foi potencializada com o alcance do Portal do Judiciário, que recebeu 9,9 milhões de visitas, com 22,2 visualizações de páginas.

O Portal ganhou mais de 380 mil novos usuários. Depois do Maranhão, o maior número de acessos coube aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Piauí, além do Distrito Federal. Os países que mais acessaram o Portal foram os Estados Unidos, Espanha, França e Índia.

No biênio, continuou a escala de crescimento no número de acessos, vindos tanto dos principais estados brasileiros como de países europeus.

Essa escala crescente na conquista de novos internautas/usuários deve-se às reformulações pontuais que vêm sendo feitas no Portal.

RÁDIO WEB

A Rádio Web Justiça do Maranhão, lançada oficialmente, no dia 13 de maio de 2015, pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, foi acessada 240.632 vezes. A emissora acumulou ouvintes em 87 países. Dos acessos registrados, 11.063 vieram dos Estados Unidos (EUA), o primeiro país com mais ouvintes, depois do Brasil.

A China, que lidera o número de ouvintes na Ásia, vem em terceiro no cômputo geral, com 9.658 acessos, seguida de perto pelo Japão, com 8.110. Na Europa, os cinco primeiros países com maior número de ouvintes são Alemanha, França, Reino Unido, Rússia e Itália.

Na África, o maior número de acessos ocorre no Egito, Argélia e África do Sul. Na Oceania, a emissora é mais ouvida na Austrália e na Nova Zelândia.

Foram criados noticiários e outros programas jornalísticos ao longo desse período. A cada meia hora, a Rádio Web Justiça do Maranhão apresenta um informativo do Judiciário maranhense: ESMAM Notícias, Corregedoria em Foco e A Justiça e o Cidadão. Este último atingiu a marca de quase 250 edições.

Os noticiários, produzidos pelas assessorias de comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) estão no ar desde 29 de abril, ainda durante a fase experimental da emissora, inaugurada duas semanas depois, no dia 13 de maio.

Ao longo desse curto período foram divulgadas, para todo o mundo, via internet, decisões das câmaras isoladas e reunidas, do Órgão Especial e do Pleno do TJMA. Dentre elas, a condenação de prefeitos e ex-prefeitos que cometeram crimes de responsabilidade, de empresas que violaram o Código de Defesa do Consumidor, além da concessão do direito ao tratamento de saúde a pessoas que não obtiveram resposta satisfatória de órgãos públicos e planos de saúde.

A prestação de serviços para o cidadão também foi noticiada, a exemplo de palestras sobre violência contra a mulher, aplicação da Lei Maria da Penha, campanhas para resolução de problemas por meio da conciliação, doação de sangue, divulgação de audiências públicas, entre outros.

Eventos e datas marcantes para o Judiciário maranhense estiveram entre os temas dos informativos, como a comemoração dos 202 anos do Tribunal de Justiça; a assinatura do termo de cooperação para melhoria do sistema de justiça criminal, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski, e pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; a eleição da mesa diretora do Judiciário maranhense para o próximo biênio; posse de novos magistrados; expansão da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE), implantação de salas de depoimento especial e de novas unidades do Judiciário.

Outros jornalísticos que passaram a fazer parte da grade de programação foram o Resposta de Direito, com veiculação de entrevistas e palestras de magistrados, às 16h e 21h; o Vamos Conciliar, às 8h30; o Notícias da Presidência, às 7h45 e 15h45 e, mais recentemente, o Entenda Direito, que esclarece ao ouvinte termos, atos e decisões do Judiciário.



AO VIVO – As sessões das câmaras isoladas e reunidas do TJMA são transmitidas, ao vivo, de segunda a sexta, a partir das 9h, levando ao público informações em tempo real sobre julgamentos na Justiça de 2º grau.

Dentro do caráter de diversificação proposto pela rádio, também são transmitidos, ao vivo, eventos religiosos que ocorrem durante três sextas ao mês no auditório do Tribunal de Justiça: missa, palestra espírita e culto evangélico, sempre às 8h.

MÚSICA - A música de qualidade tem espaço cativo na Rádio Web Justiça do Maranhão. No final de outubro, a emissora estreou seu primeiro programa voltado ao público mundial. O Som dos Continentes, às 9h e às 21h, sábados e domingos. Cada edição traz um pouco sobre os ritmos, técnicas e instrumentos de um país.

A vinheta de abertura do programa é apresentada em sete idiomas, para que o público da rádio em outros países possa criar uma identidade com o caráter globalizado da atração.

Anteriormente, a emissora já havia estreado o Faixa Nobre, programa com o melhor do jazz e do blues, todos os dias, às 19h.

Nomes como Miles Davis, George Benson, B.B. King, Chralie Parker, Jean-Luc Ponty, Aretha Franklin, Stevie Ray Vaughan, Wes Montgomery, Nina Simone, Taj Mahal, Janis Joplin, Art Blakey, Nuno Mindelis, Bonnie Lee, Freddie Hubbard, Pat Metheny, Dexter Gordon, Junior Cook, Buddy Guy, Wynton Marsalis, Robert Cray, Fela Kuti, John Mayall, Louis Armstrong e o brasileiro Álvaro Assmar já desfilam na programação noturna de qualidade da Rádio Web Justiça do Maranhão.

REDES SOCIAIS

A participação da Assessoria de Comunicação nas Mídias Sociais foi positiva com um número significativo de menções favoráveis. No total, foram coletadas 33.997 postagens. O mês de novembro de 2014 se destacou em volume de informações, contabilizando 3.934 itens.

Em 2015, o destaque foi o mês de março com 2.925 publicações de informações pertinentes à Justiça. O facebook foi a rede que apresentou o maior número de informações, registrando 20.587 itens.

A rede twitter, com um número relativamente menor de ocorrências no período, apresentou 13.410 postagens, das quais 9.764 eram positivas, 1.984 negativas e 1.662 neutras.

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

A elevada pontuação nas mídias impressa, televisiva, radiofônica, nos veículos online, bem como nas redes sociais deve-se à sistemática de trabalho adotada pela Assessoria de Comunicação na produção de noticiário consistente do ponto de vista jornalístico, cumprindo suas atribuições com compromisso e profissionalismo e primando por um relacionamento equilibrado com a imprensa. Somou positivamente para isso, também, a política de parceria com as demais unidades do Poder Judiciário, cuja efetividade na interlocução fortaleceu a comunicação interna e facilitou o fluxo de informações institucionais de interesse jornalístico.

AÇÕES DE PUBLICIDADE

O Núcleo de Publicidade da Assessoria de Comunicação do TJMA atendeu a uma demanda significativa no biênio, dando importante suporte tanto às ações voltadas para o público externo como àquelas direcionadas ao público interno.

O setor foi bastante acionado na produção de peças publicitárias - layouts, diagramação de jornais, revistas, folders, cartilhas, flyers, folhetos - como também na criação de banners, ilustrações para o Portal do TJMA, tratamento digital de fotos para publicações do Tribunal, inserção de material institucional em canais da Internet, entre outros procedimentos.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Atualização da página do Tribunal de Justiça no Youtube
- Atualização do mailling (apache)
- Atualizações e ajustes do Portal do Judiciário
- Briefing da Ouvidoria para a licitação
- Filtro do Facebook (posts negativos)
- Filtro de posts do mural da Intranet
- Liberação para criação de contas de e-mail
- Planilha de avaliação das Agências de Publicidade para concorrência
- Posts das redes sociais (Facebook e Twitter)
- Termo de Referência de Publicidade
- Atualização dos slides para os monitores/televisores
- Relatórios de acessos e dados das redes sociais
- Adesivos de identificação para a Ouvidoria do Poder Judiciário
- Logomarcas para a Biblioteca do TJMA
- Outdoor e cartaz do Seminário sobre Saúde Mental

- Logomarca do Centro Estadual de Apoio às Vítimas - CEAV
- Boletim do Colégio Permanente dos Corregedores Gerais
- Banners da Saúde Bucal para a Divisão Médica
- Logomarca e adesivo de porta do Setor Odontológico
- Logomarca e folheto da Coordenadoria da Mulher
- Logomarca da Coordenadoria da Infância e Juventude
- Diagramação e Editoração da Revista da ESMAM
- Diagramação e Editoração do Informativo da ESMAM
- Padronização das logomarcas e banners do Portal do TJMA
- Criação de layout e diagramação do Guia para Magistrados
- Criação de layout do folder do curso de Media Training
- Logomarca do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos
- Criação dos banners das datas comemorativas
- Paginação do livro de Testamentos (Biblioteca do TJMA)
- Criação da capa do livro de Testamentos (Biblioteca do TJMA)
- Paginação e layout da Revista TJMA
- Capa do relatório da Escola Superior da Magistratura do Maranhão
- Produção de cartões de visita
- Criação da logomarca da Diretoria de Segurança Institucional
- Criação do Site Coordenadoria da Infância e Juventude e da Coordenadoria da Mulher



OUVIDORIA
Tribunal de Justiça do Maranhão

0800 707 1581

denúncias sobre o Poder Judiciário Estadual
recebimento de dúvidas

- Recebimento de elogios, críticas e sugestões para melhoria das atividades da Justiça Estadual
- Consultas processuais
- Endereço e telefone dos órgãos do Poder Judiciário Estadual
- Registro, controle e resposta aos pedidos de acesso a informações institucionais - Lei nº 12.527/2011

A JUSTIÇA QUER OUVIR VOCÊ
ouvidoria@tjma.jus.br

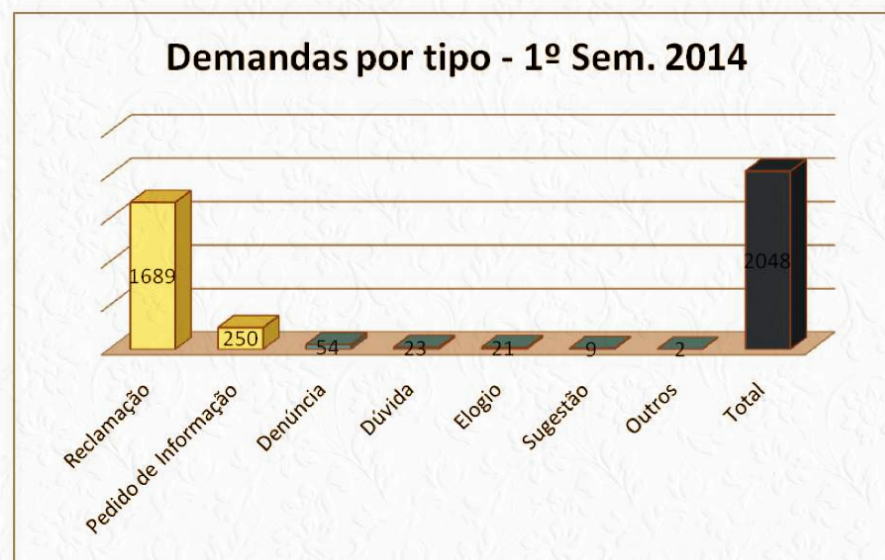


OUVIDORIA

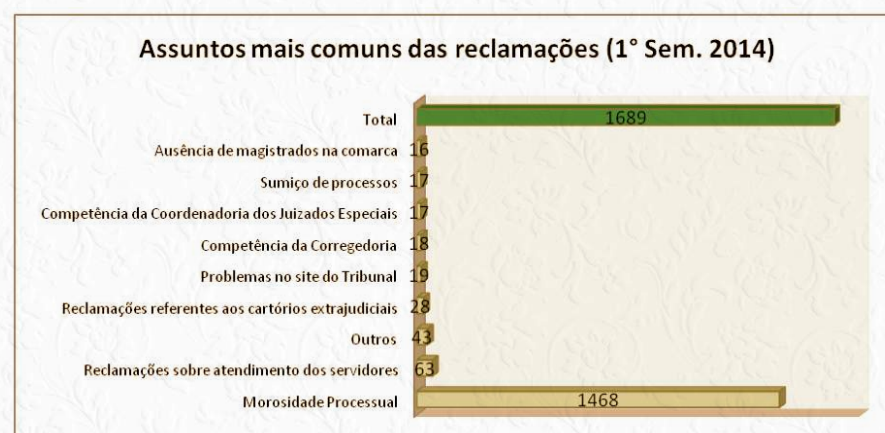


OUVIDORIA

Ao todo, 2.048 manifestações foram dirigidas ao órgão entre 1º/1/2014 e 30/6/2014, sendo que o mês de maio registrou um recorde de manifestações, desde a criação da Ouvidoria, em maio de 2010. As comunicações feitas ao setor envolveram desde reclamações sobre deficiências na prestação dos serviços até solicitações de estágio e de atualização cadastral para fins de concurso, atividades que, pela peculiaridade, foram registradas abaixo no campo “Outros”.



No segundo semestre de 2014, a Ouvidoria recebeu 2.107 manifestações, totalizando 4.155 no ano, o que representou aumento de 33,5% em relação a 2013, quando foram apresentadas 3.113 manifestações. Do total de comunicações recebidas, 81,42% foram reclamações de insatisfação com o serviço; 12,03% trataram de pedidos de informação. As demais consistiram em denúncias, dúvidas, elogios, sugestões e solicitações diversas contabilizadas no campo “Outros”.



Já no período entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2015, a Ouvidoria recebeu 2.534 manifestações, o que representou um aumento de 19,18 % da demanda em relação ao mesmo período de 2014, o que revelou o êxito do modelo de participação do usuário do sistema de Justiça. Do total de manifestações recebidas, 79,12% referiram-se a reclamações de insatisfação com os serviços e 14,05% foram pedidos de informações.

As demais comunicações dividiram-se entre denúncias, elogios, dúvidas, sugestões e solicitações diversas contabilizadas no campo “Outros”, como remessa de processos a outras unidades, cadastros de advogados em sistemas, competências de outros órgãos, pedidos genéricos de providências etc.

OUTROS ASSUNTOS OBJETO DE RECLAMAÇÃO - 1º SEM. 2014		QUAN.
1	Insucesso no contato telefônico com a unidade jurisdicional	7
2	Falta de material de expediente	5
3	Estrutura física de unidade jurisdicional	2
4	Conduta de servidor/magistrado	2
5	Problemas na linha telefônica/computadores da Comarca	2
6	Não expedição de mandado de averbação em processo já baixado	2
7	Discussão entre servidores	2
8	Horário de realização de prova de seletivo	2
9	Pedido de desarquivamento de processo	2
10	Negativa da Defensoria Pública em ingressar com ação judicial	1
11	Demora na conclusão de concurso de remoção	1
12	Falta de selos nos cartórios	1
13	Falta de pagamento para empresa terceirizada do TJMA	1
14	Falta de Oficial de Justiça	1
15	Não transferência de valores entre unidades jurisdicionais	1
16	Previsão de pagamento de GPJ (Gratificação por Produtividade Judiciária)	1
17	Ausência de servidor para atendimento no protocolo da Comarca	1

18	Contestação de resposta dada por magistrado à Ouvidoria	1
19	Negativa da secretária em dar acesso de autos a terceiros	1
20	Informações acerca de localização de réu	1
21	Não recebimento de petição por meio eletrônico	1
22	Questionamento sobre portabilidade bancária	1
23	Reclamação contra Operadora de Telefonia	1
24	Reservas indevidas de vagas no estacionamento no anexo do TJ na Rua do Egito	1
25	Regularização de cadastro no sistema da Vara de Execuções Penais (VEP)	1

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão promoveu em 2014 e 2015 audiências públicas para receber manifestações da população sobre a atuação da Justiça nos pólos judiciais de Caxias, Bacabal, Chapadinha, Pinheiro, São João dos Patos, Imperatriz e São Luís.

As audiências têm o objetivo de estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente, republicano e próximo da sociedade. Iniciadas com a exibição do vídeo institucional da Ouvidoria e palavra do ouvidor sobre os objetivos e papel da Ouvidoria, as audiências são transmitidas em tempo real via rádio web, com interação pelo aplicativo Whatsapp.

O magistrado também se reúne com os juízes do pólo correspondente, colhendo informações sobre a situação de cada comarca e as principais demandas e dificuldades.





PROJETOS ESPECIAIS

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Criada em 4 de março de 2010, em cumprimento a uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Coordenadoria da Infância e Juventude encontra-se instalada na Rua do Egito nº 167 - Centro, São Luís/MA, CEP: 65010-903, telefone: (98) 3261-6287, desde o dia 24 de março de 2014. Atualmente, tem a seguinte composição:

1. Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto (presidente);
2. Juíza de Direito Karla Jeane Matos de Carvalho, titular da 2ª Vara da Comarca de Coelho Neto (Coordenadora)
3. Juíza de Direito Lívia Maria da Graça Costa Aguiar, respondendo pela 1ª Vara da Infância e Juventude do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Capital; Juiz de Direito José dos Santos Costa, titular da 2ª Vara da Infância e Juventude do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Capital; Juiz de Direito José Afonso Bezerra de Lima, titular da 9ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Capital e Juiz de Direito Simeão Pereira e Silva, titular 4ª Vara Cível de Timon.

Tem como atribuições elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na área da infância e juventude; dar suporte aos magistrados, aos servidores e as equipes multiprofissionais visando à melhoria da prestação jurisdicional; promover a articulação interna e externa da Justiça da Infância e Juventude com outros órgãos governamentais e não-governamentais; colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área da Justiça da Infância e Juventude; exercer as atribuições da gestão estadual dos Cadastros Nacionais da Infância e Juventude.

A presidente, desembargadora Cleonice Freire, reuniu-se com o presidente da coordenadoria, desembargador Jamil Gedeon, com o objetivo de fixar metas prioritárias para elaboração de projetos, dentre os quais a instalação e estruturação das salas de depoimento especial e curso de capacitação para magistrados e mediadores; apresentação de questionário para avaliar as dificuldades de cada Vara Especializada na área da Infância e Juventude; mobilização da sociedade para o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; apoio à campanha voltada ao combate ao uso do crack, intitulada “Jogando Contra as Drogas”, tomando como gancho o slogan da Copa do Mundo no Brasil.

Também fez parte da rotina da Coordenadoria da Infância e Juventude a divulgação de projetos como “Família Acolhedora”, para que a sociedade adote posturas de participação e integração.

Outro feito de destaque foi a apresentação à desembargadora Cleo-

nice Silva Freire do Link da coordenadoria, que foi planejado em parceria com a Assessoria de Comunicação e Diretoria de Informática, obedecendo aos padrões exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas com ‘layout’ que remetem a este Egrégio Tribunal.

A presidente Cleonice Silva Freire e o desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, presidente da coordenadoria, receberam, em Brasília a premiação do “Selo Infância e Juventude” - categoria bronze -, em reconhecimento às boas práticas na promoção dos direitos da criança e adolescente. O prêmio foi entregue pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Em parceria com a Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados), foi ministrado, nos dias 09, 10 e 11 de junho de 2014, na Esmam (Escola Superior de Magistratura do Maranhão),



um curso para 39 magistrados com o objetivo de capacitá-los para colher o correto depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de violência, por meio de métodos apropriados que viabilizem maior responsabilização dos réus e auxiliem na redução dos crimes de violência contra crianças e adolescentes.

Com o objetivo de capacitar magistrados para a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de casos de abuso sexual ou violência doméstica, o Tribunal de Justiça do Maranhão dispôs por meio da ESMAM nos dias 01 e 02 de junho de 2015 mais um Curso de depoimento especial. Em 31 de outubro de 2015, foi ministrado, no Fórum de São Luís, curso de capacitação para oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, realizada em salas de depoimento especial.

Também foi formada mais uma turma de facilitadores para o Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, em processos que tramitam na justiça. O curso aconteceu nos dias 09 e 10 de julho de 2015 e contou com a presença de 62 servidores, entre psicólogos, assistentes sociais, técnicos, auxiliares e profissionais do Cras e Creas.

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, inaugurou a Fundação da Cidadania e Justiça, entidade pública criada por lei para subsidiar a formulação de políticas e o desenvolvimento de atividades de suporte à Casa Abrigo e à Casa da Criança.

A Casa da Criança, atualmente, recebia até 25 crianças de 0 a 03 anos, até sua reinserção ao lar, ou adoção. A nova sede que está localizada no bairro do São Francisco, em São Luís, expandirá a capacidade para até 100 acolhidos, contando com 1.892 metros quadrados distribuídos em dormitórios, berçário, salas (administrativas, de estudo e de atendimento psicossocial), consultórios (médico, odontológico e de fisioterapia), brinquedoteca, copa, cozinha, rouparia, lavanderia, banheiros e espaços destinados a oficinas e cursos, área para horta, quadra poliesportiva, entre outros.



COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, que tem como presidente a desembargadora Ângela Salazar, desenvolveu uma série de ações no biênio 2014/2015. Foram realizadas diversas atividades de conscientização, como palestras e panfletagens, em empresas, escolas, canteiros de obras, órgãos públicos, colônias de pescadores, igrejas e shoppings. Um dos destaques foi a caminhada realizada em 6 de dezembro de 2014 na Avenida Litorânea, com participação de mais de 1.000 pessoas. Ao todo, as ações da coordenadoria atingiram um público de 6.468 pessoas.

Projetos como o Cine Mulher e atendimentos prestados pelo Centro de Referência e Assistência Social (Cras) também fizeram parte da lista de atividades em favor da mulher em situação de violência doméstica e familiar.



CAMPANHA “APRENDENDO COM MARIA DA PENHA”

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, conforme as diretrizes da Lei Maria da Penha, bem como das Resoluções nº 128/2011-CNJ e Resol-GP-302011-TJ-MA, implementou o Projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, idealizada pela desembargadora Ângela Salazar”, com a finalidade de difundir ações de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado do Maranhão, através de palestras, projeção de filmes e oficinas em associações de bairros, sindicatos, igrejas, escolas, universidades, dentre outros.

CAMPANHA “JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA”

A Campanha “Justiça pela Paz em Casa” teve duas edições em 2015. Na primeira, realizada de 09 a 13 de março, foram realizadas 554 audiências e foram proferidas 468 sentenças em julgamentos de crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Na segunda edição, ocorrida entre 03 e 07 de agosto, houve 437 audiências e foram expedidas 195 sentenças. Na terceira semana, promovida de 30 de novembro a 4 de dezembro, foram agendadas pela Vara Especial da Mulher de São Luís, 109 audiência, das quais 52 foram realizadas, sendo proferidas 57 sentenças de mérito, 45 medidas protetivas de urgência e 12 ações penais, além de um julgamento no Tribunal do Júri.

CASA ABRIGO

Instalada há 16 anos, a Casa Abrigo já atendeu cerca de 730 mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e mais de mil crianças e adolescentes, oferecendo acompanhamento por assistente social, psicólogo e enfermeiro, com encaminhamento aos serviços de saúde e programas sociais oferecidos pela rede pública, além da emissão de documentos, entre outros.



MONITORAMENTO CARCERÁRIO

As atividades do Grupo de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) foram marcadas por intensa articulação intersetorial. O presidente do GMF, desembargador Froz Sobrinho, e outros membros do Poder Judiciário com atuação ligada à questão prisional participaram de diversas reuniões para discutir o tema.

Foi permanente a interação com representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), do Ministério Público, do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), vinculado ao Ministério da Justiça, de órgãos públicos com atuação na saúde, dentre outros interlocutores.

Diversos temas foram discutidos, dentre os quais o cumprimento das penas, a saúde dos encarcerados, a reinserção dos apenados no mercado de trabalho e outros assuntos pertinentes.



AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

As Audiências de Custódia foram implementadas na comarca de São Luís, através do Provimento 21/2014-CGJ, originado pela instituição da Política Estadual de Alternativas Penais no âmbito do Estado do Maranhão foi realizada através do Pacto Estadual para Instituição de Política de Alternativas Penais e Criação de Câmara de Apoio à Aplicação de Alternativas Penais, firmado entre o Governo do Estado do Maranhão, o Tribunal de Justiça do Maranhão, a Procuradoria Geral de Justiça e a Defensoria Geral do Estado.

As audiências de custódia acontecem na Central de Inquéritos de São Luís. Localizado no fórum da capital maranhense, a unidade dispõe de duas salas de audiências, uma secretaria judicial, salas de apoio, carceragem, equipe de técnicos e analistas, além de ter toda a infraestrutura do próprio fórum à disposição. Todo trabalho executado tem o acompanhamento e o suporte da Unidade de Monitoramento Carcerário, que é coordenada pelo desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho e tem, também, o papel de fomentar políticas de execução penal no Maranhão.

Nos dias 18 e 19 de junho do corrente ano, houve o curso sobre Audiências de Custódia, realizado no auditório da ESMAM, e solicitado pela UMF, no qual 40 magistrados serão orientados sobre a apresentação imediata dos presos em flagrante ao juiz, para que este possa homologar e verificar a legalidade e a necessidade dessa prisão.

Dentre os principais objetivos dos trabalhos executados por servidores cedidos pela UMF consta a redução do passivo da Central de Inquéritos, ou seja, remeter todos os processos (Inquéritos Policiais e Autos de Prisão) oriundos das Varas Criminais e redistribuídos à Central de Inquéritos.

Para a efetivação do trabalho na Central de Custódia, houve 3 (três) reuniões:

DATA	DELIBERAÇÕES
19/09	<p>Elaboração de Portaria Conjunta regulamentando o trabalho da Central de Inquéritos;</p> <p>Disponibilização de 130 tornozeleiras eletrônicas para monitoramento dos acusados em liberdade provisória;</p> <p>As audiências para os presos mais perigosos serão realizadas através de vídeo conferências.</p>

26/09	<p>Apresentação elaborada por Dr. Fernando Mendonça de fluxograma, organograma, funcionamento do bloco de atividades e a equação estatística;</p> <p>Solicitação para a Corregedora Geral de Justiça a criação de um provimento regulamentando o fluxo de trabalho da Central de Inquéritos.</p>
07/10	<p>Informação da não renovação do convênio entre a Secretaria de Segurança Pública e os Correios, ocasionando a não entrega das comunicações ao IML;</p> <p>Logística de segurança interna é de responsabilidade da Diretoria do Fórum, e a condução dos presos de competência da SEJAP;</p> <p>A UMF será responsável por toda a documentação;</p> <p>Disponibilização de treinamento do Sistema SIGO pela Delegada Edilúcia;</p> <p>A previsão para o início dos trabalhos das Audiências de Custódia está previsto para o dia 17/10/2014.</p>

Fonte: Atas de Reuniões da UMF/2014.

CENTRAL DE INQUÉRITO

Resumo das Audiências realizadas em 2014/2015

Ano	Mês	Audiências Realizadas	Liberdades Provisórias				Relaxamento de Prisão	Outros Casos ***	Decretação da Prisão Preventiva
			Cautelares Comuns	Tornozeleiras	Internações e Tratamento CAPS				
2014 *	Outubro	11	6	54,55%					5
	Novembro	41	20	48,78%					21
	Dezembro	40	15	37,50%	8	20,00%			17
TOTAL		92	41	44,57%	8	8,70%			43
2015 **	Janeiro	39	11	28,21%	7	17,95%		1	20
	Fevereiro	57	21	36,84%	14	24,56%		4	18
	Março	65	21	32,31%	13	20,00%	1	1,54%	7
	Abril	53	11	20,75%	20	37,74%			22
	Maiο	61	5	8,20%	22	36,07%		1	33
	Junho	107	21	19,63%	19	17,76%	1	0,93%	66
	Julho	209	90	43,06%	9	4,31%		1	109
TOTAL		591	180	30,46%	104	17,60%	2	0,34%	14

Estão incluídos os óbitos, que não contabilizam como solto.

* Período de 17/10/2015 à 05/12/2014

** Período de 05/01/2015 à 31/07/2015.

Ano de 2014			Ano de 2015			Média 2014/ 2015		
Liberdade Provisória	49	53,26 %	Liberdade Provisória	300	50,76 %	Liberdade Provisória	349	51,10%
Prisões	43	46,74 %	Prisões	291	49,24 %	Prisões	334	48,90%
Total de audiências	92		Total de Audiências	591		Total de Audiências	683	

Fonte: Relatório da Audiência de Custódia - Jan. - Jul/2015.

Ano de 2014			Ano de 2015			Média 2014/ 2015		
Liberdade Provisória	49	53,26 %	Liberdade Provisória	300	50,76 %	Liberdade Provisória	349	51,10%
Prisões	43	46,74 %	Prisões	291	49,24 %	Prisões	334	48,90%
Total de audiências	92		Total de Audiências	591		Total de Audiências	683	

Fonte: Relatório da Audiência de Custódia - Jan. - Jul/2015.

Audiência de Custódia



Ano	Mês	Audiências Realizadas	Tipificação															
			Latrocínios	Entorpecentes	Porte de Arma	Homicídios	Roubo	Furto	Outros									
2014	Out. a Dez.	92																
2015	Janeiro	39		12	30,77 %	1	2,56%	1	2,56 %	14	35,90 %	6	15,38 %	5	12,85 %			
	Fevereiro	57		22	38,60 %	4	7,02%			14	24,56 %	11	19,30 %	6	10,53 %			
	Março	65		18	27,69 %			1	1,54 %	26	40,00 %	9	13,85 %	11	16,97 %			
	Abril	53		16	30,19 %	2	3,77%	5	9,43 %	22	42,00 %	4	7,55%	4	7,55%			
	Maiο	61	2	3,28%	25	40,98 %	4	6,56%	3	4,92 %	22	36,00 %	3	4,92%	2	3,28%		
	Junho	107	2	1,87%	48	44,86 %	8	7,48%			35	33,00 %	2	1,87%	12	11,21 %		
	Julho	209	1	0,48%	76	36%	10	5%	7	3,35 %	80	38,28 %	9	4,31%	26	12,44 %		
Total		591	5	0,85 %	21	36,72 %	29	4,91 %	17	2,88 %	21	36,04 %	7	7,45 %	66	11,17 %		

Ano de 2015		
Latrocínio	5	0,85%
Entorpecentes	217	36,72%
Porte de Arma	29	4,91%
Homicídio	17	2,88%
Roubo	213	36,04%
Furto	44	7,45%
Outros	66	11,17%
Total de audiências	591	

Fonte: Relatório da Audiência de Custódia - Jan. - Jul/2015

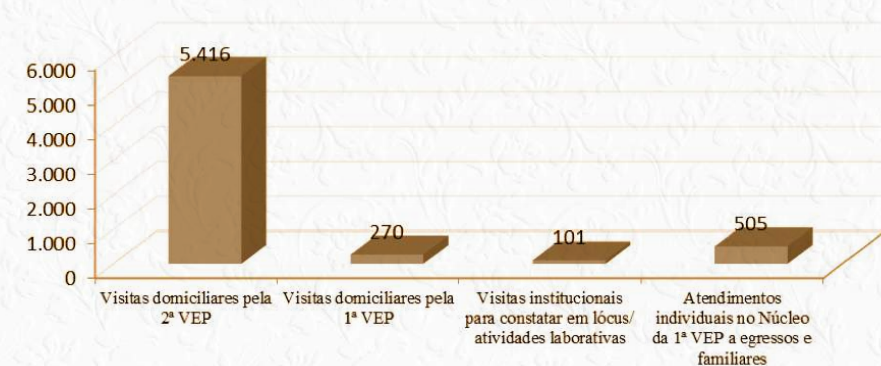
NUMEG

O Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (NUMEG/SEJAP) foi criado pela Portaria nº. 35/2013-SEJAP, para monitorar o cumprimento das obrigações dos apenados (as) submetidos a liberdade vigiada sob coordenação e controle da SEJAP, cujo objetivo geral é a fiscalização das condições de livramento condicional e do regime aberto domiciliar dos referidos egressos do sistema penitenciário, bem como conhecer a realidade cotidiana em que eles estão inseridos, a situação familiar e, quando necessário, encaminhá-los aos serviços públicos de assistências em geral (jurídica, social, psicológica, material).

TABELA GERAL

Nº.	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	QUANT.
1	Visitas domiciliares pela 2ª VEP	5.416
2	Visitas domiciliares pela 1ª VEP	270
3	Visitas institucionais para constatar em lócus/ atividades laborativas	101
4	Atendimentos individuais no Núcleo da 1ª VEP a egressos e familiares	505
TOTAL		6.292

Fonte: Relatório 1º Trimestre- 2015 - NUMEG/ SEJAP.



TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS

JANEIRO

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE ÓBITO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES	VISITAS ASSISTENCIAIS
14	01	01	02	11	08

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 - NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORA DOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORA DOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
33	02	29	06	35

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 - NUMEG/ SEJAP.

FEVEREIRO

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE ÓBITO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES	VISITAS ASSISTENCIAIS
28	01	02	04	08	12

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 - NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
61	02	55	08	63

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 - NUMEG/ SEJAP.

MARÇO

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE ÓBITO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES	VISITAS ASSISTENCIAIS
49	00	03	04	09	08

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 - NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORES EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
77	0,	64	16	80

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 - NUMEG/ SEIAP.

ABRIL

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE LIBERAÇÃO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE TORNOZELEIRAS	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES
28	00	02	14	12

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 - NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
97	04	70	31	101

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 - NUMEG/ SEJAP.

MAIO

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE LIBERAÇÃO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE TORNOZELEIRAS	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES
31	04	01	12	18

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 - NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADO SEM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
119	05	103	21	124

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 - NUMEG/ SEJAP.

JUNHO

Tabela 1

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
10	02	04	04	08

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 - NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
126	06	113	19	132

MARÇO

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE ÓBITO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES	VISITAS ASSISTENCIAIS
49	00	03	04	09	08

Fonte: Relatório 1º Semestre 2015 - NUNEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
77	0,	64	16	80

Fonte: Relatório 1º Semestre 2015 - NUNEG/ SEJAP.

ABRIL

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE LIBERAÇÃO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE TORNOZELEIRAS	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES
28	00	02	14	12

Fonte: Relatório 1º Semestre 2015 - NUNEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
97	04	70	31	101

Fonte: Relatório 1º Semestre 2015 - NUNEG/ SEJAP.

MUTIRÃO CARCERÁRIO PERMANENTE

O Mutirão Carcerário Permanente tem como objetivo cumprir a Resolução nº. 89/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual recomenda que sejam implantados mecanismos que permitam, com periodicidade mínima anual, a revisão da legalidade da manutenção das prisões provisórias e definitivas.

MUTIRÃO CARCERÁRIO	PROCESSOS ANALISADOS	TOTAL BENEFÍCIOS	DECISÃO C/ SOLTURA
2008 (21/10 a 12/11/2008)	1.345	679	437
2009 (17/11 a 30/04/2010)	2.303	701	437
2011 (17/03 a 30/04/2011)	2.807	282	177
2013 - UMF/IJMA	8.580	1.620	857
2014 - CGJ	662	682	79

Quantitativo Geral de Armas, Munições e Acessórios prontas para descarte

1ª Vara de Itapecuru	2ª Vara de Itapecuru	3ª Vara de Itapecuru	
Arma de Fogo	3 Arma de Fogo	27 Arma de Fogo	1
Arma Branca	0 Arma Branca	5 Arma Branca	0
Munições e Acessórios	6 Munições e Acessórios	16 Munições e Acessórios	0
Total	9 Total	48 Total	1

Quantitativo Geral de Armas, Munições e Acessórios prontas para descarte **58**

Relatório elaborado em 16/04/2015, com informações colhidas in loco no 8º Batalhão da PMMA-ITAPECURU

Notas Explicativas:

1. As secretarias de vara da Comarca de Itapecuru não mantinham em controle relatórios de armas, bens e objetos etapas do Mutirão realizado naquela cidade, sendo este o 1º a ser confeccionado que por ausência de informações será de grande dificuldade sua elaboração;
2. Pelo levantamento feito in loco no 8º Batalhão da PMMA em Itapecuru Mirim constatou-se que existem entre armas de fogo, arma brancas e acessórios e munições com referência a processos 37 ocorrências com processos desconhecidos (sem nome das partes, sem a referência do nº do processo);
3. Nesta segunda etapa não foi possível o levantamento das armas, munições e bens pelo sistema Themis PG pelos relatórios de sistema, devido não ter identificação física na maioria dos objetos;

INSPEÇÕES

Anualmente, a UMF elabora seu planejamento estratégico incluindo a realização de inspeções em todas as unidades prisionais, hospitais de custódia e delegacias de polícia. Abaixo, o calendário de inspeções do 1º trimestre/2015:

DATA	INSTITUIÇÃO	LOCAL
13/01	Central de Custódia de Presos de Justiça - CCPJ	Anil
09/02	Delegacia de Itapecuru-Mirim	Itapecuru-Mirim
13/03	APAC de Paço do Lumiar	Paço do Lumiar
08/04	Centro de Triagem	Pedrinhas
16/04	Centro de Detenção Provisória - CDP	Pedrinhas
16/04	Delegacia de Itapecuru-Mirim	Itapecuru-Mirim
17/04	APAC Viana	Viana
17/04	UPR Viana	Viana
14/05	Unidade Prisional de Ressocialização de Rosário	Rosário
20/05	Central de Custódia de Presos de Justiça - CCPJ	Pedrinhas
22/05	APAC de Paço do Lumiar	Paço do Lumiar
09/06	Casa de Assistência ao Albergado e Egresso - CAAE	Rua dos Afogados - Centro
12/06	UPR Monte Castelo	Monte Castelo

APAC

O quadro a seguir demonstra informações gerais acerca de todas as APAC's do estado do Maranhão:

DADOS DOS PRESOS DO ESTADO

MONITORAMENTO MENSAL DO SISTEMA PRISIONAL - JULHO DE 2015

UNIDADES	PRESOS CONDENADOS	PRESOS PROVISÓRIOS	TOTAL	VAGAS
UNIDADES PRISIONAIS DA CAPITAL	1.412	2.128*	3.540	2.575
UNIDADES PRISIONAIS DO INTERIOR	1.152	1.681*	2.833	1.833
APAC'S NO MARANHÃO	128	0	128**	280
DELEGACIAS	169	1271*	1440	
TOTAL PARCIAL	2.861	5.080	7.941	
PRESOS EM REGIME ABERTO	2.427		2.427	
TOTAL GERAL DE PRESOS NO ESTADO DO MARANHÃO			10.368***	4.688

QUANTITATIVO DE PRESOS NO ESTADO DO MARANHÃO

Unidades Prisionais	Nomes das Unidades	Vagas	Provisórios	Sentenciados			Total por Unidade
				Fechado	Semi-aberto	Aberto	
Pólo São Luís	PENITENCIÁRIA DE PEDRINHAS	190	25	06	302	01	334
	PENIT. SÃO LUIS I	104	11	184	04	0	199
	PENIT. SÃO LUIS II	208	345	17	12	0	374
	CCPJ - PEDRINHAS	160	279	69	20	02	370
	CADET	400	424	214	45	0	683
	CDP - PEDRINHAS	402	385	123	13	0	521
	PENITENCIÁRIA	210	153	60	27	0	240

	FEMININA						
	CAAE - SÃO LUIS	60	0	01	0	55	56
	CCPJ - ANIL	100	122	39	15	0	176
	CENTRO DE TRIAGEM	96	207	10	04	0	221
	UPR - OLHO D'ÁGUA	86	148	36	02	0	186
	UPR - MONTE CASTELO	80	0	02	80	0	82
	UPR DE PEDRINHAS VII	479	29	66	03	0	98
Total do Pólo São Luis	13	2575	2128	827	527	58	3540
Comarcas	CAAE - CAXIAS	12	01	0	0	05	06
	CAAE - IMPERATRIZ	68	0	0	28	02	30
	CCPJ - CAXIAS	80	128	34	28	0	190
	CDP - AÇAILANDIA	70	53	168	04	0	225
	CDP - CHAPADINHA	104	112	33	10	0	155
	CR - PEDREIRAS	168	86	70	59	01	216
	CR - TIMON	168	215	117	75	0	407
	UPR - IMPERATRIZ	280	275	130	46	02	453
	UPR - DAVINÓPOLIS	106	75	30	05	0	110
	UPR - PAÇO DO LUMIAR	40	11	17	09	0	37
UPR - BALSAS	96	127	36	37	0	200	
UPR - SANTA INÊS	78	84	10	10	02	106	
UPR - VIANA	25	31	22	08	0	61	

	UPR - ROSÁRIO	60	65	17	12	0	94
	UPR - BACABAL	82	101	13	07	0	121
	CRR - CODÓ	60	53	19	19	0	91
	CENTRO DE TRIAGEM - ITZ	35	50	0	0	0	50
	UPR - PINHEIRO	36	66	07	02	0	75
	UPR - COROATÁ	156	96	39	04	0	139
	UPR - ITAPECURU-MIRIM	40	52	10	05	0	67
Total das Comarcas	20	1764	1681	772	368	12	2833
TOTAL GERAL POLO DE SÃO LUIS + COMARCAS	33 Unidades	4339	3809	1599	895	70	6373

QUANTITATIVOS DE PRESOS NAS DELEGACIAS DO ESTADO DO MARANHÃO

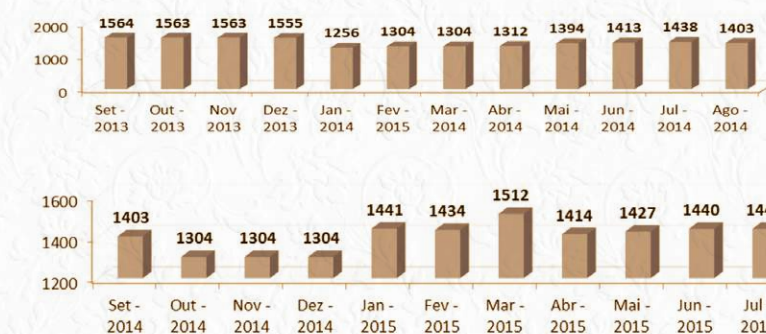
DELEGACIAS/REGIONAIS	Nº DE DELEGACIAS COM PRESOS POR REGIONAL	PRESOS CONDENADOS	PRESOS PROVISÓRIOS	TOTAL
1ª REGINAL - ROSÁRIO	08 Delegacias com presos (Presidente Juscelino, Axixá-MA, Icatu-MA, Rosário-MA, Morros-MA, Presidente Juscelino-MA, Humberto de Campos, Primeira Cruz)	01	35	36

2ª REGIONAL – ITAPECURU-MIRIM	04 Delegacias com presos (Anajatuba, Cantanhede, Itapecuru DR, Pirapemas)	0	28	28
3ª REGIONAL – CHAPADINHA	08 Delegacias com presos (Magalhães de Almeida, Santa Quitéria, São Bernardo, Tutóia-MA, Araiões-MA, Buriti-MA, Brejo-MA, Anapurus)	18	64	82
4ª REGIONAL – CODÓ	02 Delegacias com presos (Coroatá, Codó)	03	30	33
5ª REGIONAL – PINHEIRO	14 Delegacias com presos (Alcântara, Apicu Açú, Bacuri, Bequimão, Cedral, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Peri Mirim, Pinheiro 1º DP, Pinheiro DR, Santa Helena, São Bento, Turiaçu)	21	252	273
6ª REGIONAL – VIANA	07 Delegacias com presos (Arari, MATINHA, PENALVA, São Vicente Ferrer/MA, São João Batista – MA, São Vicente Férrer/MA, Vitória do Mearim – MA)	13	134	147
7ª REGIONAL – SANTA INÊS	02 Delegacias com presos (Buriticupu, Santa Luzia)	01	26	27

8ª REGIONAL – ZÉ DOCA	11 Delegacias com presos (Amapá do Maranhão, Boa Vista Do Gurupi, Cândido Mendes, Carutapera, Centro Novo, Godofredo Viana, Junco do Maranhão, Luis Domingues, Nunes Freire, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca DR)	28	159	187
9ª REGIONAL – AÇAILÂNDIA	02 Delegacias com presos (Tringa do Maranhão, Açailândia)	0	68	68
10ª REGIONAL – IMPERATRIZ	05 Delegacias com presos (Amarante, Estreito, Imperatriz DR, João Lisboa, Porto Franco)	10	154	164
11ª REGIONAL – BALSAS	02 Delegacias com presos (Loreto, Riachão)	0	21	21
12ª REGIONAL – SÃO JOÃO DOS PATOS	07 Delegacias com presos (Barão do Grajaú, Mirador, Passagem Franca, Pastos Bons, São Domingos do Azeitão, Sucupira do Riachão, São Francisco do Maranhão)	45	29	74

13ª REGIONAL – PRESIDENTE DUTRA	04 Delegacias com presos (Colinas, Dom Pedro, Presidente Dutra, Tuntum)	15	81	96
14ª REGIONAL – PEDREIRAS	07 Delegacias com presos (Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago da Pedra, Lago dos Rodrigues, Pedreiras, Poção de Pedras, Lago do Junco)	0	69	69
15ª REGIONAL – BARRA DO CORDA	02 Delegacias com presos (Barra do Corda DR, Grajaú)	02	64	66
DELEGACIAS/REGIONAIS	Nº DE DELEGACIAS COM PRESOS POR REGIONAL	PRESOS CONDENADOS	PRESOS PROVISÓRIOS	TOTAL
16ª REGIONAL – BACABAL	05 Delegacias com presos (Alto Alegre do MA, Olho D'água das Cunhãs, Paulo Ramos, Vitorino Freire, DP São Mateus/MA)	12	39	51
17ª REGIONAL – CAXIAS	-	-	-	-
18ª REGIONAL – TIMON	03 Delegacias com presos (Matões, Parnarama, Timon)	0	18	18
Total Geral*	93	169	1271	1440

EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE PRESOS EM DELEGACIAS



Fonte: Superintendência da Polícia Civil do Interior

COMPARATIVO ENTRE PRESOS DOS PRESÍDIOS, DAS DELEGACIAS E APAC'S

Período	Presos nas Unidades Prisionais	Presos nas Delegacias	Total de presos em UP e Delegacias	Presos em prisão domiciliar	APAC'S	Total de Presos
Jun - 2014	5118	1413				6531
Jul - 2014	5190	1438	6628	2306*		8934
Ago - 2014	5242	1403	6645	2306*		8951
Set - 2014	5325	1403	6728	2306*		9034
Out - 2014	5234	1304	6538	2306*		8844
Nov - 2014	5264	1304	6568	2306*		8874
Dez - 2014	5268	1304	6572	2306*		8878
Jan - 2015	5716	1441	7157	2462**		9619
Fev - 2015	5824	1434	7258	2438**		9696
Mar - 2015	6072	1512	7584	2417**	105***	10.106
Abr - 2015	6222	1414	7636	2438**	125***	10.199
Mai - 2015	6245	1427	7672	2427**	128***	10.227
Jun - 2015	6434	1440	7871	2460**	128***	10.462
Jul - 2015	6373	1440	7813	2427**	128***	10.368

*Dados referentes à prisão em regime domiciliar, encaminhados pelas comarcas à UMF no mês de junho de 2014

** Presos em regime aberto extraídos do Sistema VEP/CNJ, onde as mesmas são virtualizadas. Esse dado refere-se à primeira semana de Junho, apenas nas comarcas onde estas são virtualizadas, num total de 17 VEP's

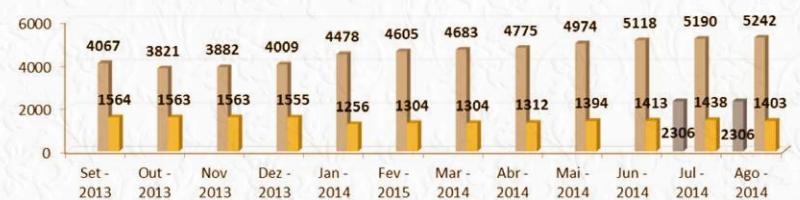
*** Recuperandos das 06 Apac's criadas no Maranhão.

GRÁFICO DOS PRESOS DAS DELEGACIAS, SUPRS. E APAC'S 2014



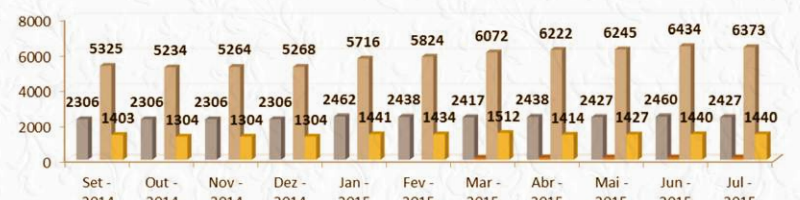
■ Presos em prisão domiciliar ■ Apac's ■ Presos nas Unidades Prisionais ■ Presos nas Delegacias

GRÁFICO DOS PRESOS DAS DELEGACIAS, SUPRS. E APAC'S 2014



■ Presos em prisão domiciliar ■ Apac's ■ Presos nas Unidades Prisionais ■ Presos nas Delegacias

GRÁFICO DOS PRESOS DAS DELEGACIAS, UPR'S E APAC'S 2015

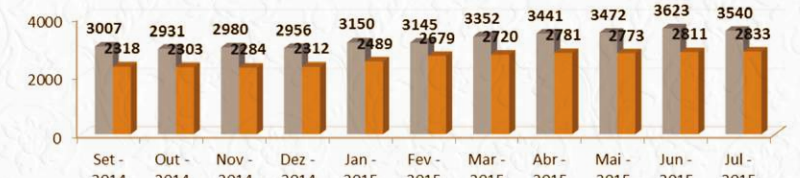


■ Presos em prisão domiciliar ■ Apac's ■ Presos nas Unidades Prisionais ■ Presos nas Delegacias

TOTAL DE PRESOS DA CAPITAL (UNIDADES PRISIONAIS) X TOTAL DE PRESOS DO INTERIOR (UNIDADES PRISIONAIS)

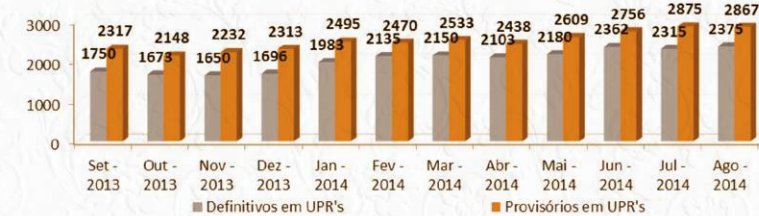


■ Presos em Presídios da Capital ■ Presos em Presídios no Interior

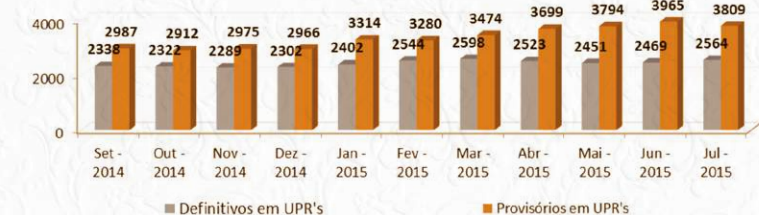


■ Presos em Presídios da Capital ■ Presos em Presídios no Interior

RELAÇÃO DE PRESOS PROVISÓRIOS X DEFINITIVOS EM UNIDADES PRISIONAIS



■ Definitivos em UPR's ■ Provisórios em UPR's

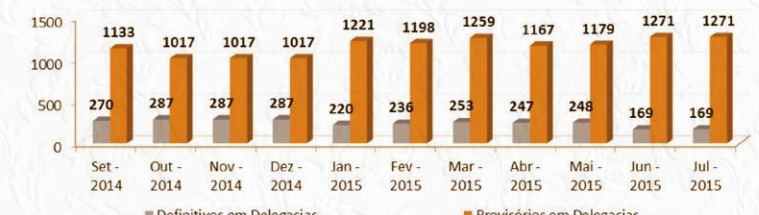


■ Definitivos em UPR's ■ Provisórios em UPR's

RELAÇÃO DE PRESOS PROVISÓRIOS X DEFINITIVOS EM DELEGACIAS

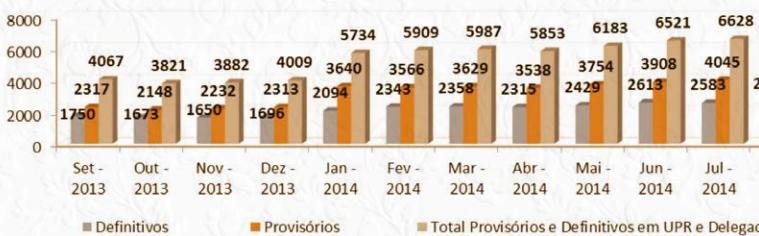


■ Definitivos em Delegacias ■ Provisórios em Delegacias

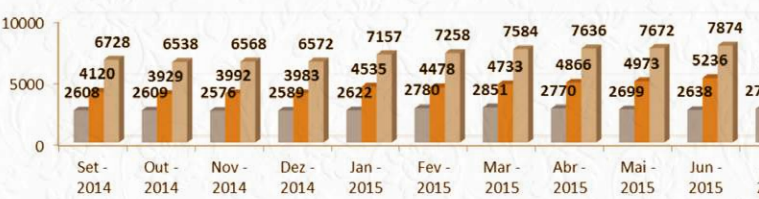


■ Definitivos em Delegacias ■ Provisórios em Delegacias

RELAÇÃO GERAL DE PRESOS PROVISÓRIOS X DEFINITIVOS EM UNIDADES PRISIONAIS E DELEGACIAS NO ESTADO DO MARANHÃO



■ Definitivos ■ Provisórios ■ Total Provisórios e Definitivos em UPR e Delegacias



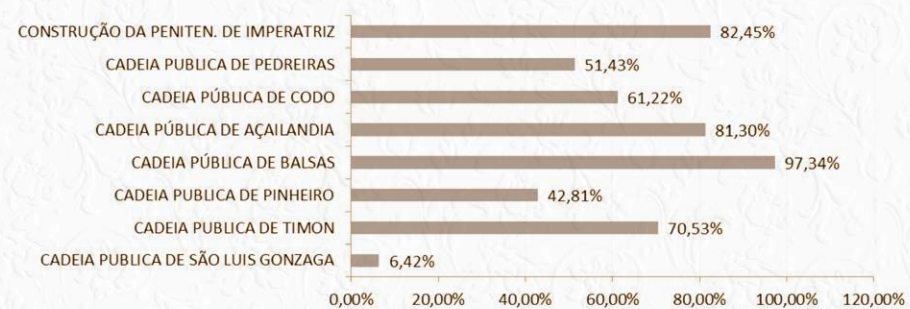
■ Definitivos ■ Provisórios ■ Total Provisórios e Definitivos em UPR e Delegacias

COMPARATIVO DE PRESOS INCLUINDO OS DE REGIME ABERTO


*Em Janeiro/2014 o CNJ não contabilizava em seus relatórios os presos em prisão domiciliar;
 **Em Junho/2014 a UMF passou a contabilizar as prisões domiciliares, sendo que estes dados foram repassados pelas comarcas do Maranhão;
 *** A partir de Janeiro/2015 passou-se a contabilizar os presos em regime aberto das 16 Varas de Execuções Penais virtualizadas.

BANCO NACIONAL DE MANDADOS DE PRISÃO

DATA	AGUARDANDO CUMPRIMENTO	CUMPRIDO	EXPIRADO
10.04.2015	8750	2730	2818
20.05.2015	9086	4022	2944
15.06.2015	9228	4147	3018
17.07.2015	9408	4484	3115
12.08.2015	9520	4650	3199

PERCENTUAL DE CONCLUSÃO DE OBRAS


Fonte: Informações repassadas via e-mail, referente ao mês de maio/2015

VAGAS APÓS AS REFORMAS/CONSTRUÇÕES

ESTABELECIMENTO PENAL	VAGAS ATUAL	VAGAS APÓS AS CONSTRUÇÕES/REFORMAS
CADEIA PÚBLICA DE SÃO LUIS GONZAGA	-	312
CADEIA PÚBLICA DE TIMON	-	306
CADEIA PÚBLICA DE PINHEIRO	-	306
CADEIA PÚBLICA DE BALSAS	96	126
CADEIA PÚBLICA DE AÇAILANDIA	70	162
CADEIA PÚBLICA DE CODO	60	156
CADEIA PÚBLICA DE PEDREIRAS	-	120
CONSTRUÇÃO DA PENITEN. DE IMPERATRIZ	-	210
TOTAL		1.472

SITUAÇÃO DAS VAGAS DISPONÍVEIS NO MARANHÃO

TOTAL DE PRESOS APENAS EM UNIDADES PRISIONAIS	VAGAS ATUAL	VAGAS APÓS AS CONSTRUÇÕES/REFORMAS
6.245*	4.579	6.051

*Presos em Unidade Prisional referente ao mês de maio/2015

TOTAL DE PRESOS EM UP + DELEGACIAS + PRESOS EM REGIME ABERTO	VAGAS ATUAL	VAGAS APÓS AS CONSTRUÇÕES/REFORMAS
10.227*	4.579	6.051

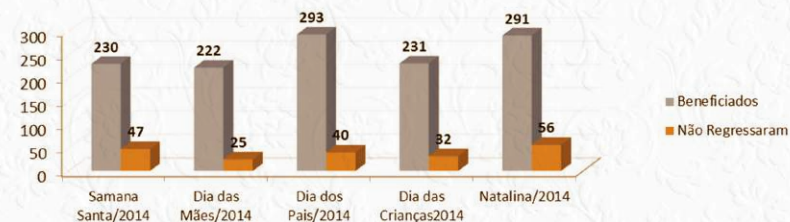
*Incluindo presos em regime aberto (2.427) e Delegacias (1.427).

*Não estão contabilizadas as vagas em delegacias.

SAÍDAS TEMPORÁRIAS / 2014

Saídas Temporárias	Portaria	Beneficiados	Não Regressaram	%
Samana Santa/2014	-	230	47	20,43%
Dia das Mães/2014	16/2014-Gab_1*-Vep	222	25	11,26%
Dia dos Pais/2014	30/2014-Gab_1*-Vep e 30-A/2014-Gab_1*-Vep	293	40	13,65%

DADOS EXTRAÍDOS DO SITE WWW.TJMA.JUS.BR
E INFORMAÇÕES REPASSADAS PELA VEP.



SAÍDA TEMPORÁRIA / 2015

Saídas Temporárias	Portaria	Beneficiados	Não Regressaram	%
Samana Santa/2015	004/2015-Gab_1ª-Vep	281	54	19,22%
Dia das Mães/2015	008/2015-Gab_1ª-Vep	260	32	12,31%
Dia dos Pais/2015				
Dia das Crianças/2015				
Natalina/2015				

DADOS EXTRAÍDOS DO SITE WWW.TJMA.JUS.BR E INFORMAÇÕES
REPASSADAS PELA VEP.



PORTADORES DE TRANSTORNO MENTAL (PTM's) NO SISTEMA CARCERÁRIO DO MARANHÃO

Em maio de 2015, de acordo com informações fornecidas pela SEJAP e pelas Instituições de Saúde Nina Rodrigues, La Ravardière e São Francisco, o quantitativo de indivíduos com confirmação e suspeitas de que tivessem algum tipo de transtorno mental era de 266 indivíduos, distribuídos (de acordo com os locais em que se encontravam) da seguinte forma:

INSTITUIÇÕES	LOCAL	TOTAL
INSTITUIÇÕES DE SAÚDE	Hospital Nina Rodrigues	71
	Clinica La Ravardiere	14
	Clinica São Francisco	07
INSTITUIÇÕES PRISIONAIS DA CAPITAL	Núcleo de Atenção a Saúde da Penitenciária de Pedrinhas	04
	Casa de Detenção	13
	Penitenciária São Luis I	34
	Penitenciária São Luis II	8
	Centro de Detenção Provisória	6
	UPR Olho D'água	10
	UPR Monte Castelo	17
	Centro De Custodia De Presos De Justiça De Pedrinhas	1
	Centro De Custodia De Presos De Justiça Do Anil	3
	Presidio Feminino	9
	CAAE - São Luis	9
	Centro de Observação e Classificação Triagem	1
	UPR VII	2
	UPR Paço Do Lumiar	4
		92
		83

INSTITUIÇÕES PRISIONAIS DO INTERIOR	UPR de Santa Inês	02	91
	UPR de Codó	03	
	UPR de Timon	33	
	CR Pedreiras	21	
	UPR de Bacabal	12	
	UPR de Imperatriz	13	
	CDP de Chapadinha	07	
DELEGACIAS			Sem informação

PTM'S NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE EM SÃO LUÍS

De acordo com a tabela a seguir, os Portadores de Transtorno Mental que se encontram em Unidades de Saúde, estão distribuídos da seguinte forma: 71 no Hospital Nina Rodrigues, 14 na Clínica São Francisco e 07 na Clínica La Ravardiére. Desse quantitativo, alguns pacientes se encontram em condição de Alta, de acordo com informações fornecidas pelas Enfermarias de cada um desses locais, de forma que, em maio de 2015, 24 se encontravam em condição de alta no Hospital Nina Rodrigues, 01 na Clínica São Francisco e 06 na La Ravardiére, somando um total de 31 pacientes em Condição de Alta.

PACIENTES COM TRANSTORNO MENTAL NAS UNIDADES PENAIS DE SÃO LUÍS

Unidades Penais	Quantidade de pacientes	Pacientes diagnosticados pelo Código Internacional de Doenças (CID 10)	Pacientes medicalizados
NÚCLEO DE ATENÇÃO A SAÚDE DA PENITENCIARIA DE PEDRINHAS	4	3	4
PENITENCIARIA DE PEDRINHAS	13	13	13
CASA DE DETENÇÃO - CADET	34	33	34

Unidades Penais	Quantidade de pacientes	Pacientes diagnosticados pelo Código Internacional de Doenças (CID 10)	Pacientes medicalizados
PENITENCIARIA SÃO LUIS II	6	4	6
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP	10	10	10
UPR OLHO D'ÁGUA	17	14	17
UPR MONTE CASTELO	1	1	1
CENTRO DE CUSTODIA DE PRESOS DE JUSTIÇA DE PEDRINHAS - CCPJ PEDRINHAS	3	2	3
PRESIDIO FEMININO	9	8	8
CAAE - SÃO LUIS	1	1	1
CENTRO DE OBSERVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO E TRIAGEM - COCT	2	2	2
UPR VII	4	*	*
UPR PARÇO DO LUMIAR	4	1	1

PORTADORES DE TRANSTORNO MENTAL (PTM'S) NO SISTEMA CARCERÁRIO DO MARANHÃO (2º TRIMESTRE)

Houve um aumento de 13 pessoas no quantitativo de pacientes do Hospital Nina Rodrigues, passando de 71 para 84. A partir desse aumento, o Quantitativo de indivíduos PTM's subiu de 92 para 105 nas Instituições de Saúde e somam uma população total de 279 PTM's no Estado do Maranhão.

INSTITUIÇÕES	LOCAL	TOTAL
INSTITUIÇÕES DE SAÚDE	Hospital Nina Rodrigues	84
	Clínica La Ravardiére	14
	Clínica São Francisco	07
		105

Informações atualizadas em 26 de maio de 2015, conforme visita institucional de Inspeção ao Hospital Nina Rodrigues

CAPS NO MARANHÃO

Nº.	CIDADE	MODALIDADE
1	Açailândia	CAPS II
2	Bacabal	CAPS II CAPS I
3	Balsas	CAPS I
4	Barra do Corda	CAPS II CAPS I
5	Caxias	CAPS III CAPS AD
		CAPS i CAPS I
6	Chapadinha	CAPS II
7	Codó	CAPS II CAPS I
8	Imperatriz	CAPS I CAPS AD CAPS I Consultório de Rua RT CAPS I

9	Itapecuru- Mirim	CAPS II CAPS I
10	Pedreiras	CAPS II CAPS I CAPS AD
11	Pinheiro	CAPS II CAPS I
12	Presidente Dutra	CAPS I
13	Rosário	CAPS I
14	Santa Inês	CAPS II CAPS I
15	São João dos Patos	CAPS I
16	São Luís	CAPS II CAPS I RT RT 1 RT 2 RT 3 CAPS AD UA Adulto Hospital Nina Rodrigues

17	Timon	CAPS II CAPS I CAPS AD
18	Viana	CAPS I
19	Zé Doca	CAPS II CAPS I

**COMEÇAR DE NOVO
VISITAS INSTITUCIONAIS**

O Programa Começar de Novo viabiliza a emissão de documentação básica, conforme demonstrado a seguir:

LOCAL	ASSUNTO	QUANT.
Instituto de Identificação	Busca de informações/ dados de apenados para solicitação de documentos	11
Cartórios	Busca de Certidão de Nascimento, Certidão Negativa e demais informações	32
Receita Federal	Visitas	10
Unidades Prisionais (CCPJ - Pedrinhas e Anil)	Coletar assinaturas de apenados para registro de filho.	02
Centro de Triagem	Verificação de instalação de kit para realização do Censo Carcerário e acompanhamento da ação	02
Corregedoria Geral de Justiça	Informações acerca de duplicidade de certidões de nascimento.	01
SEJAP	Informações sobre PRONATE e Plano de Educação das Prisões	01
Empresa MASAN	Reunião para implantação de cozinha escola nas unidades prisionais Feminina e do Olho D'Água.	01
	TOTAL	60

Fonte: Relatório Mensal Julho/2015 – Programa Começar de Novo.

VISITAS DOMICILIARES

DATA	DEMANDA	QUANT.
21/05	Visita realizada à família do apenado Maxuel Reis da Silva, para verificação de identificação.	01

Fonte: Relatório Mensal Julho/2015 – Programa Começar de Novo.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Com o objetivo de apurar as demandas de morte, fuga, rebelião, tortura e maus tratos/ agressão, a Unidade de Monitoramento Carcerário instaura procedimentos administrativos com o objetivo de acompanhar a apuração das denúncias.

A seguir, demonstrativo dos procedimentos administrativos instaurados no 1º semestre/2015:

Nº.	DATA	AUTOR	ASSUNTO
001	06/01	UMF	MORTE Notícia veiculada na mídia sobre a morte do preso JOCEAN SOARES DANTAS, na Casa de Detenção, na data de 06/01/2015
002	07/01	UMF	FUGA Notícia veiculada na mídia sobre a fuga de 7 (sete) presos da Delegacia de Coroatá, na data de 07/01/2015
003	19/02	UMF	FUGA Notícia veiculada na mídia sobre a fuga de 3 (três) presos do Presídio São Luís III, na data de 14/02/2015
004	23/02	UMF	FUGA Notícia veiculada na mídia sobre a fuga de 4 (quatro) presos na Delegacia de Porto Franco, na data de 22/01/2015
005	23/02	UMF	AGRESSÃO Denúncia de agressão à pessoa de EDNALDO SALES CORREIA por policiais da ROTAM, na data de 12/02/2015
006	09/03	UMF	FUGA Notícia veiculada na mídia sobre a fuga de 11 (onze) presos na Delegacia de Porto Franco, na data de 07/03/2015
007	12/03	Ângela de Jesus Mendes Barros	TORTURA Denúncia de tortura sofrida pelo preso PEDRO MÁRCIO DUTRA, no Centro de Detenção Provisória, no mês 12/2014

008	24/03	UMF	FUGA Notícia veiculada na mídia sobre a fuga de 4 (quatro) presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na data de 22/03/2015
009	24/03	UMF	MORTE Notícia veiculada na mídia sobre a morte dos presos ROGÉRIO CORREIA DE JESUS e OTÁVIO DE JESUS FERREIRA, no Centro de Detenção Provisória, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na data de 13/03/2015

Fonte: Relatório Mensal Julh./2015 - Divisão Estrutural Técnica.

RESUMO 2013/2014

TIPO DE EVENTO	QUANT.
Quantidade de Mortos em 2013	66
Quantidade de Mortos em 2014	28
Quantidade de Ações Penais	63
Quantidade que não geraram Ações Penais	26
Quantidade de Inquéritos	67
Quantidade de Mortes Naturais	8
Quantidade de Homicídios	57
Quantidade de Mortes na Capital	82
Quantidade de Mortes no Interior	6
Quantidade de Mortes Capital e Interior	88
Quantidade de Morte na Capital 2013/2014	89

Fonte: Relatório Anual/2014 - UMF.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Nº.	SISTEMA	OPERACIONALIZAÇÃO
1	SISUMF	Sistema gerenciado pelo Poder Judiciário do Maranhão (Tribunal de Justiça). É utilizado pela UMF para acompanhar as demandas da população carcerária.
2	SCN	Sistema Começar de Novo é gerenciado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É utilizado para cadastrar e pesquisar apenados e egressos do sistema carcerário para emissão de documentação básica, inclusão no mercado de trabalho e em cursos de qualificação profissional.
3	THEMIS/ Jurisconsult	Sistema gerenciado pelo Poder Judiciário do Maranhão (Tribunal de Justiça). É utilizado para pesquisas processuais de apenados.
4	VEP/CNJ	Sistema gerenciado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É utilizado para pesquisar os apenados sentenciados e em fase de execução.
5	Geopresídios/ CNIEP/ CNAEL	Sistema gerenciado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É utilizado pelos magistrados para cadastrar inspeções realizadas em unidades prisionais, delegacias de polícia e demais unidades que possuem presos de justiça, informando as condições desses locais e o quantitativo de presos.
6	SIISP	Sistema gerenciado pelo Poder Executivo do Maranhão (Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária - SEJAP). É utilizado para pesquisar os presos no sistema prisional do Estado do Maranhão.
7	SIGO	Sistema gerenciado pelo Poder Executivo do Maranhão (Secretaria de Segurança Pública). É utilizado para realizar consultas dos presos custodiados em delegacias de polícia.



CHEVALIER
—
ECONOMIE
POLITIQUE

3

320
1750c

COMMENTARIO
SOBRE OS DENES
DE DEFUNTOS
E AUSENTES
—
1

121
1570

MANOEL IGNACIO
CARVALHO
DE MENDONÇA

CONTRACTOS
NO
DIREITO CIVIL
BRASILEIRO
—
1

342 14
1530

EDUARDO ESPINOLA
—
CODIGO CIVIL
BRASILEIRO

VOL. 1
INTRODUCCAO
E
PARTE GERAL

342 1098
1771

NOVISSIMO
ASSESSOR
FORENSE
—
III

J. P. DA SILVA RAMOS
—
MANUAL PRATICO
DE PROCESSO
COMMERCIAL

341 160
1771

DUMONT
—
TRATTE
PREUVES JUD

1

341 14
1530

F. MAINIÉ
—
NOUVEAU TRATTE
DES
BREVETS D'INVENTION

TOME
—
1

1

341 1431
0180

Oliveira Filho
—
PRATICA
DO
PROCESSO

1-2

341 1431
0180

PAULA
—
MU
CODI

DIR
—
OBRIG
ART,

J.Ribeiro d
ED

BIBLIOTECA

APRESENTAÇÃO DA BIBLIOTECA

A Biblioteca possui como Missão “Disponibilizar ao usuário o acesso às fontes de informação jurídica através da aquisição, organização e disseminação de conhecimentos, contribuindo para a eficiência na prestação jurisdicional” e como Visão “Alcançar a excelência no atendimento visando garantir a satisfação das necessidades informacionais dos usuários”.

Funcionando como setor de apoio no desenvolvimento das atividades deste Tribunal, tem suas atribuições definidas por meio da Resolução n°60/2010, que regulamenta a estrutura dos serviços auxiliares do Poder Judiciário do Maranhão. Desde sua implantação, que remete à criação da Corte, vem oferecendo a seus usuários produtos e serviços que facilitam o processo de disseminação da informação jurídica e que atendam aos interesses institucionais e da comunidade em geral.

Funciona diariamente no horário das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, disponibilizando seus produtos e serviços a servidores, magistrados, advogados e público em geral. Para entrar em contato, o interessado pode ligar nos telefones: (98)3261-6146/6147/6259, ou comparecer ao endereço: Rua do Egito, n. 144 - Centro. CEP: 65010-190, São Luis - MA.

A Biblioteca também possui link no site do Tribunal de Justiça do Maranhão www.tjma.jus.br, na seção institucional/Biblioteca, onde os usuários podem consultar todas as informações referentes ao atendimento oferecido, bem como acessar os produtos disponíveis.

O usuário também pode utilizar o correio eletrônico por meio do e-mail institucional: biblioteca@tjma.jus.br, e pela seção “fale conosco” da Presidência. Além disso, a Biblioteca disponibiliza por meio do SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas) diversas vantagens, tais como: consulta ao acervo, reserva de publicações, renovação de empréstimos e disseminação seletiva da informação.

O Acesso ao SIABI está disponível nos terminais de atendimento na Biblioteca, ou em links na intranet e internet do Tribunal de Justiça do Maranhão.



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2014

A seguir, as principais atividades e inovações realizadas em 2014, cujo propósito foi oferecer serviços de qualidade ao nosso público.

CURSO SOBRE MUSEUS E MUSEOLOGIA

O referido Curso foi ministrado pela Prof.^a Elizângela Carrijo – mestre em História Cultural e professora no curso de Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília, nos dias 12 e 13 de maio de 2014, na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) abordando questões conceituais sobre a memória institucional, com ênfase no universo da museologia.

Participaram do treinamento servidores das bibliotecas do Poder Judiciário, Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos, Procuradoria Geral de Justiça, dentre outros.

AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA BIBLIOTECA

Foi inaugurada no dia 10 de junho de 2014 ampliação das instalações da Coordenadoria da Biblioteca, contemplando sala do projeto de transcrição e divulgação de documentos históricos, em parceria com a FAPEMA. O espaço contém computadores, scanners planetários, lupas, impressoras, máquina fotográfica e materiais de higiene e proteção destinados às atividades do projeto, que incluem pesquisa, transcrição, inventariado e divulgação dos testamentos dos séculos XVIII e XIX, pertencentes ao acervo de obras raras do Poder Judiciário.

Os setores da Biblioteca também passaram por melhorias como a substituição de luminárias e pintura geral, revisão de instalações elétricas, dentre outras. Estiveram presentes à inauguração a presidente do TJMA, Des.^a Cleonice Freire; a vice-presidente Anildes Cruz; a corregedora-geral de Justiça, Des.^a Nelma Sarney; os Desembargadores Lourival Serejo, Presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca, e Kléber Carvalho.



APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE TRANSCRIÇÃO DE TESTAMENTOS

Durante a 11ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em São Luís, foi apresentado o projeto de transcrição de livros de testamentos do período colonial e imperial do Maranhão (1751 a 1889) desenvolvido pela Biblioteca com financiamento da FAPEMA. Na ocasião foi possível apresentar a estudantes e pesquisadores detalhes da pesquisa que envolve a transcrição de três livros de registros de testamentos (1781-1791; 1790-1795 e 1793-1801). O projeto contempla ainda a publicação de 300 exemplares de cada um.

CURSO DE MUSEOLOGIA E CURADORIA

No Convento das Mercês, São Luís recebeu pela primeira vez o Curso de Museologia e Curadoria de Arte, promovido em parceria entre a Bureau Cultural e a Associação Cultural e Artística Oswaldo Goeldi. O Curso, com carga horária de 40h, foi voltado a profissionais que atuam em instituições culturais públicas ou privadas voltadas à preservação da memória, proporcionando a seus participantes, noções de



montagem e supervisão de exposições de arte, execução e revisão de catálogos, arquitetura e colecionismo, dentre outros temas e áreas.

A Biblioteca foi representada pelas Bibliotecárias Cíntia Andrade e Eliana Maciel.

NOVAS AQUISIÇÕES

Em 2014 e 2015 foram adquiridas por compra e doações 725 novas aquisições dentre livros, periódicos, CDs e DVDs. Todos os documentos incorporados ao acervo foram catalogados, indexados no SIABI (Sistema de Automação de Biblioteca) e disponibilizados para consulta e empréstimo de usuários.

No mesmo período, foram cadastrados 141 novos usuários, que passaram a adquirir direito a empréstimos, renovação e devolução de livros, periódicos e demais documentos do acervo. Em média foram efetuados 7.056 empréstimos.

Em continuidade às medidas de incentivo à recuperação e disseminação da informação jurídica a nossos usuários, a Biblioteca recomendou a renovação da Plataforma de pesquisa da RT - Online, adquirida pelo Tribunal de Justiça em 2013.

A ferramenta, disponível na TJMA, oferece conteúdo online da Revista dos Tribunais desde 1986, além de 12 revistas especializadas em diversos ramos do Direito editadas pela RT, bem como conteúdo de notícias nacionais e internacionais, com atualizações diárias pela Thomson Reuters.

Ainda por meio de seu sistema, os usuários podem consultar virtualmente informações sobre legislação, doutrina e jurisprudência, dentre outras publicações jurídicas de diversos Tribunais e Órgãos afins.

PARTICIPAÇÃO NO XI ENAR (ENCONTRO NACIONAL DE ACERVO RARO)

Nos dias 30 e 31 de outubro de 2014, a Biblioteca participou do XI Encontro Nacional de Acervo Raro, promovido pela Biblioteca Nacional, na Cidade do Rio de Janeiro.

O evento, organizado pelo PLANOR - Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras teve como tema: "Gestão de Acervos raros e especiais: realidade e desafios". Na oportunidade, representantes de diversas Instituições e Estados puderam trocar experiências e apresentar projetos desenvolvidos em prol da preservação da memória em seus locais de trabalho.

CURSO SOBRE A ELABORAÇÃO DO PLANO MUSEOLÓGICO;

A Coordenadoria da Biblioteca, em parceria com a ESMAM, promoveu nos dias 11 e 12 de dezembro, o curso de "Construção do Plano Museológico e Gestão de Acervos". O objetivo é capacitar os profissionais de documentação, arquivos e bibliotecas para viabilizar a implantação do memorial do Judiciário Maranhense.

O Des. Lourival Serejo, presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, durante abertura do curso, ressaltou a importância dessa iniciativa, vislumbrando a propagação das ideias relacionadas à preservação e valorização da memória institucional e social do Tribunal de Justiça.

CONVÊNIO UFMA

Por meio de convênio firmado entre este Tribunal de Justiça e a Universidade Federal do Maranhão, a Coordenadoria da Biblioteca recebeu 3 estagiários curriculares no ano de 2014. Os estudantes cumpriram carga-horária mínima de 90 horas e máxima de 270 conforme legislação competente e puderam por em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do Curso de Biblioteconomia.

GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA

A Coordenadoria da Biblioteca concorreu à GPJ com três metas propostas ao Núcleo de Planejamento Estratégico, são elas: garantir que 90% dos empréstimos não atrasem por mais de 30 dias; garantir que 80% das solicitações de pesquisas bibliográficas sejam realizadas em até 5 dias; implantar a Disseminação Seletiva da Informação.

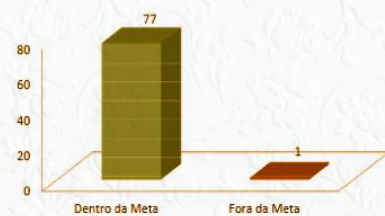
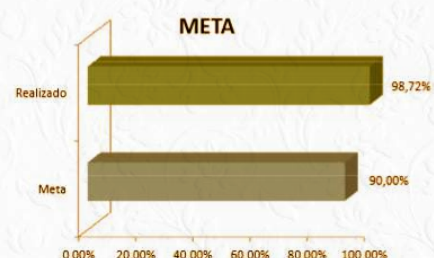
A Unidade atingiu satisfatoriamente todas as metas, conforme demonstrado nas estatísticas, a seguir, enviadas pela Assessoria de Planejamento Estratégico do TJMA:

COORDENADORIA DE BIBLIOTECA DO TJMA

Mês de referência : Janeiro a setembro de 2013

Indicador INDICE DE AGILIDADE NO ATENDIMENTO À PESQUISA BIBLIOGRÁFICA
Meta Garantir que 90% das solicitações de pesquisas bibliográficas sejam realizadas em 5 dias
Fórmula (Total de empréstimos devolvidos no prazo /total de empréstimos)*100
Sistema de medição DIGIDOC
Período 21 de janeiro a 30 de setembro de 2013

Número de Processos	
Dentro da Meta	77
Fora da Meta	1
Meta	90,00%
Realizado	98,72%

QUANTITATIVO DE PROCESSOS

META

COORDENADORIA DE BIBLIOTECA DO TJMA

Mês de referência : Janeiro a setembro de 2014

Indicador MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE DISSEMINAÇÃO SELETIVA DE INFORMAÇÃO
Meta Manter o programa de disseminação seletiva de informação durante todo o período de medição
Fórmula Não se aplica
Sistema de medição Relatório WEB
Período 1º de janeiro a 30 de setembro de 2014

STATUS DO PROGRAMA
 MANTIDO

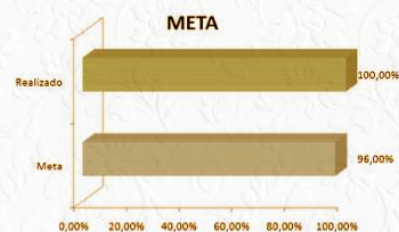
COORDENADORIA DE BIBLIOTECA DO TJMA

Mês de referência : janeiro a setembro de 2014

Indicador INDICE DE REDUÇÃO NO TEMPO DE ATRASO DE EMPRÉSTIMOS
Meta Garantir que 96% dos empréstimos não atrasem por mais de 30 dias
Fórmula (Total de empréstimos devolvidos no prazo /total de empréstimos)*100
Sistema de medição SIABI
Período 1º de janeiro a 30 de setembro de 2014

Número de Processos	
Dentro da Meta	57
Fora da Meta	0
Meta	96,00%
Realizado	100,00%

QUANTITATIVO DE PROCESSOS

META


CURSO SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS PELO CNJ

Os servidores da Biblioteca participaram do curso autoinstrucional de Gestão Documental no Poder Judiciário, na modalidade ensino a distância, oferecido pelo Conselho Nacional de Justiça no período de 08 de agosto a 08 de setembro de 2014. O referido curso contemplou temas muito relevantes como: – Introdução à Gestão Arquivística; II – Marco Legal de Documentos no Poder Judiciário; III – Proname; IV – Gestão Documental Aplicada e Preservação/Divulgação da Memória nos Tribunais. Serão objeto de estudo instrumentos veiculados pelas Recomendações do CNJ n. 37/2011 e n. 46/2013, Resoluções n. 46/2007, n. 91/2009 e n. 185/2013.

COMPÊNDIO HISTÓRICO (1961-1989), CLIPPING E PESQUISAS DE LEGISLAÇÃO

Em continuidade ao Compêndio de Resoluções (1990-2010), entregue a todas as unidades judiciais e administrativas do TJ, os compêndios dos anos 2011, 2012, 2013 e 2014 encontram-se em processo de encadernação pela gráfica e servirão também como importante fonte de pesquisa na área da legislação.

No corrente ano, a Divisão de Legislação e Pesquisa elaborou uma edição histórica comemorativa contemplando a legislação do período de 1961-1989, em homenagem ao bicentenário deste Tribunal de Justiça, bem como elaborou o Clipping de posse da Presidente Cleonice Silva Freire, da Vice-Presidente Anildes Cruz e da Corregedora-Geral de Justiça Des.^a Nelma Sarney. Também iniciou o clipping de gestão referente ao biênio 2014-2015.

Durante o ano, foram 120 solicitações de pesquisa via digidoc e por telefone, prontamente atendidas, atuando também na disponibilização da legislação no portal deste Tribunal de Justiça, contribuindo para o resgate dessas informações de maneira rápida e eficaz.



GESTÃO ESTRATÉGICA

COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO

No biênio 2014-2015, a Coordenadoria de Gestão Estratégica e Modernização participou das reuniões preparatórias dos VIII e do VX Encontro Nacional do Judiciário, ambos realizados em Brasília, que abordaram temas que impactam diretamente na gestão e na estratégia do Poder Judiciário nacional.

A coordenadoria também participou da II Reunião da Rede de Governança Estadual, em 2015, em Natal (RN). A elaboração de proposta de alteração da Resolução da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ), apresentada em audiências públicas em todos os pólos do estado, e em reuniões específicas com as áreas administrativas, com a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) e com o Sindicato dos Servidores da Justiça (SINDJUS), foi outra ação de destaque.

A coordenadoria participou ainda do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau, da Comissão de Acompanhamento e Apuração da Produtividade; do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos e do Núcleo Socioambiental.



DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

Entre as atividades desenvolvidas pela Divisão de Planejamento, por ano de execução, destacam-se as seguintes: mapeamento folha de pagamento, atendendo demanda da Diretoria de Controle Interno; atualização do projeto de reestruturação administrativa; revisão das metas de produtividade para a GPJ/2015 e reuniões de avaliação e orientação das unidades administrativas.

Segue abaixo quadro demonstrativo do desempenho das unidades administrativas na GPJ/2014:

2014			
Unidades Judiciais	Vencedores	Não Vencedores	Número de Participantes
TJ	75	07	82
CGJ	23	01	24
Fórum da Capital	19	01	20
Fóruns do Interior	26	04	30
TOTAIS	143	13	156

No ano de 2015, até a presente data, as atividades desenvolvidas pela Divisão de Planejamento foram o planejamento estratégico da Diretoria de Recursos Humanos; a elaboração de plano de trabalho para a Coordenadoria de Precatórios, o planejamento estratégico da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM); elaboração da proposta de projeto de reestruturação da ESMAM; reuniões estratégicas e elaboração do diagnóstico estratégico do Poder Judiciário estadual - Planejamento Estratégico 2015-2020; e reuniões com empresas de consultoria e análise de propostas técnicas - Programa Modernizando a Gestão Pública.

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS

Responsável pela atualização periódica do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos publicou o relatório Justiça em Números, por meio da Resolução 76/2009, contendo três grupos de informações: orçamentárias (despesas), de pessoal (número de servidores e magistrados) e sobre litigiosidade (número de processos, classe processual, julgamentos realizados, estoque). Ao longo do ano, as informações de litigiosidade e de pessoal são repassadas por esta Divisão ao CNJ por semestre. E, as orçamentárias no final de cada exercício.

Conforme a pesquisa, a taxa de congestionamento do segundo grau, computada em 2014, é de 43%, enquanto a do primeiro grau é de 64%. O índice de Atendimento à Demanda que mede a relação entre processos baixados e casos novos está demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 1 - ATENDIMENTO À DEMANDA

Instância	Casos Novos	Baixados	Grau de Cumprimento
1º Grau	159.493	144.603	90,7%
2º Grau	22.056	21.654	98,2%
Juizados	97.573	129.610	132,8%
Turmas Recursais	17.493	11.906	68,1%
	296.615	307.773	103,8%

Fonte: Justiça em Números



METAS NACIONAIS

Outra atribuição da Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos foi fornecer informações do Poder Judiciário do Maranhão no que se refere ao cumprimento das metas nacionais assumidas pelos tribunais brasileiros como passo importante e indispensável à oferta de uma prestação jurisdicional efetiva, segura, célere e democrática. Permite subsidiar os tribunais na coleta de dados e posterior lançamento no Sistema Metas Nacionais, com vistas a possibilitar ao CNJ o acompanhamento, aferição de cumprimento e geração de relatórios estatísticos.

As informações do Tribunal de Justiça relacionadas ao Segundo Grau e as Unidades Administrativas são lançadas mensalmente pela Divisão de Estatística do TJMA, enquanto os dados da Justiça de Primeiro Grau são de responsabilidade da Corregedoria Geral de Justiça.

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	100	97,9
2	Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 2º grau.	80	91,52
4	Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2012	100	98,98
6	Identificar e julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 2º Grau.	100	100

MAPA ESTATÍSTICO DE PRODUTIVIDADE DE 2º GRAU

Em cumprimento ao Art. 37 da Lei Orgânica da Magistratura, o Mapa Estatístico divulga mensalmente os dados estatísticos das atividades dos magistrados de segundo grau relacionados às seguintes informações: distribuição, decisões colegiadas e monocráticas, recursos internos recebidos e decididos, processos com vistas a PGJ e advogados, baixados, recursos especiais e extraordinários despachados pela presidência. São anexados ao mapa, os pedidos de vista e os votos proferidos em sessão. Os dados são extraídos do sistema Themis e publicados no Diário da Justiça Eletrônico até o dia 10 do mês subsequente.

Registra-se que a soma dos indicadores do mapa de janeiro a dezembro de 2014 mostra 22.632 processos distribuídos e 22.209 julgados. Os magistrados julgaram 7% mais ações no ano passado em relação a 2013 e a quantidade de processos que passaram a tramitar no TJMA obtiveram uma pequena queda de 6%. Atenta-se ainda no comparativo que o número de baixados (35.838) cresceu em 20% no mesmo período.

GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA

A Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ), instituída pela Resolução nº 05/2011, alinhada na filosofia da gestão orientada a resultados, avalia o desempenho e premia as unidades que alcançarem as metas estabelecidas ao final do período de apuração.

Entende-se que a premiação contribui para a gestão estratégica do órgão, visando incentivar os servidores para o cumprimento das metas, a fim de aprimorar a qualidade da prestação jurisdicional.

(Observa-se nas tabelas abaixo o resultado alcançado pelo Tribunal nas metas judiciais em 2014)

TABELA 3 - METAS DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA PRIMEIRO GRAU

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	100	100,35
2	Identificar e julgar, até 31/09/2014, pelo menos, 60% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º grau	60	37,31
3	Reduzir até o final do período de apuração 10% do acervo existente na unidade em 31/12/2013	10	49,54
4	Identificar e julgar 75% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2012	75	39,50
5	Identificar e julgar, até 30/09/2014, 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º grau	70	22,36

TABELA 4 - METAS DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA
 JUIZADOS ESPECIALIZADOS

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	100	100,35
2	Identificar e julgar, até 30/09/2014 pelo menos, 60% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º grau e nas unidades autônomas de Juizados Especiais	60	63,08
3	Reduzir até o final do período de apuração 10% do acervo existente na unidade em 31/12/2013	10	74,58
9	* Obter 100% na balança judiciária dos Juizados Cíveis	100	145,00
10	Reduzir nos juizados especiais, até o final do período de apuração, 7% do acervo existente na unidade em 31/12/2013	7	21,61
11	Julgar até 30/09/2014 quantidade igual a dos processos distribuídos entre 01/01/2014 a 31/05/2014, nos juizados especiais instalados no exercício de 2013 e nas turmas recursais	100	168,68

 TABELA 5 - METAS DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA
 TURMAS RECURSAIS

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
11	Julgar até 30/09/2014 quantidade igual a dos processos distribuídos entre 01/01/2014 a 31/05/2014, nos juizados especiais instalados no exercício de 2013 e nas turmas recursais	100	157,62

 TABELA 6 - METAS DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA
 SEGUNDO GRAU

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	100	110,60
4	Identificar e julgar 75% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2012	75	100
5	Identificar e julgar, até 30/09/2014, 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 2º grau	70	94,44
6	Lavrar e publicar 90% dos acórdãos em 8 (oito) dias após a sessão de julgamento	90	96,93
7	Identificar e julgar, até 30/09/2014, pelo menos, 60% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 2º grau	60	76,55





ESMAM



INTRODUÇÃO

Realizando os objetivos formulados pelo Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, pelo PPA, LDO e LOA, a ESMAM, com base nas determinações do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão - TJMA e do Regimento Interno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão - ESMAM, apresenta este relatório que tem como objetivo discriminar as atividades desenvolvidas pela Escola ao longo dos anos de 2014 e 2015.

A ESMAM tem importante papel de contribuir para a integração das funções de estudo, pesquisa e ensino da Ciência do Direito e das demais ciências humanas para a formação e o aperfeiçoamento dos ma-

gistrados e dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Em especial isso se dá por meio de sua atividade fim, a ser detalhada neste relatório: cursos para magistrados e servidores, eventos e outras ações institucionais voltadas à educação, em consonância com as metas estabelecidas pelo planejamento estratégico do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O relato das atividades promovidas pela ESMAM reafirma o seu compromisso no desenvolvimento de magistrados e servidores para alcançar de forma contínua a excelência no objetivo precípua do Tribunal de Justiça do Maranhão que é a prestação jurisdicional para a sociedade.



A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO MARANHÃO

Para bem cumprir suas atribuições legais e assegurar o alcance de resultados mais efetivos à sociedade, a ESMAM estabeleceu referencial estratégico que compreende, essencialmente, a definição da missão e visão de futuro e valores da organização, conforme se apresenta a seguir. A visão foi repensada, considerando que anteriormente a mesma tinha um prazo até 2012.

MISSÃO

Promover a formação inicial e continuada de magistrados, servidores e serventuários do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e oferecer serviços jurídico-educacionais à comunidade, contribuindo para melhorar a efetividade na prestação jurisdicional por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

VISÃO

Ser uma escola de referência do Norte-Nordeste, na prestação de excelentes serviços jurídico-educacionais e na efetiva satisfação das necessidades de desenvolvimento dos magistrados, servidores e serventuários, além de outros profissionais do Direito, por suas ações inovadoras, com destaque na elaboração e difusão do saber jurídico.

VALORES

Ética, Respeito, Excelência, Credibilidade, Profissionalismo, Comprometimento, Responsabilidade e Valorização das pessoas

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM) foi criada pela Resolução n.º 19, de 12 de novembro de 1986, e, posteriormente, por meio da Resolução n.º 25/98, tornou-se entidade de atuação vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), deixando de ser gerenciada pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).

A ESMAM constitui-se como instituição de ensino e pesquisa do TJMA, que tem como finalidade principal a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário maranhense. No exercício de suas atribuições, norteia-se pelos princípios da ética, do respeito, da excelência, da credibilidade, do profissionalismo, do comprometimento, da responsabilidade e da valorização das pessoas.

COMPETÊNCIA

A organização e a estrutura administrativa da ESMAM encontram-se regulamentadas pelas Resoluções n.º 8, de 14 de fevereiro de 2000, e n.º 72, de 03 de dezembro de 2008. Posteriormente, foram alteradas pelas Resoluções n.º 07, de 04 de março de 2010; n.º 30, de 24 de maio de 2010; e, por fim, pela Resolução n.º 28, de 21 de julho de 2011. O Regimento Interno (RIESMAM) foi aprovado pela Resolução n.º 17, de 14 de abril de 2010.

Como princípio essencial da Escola, definido pelo RIESMAM, tem-se a integração das funções de estudo, pesquisa e ensino da Ciência do Direito e das demais ciências humanas, para a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

A sede da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão fica na cidade de São Luís, capital maranhense. Conforme estabelecido no RIESMAM, a Escola goza de autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Além da sede central, a ESMAM tem núcleo regional nas comarcas de Imperatriz e Timon.

Suas atividades-fim são:

I - promover, de modo sistemático e permanente, a formação, a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização dos magistrados estaduais, com observância dos parâmetros fixados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), nos termos do art. 105, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal;

II - possibilitar ao magistrado maranhense o cumprimento ao disposto na parte final da alínea c do inciso II e o cumprimento do disposto no inciso IV, ambos do art. 93 da Constituição Federal;

III - oferecer aos candidatos à carreira da magistratura curso de formação inicial, com observância dos parâmetros mínimos fixados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), nos termos do art. 105, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, mantendo grade curricular que permita a formação teórico-prática, inclusive com disciplinas de prática jurídica e de formação multidisciplinar;

IV - propiciar aprimoramento e atualização dos servidores e serventuários do Judiciário maranhense, colaborando com o Tribunal de Justiça na execução da política de qualificação dos recursos humanos, por meio do domínio da Ciência do Direito, da Administração Pública e de outras

ciências humanas, com o objetivo de contribuir para a efetiva prestação jurisdicional e para a consolidação do prestígio do Poder Judiciário;

V - promover e estimular estudo e divulgação de trabalhos na área jurídica e judiciária, concorrendo para o aprimoramento cultural e jurídico dos magistrados e demais operadores do Direito;

VI - incentivar a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes, colaborando para o conhecimento crítico das leis, o estudo da Ciência do Direito e a realização da justiça;

VII - manter intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras.

A ESMAM pode realizar, também, em complemento às atividades acima mencionadas: simpósios, congressos e cursos de pós-graduação; palestras, conferências, painéis e debates; edição de revistas, jornais e boletins; edição de obras científicas, sociológicas e filosóficas no campo do Direito e da Administração da Justiça.

Compete, ainda, à Escola, por intermédio da Divisão de Treinamento e Avaliação coordenar e promover, em conjunto com o CEAJud/CNJ, a educação corporativa dos servidores do Poder Judiciário maranhense, a formação de multiplicadores e a qualificação profissional necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços judiciais e ao alcance dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Por fim, o processo seletivo para estágio remunerado e curricular também é uma das atribuições da escola, a quem compete elaborar o respectivo edital e aplicar provas, submetendo o resultado ao Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para homologação, conforme art. 2º, da Resolução n.º 71/2008-TJMA, que regulamenta o programa de estágio no Poder Judiciário maranhense, para estudantes universitários e de ensino profissionalizante de nível médio.

ESTRUTURA

A ESMAM é integrada pelos seguintes órgãos:

I - Diretoria Geral;

II - Conselho Administrativo e Pedagógico;

III - Conselho Editorial;

IV - Coordenações de Cursos:

IV a) – Coordenação de Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados;

IV b) – Coordenação de Cursos de Preparação à Magistratura;

IV c) – Coordenação de Cursos de Pós-Graduação;

IV d) – Coordenação de Cursos de Ensino a Distância;

IV e) – Coordenação de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores.

V - Secretaria Geral.

A Diretoria Geral é constituída por um diretor e um vice-diretor, ambos escolhidos pelo Plenário do Tribunal de Justiça e nomeados por seu pre-



sidente, com mandato de dois anos, permitida uma recondução, desde que aprovada pela maioria dos desembargadores estaduais, em sessão plenária.

O Conselho Administrativo e Pedagógico, órgão consultivo em matéria administrativa e consultivo e normativo em matéria pedagógica, é formado pelo diretor da ESMAM, pelo vice-diretor e pelos coordenadores de cursos, com sua competência definida no RIESMAM.

Por sua vez, o Conselho Editorial da Revista ESMAM, presidido pelo diretor da Escola, é composto pelo vice-diretor e por três outros membros designados pelo diretor.

Para o cumprimento de sua missão institucional, a ESMAM dispõe de uma Secretaria Geral, cuja finalidade é prestar apoio técnico e administrativo para o bom exercício das atribuições da Escola.

As unidades básicas da Secretaria Geral da Escola são: Coordenadoria Pedagógica, Coordenadoria Administrativa, Coordenadoria Financeira e Divisão de Biblioteca conforme pode ser visto no Organograma da Escola (Apêndice A).

MUDANÇA PARA A NOVA SEDE

No dia 24 de agosto de 2015, iniciaram-se os trabalhos de mudança para o novo prédio da ESMAM, localizado na Rua dos Búzios, s/n, Calhau (ao lado da sede da AMMA), cuja inauguração ocorreu oficialmente no dia 11 de dezembro de 2015, em solenidade, pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e pelo diretor do órgão, desembargador Jamil Gedeon.



CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA MAGISTRADOS

A Coordenação Pedagógica da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM) desenvolve várias atividades em sua rotina de trabalho. Dentre as quais, podem ser destacadas as seguintes: prestação de informações gerais a servidores, juízes e visitantes; elaboração e emissão de documentos; revisão de textos e documentos da Escola; entrega de certificados para magistrados, ex-alunos do Curso Preparação à Magistratura e professores que participaram das atividades da Escola; apoio pedagógico à Divisão de Treinamento na realização dos cursos para servidores; planejamento de cursos para magistrados; elaboração de projetos de cursos para credenciamento na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam); realização de cursos para magistrados e impostação de dados sobre conclusão dos cursos.

CURSOS PARA MAGISTRADOS REALIZADOS ANO DE 2014

No ano de 2014 foram ofertados no total 06 cursos de formação continuada credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM além de um curso na área de gerenciamento de crises. É importante ressaltar o cuidado da Escola Superior da Magistratura do Maranhão em seguir as resoluções e recomendações do CNJ e do STJ, no que concerne à capacitação de magistrados e servidores.

Tratando-se especificamente dos magistrados, foram oferecidos: curso voltado justiça itinerante, de forma a dar efetividade ao art. 125, §7º, da Constituição Federal vigente; curso sobre depoimento especial de crianças, em razão da Recomendação n.º 33/2010 do CNJ, que prevê a implantação de sistema de depoimento videogravado para as crianças e os adolescentes, o qual deverá ser realizado em ambiente separado da sala de audiências, com a participação de profissional especializado para atuar nessa prática; curso de direito autoral, visando evidenciar, por meio de



exemplos e casos concretos, como as novas tecnologias afetaram a visão tradicional do direito autoral e como isso impacta a sociedade; seminário de valorização à magistratura, curso multidisciplinar realizado em parceria com a Associação dos Magistrados do Maranhão – AMMA motivado pela necessidade de discutir os grandes temas; curso na área de direito notarial e registral, que teve como objetivo discutir a relação mantida entre o Poder Judiciário e os serventuários dos serviços cartoriais e notariais; curso sobre os mecanismos internacionais de proteção de direitos humanos e controle de convencionalidade visando o aperfeiçoamento e atualização dos magistrados acerca dos principais mecanismos jurídicos existentes para a proteção dos direitos humanos.

Além desses, outros cursos de temáticas relevantes foram ofertados, como o curso sobre gerenciamento de crise na esfera pública extremamente importante por capacitar os magistrados para agir e entender seu papel quando uma situação de crise de segurança pública se apresentar além do I Seminário sobre Segurança Institucional no Âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão que foi realizado através de cooperação entre a ESMAM e a Diretoria de Segurança Institucional do TJMA e que teve como um dos públicos alvos os magistrados maranhenses.

JUSTIÇA ITINERANTE– SÃO LUÍS

Ministrantes: Maria Lúcia de Fátima Barbosa Pirauá, Moacyra Verônica Cavalcante Rocha

Objetivo: Levar ao conhecimento dos magistrados os procedimentos que envolvem a Justiça Itinerante, os serviços por ela abrangidos, bem como os seus benefícios para a população, abordando as técnicas de conciliação que podem auxiliar na composição dos conflitos levados à apreciação, quando da materialização do projeto.

Público-alvo: magistrados vitalícios

Data: 15 e 16/05/2014

Carga Horária: 20h

Vagas: 120

Juízes Inscritos: 55

Juízes Concluintes: 44

Processos Digidoc: 18897/2014 (diárias), 18130/2014 (contratação)

DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: APERFEIÇOAMENTO TEÓRICO-PRÁTICO DA ATIVIDADE JUDICANTE–SÃO LUÍS

Ministrantes: José Antônio Daltoé Cesar, Karla Jeane Matos De Carvalho, Sara Fernanda Gama, Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues e Jacqueline Brito Oliveira

Objetivo: Proporcionar aos magistrados do Poder Judiciário do Maranhão, que atuam na área da Infância e Juventude, aprimoramento nos seus conhecimentos, no tocante às técnicas para a tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual.

Público-alvo: magistrados vitalícios

Data: 09, 10 e 11/06/2014

Carga Horária: 20h

Vagas: 50

Juízes Inscritos: 50

Juízes Concluintes: 20

Processos Digidoc : 24871/2014 (contratação), 24277/2014 (contratação)

CURSO DE DIREITO AUTORAL E NOVAS TECNOLOGIAS - SÃO LUÍS

Ministrante: Eduardo José Guedes Magrani

Objetivo: Capacitar os magistrados a uma visão ampla do direito autoral no Brasil à luz das novas tecnologias para que, a partir de uma visão crítica e consciente dos seus potenciais e limites, desenvolva a atividade judicante com maior eficácia e em sintonia com o contexto social.

Público-alvo: magistrados vitalícios

Data: 17 e 18/07/2014

Carga Horária: 20h

Vagas: 120

Juízes Inscritos: 59

Juízes Concluintes: 43

Processos Digidoc: 18062/2014 (contratação), 25741/2014 (diárias), 25782/2014 (passagens)

OS NOVOS DESAFIOS DA MAGISTRATURA - SÃO LUÍS

Ministrantes: José Ricardo Cunha, Nelson Melo de Moraes Rêgo, Sergio Junkes, Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, Des. Herberth José Almeida Carneiro, Douglas de Melo Martins, Daniel Antonio de Moraes Sarmento, Paulo de Tarso Sanseverino.

Objetivo: Capacitar os magistrados do Maranhão para as novas e complexas questões que têm sido objeto de análise pelos juízes, que vão muito além da tradicional forma de jurisdição, incrementando o debate e oportunizando a reflexão, contribuindo com o aprimoramento da função judicante e com o decisionismo judicial. Pretendeu-se também identificar os novos desafios e perspectivas do Poder Judiciário Brasileiro; apresentar o atual estado da arte a respeito de cada um dos temas identificados; e fomentar o debate sobre a análise judicial dos novos temas.

Público-alvo: magistrados vitalícios e vitaliciandos

Período: 27 a 29/08/2014

Carga Horária: 20h

Vagas ofertadas: 200

Juízes Inscritos: 108

Juízes Concluintes: 39

Processos Digidoc: 33874/2014 (diárias e passagens), 33870/2014 (contratação), 33278/2014 (contratação).

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL E O PODER JUDICIÁRIO - SÃO LUÍS

Ministrante: André Villaverde de Araujo

Objetivo: Fornecer aos Magistrados elementos e instrumentos que possam aprimorar a fiscalização e regulamentação da atividade dos Notários e Oficiais Registradores no Estado do Maranhão, mediante a análise dos parâmetros normativos e novas tendências doutrinárias e jurisprudenciais.

Público-alvo: magistrados vitalícios e vitaliciandos

Período: 18 e 19/09/2014

Carga Horária: 20h

Vagas ofertadas: 120

Juízes Inscritos: 49

Juízes Concluintes: 23

Processos Digidoc: 36969/2014 (diária e passagens), 36795/2014 (contratação).

MECANISMOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE - SÃO LUÍS

Ministrantes: Cassius Guimarães Chai e Alberto Poletti Adorno

Objetivo: O Curso pretende viabilizar o aperfeiçoamento e atualização dos Magistrados acerca dos principais mecanismos jurídicos existentes para a proteção dos direitos humanos, fomentando o conhecimento e a discussão de seus aspectos normativos, doutrinários e jurisprudenciais, bem como a prática judicial relativa ao tema. Visa, portanto, auxiliar os magistrados na análise e solução de demandas envolvendo ofensa aos Direitos Humanos através de sólidas bases acadêmicas e práticas.

Público-alvo: magistrados vitalícios e vitaliciandos

Período: 29 e 30/09/2014

Carga Horária: 20h

Vagas ofertadas: 120

Juízes Inscritos: 25

Juízes Concluintes: 16

Processos Digidoc: 41135/2014 (contratação).

I SEMINÁRIO SOBRE SEGURANÇA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO: A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO PODER JUDICIÁRIO (NÃO CREDENCIADO)

Ministrantes: Raimundo Teixeira de Araújo, Joanival Gonçalves, Maurício Viégas Pinto, Alessandro Gonçalves Barreto, José Nilton Souza.

Objetivo: o curso em comento visa capacitar Magistrados e servidores ligados à área de Segurança Institucional, acerca dos princípios básicos e doutrinários da atividade de Inteligência, bem como conscientizá-los das atividades desenvolvidas pela Inteligência quanto à adoção de medidas de

segurança habituais, além de divulgar a política de segurança institucional que vem sendo adotada no judiciário maranhense, em consonância com o disposto nas Resoluções nº. 104 e 176 do Conselho Nacional de Justiça- CNJ, com ênfase na busca da excelência dos procedimentos e protocolos de segurança já estabelecidos, para a proteção individual e patrimonial dos que compõem a Instituição.

Público-alvo: magistrados, servidores ligados à Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e autoridades relacionadas a atividade de Inteligência.

Data: 20,21 e 22/11/2014

Carga Horária: 16h

Vagas Ofertadas: 200

Juízes Inscritos: 63

Juízes Concluintes: 30

Processos Digidoc: 51189/2014 (contratação)/ 51192/2014 (diárias e passagens)

CURSO SOBRE GERENCIAMENTO DE CRISE NA ESFERA DA SEGURANÇA PÚBLICA (NÃO CREDENCIADO)

Ministrantes: André Luis Gossain

Objetivo: Dotar o aluno de conhecimentos específicos básicos para agir e entender seu papel quando uma situação de crise de segurança pública se apresentar.

Público-alvo: magistrados

Data: 28/11/2014

Carga Horária: 08h

Vagas: 50

Juízes Inscritos: 16

Juízes Concluintes: 06

Processos Digidoc: 49393/2014 (contratação)

ANO DE 2015

I. FORMAÇÃO INICIAL

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA MARANHENSE

Ministrantes:

Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto

Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa

Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira

Desembargador Cleones Carvalho Cunha

Desembargador Raimundo José Barros de Sousa

Desembargadora Ângela Maria Moraes Salazar

Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

Juiz Alexandre Lopes de Abreu

Juiz Gervásio Protásio dos Santos Júnior

Juiz Nelson Melo de Moraes Rego

Juíza Karla Jeane Matos de Carvalho

Juiz Artur Gustavo Azevedo do Nascimento

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Juiz Marco Adriano Ramos Fonseca

Juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro

Juiz Douglas de Melo Martins

Juiz Holidice Cantanhede Barros

Juiz Francisco Ferreira de Lima

Juíza Denise Pedrosa Torres

Juiz André Bógea Pereira Santos

Juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto

Juíza Isabella de Amorim Parga Martins Lago

Juiz José Edilson Caridade Ribeiro

Juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso

Juiz Mário Márcio de Almeida Sousa

Juíza Josane Araújo de Farias Braga
 Juiz Anderson Sobral de Azevedo
 Juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira
 Juíza Ariane Mendes Castro Pinheiro
 Juiz Raimundo Moraes Bógea
 Juíza Márcia Cristina Coelho Chaves
 Juíza Joseane de Jesus Correa Bezerra
 Juiz Osmar Gomes dos Santos
 Juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira
 Juiz Celso Orlando Aranha Pinheiro Júnior
 Juíza Gisele Ribeiro Rondon
 Juíza Lewman de Moura Silva
 Juiz José Ricardo Cunha - Rio de Janeiro
 Promotor Herbert Costa Figueiredo
 Major Alexandre Magno de Souza Nunes
 Servidora Sanae Sousa Yamada
 Servidor Uilson Pereira
 Servidor Ricardo Gomes Castro
 Dr. Helder Machado Passos - Professor da UFMA
 Vânia Beatriz Santos - Psicóloga clínica e residente do Hospital Univer-
 sitário Presidente Dutra

Objetivo: Promover a formação inicial e a avaliação dos candidatos ao cargo de Juiz de Direito Substituto do Estado do Maranhão, preparando-os para a prática judicante e para estabelecer relações interpessoais e interinstitucionais equilibradas e produtivas, baseadas na visão humanística, política e social, bem como atendendo às exigências da Resolução nº 03/2013 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam.

Público-Alvo: Candidatos ao cargo de Juiz de Direito Substituto.

Período: 02 de março a 26 de junho de 2015.

Carga Horária: 544 h

Vagas Ofertadas: 104

Juízes inscritos: 96

Juízes Concludentes: 96

2. FORMAÇÃO CONTINUADA

ATOS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO (OFERECIDO PELA ENFAM - ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS, EM PARCERIA COM A ESMAM)

Ministrante: Desembargador Roberto Portugal Bacellar.

Objetivo: Proporcionar aos magistrados conhecimentos essenciais para a solução de casos conflitantes, com fundamentos e estratégias de mediação e conciliação, de forma a contribuir para o alcance das metas estratégicas do Poder Judiciário, em especial da meta 3, estabelecida pelo CNJ.

Público-alvo: magistrados

Período: 14 e 15 de maio de 2015

Carga horária: 16 h

Vagas ofertadas: 35

Juízes inscritos: 35

Juízes concludentes: 33

MÉTODO APAC PARA MAGISTRADOS

Ministrantes:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Procurador aposentado Tomaz de Aquino Rezende

Valdeci Antônio Ferreira

Objetivo: Capacitar os magistrados para identificar o perfil do recuperando habilitado que poderá ser transferido para uma APAC, bem como quando da sua desintegração, como forma de promover a humanização das penas e a diminuição dos índices de reincidência nas comunidades.

Público-alvo: magistrados

Período: 28 e 29 de maio de 2015

Carga horária: 18 h

Vagas ofertadas: 40

Juízes inscritos: 20

Juízes concludentes: 10

DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Ministrantes:

Juíza Sara Fernanda Gama

Juíza Karla Jeane Matos de carvalho

Assistente Social Jacqueline Brito Oliveira

Psicólogo Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues

Objetivo: Oferecer aos magistrados a oportunidade de desenvolvimento de competências para que realizem, de forma correta, o depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de violência, por meio de métodos apropriados que viabilizem maior responsabilização dos réus e auxiliem na redução dos crimes de violência contra crianças e adolescentes.

Público-alvo: magistrados

Período: 01 e 02 de junho de 2015

Carga-horária: 18 h

Vagas ofertadas: 35

Juízes inscritos: 30

Juízes concludentes: 25

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA - TEORIA E PRÁTICA

Ministrantes:

Dr. Gustavo Henrique Badaró

Juiz Jayme Garcia dos Santos Júnior

Objetivo: Capacitar os magistrados para a realização da audiência de custódia nos processos criminais de sua competência, dominando os elementos técnicos para sua execução e adotando a compreensão humanizada sobre as vantagens da sua implementação para a garantia das liberdades da pessoa presa.

Público-alvo: magistrados

Período: 18 e 19 de junho de 2015

Carga horária: 17 h

Vagas ofertadas: 40

Juízes inscritos: 33

Juízes concludentes: 23

DIREITO NA PÓS-MODERNIDADE

Ministrantes:

Dra. Mônica da Silva Cruz.

Valéria Montenegro.

Objetivo: Pesquisar os significados e as implicações da pós-modernidade na atuação jurisdicional atual; Reconhecer a necessidade do desempenho de novos papéis pelo magistrado, diante das exigências do relacionamento institucional e interinstitucional e perante a sociedade; Capacitar o magistrado a desenvolver raciocínios jurídicos pautados na justiça da decisão, nos novos consensos valorativos decorrentes das transformações de inspiração pós-moderna e na aceitabilidade social.

Público-alvo: magistrados

Período: 22 e 23 de junho de 2015

Carga horária: 16 h

Vagas ofertadas: 50

Juízes inscritos: 18

Juízes concludentes: 06

FORMAÇÃO DE FORMADORES FORMAÇÃO DE FORMADORES - TEORIA E PRÁTICA DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

Ministrantes:

Juíza Sara Fernanda Gama

Juiz José Henrique Rodrigues Torres

Prof^a Dra. Maria Raimunda Mendes Veiga

Prof. Mestre Fernando de Assis Alves

Prof^a. Kamilla Fernanda da Costa Queiroz

Prof. Dr. Erisevelton Silva Lima

Objetivo: De forma geral, com a ação proposta, os participantes deverão ser capazes de compreender a estrutura de planos de curso e de elaborar planos de aula vinculados a programas de formação inicial e continuada em consonância com o papel de formador-magistrado e o modelo pedagógico estabelecido pela Enfam, de modo a atender às especificidades que caracterizam a formação profissional especializada de magistrados.

De modo específico, espera-se que os participantes tenham condições de:

- Compreender o papel e competências do magistrado formador, de acordo com cada contexto de formação de magistrados, de modo a demonstrar sensibilidade em relação às desigualdades sociais e regionais que impactam o trabalho e a formação judicial;
- Definir e estruturar objetivos, conteúdos e metodologias pedagógicas de cursos de um curso de formação cujo tema será definido durante a aula;
- Utilizar métodos ativos - diferentes técnicas pedagógicas em cursos de formação;
- Operacionalizar instrumentos de avaliação de aprendizagem.

Público alvo: magistrados

Período: 20 a 22 de maio de 2015

Carga horária: 22h/a

Vagas ofertadas: 20 vagas para o Maranhão

10 vagas para Paraíba

Juízes inscritos: 18 do Maranhão

04 da Paraíba

Juízes concludentes: 13 do Maranhão

04 da Paraíba

OUTROS EVENTOS

I SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO JURÍDICA - NOVO CPC

Ministrantes:

Dr. Fredie Souza Didier Júnior

Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira

Dr. Alonso Reis Siqueira Freire

Dr. Glauco Gumerato Ramos

Dr. Alexandre Reis Siqueira Freire

Juiz Federal Newton Pereira Ramos Neto

Dr. Jorge Amaury Maia Nunes

Juiz Federal Eduardo José da Fonseca Costa

Ministro Reynaldo Soares da Fonseca

Objetivo: Dialogar sobre as novas regras implementadas em nosso ordenamento jurídico com a entrada em vigor do novo CPC, sobretudo no que diz respeito as normas fundamentais do Novo CPC; Fundamentação das decisões judiciais: as hipóteses de nulidade no novo Código de Processo Civil; Precedentes judiciais e jurisprudência íntegra no novo Código de Processo Civil; Esquizofrenia ideológica do novo CPC: tensão entre liberdade e Autoridade; Recursos de apelação, agravo de instrumento e embargos de declaração no novo CPC; Poderes e Deveres do Juiz no Novo CPC; Acordo de procedimento e acordo de calendarização e os meios alternativos de solução de conflitos e o novo Código de Processo Civil.

Público Alvo: Magistrados

Período: 11 e 12/06/2015

Carga-horária: 10h

Vagas ofertadas: 150

Juízes inscritos: 150

Juízes concludentes: 150

CURSOS PARA SERVIDORES

A ESMAM, como Escola Judicial do Maranhão, é responsável pela também capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado e, no seu papel de formadora, obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 159 do Conselho Nacional de Justiça. Esta resolução dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Ao reconhecer a capacitação e o aperfeiçoamento como um elemento indispensável à atuação jurisdicional, a referida resolução valorizou a atuação dos servidores, permitindo-lhes continuar a sua evolução intelectual e profissional, o que resultará em serviços de qualidade à sociedade brasileira. Referida norma também prestigiou as competências das escolas e sua valorização, ao conceder-lhes o reconhecimento de sua autonomia para a administração de seu próprio orçamento, o que irá facilitar a consecução de seus objetivos institucionais.

Em se tratando dos servidores especificamente, há ainda um Plano Nacional de Capacitação supervisionado pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Servidores (CEAJud), delimitando disciplinas a serem ministradas na busca de excelência técnica e ética para consecução desses objetivos. Destacamos, também, o papel singular que a ESMAM tem por conta dos adicionais de qualificação e pela promoção a que têm direito os servidores, ou

seja, tanto uma quanto outra forma de valorização dos servidores passa pela capacitação e, para isso, os cursos oferecidos pela Escola são de fundamental importância para que tais direitos se efetivem.

CURSOS PARA SERVIDORES REALIZADOS

ANO DE 2014

Conforme prevê a Regimento Interno da ESMAM, compete à Divisão de Treinamento e Avaliação - DTA o aperfeiçoamento dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por meio de cursos e treinamentos, para potencialização de capacidades pessoais e profissionais.

Para atingir sua finalidade, cabe à DTA a elaboração de programação anual de treinamento, com base em levantamento de necessidades; programação de atividades de treinamento e elaboração dos respectivos projetos; providenciar material didático e/ou recursos audiovisuais, próprios ao desenvolvimento das atividades de treinamento; acompanhamento do desenvolvimento dos conteúdos programáticos dos treinamentos e sugerir reformulações necessárias, analisando o resultado das avaliações para poder alterar ou não futuras programações; recebimento, conferência e encaminhamento dos certificados, fornecidos por entidades de formação e de aperfeiçoamento; emissão de parecer e prestação de informações em expedientes que tratem de assuntos de sua competência além de exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Neste sentido, o presente relatório busca, de forma sintética, mostrar as atividades desta Divisão de Treinamento no ano de 2014. No Quadro 2 é possível verificar as modalidades de treinamento oferecidas ao longo do ano, que são detalhadas nos Quadros: 3 - Formação básica, 4 - Formação complementar, 5 - Formação específica, 6 - Demandas extra-setoriais.

QUADRO 2 - MODALIDADES DE TREINAMENTOS OFERECIDOS 2014

FORMAÇÃO BÁSICA	Gestão da Qualidade Total; Planejamento e Gestão Estratégica; Gestão de Políticas Públicas: programas e projetos; Legislação Trabalhista Aplicada ao Setor Público; Libras; Noções de Administração Pública; Noções de Saúde e Segurança no Trabalho; Redação Oficial; Noções de Contabilidade Pública; Dicação, Desinibição e Oratória; Administração de Conflitos; Oratória e A Comunicação Como Ferramenta Nas Relações Interpessoais
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	Aprendizagem Acelerada, Memorização, Foco e Concentração; Licitações e Contratos; Licitação de Contratos sob a égide do Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão; DIGIDOC E THEMIS PG E PROJUDI; Nova Reforma Ortográfica; Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho; Gestão da Qualidade Aplicada ao Poder Judiciário; Direito Autoral e Novas Tecnologias; Oficina: como aplicar a hospitalidade e a sustentabilidade no Poder judiciário; Oficina-motivação: os desafios e o sentido do trabalho; Justiça Itinerante: o judiciário mais perto do cidadão; Mecanismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e Controle de Convencionalidade; Direito Notarial e Registral e o Poder Judiciário, Ritos Processuais.
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Formação de Conciliadores; Elaboração de Termo de Referência para Contratação e Aquisição; Curso Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos;
DEMANDAS EXTRA-SETORIAIS	Curso de Brigadista; Seminário de Justiça Criminal e Saúde Mental do Maranhão; Museus e Museologia; Fórum Nacional de Alternativas Penais-FONAPE; Workshop sobre Coaching e Programação Neurolinguística - PNL; Formação de Líderes-Coaching; I Seminário de Segurança Institucional no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão; Ritos Processuais Cíveis; I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público; Web Jornalismo Aplicado: o jornalismo na esfera digital; Oficina: Plano Museológico e Gestão de Acervos.

OFICINA HOSPITALIDADE NO PODER JUDICIÁRIO EM IMPERATRIZ/MA

QUADRO 3 - FORMAÇÃO BÁSICA

CURSO	COMARCA	Nº DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS/CARGA HORÁRIA
Gestão da Qualidade Total	São Luís	02(duas)	50/30h
Planejamento e Gestão Estratégica	São Luís, Balsas e Açailândia	04(quatro)	90/30h
Gestão de Políticas Públicas: programas e projetos	São Luís e Imperatriz	03(três)	70/40h
Legislação Trabalhista Aplicada ao Serviço Público	São Luís, Balsas, Açailândia, Caxias, Bacabal, Imperatriz, Presidente Dutra, Santa Inês.	09(nove)	185/30h
Libras	São Luís	02(duas)	50/60h
Noções de Administração Pública	São Luís	02(duas)	50/30h
Noções de Saúde e Segurança no Trabalho	São Luís, Imperatriz e Timon.	03(três)	65/30h
Redação Oficial	São Luís, Santa Inês, Presidente Dutra, Caxias, Timon e Bacabal	07(sete)	150/20h
Noções de Contabilidade Pública	São Luís e Imperatriz	02(duas)	45/30h
Administração de Conflitos	São Luís	02(duas)	50/20h
A Comunicação como Ferramenta nas Relações Interpessoais	São Luís	02(duas)	50/12h
Dicação, Desinibição e Oratória.	São Luís e Imperatriz	03(três)	70/30h
Oratória	São Luís	03(três)	75/20h

Justificativa: Todas as turmas deste quadro foram contratadas e executadas pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) instituição de renome e qualidade atestada por diversas empresas públicas e privadas em todo o país. No ano de 2014, o DTA ofereceu cursos nas seguintes comarcas: São Luís, Imperatriz, Balsas, Caxias, Santa Inês, Timon, Presidente Dutra, Bacabal e Açailândia. Foram disponibilizadas um total de 900 (novecentas) vagas distribuídas em todos esses polos. Os Cursos de: Comunicação como Ferramenta nas Relações Interpessoais, Administração de Conflitos, Libras e Oratória, foram realizados em substituição aos cursos de informática anteriormente contratados para melhor adequação das necessidades de capacitação do TJMA, bem como em atendimento ao disposto no artigo 26, §1º, do Decreto 5.626/2005 que estabelece a necessidade dos órgãos públicos disporem de, pelo menos, 5% (cinco por cento) de servidores capacitados para o uso e interpretação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

QUADRO 2 - MODALIDADES DE TREINAMENTOS OFERECIDOS 2014

FORMAÇÃO BÁSICA	Gestão da Qualidade Total; Planejamento e Gestão Estratégica; Gestão de Políticas Públicas: programas e projetos; Legislação Trabalhista Aplicada ao Setor Público; Libras; Noções de Administração Pública; Noções de Saúde e Segurança no Trabalho; Redação Oficial; Noções de Contabilidade Pública; Diclção, Desinibição e Oratória; Administração de Conflitos; Oratória e A Comunicação Como Ferramenta Nas Relações Interpessoais
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	Aprendizagem Acelerada, Memorização, Foco e Concentração; Licitações e Contratos; Licitação de Contratos sob a égide do Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão; DIGIDOC E THEMIS PG E PROJUDI; Nova Reforma Ortográfica; Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho; Gestão da Qualidade Aplicada ao Poder Judiciário; Direito Autoral e Novas Tecnologias; Oficina: como aplicar a hospitalidade e a sustentabilidade no Poder judiciário; Oficina-motivação: os desafios e o sentido do trabalho; Justiça Itinerante: o judiciário mais perto do cidadão; Mecanismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e Controle de Convencionalidade; Direito Notarial e Registral e o Poder Judiciário, Ritos Processuais.
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Formação de Conciliadores; Elaboração de Termo de Referência para Contratação e Aquisição; Curso Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos;
DEMANDAS EXTRA-SETORIAIS	Curso de Brigadista; Seminário de Justiça Criminal e Saúde Mental do Maranhão; Museus e Museologia; Fórum Nacional de Alternativas Penais-FONAPE; Workshop sobre Coaching e Programação Neurolinguística - PNL; Formação de Líderes-Coaching; I Seminário de Segurança Institucional no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão; Ritos Processuais Cíveis; I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público; Web Jornalismo Aplicado: o jornalismo na esfera digital; Oficina: Plano Museológico e Gestão de Acervos.

Oficina Hospitalidade no Poder Judiciário em Imperatriz/MA

QUADRO 3 - FORMAÇÃO BÁSICA

CURSO	COMARCA	Nº DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS/ CARGA HORÁRIA
Gestão da Qualidade Total	São Luís	02(duas)	50/30h
Planejamento e Gestão Estratégica	São Luís, Balsas e Açailândia	04(quatro)	90/30h
Gestão de Políticas Públicas: programas e projetos	São Luís e Imperatriz	03(três)	70/40h
Legislação Trabalhista Aplicada ao Serviço Público	São Luís, Balsas, Açailândia, Caxias, Bacabal, Imperatriz, Presidente Dutra, Santa Inês.	09(nove)	185/30h
Libras	São Luís	02(duas)	50/60h
Noções de Administração Pública	São Luís	02(duas)	50/30h
Noções de Saúde e Segurança no Trabalho	São Luís, Imperatriz e Timon.	03(três)	65/30h
Redação Oficial	São Luís, Santa Inês, Presidente Dutra, Caxias, Timon e Bacabal	07(sete)	150/20h
Noções de Contabilidade Pública	São Luís e Imperatriz	02(duas)	45/30h
Administração de Conflitos	São Luís	02(duas)	50/20h
A Comunicação como Ferramenta nas Relações Interpessoais	São Luís	02(duas)	50/12h
Diclção, Desinibição e Oratória.	São Luís e Imperatriz	03(três)	70/30h

Oratória	São Luís	03(três)	75/20h
Justificativa: Todas as turmas deste quadro foram contratadas e executadas pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) instituição de renome e qualidade atestada por diversas empresas públicas e privadas em todo o país. No ano de 2014, o DTA ofereceu cursos nas seguintes comarcas: São Luís, Imperatriz, Balsas, Caxias, Santa Inês, Timon, Presidente Dutra, Bacabal e Açailândia. Foram disponibilizadas um total de 900 (novecentas) vagas distribuídas em todos esses polos. Os Cursos de: Comunicação como Ferramenta nas Relações Interpessoais, Administração de Conflitos, Libras e Oratória, foram realizados em substituição aos cursos de informática anteriormente contratados para melhor adequação das necessidades de capacitação do TJMA, bem como em atendimento ao disposto no artigo 26, §1º, do Decreto 5.626/2005 que estabelece a necessidade dos órgãos públicos disporem de, pelo menos, 5% (cinco por cento) de servidores capacitados para o uso e interpretação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.			

QUADRO 6 - DEMANDAS EXTRA-SETORIAIS

CURSO	COMARCA	Nº DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS
Curso de Brigadista	São Luís	01(uma)	50/3h
Seminário de Justiça Criminal e Saúde Mental do Maranhão	São Luís	01(uma)	100/20h
Museus e Museologia	São Luís	01(uma)	40/12h
Workshop sobre Coaching e Programação Neurolinguística -PNL	São Luís	01(uma)	80/4h
Formação em liderança-Coaching	São Luís e imperatriz	02(duas)	50/20h
I Seminário de Segurança Institucional no Âmbito do Poder judiciário	São Luís	01(uma)	100/20h
Fórum Nacional de Alternativas Penais-FONAPE	São Luís	w01(uma)	150/8h
Precatórios e RPV 's-Prática	São Luís	01(uma)	16/8h
Ritos Processuais Cíveis	Caxias	01(uma)	60/20h
Os Novos Desafios da Magistratura	São Luís	01(uma)	7/20h
I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público	São Luís	01(uma)	200/8h
Web Jornalismo Aplicado: O Jornalismo na Esfera Digital	São Luís	01(uma)	20/8h
Oficina: Plano Museológico e Gestão de Acervos	São Luís	01(uma)	28/24h
Justificativa: Todos os Treinamentos, deste quadro, foram solicitados por diversos setores do Judiciário, e foram executados em parceria com a ESMAM. Visam soluções educacionais para atender situações de trabalho vivenciadas pelos diversos órgãos do Tribunal. Programados de acordo com a necessidade de cada unidade de trabalho. Ações direcionadas a temas como: museologia, gestão de equipes, justiça criminal, segurança institucional e comunicação digital foram objetos de estudo pelos servidores, visando à melhoria da prestação jurisdicional e atendimento aos cidadãos.			

CONTRATAÇÃO SENAC 2014 PROCESSOS DIGIDOC: 13931/2014 (CONTRATAÇÃO)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão, enquanto escola judicial tem por finalidade e atribuições realizar capacitação, treinamento e aperfeiçoamento dos servidores e magistrados do Estado do Maranhão, conforme arts. 2º e 3º do Regimento Interno da ESMAM.

A escolha do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, nos termos do parágrafo único, inciso II, do art. 26 da lei n.º 8666/1993, deve-se ao fato da referida instituição ser a que melhor atende às necessidades do TJMA de constante treinamento de servidores, tendo como base cursos específicos voltados para um melhor gerenciamento de recursos humanos e melhoria de processos administrativos, conforme carências apontadas em estudos do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Neste sentido, foi firmada a contratação do SENAC para realização de 40 (quarenta) turmas no valor de R\$ 128.987,00 (cento e vinte e oito mil e novecentos e oitenta e sete reais), do seguintes cursos: Legislação Trabalhista Aplicada ao Setor Público; Administração de Conflitos; Planejamento e Gestão Estratégica; Noções de Saúde e Segurança no Trabalho; Redação Oficial; Gestão de Políticas Públicas: Programas e Projetos; Noções de Contabilidade Pública, Noções de Administração Pública; Libras; Diclção, Desinibição e Oratória e Gestão de Qualidade Total que foram realizados nos Pólos de São Luís, Balsas, Açailândia, Caxias, Bacabal, Imperatriz, Presidente Dutra, Santa Inês e Timon, conforme tabela abaixo:

DATA	CURSO	LOCAL	VAGAS OFERTADAS	SERVIDORES CAPACITADOS	CARGA HORARIA
21/07 a 01/08/2014	PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	SÃO LUÍS	25	25	30
21/07 a 01/08/2014	GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL	SÃO LUÍS	25	21	30
04 a 08/08/2014	REDAÇÃO OFICIAL	BACABAL	20	10	20
04 a 08/08/2014	ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS	BALSAS	20	15	20
04 a 08/08/2014	REDAÇÃO OFICIAL	CAXIAS	20	9	20
04 a 08/08/2014	REDAÇÃO OFICIAL	SANTA INÊS	20	12	20
04 a 13/08/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	AÇAILÂNDIA	20	14	30
04 a 15/08/2014	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PROGRAMA E PROJETOS	IMPERATRIZ	20	10	40

04 a 15/08/2014	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:PROGRAMAS E PROJETO	SÃO LUÍS	25	13	40
04 a 15/08/2014	NOÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	SÃO LUÍS	25	9	30
04 a 15/08/2014	PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	SÃO LUÍS	25	8	30
04 a 22/08/2014	LIBRAS	SÃO LUÍS	25	7	60
13 a 19/08/2014	REDAÇÃO OFICIAL	TIMON	20	9	20
18 a 27/08/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	SANTA INÊS	20	14	30
18 a 29/08/2014	PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	BALSAS	20	13	30
18 a 29/08/2014	NOÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	IMPERATRIZ	20	6	30
18/08 a 01/09/2014	NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SÃO LUÍS	25	17	30
18/08 a 03/09/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	SÃO LUÍS	25	20	30
18 a 27/08/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	TIMON	20	8	30
25/08 a 03/09/2014	PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	AÇAILÂNDIA	20	14	30
25/08 a 03/09/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	BACABAL	20	12	30
25/08 a 05/09/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	CAXIAS	20	8	30
04 a 08/08/2014	REDAÇÃO OFICIAL	PRESIDENTE DUTRA	20	16	20
01 a 05/09/2014	REDAÇÃO OFICIAL	SÃO LUÍS	25	20	20
01 a 05/09/2014	ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS	SÃO LUÍS	25	21	20
08 a 19/09/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	IMPERATRIZ	20		30
15 a 19/09/2014	REDAÇÃO OFICIAL	SÃO LUÍS	25	17	20

15 a 24/09/2014	NOÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	TIMON	20		30
15 a 26/09/2014	GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL	SÃO LUÍS	25		30
15 a 26/09/2014	NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SÃO LUÍS	25	7	30
15 a 26/09/2014	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PROGRAMAS E PROJETOS	SÃO LUÍS	25		40
15 a 24/09/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	PRESIDENTE DUTRA	20	8	30
29/09 a 10/10/2014	NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA	IMPERATRIZ	20	10	30
01/ a 14/10/2014	NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA	SÃO LUÍS	25	12	30
06 a 15/10/2014	DICÇÃO, DESINIBIÇÃO E ORATÓRIA	SÃO LUÍS	25	19	30
06 a 15/10/2014	DICÇÃO, DESINIBIÇÃO E ORATÓRIA	SÃO LUÍS	25	10	30
13 a 24/09/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	BALSAS	20	17	30
13 a 24/10/2014	DICÇÃO, DESINIBIÇÃO E ORATÓRIA	IMPERATRIZ	20	8	30
03 a 07/11/2014	ORATÓRIA	SÃO LUÍS	25	7	20
10 a 14/11/2014	ORATÓRIA	SÃO LUÍS	25	10	20

ANO DE 2015

O presente relatório busca, de forma sintética, mostrar as atividades desta Divisão de Treinamento no primeiro semestre do ano de 2015. No Quadro 2 é possível verificar as modalidades de treinamento oferecidas ao longo do ano, que são detalhadas nos Quadros: 3 - Formação básica, 4 - Formação complementar, 5 - Formação específica, 6 - Demandas extra-setoriais.

QUADRO 2 - MODALIDADES DE TREINAMENTOS OFERECIDOS 2015

FORMAÇÃO BÁSICA	Nova Reforma Ortográfica; Lições de português: do acordo ortográfico à padronização de documentos no serviço público.
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	Ciclo de palestras sobre sofrimento psíquico relacionado ao trabalho; Noções gerais do sistema VEP-CNJ; Atualização jurídica - novo CPC; Rotinas de secretaria: procedimentos jurídicos. Precatórios e RPV's: aspectos constitucionais, polêmicas. Depoimento especial.
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Pós-graduação em Gestão Pública.
DEMANDAS EXTRA-SETORIAIS	Formação de conciliadores.

QUADRO 3 - FORMAÇÃO BÁSICA

CURSO	COMARCA	Nº DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS/ CARGA HORÁRIA
Reforma Ortográfica	São Luís	01(uma)	50/30h
Lições de português: do acordo ortográfico à padronização de documentos no serviço público	São Luís	01(uma)	50/20h
Justificativa: Todas as turmas deste quadro foram contratadas e executadas pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão-Esmam. O Treinamento sobre Nova Reforma Ortográfica, ocorreu em São Luís, por meio de contratação externa, com a professora Maria da Graça Furtado Dutra. Foi realizada uma única turma e foram disponibilizadas um total de 50 (cinquenta) vagas. O curso Lições de Português: do novo acordo ortográfico à padronização de documentos no serviço público, realizado em São Luís, com o professor Fábio de Oliveira Sousa, por meio de contratação Interna. Foram disponibilizadas aos servidores, também, um total de 50 (cinquenta) vagas.			

CURSO	COMARCA	Nº DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS/ CARGA HORÁRIA
Ciclo de palestras sobre sofrimento psíquico relacionado ao trabalho	São Luís	01(uma)	210/6h
Noções gerais do sistema VEP-CNJ	Santa Inês	01(uma)	30/20h
Atualização jurídica - novo CPC	São Luís	01(uma)	190/10h
Rotinas de secretaria: procedimentos jurídicos	São Luís	01(uma)	70/16h
Precatórios e RPV's: aspectos constitucionais, polêmicas	São Luís	01 (uma)	50/20h
Depoimento Especial	São Luís	01 (uma)	80/16h

Justificativa:
O ciclo de palestras sobre sofrimento psíquico relacionado ao trabalho foi proposto pela divisão médica e odontológica do Fórum de São Luís, realizado nos dias 12/05/2015 e 13/05/2015, com carga horária de 6h e um total de 210 (duzentas e dez) vagas). Cabendo à Esmam a organização e certificação do evento. O treinamento sobre Noções Gerais do Sistema VEP-CNJ, realizado na comarca de Santa Inês, por meio de contratação interna, com os instrutores Wendel Pinto e Willame Pinto, foi apresentado pela Unidade de Monitoramento Carcerário, cabendo à Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão-Esmam, a contratação, apoio logístico, bem como a certificação. O curso de atualização Jurídica-Novo CPC, foi organizado pela Coordenação Pedagógica da Esmam. E ofertadas 190 (cento e noventa) vagas para Magistrados e algumas vagas cedidas aos Assessores Jurídicos. O treinamento Rotinas de secretaria: procedimentos jurídicos, contratado e executado pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão-Esmam, foi realizado em São Luís, e disponibilizadas um total de 70 (setenta) vagas para servidores. Tivemos como palestrantes os magistrados: Dr. André Bogéa, Dr. José Augusto, Dr. Marco Adriano e Dr. Manoel Aureliano. Já os cursos Precatórios e RPV's tiveram como palestrantes Ramon Tácio de Oliveira e Fábio Murilo Nazar. E, por fim, o evento Depoimento Especial teve como palestrantes Jaqueline Brito Oliveira, Karla Jeane Matos de Carvalho, Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues e Sara Fernanda Gama.

Curso VEP/CNJ em Santa Inês

QUADRO 3 - FORMAÇÃO ESPECÍFICA

CURSO	COMARCA	Nº DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS/ CARGA HORÁRIA
Pós-graduação em Gestão Pública	Todas	01(uma)	360/360h
Justificativa: O Curso de Especialização em Gestão Pública é desenvolvido pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, a partir de um convênio de cooperação técnico-científico celebrado com o Tribunal de Justiça do Maranhão e a ESMAM. Destinado aos servidores, estáveis ou efetivos do TJMA, com duração de 18 (dezoito) meses.			

QUADRO 3 - DEMANDAS EXTRA-SETORIAIS

CURSO	COMARCA	Nº DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS/ CARGA HORÁRIA
Formação de conciliadores	São Luís, Imperatriz	04(quatro)	120/30h
Justificativa: O Curso de Formação de Conciliadores pensado e programado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de solução de conflitos-NUPECON e algumas faculdades parceiras em São Luís e Comarcas, conta com a participação de servidores e acadêmicos dessas instituições. Cabendo à ESMAM a contratação dos Instrutores Internos, Maria Isaete e Washington Coelho, bem como o apoio logístico e a certificação. Até o mês de Junho foram realizadas 04(quatro) turmas, 02(duas) na cidade de São Luís em parceria com a Faculdade do Maranhão-FACAM e 02(duas) em Imperatriz, em parceria com a UFMA e Faculdade de Imperatriz-FACIMP. Totalizando um total de 120 (cento e vinte) vagas distribuídas entre servidores e acadêmicos.			

REALIZAÇÃO DE EVENTOS EM PARCERIA

• DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Público-alvo: magistrados

Palestrantes: José Antônio Daltoé Cesar, Karla Jeane Matos De Carvalho, Sara Fernanda Gama, Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues e Jacqueline Brito Oliveira

Vagas Ofertadas: 50 (cinquenta)

Parceria: ESMAM / ENFAM.

Data: 09, 10 e 11/06/2014

Local: ESMAM

Processos Digidoc: 24277/2014, 24871/2014 (contratação)

• FÓRUM NACIONAL DE ALTERNATIVAS PENAIS - FONAPE

Público-alvo: magistrados, servidores, membros do MP, delegados, polícias, oficiais de justiça, conselheiros tutelares, advogados, defensores públicos, estudantes de direito

Palestrantes: Douglas de Melo Martins, Wilson da Silva Dias, Edmar Fernando Mendonça de Sousa, Luiz Carlos Rezende dos Santos, Herbert José Almeida Carneiro.

Vagas Oferecidas: 200 (duzentas)

Parceria: ESMAM/ CNJ/ UMF/SEJAP

Data: 07 e 08/08/2014

Local: Auditório do Fórum de São Luís/MA

• SEMINÁRIO DE JUSTIÇA CRIMINAL E SAÚDE MENTAL DO MARANHÃO

Público-alvo: magistrados, servidores, promotores de justiça, defensores públicos, agentes de polícia e profissionais das equipes multidisciplinares.

Parceria: UMF/MS/SES/SEJAP/SEDIHC/ESMAM

Data: 27, 28 e 29/08/2014

Local: Auditório do Fórum de São Luís/MA

Processos Digidoc: 31584/2014 , 32140/2014 (contratação) 32656/2014 (diárias e passagens)

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

A capacitação de servidores e magistrados se dá também por meio da participação em eventos fora da sede, bem como visitas para troca de experiências com outras escolas judiciais conforme especificado abaixo:

• EVENTO: CURSO DE EXTENSÃO EM LISBOA – DA PROVA DO DIREITO: UMA PERSPECTIVA LUSO-BRASILEIRA

Processo: 62376/2013

Local: Lisboa - Portugal

Representante: magistrado - Des. Jorge Rachid Mubarack Maluf

Período: 27 a 31/01/2014

Carga horária: 20h

• **EVENTO: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE SEGURO E PREVIDÊNCIA E XXXVI COPEDEM**

Processo: 11987/2014

Local: Brasília - DF

Representante: magistrado - Des. Jorge Rachid M. Maluf

Período: 26 a 28/03/2014

Carga horária: 9h

• **EVENTO: WORKSHOP - CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DAS ESCOLAS PARA O BIÊNIO 2014 E 2015**

Processo: 12000/2014

Local: Brasília - DF

Representantes: magistrada - Josane Araújo Farias Braga e servidora - Luciana Brandão Ferreira

Período: 24 e 25/03/2014

Carga horária: 16h

• **EVENTO: CURSO PLANEJAMENTO DE ENSINO - NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA**

Processo: 19182/2014

Local: Brasília - DF

Representante: servidora - Maria Nery Paiva

Período: 05 a 09/05/2014

Carga horária: 16h

• **EVENTO: CURSO SEGURANÇA DE AUTORIDADES JUDICIAIS**

Processo: 22406/2014

Local: Brasília - DF

Representante: magistrado - Pedro Henrique Holanda Pascoal

Período: 26 a 30/05/2014

Carga horária: 24h

• **EVENTO: XXXVII COPEDEM**

Processo: 35920/2014

Local: Palmas - TO

Representante: magistrado - Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf

Período: 28 a 30/08/2014

Carga horária: ~

• **EVENTO: SEMINÁRIO COM ESCOLAS JUDICIAIS E DE MAGISTRATURA**

Processo: 45016/2014

Local: Brasília - DF

Representante: servidoras - Maria Nery Paiva e Luzia Marilene Borba Sousa Araújo

Período: 8 e 9/10/2014

Carga horária: 16h

• **EVENTO: CONGRESSO - GLOBAL MEDIATION**

Processo: 51012/2014

Local: Rio de Janeiro - RJ

Representante: magistrado - Des. Jorge Rachid M. Maluf

Período: 24 a 28/11/2014

Carga horária: 33h

• **EVENTO: XXXVIII COPEDEM**

Processo: 54685/2014

Local: Vitória - ES

Representante: magistrado - Des. Jorge Rachid M. Maluf

Período: 11 a 13/12/2014

Carga horária: ~

• **EVENTO: CURSO TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO**

Processo: 9382/2015

Local: Cuiabá/MT

Representante: magistrado - Gilberto de Moura Lima

Período: 16 e 17/04/2015

Carga horária: ~

- **EVENTO: CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES**

Processo: 11071/2015

Local: Brasília/DF

Representante: magistrados - Des. José de Ribamar Castro, Holidice Cantanhede e Ferdinando Serejo e servidor - Arthur Darub Alves

Período: 23 a 25/03/2015

Carga horária: ~

- **EVENTO: CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO DO CONSUMIDOR**

Processo: 11732/2015

Local: Vitória/ES

Representante: magistrada - Isabella de Amorim Parga Martins Lago

Período: 23 a 24/03/2015

Carga horária: ~

- **EVENTO: CURSO SOBRE APLICAÇÃO DE DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA ENFAM**

Processo: 12836/2015

Local: Recife/PE

Representante: magistrada - Kariny Pereira Reis e servidora - Bruna Barbieri Waquim

Período: 07 a 08/04/2015

Carga horária: ~

- **EVENTO: LABORATÓRIO DE APRIMORAMENTO DOCENTE - OFICINA DE ESTUDO DE CASOS COM ESCOLAS**

Processo: 13996/2015 e 14143/2015

Local: Brasília/DF

Representante: magistrados - Josane Araújo Farias Braga, Anderson Sobral de Azevedo, André Bogéa Pereira Santos e servidora - Euquenía Veiga Lago

Período: 14 e 15/04/2015

Carga horária: ~

- **EVENTO: ENCONTRO "PANORAMA DA EAD NA FORMAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS**

Processo: 14949/2015

Local: Brasília/DF

Representante: magistrada - Kariny Pereira Reis e servidoras - Luzia Marilene Borba Sousa Araújo e Gislaine Balbino da Silva

Período: 07 e 08/05/2015

Carga horária: ~

- **EVENTO: XXXIX COPEDEM**

Processo: 16735/2015

Local: Caldas Novas/GO

Representante: magistrado - Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto e servidor - Tamer Moraes Heluy

Período: 07 a 09/05/2015

Carga horária: ~

- **EVENTO: COLÓQUIO EDUCACIONAL JUDICIAL**

Processo: 19309/2015

Local: Vitória/ES

Representante: magistrado - Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa

Período: 25/05/2015

Carga horária: ~

- **EVENTO: XXXIII CURSO DE EDITORAÇÃO CIENTÍFICA**

Processo: 23222/2015

Local: Goiânia/GO

Representante: servidora - Hervandy Costa Garcez

Período: 25 a 27/06/2015

Carga horária: ~

ATIVIDADES INFORMACIONAIS, CULTURAIS, DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E OUTRAS

Embora tenha como foco principal a formação inicial e continuada de magistrados e servidores do Poder Judiciário maranhense, a Escola Superior da Magistratura busca adequar-se às novas demandas sociais, oferecendo uma gama de ações que envolvem as áreas de educação, cultura e responsabilidade social. Além de ser uma forma de integrar magistrados, servidores e a sociedade civil, também proporciona acesso a outras formas de difusão do conhecimento e da arte, por meio de projetos e ações sociais. Esses projetos possuem o apoio de todos os setores da escola.

Dessa forma, a ESMAM busca não somente atender aos seus critérios formais de educação, mas também criar alternativas de integração e participação social que demonstram a construção de uma práxis renovadora, baseada na relação de aproximação com a sociedade, foco principal das ações do Poder Judiciário.

Assim, tais pressupostos e ações que norteiam as áreas de atuação supracitadas se justificam pela necessidade de impor à escola uma dinâmica de trabalho que valorize os mais diversos espaços formativos, entendendo que a educação ultrapassa as barreiras de uma sala de aula e se estende para todo e qualquer espaço de convívio social. Sendo assim, cumpre uma função que toda e qualquer instituição deve perseguir, a de manter uma política de responsabilidade social que remeta à sociedade espaços de discussão e participação social.

• AQUISIÇÃO DE PUBLICAÇÕES E PROCESSAMENTO TÉCNICO

A biblioteca recebeu em 2014 mais de 40 publicações doadas por instituições jurídicas e por diversos autores. Entre os materiais estão livros, revistas das escolas judiciais, relatórios e informativos.

Foram catalogados e cadastrados no SIABI (Sistema de Automação da Biblioteca) 45 títulos recebidos através de doação. As publicações estão disponíveis aos usuários e contemplam doutrina jurídica e literatura em geral.

No mês de janeiro foi realizada pesquisa bibliográfica e elaborada uma lista com 145 títulos para novas aquisições. Esta lista foi encaminhada por email para a coordenação da biblioteca do Tribunal de Justiça que atua como gestora do processo de compra. No processo estão incluídas todas as bibliotecas do judiciário: ESMAM, Tribunal de Justiça e Fórum Desembargador José Sarney.

Até o final da elaboração deste relatório foi informado que o processo de compra estava em andamento e na fase de cotação de preços.

• INVENTÁRIO DO ACERVO NÃO AUTOMATIZADO

A biblioteca possui parte de acervo que não está inserido no SIABI, pois era necessário fazer uma avaliação. Diante desta necessidade, foi iniciado o Inventário desse acervo no segundo semestre de 2013 findando em janeiro de 2014.

Após avaliação foram retiradas 323 publicações com base em critérios pré-estabelecidos: desatualização de conteúdo, condições físicas inapropriadas e conteúdo irrelevante (suja, infectada, deteriorada ou rasgada), grande número de duplicatas do mesmo título.

Estas publicações foram retiradas, com baixa no controle de registro, e encaminhadas para doação.

Esse é um procedimento anual de manutenção e avaliação do patrimônio bibliográfico da biblioteca da ESMAM.

• 7ª EDIÇÃO DO PROJETO ESMAM CULTURAL

O projeto ESMAM Cultural é um espaço destinado à difusão da arte e da cultura no Judiciário maranhense, que tem por objetivo valorizar as mais diversas formas de manifestações artísticas e culturais da nossa sociedade, nas áreas da dança, pintura, literatura, teatro e cinema, proporcionando a participação dos magistrados e servidores e a integração entre estes e a sociedade civil.

Desde o ano de 2012 o projeto faz parte do calendário cultural do Estado do Maranhão. Isto é fruto do sucesso e reconhecimento do incentivo das ações culturais do judiciário maranhense.

A biblioteca foi responsável pela organização do Projeto Esmam Cultural e no dia 02 de setembro iniciaram as inscrições para a 7ª edição do Projeto.

No total foram 36 inscritos, entre magistrados e servidores, nas várias modalidades: música, teatro, poesias e curtas. As inscrições encerraram no dia 10 de outubro, dentre eles 23 foram selecionados. Quanto à organização da estrutura do evento, os setores da informática, comunicação e administrativo apoiaram na organização e realização do evento. Quanto à programação, temos como atração convidada a Banda Jair Torres Trio, grupo de jazz que tem no seu repertório clássico e contemporâneo, blues, pop internacional, MPB e música maranhense.

A sétima edição do Projeto contou com produções inscritas nas categorias (música, literatura, fotografia, artes plásticas, artesanato, capoeira e dança).

Como convidado se apresentou o arranjador, produtor musical, Jayr Torres e banda, apresentando repertório de jazz clássico e contemporâneo, blues, Pop internacional e música maranhense. Acompanharam o músico, Samuel Jafé (guitarra), Carlos Raqueth (baixo), Ronald Nascimento (bateria), Rui Mário (piano), o juiz Raimundo Nonato Neris (violão) e a flautista Márcia Almeida de Moraes (servidora 1ª Vara de Vitorino Freire).

A exposição contou com trabalhos originados das comarcas de São José de Ribamar, Santa Inês, Estreito, Grajaú, Governador Nunes Freire, Caxias, Magalhães de Almeida e Bacabal. Houve também apresentação de servidores da capital com talento na dança, artes plásticas e apresentação de capoeira.

A Galeria Prata da Casa mostrou fotografias, poesia e artesanato produzido por Lorena Borba, Manoelle Moraes, Mônica Ramos, Raimundo Santos Filho, Thiago Ramos, Henrique Braga, André Luiz Reis, Charlene Brasil, Igor de Oliveira, Letícia Carvalho, Luciane Chumber, Ronaldo de Mesquita e Márcio Leray.

A organização do evento contou apoio de toda equipe da Esmam, principalmente da Informática e Coordenação Administrativa.

• REVISTA DA ESMAM N. 8

A Revista da Esmam é um periódico anual especializado em diversas áreas do direito, que se destina à publicação de artigo e decisões judiciais: sentença e acórdão elaborados por membros do Poder Judiciário e demais estudiosos do direito.

Nos meses de maio a setembro foi retomado o trabalho de organização, diagramação e editoração da revista em parceria com a Assessoria de Comunicação da Presidência do Tribunal de Justiça.

Nesta edição n.8 ano 2012 foram publicados 13 artigos, sendo um elaborado por um magistrado, nove de servidores e três de colaboradores de instituições acadêmicas.

No dia 01 de outubro, o Desembargador Marcelo Carvalho fez o lançamento da edição número oito no Pleno do Tribunal de Justiça com a presença de desembargadores, autores dos artigos e convidados.

• RENOVAÇÃO DE CONTRATOS E SERVIÇOS

Atualmente a biblioteca possui dois contratos de serviços e produtos em vigência. A renovação dos contratos tem por objetivo dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, seja no acesso a publicações na base de dados, ou automação do acervo no SIABI.

CONTRATO DO SIABI

Processos Digidoc: 7026/2014

Neste ano, foi renovado o contrato de fornecimento de serviços com a empresa WJ Informática, responsável pela manutenção do Sistema na ESMAM. Com esta renovação a biblioteca poderá continuar a utilizar os serviços oferecidos e contar com o suporte técnico necessário para o bom desempenho do software. Com base no Contrato nº 74/2014 de Suporte Técnico assinado em 22 de julho de 2014, com a vigência de um ano.

BIBLIOTECA DIGITAL - EDITORA FÓRUM

Processos Digidoc: 21950/2014

O acesso democrático a documentos, em ambiente virtual, estimula o aprendizado, o contato com outras culturas e o compartilhamento do conhecimento. No caso em particular da ESMAM tais informações constituem importante instrumento de atualização e consolidação do conhecimento de magistrados.

A renovação do Contrato com a Editora Fórum foi finalizado no mês de agosto para o fornecimento de serviço de acesso a base de dados que reúne doutrina e jurisprudência disponível para acesso aos magistrados. O contrato foi assinado em 3 de julho de 2014, com vigência de um ano.

Com base no contrato nº 93/2014 que fornece acesso ao Sistema da Biblioteca Digital, reúne doutrina e jurisprudência selecionada, conteúdos diversos, tais como entrevistas, tendências jurisprudenciais e informativos para uso do magistrado.

• PROJETOS SOCIAIS REALIZADOS

A biblioteca da ESMAM está responsável pela doação de jornais para reciclagem como bônus na fatura de energia elétrica da ASSOCIAÇÃO ANTONIO BRUNO (ASSAB). Esta iniciativa iniciou em agosto. A ASSAB recebe pessoas carentes que vem do interior do Estado diagnosticadas com algum tipo de câncer. Esta foi uma forma que a Escola teve em ajudar

o próximo. A cada final de mês os papéis e jornais são encaminhados para o projeto ECOCEMAR onde o valor acumulado é convertido em desconto na energia elétrica daquela instituição.

• PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO NO TJMA

Processo Digidoc: 560/2014 e 2660/2014

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM) com base na Resolução nº 71 de 19 de novembro de 2008-TJMA e nos respectivos editais, iniciou o processo seletivo destinado ao provimento de vagas para estágio remunerado no Poder Judiciário do Estado do Maranhão, nas comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Imperatriz, Caxias e Timon. O processo é destinado a alunos dos cursos de: Direito (94 vagas), Ciências Contábeis (2 vagas), Biblioteconomia (3 vagas), em um total de 99 vagas.

O processo, ainda em andamento, é regido por meio dos editais: Edital nº 01 - ESMAM, de 10 de outubro de 2013 - abertura de inscrições e normas relativas à realização de Processo Seletivo destinado ao provimento de vagas para estágio remunerado no Poder Judiciário do Estado do Maranhão; Edital nº 02 - ESMAM, de 13 de novembro de 2013 - prorrogação do prazo de inscrições do Processo Seletivo para Estágio Remunerado no Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O seletivo foi realizado nas cidades de Imperatriz, Timon, Caxias e São Luís no dia 26/01/2014 em locais cedidos ao TJMA de forma não onerosa.

Em São Luís as provas ocorreram no prédio do Liceu Maranhense, já em Caxias/MA o teste foi aplicado no SENAC/Caxias, em Timon/MA o seletivo foi realizado no Instituto de Ensino Superior Múltiplo - IESM e em Imperatriz, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Centro. As provas tiveram duração de quatro horas, aplicadas no turno matutino, às 8h30.

Foram registrados na capital, 103 candidatos faltosos. Em Imperatriz, 30; Caxias 4 e Timon 38 faltosos nesta etapa do certame.

Os aprovados no processo seletivo de estágio participaram, no dia 18/01/2014, de audiência pública na qual receberam diretrizes sobre o funcionamento do estágio e suas atribuições. Eles deverão atuar nas unidades do Poder Judiciário em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Caxias, Imperatriz e Timon.

MANUTENÇÕES E REPAROS REALIZADOS NO PRÉDIO DA ESMAM DURANTE O ANO DE 2014

- Parte elétrica - revisão e troca de lâmpadas, reposição de duas caixas de arstop para ar condicionado e troca de reatores e interruptores;
- Parte Hidráulica - manutenção na encanação dos banheiros, inclusão de um chuveiro no banheiro do piso inferior e troca de torneiras;
- Serviço de paisagismo - limpeza do jardim;
- Reparos no Setor Financeiro: Retirada de um armário, seguida por pintura, assentamento de piso e aplicação de película;
- Reparos no Setor Biblioteca : Retira de um armário, seguido por serviço de pintura;
- Manutenção na escadaria;
- Fabricação de tampa para proteção do hidrômetro;
- Reparo no piso do estacionamento;
- Vedação nas portas de vidro;
- Reparo no portão de entrada;
- Limpeza mensal de ar condicionado.

RELACIONAMENTO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES CONVÊNIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Processo Digidoc: 16370/2014

Durante o ano de 2014, foi firmado convênio técnico-científico entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). Tal convênio teve como objetivo motivar e garantir o aperfeiçoamento profissional dos servidores e faz parte das metas traçadas pela ESMAM, estando inserido nas diretrizes estratégicas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e no Plano Nacional de Capacitação Judicial do Poder Judiciário, conforme a Resolução nº 126/2011, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Foi aberta uma turma do Curso de Especialização em Gestão Pública, gratuita e direcionada aos servidores de nível superior. Do total das 360 (trezentos e sessenta) vagas oferecidas, 240 serão ofertadas aos efetivos e 120 para comissionados, lotados nos pólos de Caxias, Codó, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro e São Luís. A duração da pós-graduação é de 20 meses, com carga horária de 360 horas, envolvendo momentos presenciais obrigatórios nos pólos para realização das avaliações e defesa do Trabalho de Conclusão.

são de Curso (TCC). A seleção dos candidatos foi disciplinada pelo Edital n.º66/2014 com chamada pública realizada pela UFMA.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA E TECNOLÓGICA E DE PRÁTICA JUDICIÁRIA COM A ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

No dia 13 de agosto de 2014 foi firmado Convênio com a Escola Paulista da Magistratura – EPM, com vigência de 02 (dois) anos podendo ser prorrogado por igual período.

O referido convênio tem como principal objetivo a Cooperação Acadêmica, Prática e Científica, para Intercâmbio na área de Educação Presencial e à Distância para realização de cursos de capacitação e atualização de magistrados e servidores do Judiciário, envolvendo cursos de extensão, vitaliciamento de juizes, palestras, workshops e demais cursos regulares, de atualização e aperfeiçoamento/formação continuada, bem como para promoção por merecimento de magistrados, conforme as exigências da Resolução n.º 159 e proposições da ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Termo de Convênio nº 10/2014.

COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA ELEITORAL DO MARANHÃO – TER/MA E A ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO MARANHÃO – EJEMA

Termo firmado com o Tribunal de Justiça Eleitoral do Maranhão – TRE/MA e a Escola Judiciária Eleitoral do Maranhão – EJEMA, no dia 26 de fevereiro de 2014. Possui vigência de 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período, e tem como objetivo a cooperação acadêmica e técnica mútua dos participantes, com a finalidade de integração institucional, com ênfase na pesquisa jurídica e realização de atividades acadêmicas, notadamente fóruns, eventos, conferências, seminários, encontros, debates e palestras.

Termo de Cooperação Técnica nº 04/2014.

CONVÊNIO E COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E CULTURAL

COM O INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO – IASP

O convênio com o Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP foi firmado em 27 de março de 2015 possuindo prazo de vigência indeterminado, tendo como objetivo fundamental aproximar a ESMAM da IASP para consecução conjunta da difusão dos conhecimentos jurídicos e culto à Justiça, viabilizando o desenvolvimento de parcerias para organização de cursos, eventos e elaboração de estudos em revistas especializadas.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO

Firmado entre o Estado do Maranhão, Procuradoria Geral do Estado do Maranhão – PGE/MA, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJMA e Escola Superior da Magistratura do Maranhão- ESMAM, no dia 02 de março de 2015, com vigência de 02 (dois) anos prorrogáveis por igual período, o presente termo tem como objetivo a mútua cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural, bem como o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, com a finalidade de integração institucional e aperfeiçoamento técnico de recursos humanos, com ênfase na pesquisa jurídica e realização de atividades acadêmicas, notadamente fóruns, eventos, conferências, seminários, encontros, debates e palestras de interesse comuns entre ESMAM e PGE/MA.

Termo de Cooperação Técnica nº 03/2015.





PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Poder Judiciário do Maranhão
Praça D. Pedro II, s/n - Centro - São Luís - Maranhão
Cep: 65.010-905



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Maranhão

Prestação de Contas Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2015

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DADOS DOS GESTORES

Nome: CLEONICE SILVA FERREIRA

Cargo: Presidente

Período: 01/01/2015 a 17/12/2015

Matrícula: 3905

CPF: 069.079.973-04

Endereço: Avenida Sambaquis, Casa 34

Complemento: Quadra 05

Bairro: Calhau

Cidade: São Luís - MA CEP: 65071-390

Nome: CLEONES CARVALHO CUNHA

Cargo: Presidente

Período: 18/12/2015 a 31/12/2015

Matrícula: 13557

CPF: 125.896.243-87

Endereço: Avenida Colares Moreira, Casa 07

Complemento: Quadra 19

Bairro: Calhau

Cidade: São Luís - MA CEP: 65075-440

Nome: ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

Cargo: Vice-Presidente

Período: 01/01/2015 a 17/12/2015

Matrícula: 3640

CPF: 027.566.173-34

Endereço: Rua Nova Olinda, Casa 10

Complemento: Quadra 48

Bairro: Turu

Cidade: São Luís - MA CEP: 65065-000

Nome: MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES

Cargo: Vice-Presidente

Período: 18/12/2015 a 31/12/2015

Matrícula: 3731

CPF: 127.305.133-53

Endereço: Rua Alto Parnaíba, Casa 13

Complemento: -

Bairro: Quintas do Calhau

Cidade: São Luís - MA CEP: 65067-460

Nome: NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA

Cargo: Corregedor Geral de Justiça

Período: 01/01/2015 a 17/12/2015

Matrícula: 3905

CPF: 063.362.803-49

Endereço: Avenida Sambaquis, Casa 32

Complemento: Quadra 08

Bairro: Calhau

Cidade: São Luís - MA CEP: 65071-390

- 1.
- 2.

Nome: ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

Cargo: Corregedor Geral de Justiça

Período: 18/12/2015 a 31/12/2015

Matrícula: 3640

CPF: 027.566.173-34

Endereço: Rua Nova Olinda, Casa 10

Complemento: Quadra 48

Bairro: Turu

Cidade: São Luís - MA CEP: 65065-000

Nome: HEBERT PINHEIRO LEITE

Cargo: Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça

Período: 01/01/2015 a 17/12/2015

Matrícula: 177402

CPF: 304.157.723-20

Endereço: Avenida dos Holandeses, Apartamento 603

Complemento: Quadra 08, Condomínio Toscana, Edifício Solaia

Bairro: Ponta do Farol

Cidade: São Luís - MA CEP: 65075-650

Nome: ISABELLA DE AMORIM PARGA MARTINS LAGO

Cargo: Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça

Período: 18/12/2015 a 31/12/2015

Matrícula: 36624

CPF: 027.566.173-34

Endereço: Rua das Palmeiras, Casa 13

Complemento: Quadra 66

Bairro: Jardim Renascença

Cidade: São Luís - MA CEP: 65075-300

Nome: CLÁUDIO ANTÔNIO CUTRIM RAPOSO

Cargo: Diretor Financeiro do Tribunal de Justiça

Período: 01/01/2015 a 17/12/2015

Matrícula: 180729

CPF: 146.234.633-20

Endereço: Rua Projetada, Casa 08

Complemento: Condomínio Gran Village III

Bairro: Cohama

Cidade: São Luís - MA CEP: 65073-285

Nome: AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO

Cargo: Diretor Financeiro do Tribunal de Justiça

Período: 18/12/2015 a 31/12/2015

Matrícula: 99374

CPF: 827.596.773-20

Endereço: Rua 04 de Janeiro, Apartamento 301, Bloco 05

Complemento: Condomínio Quintas do Sol, Jardim Eldorado

Bairro: Turu

Cidade: São Luís – MA CEP: 65070-000

1 DO PLANEJAMENTO

1.1 Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual ou PPA é um instrumento legal de planejamento das ações governamentais, previsto no art. 165 da Constituição Federal que se destina a organizar e viabilizar a ação pública por um período de quatro anos.

O PPA do Estado do Maranhão para o quadriênio de 2012/2015 foi aprovado por meio da Lei nº. 9.553, de 16 de janeiro de 2012 e atualizado para o exercício de 2015, pela revisão da Lei nº 9.965 de 11/12/2013 e autorizou a execução dos programas e ações do Tribunal de Justiça, conforme tabela a seguir:

PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃOS			
Programa Principal: 0543 - Prestação Jurisdicional			
Objetivo: Proporcionar à sociedade Maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade.			
Público Alvo: Sociedade			
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO			
Programa	Ação	Finalidade	Descrição
0543 - Prestação Jurisdicional	4305 - Assistência Suplementar de Saúde	Proporcionar aos servidores e magistrados ativos e inativos condições para manutenção da saúde física e mental	Reembolso em folha de pagamento aos servidores e magistrados ativos dos gastos, efetivamente comprovados, com Planos de Saúde em benefício próprio ou de seus dependentes legais, respeitado os limites de valor definidos em legislação específica.
0543 - Prestação Jurisdicional	4434 - Acesso à Justiça	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça	Desembolsos para despesas de custeio e capital com o fito de dar suporte ao gerenciamento e operacionalização das ações programáticas e para expansão das atividades do judiciário, inclusive com despesas de pessoal ativo, encargos não previdenciários e serviços terceirizados. Ainda com subvenções sociais, aquisição de materiais comuns e permanentes e contratação de serviços de qualquer natureza, inclusive acompanhamento e monitoramento da execução de obras e contratação de serviços de ampliação e reformas das instalações do poder judiciário; além de diárias, auxílio alimentação, passagens e outros desembolsos a servidores.
0543 - Prestação Jurisdicional	4478 - Comunicação e Divulgação Institucional	Dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas	Contratação de pessoas físicas ou jurídicas para produção de material gráfico, produção audiovisual, promoção de eventos, bufet, publicidade e propaganda, assinaturas de TV, jornais e revistas e demais serviços relacionados a ações de comunicação; aquisição de material de consumo e permanente necessários ao desenvolvimento da ação tais como: câmeras, gravadores de voz, microfones, etc

0543 - Prestação Jurisdicional	4674 – Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos do Estado, incluindo os encargos sociais	Pagamento de Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civi, - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar, Obrigações Patronais, Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil, Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar, Salário Família, Indenizações e Restituições Trabalhistas, Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado, Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo
0543 - Prestação Jurisdicional	4675 – Auxílio Transporte	Garantir o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, aos agentes públicos, em efetivo exercício, para a utilização com despesas de deslocamento residência - trabalho	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, aos agentes públicos, em efetivo exercício, para a utilização com despesas de deslocamento residência – trabalho
0543 - Prestação Jurisdicional	4680 – Auxílio-Alimentação	Garantir o pagamento de auxílio-alimentação, em pecúnia, destinado ao custeio das despesas com alimentação.	Pagamento de auxílio-alimentação, em pecúnia, destinado ao custeio das despesas com alimentação
0543 - Prestação Jurisdicional	4681 – Auxílio-Moradia	Garantir o pagamento de auxílio-moradia, em pecúnia aos agentes públicos.	Pagamento de auxílio-moradia, em pecúnia aos agentes públicos.
0411 - Apoio Administrativo	0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA	Recolhimento do Fundo de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão – FEPA
0411 - Apoio Administrativo	0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Recolhimento ao INSS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04102 - Corregedoria Geral da Justiça			
Programa	Ação	Finalidade	Descrição
0543 - Prestação Jurisdicional	4434 - Acesso à Justiça	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça	Desembolsos para despesas de custeio e capital com o fito de dar suporte ao gerenciamento e operacionalização das ações programáticas e para expansão das atividades do judiciário, inclusive com despesas de pessoal ativo, encargos não previdenciários e serviços terceirizados. Ainda com subvenções sociais, aquisição de materiais comuns e permanentes e contratação de serviços de qualquer natureza, inclusive acompanhamento e monitoramento da execução de obras e contratação de serviços de ampliação e reformas das instalações do poder judiciário; além de diárias, auxílio alimentação, passagens e outros desembolsos a servidores.

As ações Assistência Saúde Suplementar, Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação e Auxílio-Moradia foram incluídas após a revisão para o exercício de 2014, atendendo exigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para as ações programadas são previstas metas físicas as quais possibilitam uma melhor avaliação da atuação do Poder Judiciário no Estado, pois fornecem informações quantitativas acerca das atividades desenvolvidas, possibilitando a mensuração da eficiência dos recursos aplicados comparados às metas financeiras. As metas físicas e financeiras para o ano de 2015 foram executadas conforme quadro abaixo:

PROGRAMA - 0543 - Prestação Jurisdicional						
Ação	Produto	Unidade de Medida	Metas		Execução	
			Física	Financeira	Física	Financeira
4305	Agente Público Assistido	unidade	3.202	13.724.129,00	3.805	13.558.183,82
4434	Medido pela despesa	unidade	-	32.531.973,00	0	25.972.848,80
4478	Matéria veiculada	unidade	11.000	727.654,00	67.332	375.647,58
4674	Medido pela despesa	unidade	-	596.067.803,00	0	595.549.561,46
4675	Medido pela despesa	unidade	-	2.098.868,76	0	2.066.616,64
4680	Medido pela despesa	unidade	-	40.680.731,00	0	40.570.387,32
4681	Medido pela despesa	unidade	-	20.340.126,00	0	19.850.752,22
4434	Medido pela despesa	unidade	-	17.168.943,00	0	14.684.629,14
Subtotal do Programa				723.340.227,76		712.628.626,98
PROGRAMA - 0411 - Apoio Administrativo						
0900	Medido pela despesa	unidade	-	63.512.136,00	-	63.303.942,22
0901	Medido pela despesa	unidade	-	22.859.955,00	-	22.859.316,04
Subtotal do Programa				86.372.091,00		86.163.258,26
Total geral				809.712.318,76		798.791.885,24
PROGRAMA - 0499 – Operação Especial						

0902	Medido pela despesa	unidade	-	293.331.035,00	-	40.652.647,91
Subtotal do Programa				293.331.035,00		40.652.647,91
Total geral				1.103.043.353,76		839.444.533,15

Outro importante instrumento de planejamento anual, servindo de conexão entre o plano estratégico das ações governamentais (PPA) e o plano operacional a ser executado (orçamento anual) é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Esta tem por finalidade orientar a elaboração do Orçamento, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e dispor sobre as alterações na legislação tributária.

2 DO ORÇAMENTO

O Orçamento do Tribunal de Justiça subdivide-se em duas unidades orçamentárias: 04101 – Tribunal de Justiça e 04102 – Corregedoria Geral de Justiça.

Atendendo as disposições previstas na LDO, a proposta orçamentária do Tribunal de Justiça para o exercício de 2015, fixou a despesa no valor de R\$ 995.361.969,00 (novecentos e noventa e cinco milhões, trezentos e sessenta e um mil novecentos e sessenta e nove reais). No decorrer do exercício financeiro, após as suplementações orçamentárias, o orçamento autorizado para o período foi de R\$ 1.103.043.353,76 (um bilhão cento e três milhões quarenta e três mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos).

A seguir, uma avaliação orçamentária por programas e ações desenvolvidas.

2.1 Por Programa

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento.

No quando abaixo vemos a execução dos programas previstos na LOA para o exercício de 2015:

PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Executado (Emp.)	Perc. De Exec.
0543 - Prestação Jurisdicional	631.820.934,00	723.340.227,76	712.628.626,98	96,9%
0411 – Apoio Administrativo	70.210.000,00	86.372.091,00	86.163.258,26	99,8%
0499 - Operação Especial	293.331.035,00	293.331.035,00	40.652.647,91	13,86%
TOTAL	995.361.969,00	1.103.043.353,76	839.444.533,15	76,10%

Ao avaliar o cumprimento das metas financeiras por programa apresentadas acima, constatamos que o Tribunal de Justiça executou quase 80% do previsto, exceto quanto ao programa 0499 - “Operação Especial”. Sobre este, especificamente, convém ressaltar que sua execução não havia sido programada inicialmente no PPA para o exercício de 2015, contudo, em cumprimento à Resolução nº 115, de 29 de junho de 2010, a qual impõe ao Poder Judiciário, o controle das obrigações de pagamento de outros entes devedores, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, tal programa passou a constar na LOA 2015 do Tribunal de Justiça.

Ressaltamos ainda que a execução deste programa depende, exclusivamente, do repasse de recursos financeiros advindos do tesouro estadual. E, frise-se, nesse ano de 2015, não foram repassados recursos previstos para essa finalidade, sendo possível pagar somente uma pequena parcela do valor previsto, ocasionando a suspensão do pagamento dos precatórios e, conseqüentemente, a inviabilidade quase total da ação orçamentária.

Entretanto, se avaliarmos individualmente cada programa, principalmente aquele que tem como público alvo a sociedade, caso do programa “Prestação Jurisdicional”, constata-se que o percentual de execução se aproximou de 100% (96,98%), produzindo um resultado muito eficaz e plenamente satisfatório.

2.2 Por Ação

Os programas são compostos de ações, que, conforme suas características podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais. A atividade envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. O projeto envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo. Já a “Operação Especial” abrange as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de Governo.

No âmbito do Tribunal de Justiça, somente a ação “Cumprimento de Sentença Judicial tem as características de uma operação especial. As demais ações têm características de atividades.

A execução das metas físicas e financeiras das ações já foram avaliadas quando do comentário sobre o PPA.

Apresentamos a seguir a execução das metas financeiras:

PROGRAMA	PROJ/ATIV	DENOMINAÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	Perc. De Execução
----------	-----------	-------------	------------	-----------	-------------------

0543 - Prestação Jurisdicional	4305	Assistência Suplementar de Saúde	13.724.129,00	13.558.183,82	98,8
	4674	Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	32.531.973,00	25.972.848,80	79,8
	4675	Auxílio - Transporte	727.654,00	375.647,58	51,6
	4681	Auxílio - Moradia	596.067.803,00	595.549.561,46	99,9
	4680	Auxílio - Alimentação	2.098.868,76	2.066.616,64	98,5
	4434	Acesso a Justiça	40.680.731,00	40.570.387,32	99,7
	4478	Comunicação e Divulgação Inst.	20.340.126,00	19.850.752,22	97,6
	4434	Acesso à Justiça	17.168.943,00	14.684.629,14	85,5
0411 - Apoio Administrativo	900	Contrib. a Prev. do Serv. Publ. Estadual	63.512.136,00	63.303.942,22	99,7
	901	Contrib. Ao Regime Geral de Previdência	22.859.955,00	22.859.316,04	100
0499 - Operação Especial	902	Cumprimento de Sentença Judicial	293.331.035,00	40.652.647,91	13,9

Total	1.103.043.353,76	839.444.533,15	76,10%
--------------	-------------------------	-----------------------	---------------

Da análise dos dados acima, podemos apontar como destaque negativo as ações “Cumprimento de Sentença Judicial” (já explicada no programa “Operações especiais”) e “Comunicação e Divulgação Institucional”, as demais ações tiveram resultados expressivos, pois se aproximaram do percentual 100% de execução.

3 RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

h) DILIGÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO ÓRGÃO E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, BEM COMO AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	
Nº do Relatório de Auditoria	Principais Recomendações
Relatório nº 05/2015 (Controle Contratos de Serviços)	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver na Instituição adequado modelo de gestão contratual; • Cumprir o procedimento para pagamento das faturas na forma e tempo devidos, de modo a evitar o descumprimento de prazos, gerando o pagamento de multas e juros, ocasionando prejuízo ao erário. Verifique-se se houve a devida apuração de responsabilidade em cada concreto. • Somente proceda à realização de processos licitatórios e de contratações (assunção de compromissos financeiros) após a confirmação documental de existência de efetiva disponibilidade de recursos, os quais devem ser reservados para a respectiva finalidade, conforme o valor a ser despendido no exercício financeiro no qual será executado. • Desenvolver na Instituição adequado modelo de gestão contratual, de modo a inserir na rotina administrativa quanto à matéria, a verificação do valor contratado, solicitando esclarecimentos e/ou correções quando ocorrerem divergências. • Execute-se a cláusula contratual e se proceda à criação da conta vinculada bloqueada para movimentação pela empresa contratada. • Proceda-se às devidas adequações contratuais, utilizando-se do instrumento aditivo ao contrato, registrando-se as justificativas, os limites das alterações e os respectivos valores e respeitando os prazos. Adequada instrução processual dos autos virtuais, com os anexos devidos. • Quando da concessão de qualquer alteração do preço contratado, faça-se juntar ao termo de alteração (aditivo ou apostilamento), como sua parte integrante, a nova planilha de composição de custos devidamente atualizada.
Relatório nº 04/2015 (Controle do Uso Cartão Corporativo)	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de uma Comissão para tratar de mudanças na atual Resolução nº. 27/2008-TJMA, e suas alterações; • Criação de um novo Manual de Utilização de Adiantamento, com vistas a abarcar casos que por sua excepcionalidade merecem ser regulamentados, tais como a previsão de concessão de cartão corporativo em nome do Secretário Judicial da Comarca sem Juiz Titularizado; • Adequação das novas normas de Contabilidade Pública aplicáveis ao caso.

<p>Relatório nº 12/2015 (Auditoria no Controle Patrimonial)</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Implantação de um Sistema informatizado de controle de estoque adequado e confiável; * Realização de um estudo completo para a efetivação da segurança dos bens patrimoniais do Poder Judiciário do Maranhão, por parte da Diretoria de Segurança Institucional;
<p>Relatório nº 03/2015 (Auditoria Contábil)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Recomendamos que a depreciação deva ser realizada em quotas que representam um duodécimo da taxa de depreciação anual do bem. • Emissão mensal de relatórios de contratos das provisões da folha de pessoal (Férias, Décimo Terceiro e Licença-Prêmio) pela Coordenadoria de Pagamento e Diretoria de Recursos Humanos. • Realização de estudos, apuração de custos dos serviços públicos decorrentes da execução de programas e a disponibilização de informações apuradas sobre custos aos gestores públicos para subsidiar a tomada de decisões e à sociedade para fins de controle social. • Todos os gastos com despesas do Tribunal de Justiça do Maranhão sejam planejadas de uma maneira mais eficiente com o objetivo de cumprir integralmente a trãde do gasto público (empenho-liquidação-pagamento). • Maior segregação de funções nas pessoas responsáveis na elaboração da folha de pagamento de pessoal e um aprimoramento no Sistema Menthor para dificultar alterações mal intencionadas nas ações relativas à folha de pagamento de pessoal.
<p>Relatório nº 06/2015 e Relatório nº13 da Folha de Pagamento)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Regularização do pagamento do militar referido, consoante os termos do convênio nº. 01/2014. • Adequação do quantitativo de designações de Oficiais para a percepção de Função Militar Especial, conforme o máximo de 10 (dez) previsto na Lei nº 8.874/2008. • Restituição ao erário de valores percebidos indevidamente por servidores e magistrados; • Reiterando o que foi recomendado no Relatório de Auditoria 05/2014, Achado 02, permanece a necessidade de rever a forma de pagamento das substituições de funções gratificadas, a fim de que o servidor substituto perceba apenas o valor relativo à função gratificada, haja vista que a GAJ é pessoal do servidor que manifestou expressa opção pela vantagem e sob pena de burla à determinação de não concessão de novos pedidos de GAJ. • Identificar todos os servidores que exerciam cargo em comissão ou função gratificada em dezembro de 2014 e que receberam 13º salário quanto ao CC ou FG sem considerar a proporcionalidade do exercício dos mesmos, com a tomada de providências de restituição ao erário dos valores pagos indevidamente (Portaria nº 1142/2008-GP/DRH), bem como que fossem realizadas as alterações necessárias no sistema MENTORH a fim de corrigir a inconsistência identificada.

Relatório nº 07/2015 (Contrato de Fornecimento de Bens)	<ul style="list-style-type: none">• Definição de desdobramentos do Planejamento Estratégico Institucional a fim de definir critérios para a efetivação das contratações. O planejamento estratégico adequado ao nível das contratações proporciona a concretização das metas deste Tribunal de Justiça, garantindo a boa gestão dos recursos no cumprimento de sua função institucional.• O cumprimento do objeto deve ocorrer em conformidade com o procedimento previsto em lei, e com as condições previstas no contrato, a fim de garantir a sua regularidade. Caso seja solicitada a entrega dos materiais, lay-out, projetos executivos, em prazo diverso do previsto no contrato deverá constar nos autos registro desta solicitação, e sua respectiva justificativa. Exija-se das empresas contratadas o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato, sob pena de adequada aplicação de penalidade.• Devem ser formalmente indicados o servidor, ou comissão de servidores, para exercer a função de fiscal do contrato.• Registrem-se as ocorrências havidas durante a execução, em nível de detalhamento necessário à perfeita identificação do fato, seus responsáveis, suas circunstâncias e eventuais justificativas.• Exija-se das empresas contratadas o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato, sob pena de adequada aplicação de penalidade. Não se incluam nos contratos obrigações destoantes das reais necessidades da Instituição;• Desenvolva-se na Instituição adequado modelo de gestão contratual, de modo a inserir na rotina administrativa quanto à matéria, a verificação do valor contratado, solicitando esclarecimentos e/ou correções quando ocorrerem divergências.• Que a realização do pagamento ocorra em conformidade com o procedimento e prazo previsto em lei.• Exija-se que todos os contratos celebrados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão tenham respaldo orçamentário e sejam previamente empenhados no seu valor total em respeito ao art.60 da lei 4320/64, especialmente em contratos de fornecimento.
Relatório nº 08/2015 (Auditoria de Bens e Serviços de TI)	<ul style="list-style-type: none">• Somente proceda à realização de processos licitatórios e de contratações (assunção de compromissos financeiros) após a confirmação documental de existência de efetiva disponibilidade de recursos, os quais devem ser reservados para a respectiva finalidade, conforme o valor a ser despendido no exercício financeiro no qual será executado.• Desenvolva-se e se aplique processo de trabalho apto a conclusão do procedimento de pagamento no prazo do contrato ou da lei.• Registre-se nos documentos a data efetiva de sua assinatura.• Proceda-se aos atos administrativos conforme a autorização respectiva e deixe registrado formalmente no processo o cumprimento do ato na forma autorizada.• Procedam-se aos estudos necessários de modo a viabilizar a implementação do processo de trabalho de contratação e gestão de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação conforme determinado pela Resolução nº 182/2013-CNJ.
Relatório nº 09/2015 (Auditoria nos Contratos de Transportes)	<ul style="list-style-type: none">• Somente proceda à realização de processos licitatórios e de contratações (assunção de compromissos financeiros) após a confirmação documental de existência de efetiva disponibilidade de recursos, os quais devem ser reservados para a respectiva finalidade, conforme o valor a ser despendido no exercício financeiro no qual será executado.• Criem-se contas bancárias vinculadas para depósito das provisões para pagamento das verbas trabalhistas relativas a cada contrato de terceirização pactuado pelo TJMA, conforme procedimentos determinados pelo Conselho Nacional de Justiça, criação e manutenção de conta vinculada, que tem por finalidade o depósito das provisões para pagamento das verbas trabalhistas decorrentes de contratos de terceirização pactuados pela Administração.• Maior controle e fiscalização da frota em utilização; Política de conscientização dos servidores e motoristas da necessidade de utilização de veículos devidamente identificados.• Maior controle para execução dos serviços de manutenção, reparos e abastecimento junto aos veículos desta Corte. Assim sendo, sugerimos que seja designada uma comissão de servidores para fiscalizar e acompanhar o referido contrato, dada a sua complexidade e especificidade da execução contratual.

<p>Relatório nº 10/2015 (Auditoria no FERJ e FERC)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de planejamentos anuais das ações de fiscalização da Diretoria do FERJ; • Aplicação da técnica de amostragem na realização das fiscalizações; • Ampliação do quadro de servidores que exercem atividade de fiscalização na Diretoria do FERJ com a criação de função gratificada específica para o desempenho desta atividade, a fim de manter um quadro fixo e especializado. • Estabelecer um índice para a atualização dos valores e que os débitos apurados nos processos administrativos de fiscalização sejam corrigidos. • Obedecer aos critérios normativos para concessão de parcelamentos, em especial, a elaboração do termo de compromissos fazendo nele constar o valor devido, a quantidade de parcelas e a data de vencimento delas. • Cobrar multas, juros e que seja feita a correção monetária em cima dos valores que forem pagos com atraso nos parcelamentos concedidos. • Obedecer aos critérios normativos para concessão de parcelamento.
<p>Relatório nº 11/2015 (Auditoria nos Atos de Admissão)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar se foram anexados junto à documentação dos atos de admissão de pessoal a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado referente às nomeações realizadas em 2013, a publicação do Edital nº 001/2009 e do Edital nº 02/2011 e as retificações posteriores, caso existam, bem como, a publicação da Homologação do resultado de ambos os certames. • Observar nos exercícios seguintes a recomendação anterior, quando se tratar de nomeações relacionadas a mais de um certame.
<p>Relatório nº 15/2015 (Auditoria em Obras de Engenharia)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Somente proceda à realização de processos licitatórios e de contratações (assunção de compromissos financeiros) após a confirmação documental de existência de efetiva disponibilidade de recursos, os quais devem ser reservados para a respectiva finalidade, conforme o valor a ser despendido no exercício financeiro no qual será executado. • Proceda-se, quando do início do procedimento licitatório, à requisição de ART para o servidor/técnico responsável pela elaboração do projeto e do orçamento junto ao CREA/MA. Quando do início da execução, requisite-se do contratado a ART respectiva. • Instaurar procedimento adequado à verificação dos valores despendidos com os reajustes relativos a este contrato. • Observar os prazos contratuais e exerça-se a devida gestão contratual de modo a evitar prestação de objeto sem a adequada cobertura contratual. • Elaborar ainda na fase interna do processo licitatório o cronograma físico-financeiro, considerando a capacidade de desembolso do TJMA; durante a execução, exercer a fiscalização sobre as quantidades entregues em relação ao prazo contratado, conforme etapas determinadas no cronograma físico-financeiro e proceder aos pagamentos somente após a conferência de todos os documentos exigidos no contrato e nos limites estabelecidos. Cumram-se as decisões administrativas conforme o ato determinante e nos limites da relação hierárquica.
<p>Relatório nº 14/2015 (Auditoria nos processos de concessão de diárias e passagens aéreas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração da RESOL-GP – 92015, a fim de evitar eventuais conflitos em sua interpretação, tendo em vista que s.m.j. esta Diretoria entende que a expressão “para outra localidade do território nacional”, compreende o deslocamento do servidor da sede de origem para outra cidade, ainda que dentro do Estado do Maranhão. • Maior divulgação aos usuários de diárias do cumprimento efetivo das normas que regulamentam a matéria.

São Luís (MA), 31 de Dezembro de 2015.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA

PRESIDENTE

Relatório do Sistema de Controle Interno

Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça

Prestação de Contas – Exercício 2015

Março/2016

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1. DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	4
1.1. PLANO PLURIANUAL – PPA.....	4
1.1.1. Do cumprimento das ações previstas no PPA	9
1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO.....	10
1.2.1. Da abertura de créditos adicionais	10
1.2.2. Do limite para dotação de outras despesas correntes	11
1.2.3. Do limite para dotação de despesas com pessoal e encargos sociais	13
1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA	14
1.3.1. Da realização da despesa	18
<i>1.3.1.1. AÇÃO 0900 – CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL</i>	26
<i>1.3.1.2. AÇÃO 0901 – CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA</i>	26
<i>1.3.1.3. AÇÃO 0902 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL</i>	26
<i>1.3.1.4. AÇÃO 4305 – ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE</i>	26
<i>1.3.1.5. AÇÃO 4434 – ACESSO À JUSTIÇA</i>	27
<i>1.3.1.6. AÇÃO 4478 – COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL</i>	27
<i>1.3.1.7. AÇÃO 4674 - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS</i>	27
<i>1.3.1.8. AÇÃO 4681 - AUXÍLIO MORADIA</i>	27
<i>1.3.1.9. AÇÃO 4680 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO</i>	28
<i>1.3.1.10. AÇÃO 4675 - AUXÍLIO TRANSPORTE</i>	28
<i>1.3.1.11. CANCELAMENTOS DE SALDOS DE EMPENHOS</i>	28
<i>1.3.1.12. DESCUMPRIMENTO DAS FASES DA DESPESA PÚBLICA</i>	29
1.3.2. Dos procedimentos licitatórios realizados	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao dever de prestar contas do Presidente do Tribunal de Justiça (art. 50, Parágrafo Único da Constituição Estadual), enquanto responsável pela utilização, arrecadação, guarda, gerenciamento e administração de dinheiros, bens e valores públicos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, ou, em nome deste, pela assunção de obrigações de natureza pecuniária, apresentamos o presente Relatório do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Maranhão, parte integrante da documentação exigida na Instrução Normativa nº 26/2011 do Tribunal de Contas do Estado, e de acordo com a sistemática definida na Instrução Normativa nº 12/2005-TCE/MA.

O presente documento avalia a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referentes ao exercício financeiro de 2015.

A prestação de contas do Poder Judiciário do Maranhão perpassa por seis unidades orçamentárias diferentes: o Tribunal de Justiça – TJMA (04101), a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102), o Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERJ (04901), o Fundo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – FESMAM (04902), o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão – FERC (04903) e o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados – FUNSEG (04904).

Cumprе ressaltar que a unidade orçamentária da Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102) não é uma unidade gestora. Por esta razão, a análise de sua execução orçamentária dar-se-á neste Relatório, em conjunto com a unidade orçamentária Tribunal de Justiça – TJMA (04101) que é a unidade gestora responsável pela gerência dos créditos de ambas as unidades orçamentárias. Quanto às demais, serão avaliadas em instrumentos próprios.

As constatações e considerações apresentadas nesta manifestação do Controle Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, atividade exercida pela Diretoria de Controle Interno, basearam-se em informações prestadas pelos setores da Diretoria Financeira e da

Divisão de Licitação e Contratos; em dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM e do Sistema Informativo de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA do Estado do Maranhão; nos instrumentos de planejamento orçamentário; em análises pontuais de processos administrativos examinados ao longo do exercício financeiro de 2015; bem como nas análises decorrentes da auditoria contábil realizada pela Diretoria de Controle Interno.

1. DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

1.1. PLANO PLURIANUAL – PPA

O Plano Plurianual em execução foi estabelecido pela Lei nº 9.553 de 16 de janeiro de 2012, para vigor nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. A 3ª Revisão do PPA, aplicável às análises quanto ao exercício financeiro de 2015, ocorreu por meio da Lei nº 10.185, de 23 de dezembro de 2014.

No que tange ao Poder Judiciário, o PPA 2012-2015 compreendeu catorze ações no programa macro Prestação Jurisdicional (código 0543), o qual tem por objetivo “proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade”. Além destas, compuseram o PPA 2012-2015 as ações Contribuição ao Regime Geral da Previdência e Contribuição à Previdência do Servidor Público, vinculadas ao programa de governo Apoio Administrativo (código 0411).

AÇÕES DO PPA 2012-2015 DO PODER JUDICIÁRIO					
Programa	Código/Nome	Finalidade	UO's	Produto	Unidade de Medida
0543 - Prestação Jurisdicional	1656 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário	Construir, reformar ou ampliar fóruns nas comarcas da capital e interior	FERJ	Prédio construído / ampliado / reformado	m ²
	4305 - Assistência Suplementar de Saúde	Proporcionar aos servidores e magistrados ativos e inativos condições para manutenção da saúde física e mental	TJ	Agente público assistido	unidade
	4430 - Gratuidade do Registro Civil	Assegurar a gratuidade dos atos do registro civil das pessoas naturais do Estado do Maranhão	FERC	Certidão concedida	unidade
	4434 - Acesso à Justiça	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça	TJ e CGJ	Medido pela despesa	unidade
	4436 - Modernização do Judiciário	Modernizar e reaparelhar o judiciário com vistas à melhoria da prestação jurisdicional	FERJ	Medido pela despesa	unidade

	4437 - Gestão e Capacitação de Recursos Humanos	Promover, de forma integrada, gestão e qualificação de pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e maior produtividade	FERJ	Servidor capacitado	unidade
	4438 - Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário	Promover a realização de cursos para formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão	ESMAM	Pessoa capacitada	unidade
	4478 - Comunicação e Divulgação Institucional	Dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas	TJ	Matéria veiculada	unidade
	4674 – Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos do Estado, incluindo os encargos sociais	TJ	Medido pela despesa	unidade
	4675 – Auxílio Transporte	Garantir o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, aos agentes públicos, em efetivo exercício, para a utilização com despesas de deslocamentos residência-trabalho	TJ	Medido pela despesa	unidade
	4680 – Auxílio Alimentação	Garantir o pagamento de auxílio-alimentação, em pecúnia, destinado ao custeio das despesas com alimentação	TJ	Medido pela despesa	unidade
	4681 – Auxílio-moradia	Garantir o pagamento de auxílio-moradia, em pecúnia	TJ	Medido pela despesa	unidade
	4686 – Apoio a Segurança da Magistratura	Proporcionar aos magistrados condições de segurança adequadas nas sedes jurisdicionais.	FUNSEG	Medido pela despesa	unidade
	4683 – Gestão de Informática	Promover, de forma integrada, gestão e qualificação de pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e maior produtividade	FERJ	Medido pela despesa	unidade

0411 - Apoio Administrativo	0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão – FEPA	TJ	Medido pela despesa	unidade
	0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	TJ	Medido pela despesa	unidade

Fonte: 3ª Revisão do PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Maranhão

O Poder Judiciário projetou, para o implemento das ações do programa Prestação Jurisdicional (código 0543), no ano de 2015, a importância de R\$ 761.098.693,00 (setecentos e sessenta e um milhões noventa e oito mil seiscientos e noventa e três reais). Deste valor, 80,76% destinavam-se aos projetos e atividades da unidade orçamentária do Tribunal de Justiça (04101-TJ), ou seja, R\$ 614.651.991,00 (seiscentos e catorze milhões seiscientos e cinquenta e um mil novecentos e noventa e um reais) e 2,26% destinavam-se aos projetos e atividades da unidade orçamentária da Corregedoria Geral de Justiça (04102-CGJ), ou seja, R\$ 17.168.943,00 (dezessete milhões cento e sessenta e oito mil e novecentos e quarenta e três reais).

PROGRAMA:	0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			
OBJETIVO:	Proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade.			
PÚBLICO ALVO:	Sociedade maranhense			
VALOR:				
Total do Poder Judiciário do Maranhão (em R\$)	Tribunal de Justiça (TJ)		Corregedoria Geral de Justiça (CGJ)	
	(em R\$)	%		%
761.098.693,00	614.651.991,00	80,76	17.168.943,00	2,26%
META:				
Indicador	Unidade de Medida	Índice mais recente	Data de Apuração	Meta 2015
Taxa de Congestionamento de Processos Judiciais	Percentual	70%	2015	A definir
<p>3ª Revisão do PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Maranhão Lei Orçamentária Anual para 2015, disponível no link http://www.seplan.ma.gov.br/files/2013/02/LEI-OR%C3%87AMENT%C3%81RIA-ANUAL_-2015.pdf></p> <p>*Informação da Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos, submetido à análise do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e estando passível de alteração.</p>				

O valor acima destacado às unidades orçamentárias do TJ e da CGJ restou assim distribuído:

AÇÕES PPA 2012-2015 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Projeto / Atividade	Finalidade	UO	Produto	Unidade de Medida	Metas	
					Física	Financeira
4305 - Assistência Suplementar de Saúde	Proporcionar aos servidores e magistrados ativos e inativos condições para manutenção da saúde física e mental	TJ	Servidor assistido	unidade	3.202	6.656.344,00
4434 - Acesso à Justiça	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça	TJ e CGJ	Medido pela despesa	unidade	-	66.356.736,00
4478 - Comunicação e Divulgação Institucional	Dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas	TJ	Medido pela despesa	unidade	11.000	1.091.800,00
4674 – Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos do Estado, incluindo os encargos sociais	TJ	Medido pela despesa	unidade	-	540.797.802,00
4675 – Auxílio Transporte	Garantir o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, aos agentes públicos, em efetivo exercício, para a utilização com despesas de deslocamentos residência-trabalho	TJ	Medido pela despesa	unidade	-	2.209.774,00
4680 – Auxílio Alimentação	Garantir o pagamento de auxílio-alimentação, em pecúnia, destinado ao custeio das despesas com alimentação	TJ	Medido pela despesa	unidade	-	13.864.335,00
4681 – Auxílio-moradia	Garantir o pagamento de auxílio-moradia, em pecúnia	TJ	Medido pela despesa	unidade	-	5.709.372,00

3ª Revisão do PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Maranhão e Lei Orçamentária Anual para 2015, disponível no link <http://www.seplan.ma.gov.br/files/2013/02/LEI-OR%C3%87AMENT%C3%81RIA-ANUAL_-2015.pdf>

1.1.1. Do cumprimento das ações previstas no PPA

No que tange ao Programa Macro do Poder Judiciário previsto no PPA, qual seja, o de Gestão Judiciária, as ações seguiram assim realizadas:

AÇÕES PPA 2012-2015 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Projeto / Atividade	Produto	Unidade de Medida	Metas Físicas			Metas Financeiras		
			Planejado	Realizado	%	Planejado	Realizado	%
4305 - Assistência Suplementar de Saúde	Servidor assistido	unidade	3.202	3.805	119%	6.656.344,00	13.558.183,82	204%
4434 - Acesso à Justiça	Medido pela despesa	unidade			-	66.356.736,00	25.831.563,50	39%
4478 - Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria Veiculada	unidade	11.000	67.332	612%	1.091.800,00	375.647,58	34%
4674 - Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Medido pela despesa	unidade			-	540.797.802,00	595.603.246,46	110%
4675 - Auxílio Transporte	Medido pela despesa	unidade			-	2.209.774,00	2.066.616,64	94%
4680 - Auxílio Alimentação	Medido pela despesa	unidade			-	13.864.335,00	40.570.387,32	293%
4681 - Auxílio-moradia	Medido pela despesa	unidade			-	5.709.372,00	19.850.752,22	348%

Fontes: 3ª Revisão do PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Maranhão e Lei Orçamentária Anual para 2015, disponível no link <http://www.seplan.ma.gov.br/files/2013/02/LEI-OR%C3%87AMENT%C3%81RIA-ANUAL_-2015.pdf>

Do quadro acima, verifica-se que não houve um alinhamento entre as metas físicas e financeiras planejadas no PPA-2012-2015, a exemplo da ação 4305 - Assistência Suplementar de Saúde, que teve um aumento de 19% na meta física, utilizando 104% a mais de recursos financeiros. Já na ação 4478 - Comunicação e Divulgação Institucional, houve um aumento substancial da meta física realizada quando comparada com a planejada (612%), porém foi utilizado apenas 34% dos recursos financeiros. Quanto às ações que possuem apenas metas financeiras, a ação 4434 - Acesso à Justiça realizou apenas 39% da meta estipulada. As ações 4674 - Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais e 4675 - Auxílio Transporte tiveram suas execuções regulares, no percentual de 110% e 94%, respectivamente,

do planejamento inicial. As ações 4680 – Auxílio Alimentação e 4681 – Auxílio-moradia tiveram suas execuções aumentadas em 193% e 248%, respectivamente, em relação ao planejamento inicial. Tal situação indica a necessidade de revisão dessas ações no ano de 2016, com uma melhor distribuição dos créditos a elas disponíveis no quadriênio contemplado pelo PPA 2016-2019.

1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente para o exercício de 2015 é a de nº 10.132, de 04 de agosto de 2014. Ela propõe as metas e diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2015.

1.2.1. Da abertura de créditos adicionais

Os artigos 33 a 41 da LDO para 2015 disciplinam o procedimento de abertura de créditos adicionais para o exercício.

As unidades orçamentárias TJ e CGJ previam dotação inicial, na LOA 2015, no montante de R\$ 995.361.969,00 (novecentos e noventa e cinco milhões trezentos e sessenta e um mil e novecentos e sessenta e nove reais). Ao final do exercício, a dotação atualizada restou em R\$ 1.103.043.353,76 (um bilhão cento e três milhões quarenta e três mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos).

Neste exercício foram abertos 13 (treze) créditos adicionais, conforme quadro abaixo:

CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS EM 2015 - TJ					
Nº	Espécie	Origem do Recurso	Documento	Publicação	Valor
1	Suplementar	Remanejamento interno, na mesma ação, entre PIS	Não se Aplica	-	3.000.000,00
2	Suplementar	Superávit Financeiro	Decreto nº 30.863	16/06/2015	10.241.490,76
3	Suplementar	Remanejamento interno, na mesma ação, entre PIS	Não se Aplica	-	25.000,00
4	Suplementar	Excesso de Arrecadação de Receitas	Decreto nº 30.998	04/08/2015	10.000.000,00
5	Suplementar	Remanejamento interno, na mesma ação, entre PIS	Não se Aplica	-	1.300.000,00
6	Anulação	Anulação Parcial de Dotação	Portaria TJ nº 3182	15/10/2015	13.540.000,00
7	Anulação	Anulação Parcial de Dotação	Decreto nº 31.332	18/11/2015	9.000.000,00
8	Suplementar	Remanejamento interno, na mesma ação, entre PIS	Não se Aplica	-	35.000.000,00
9	Suplementar	Remanejamento interno, na mesma ação, entre PIS	Não se Aplica	-	2.352.000,00
10	Anulação	Anulação Parcial de Dotação	Portaria TJ nº 3854	09/12/2015	1.200.000,00
11	Anulação			09/12/2015	800.000,00
12	Suplementar	Excesso de Arrecadação de Receitas	Decreto nº 31.411	17/12/2015	24.670.020,00
13	Suplementar	Excesso de Arrecadação de Receitas	Decreto nº 31.418	18/12/2015	53.769.874,00
Total					164.898.384,76
Acréscimo					107.681.384,76
Dotação Final					1.103.043.353,76

Fontes: Notas Orçamentárias e publicações no Diário da Justiça e no Diário Oficial do Estado do Maranhão

Quanto às formalidades legais previstas na LDO e na LOA para a abertura de créditos adicionais em 2015, verificou-se que os reforços de dotação decorrentes da anulação parcial ou total de dotação não atenderam ao disposto no art. 39 da LDO, uma vez que as Portarias de abertura do crédito não fazem menção à repercussão decorrente da não execução da ação anulada, de forma parcial ou total, ainda mais que em muitas ações há anulações de dotação seguidas de suplementações. Evidencia-se possível ineficiência nas anulações de dotação para fins de abertura de crédito suplementar, que ocorreram, registre-se, no contexto de um orçamento aprovado com muitos cortes, o que impõe o excesso de movimentações orçamentárias para adequação das necessidades programadas do órgão.

1.2.2. Do limite para dotação de outras despesas correntes

O artigo 16 da LDO 2015 propõe, como limite a ser observado na proposta orçamentária do Poder Judiciário para outras despesas correntes em 2015,

o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária do ano de 2014, corrigida pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o período de julho de 2013 a junho de 2014.

Segundo ainda observa o parágrafo único do mesmo artigo, deverão ser excluídos do cálculo os valores das dotações destinadas ao pagamento de precatórios e despesas de capital destinados à construção de obras.

Considerando as orientações acima, o limite fixado para o Poder Judiciário neste item foi de R\$ 752.285.193,31 (setecentos e cinquenta e dois milhões duzentos e oitenta e cinco mil cento e noventa e três reais e trinta e um centavos).

O valor orçado no grupo outras despesas correntes em 2015 para todas as unidades orçamentárias do Poder Judiciário (TJ e CGJ, FERJ, FESMAM, FERC e FUNSEG) totalizou R\$ 486.431.293,00 (quatrocentos e oitenta e seis milhões quatrocentos e trinta e um mil e duzentos e noventa e três reais), estando 34,95% abaixo do limite estabelecido pela LDO, demonstrando o cumprimento dessa exigência por parte do Poder Judiciário do Maranhão, conforme quadro abaixo.

LIMITE PARA OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
UO's	Orçado 2015	
	Outras Despesas Correntes	
TJ e CGJ	400.361.969,00	
FERJ	81.610.075,00	
FESMAM	559.249,00	
FERC	3.900.000,00	
FUNSEG	2.964.557,00	
Total	489.395.850,00	
Dotação 2014¹	707.433.885,00	
Limite²	752.285.193,31	
Diferença	262.889.343,31	34,95%

¹Excluídos os precatórios e as despesas de capital, conforme Art. 16, parágrafo único da LDO 2014 (Lei nº 10.132/14).

²Dotação 2015 corrigida pela variação acumulada do IPCA, para o período de julho de 2013 a junho de 2014.

1.2.3. Do limite para dotação de despesas com pessoal e encargos sociais

Quanto às despesas com pessoal e encargos sociais fixadas na proposta orçamentária para o exercício de 2015, observando-se os Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Judiciário do 1º, 2º e 3º Quadrimestres, verifica-se que a execução financeiro-orçamentária do exercício de 2015 cumpriu os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) para as despesas com pessoal e encargos sociais, posto que todos os percentuais apurados, respectivamente de 5,41%, 5,68% e 5,46%, calculados sem a inclusão do Imposto de Renda, nos termos da Decisão PL-TCE nº 15/2004, estiveram abaixo do limite prudencial de 5,7%.

Registre-se que o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre foi publicado incluindo o valor do Imposto de Renda, no total de R\$ 86.828.287,83 (oitenta e seis milhões oitocentos e vinte e oito mil duzentos e oitenta e sete reais e oitenta e três centavos), e por essa razão a Despesa Total com Pessoal – DTP sobre a Receita Corrente Líquida totalizou R\$ 671.211.903,07 (seiscentos e setenta e um milhões duzentos e onze mil novecentos e três reais e sete centavos), equivalendo ao percentual de 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento).

Quanto ao valor aprovado na LOA para despesas com pessoal, cabe apontar o que dispõe o art. 47, *caput*, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, a seguir transcrito:

Art. 47. Os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado terão como parâmetros para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2015, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em maio de 2014, compatibilizada com os eventuais acréscimos legais, respeitados os limites impostos pelos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

O parâmetro estabelecido para elaboração da proposta orçamentária relativa a pessoal e encargos sociais é a despesa com a folha de pagamento vigente em maio de 2014, compatibilizada com os eventuais acréscimos legais, respeitado o limite de 6% para o Poder Judiciário previsto na LRF (Lei Complementar nº 101/2000). Por conclusão lógica, a previsão para um ano deve considerar o valor apurado multiplicado por treze e meio (incluindo décimo terceiro e terço constitucional de férias). Considerando que o valor totalizado do mês de maio, excluindo-se os auxílios, foi de R\$ 55.765.486,59 (cinquenta e cinco milhões setecentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), ao multiplicarmos por 13,5, chega-se ao montante de R\$ 752.834.068,97 (setecentos e cinquenta

e dois milhões oitocentos e trinta e quatro mil sessenta e oito reais e noventa e sete centavos). Esse valor não considera qualquer reajuste, bem como progressões e promoções da carreira.

A proposta encaminhada por este Poder Judiciário à Assembléia Legislativa previa, para gastos relativo a pessoal e encargos sociais, o valor de R\$ 860.486.476,00 (oitocentos e sessenta milhões quatrocentos e oitenta e seis mil quatrocentos e setenta e seis reais). Após cortes realizados, houve a aprovação na LOA do montante de R\$ 595.000.000,00 (quinhentos e noventa e cinco milhões de reais) para fazer face aos gastos dessa natureza, valor bem abaixo do parâmetro definido no art. 47, *caput*, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Se não bastasse o corte na proposta orçamentária deste Poder Judiciário, em novembro de 2014 houve a implantação do reajuste de 4,3%, retroativo a janeiro daquele ano, com reflexos em folha até maio de 2015; em janeiro de 2015 houve a implantação do percentual de 21,7%, decorrente de decisão judicial, a todos os servidores, exceto Analistas Judiciários, bem como foi concedido o reajuste no subsídio dos magistrados. Como consequência, o Poder Judiciário do Maranhão dispôs de um orçamento insuficiente para cobrir as despesas de pessoal e encargos sociais para 2015, o que motivou as suplementações realizadas, atingindo-se a dotação final de R\$ 682.439.894,00 (seiscentos e oitenta e dois milhões quatrocentos e trinta e nove mil oitocentos e noventa e quatro reais).

1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente para o exercício de 2015, Lei nº 10.183, de 22 de dezembro de 2014, fixou créditos orçamentários ao Poder Judiciário no valor de R\$ 1.124.639.727,00 (um bilhão cento e vinte e quatro milhões seiscentos e trinta e nove mil e setecentos e vinte e sete reais), assim distribuídos:

LOA 2015	
UO's	Dotação Inicial
TJ e CGJ	995.361.969,00
TJ	978.193.026,00
CGJ	17.168.943,00
FERJ	121.853.952,00
FESMAM	559.249,00
FUNSEG	2.964.557,00
FERC	3.900.000,00
Total	1.124.639.727,00

Fonte: LOA 2015

O valor orçado às unidades orçamentárias do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral de Justiça correspondeu a 88,50% do total fixado na LOA 2015. Quanto à fonte, os recursos destas unidades originam-se exclusivamente do Tesouro Estadual, sendo R\$ 914.817.840,00 (novecentos e catorze milhões oitocentos e dezessete mil e oitocentos e quarenta reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 80.544.129,00 (oitenta milhões quinhentos e quarenta e quatro mil e cento e vinte e nove reais) do Orçamento da Seguridade Social.

A despesa realizada das unidades orçamentárias em comento nos anos de 2013 e 2014 aumentou de um exercício para o outro em 4%. A dotação para o exercício de 2015 aumentou 29% em relação à despesa realizada de 2014, representando um acréscimo em relação ao que foi realizado no ano anterior. Os recursos orçamentários foram alocados da seguinte forma:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO										
PROG / AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	FUNCIONAL	ESFERA	RP	GND	MA	IDUSO	FORTE	VALOR	
0411	APOIO ADMINISTRATIVO									70.210.000,00
0.900.0000	CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL									52.955.000,00
	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA	02 272	S	1	1	91	0	101		52.955.000,00
0.901.0000	CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA									17.255.000,00
	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	02 271	S	1	1	90	0	101		17.255.000,00
0499	OPERAÇÃO ESPECIAL									293.331.035,00
0.902.0000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL									293.331.035,00
	Garantir o pagamento de precatórios e sentenças judiciais, transitadas em julgado, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal	28 846	F	1	3	90	0	101		293.331.035,00
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL									614.651.991,00
4.305.0000	ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE									10.334.129,00
	Proporcionar aos servidores e magistrados ativos e inativos condições para manutenção da saúde física e mental	02 302	S	2	3	90	0	101		10.334.129,00
4.434.0000	ACESSO À JUSTIÇA									31.271.973,00
	Expandir, agilizar e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça.	02 061	F	2	3	90	0	101		31.271.973,00
4.478.0000	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL									1.527.654,00
	Dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas	02 131	F	2	3	90	0	101		1.527.654,00
4.674.0000	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS									524.790.000,00
	Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos do Estado, incluindo os encargos sociais.	02 122	F	1	1	90	0	101		524.790.000,00
4.675.0000	AUXÍLIO-TRANSPORTE									1.707.378,00
	Garantir o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, aos agentes públicos, em efetivo exercício, para a utilização com despesas de deslocamentos residência-trabalho	02 331	F	2	3	90	0	101		1.707.378,00
4.680.0000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO									32.080.731,00
	Garantir o pagamento de auxílio-alimentação, em pecúnia, destinado ao custeio das despesas com alimentação	02 306	F	2	3	90	0	101		32.080.731,00
4.681.0000	AUXÍLIO-MORADIA									12.940.126,00
	Garantir o pagamento de auxílio-moradia, em pecúnia	02 122	F	2	3	90	0	101		12.940.126,00
Total										978.193.026,00

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO										
PROG / AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	FUNCIONAL	ESFERA	RP	GND	MA	IDUSO	FONTE	VALOR	
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL									17.168.943,00
4.434.0000	ACESSO À JUSTIÇA									17.168.943,00
	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça	02 061	F	2	3	90	0	101		17.168.943,00
									Total	17.168.943,00

Fonte: LOA 2015

1.3.1. Da realização da despesa

A despesa fixada na LOA para o exercício de 2015 às unidades orçamentárias do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral de Justiça totalizou R\$ 995.361.969,00 (novecentos e noventa e cinco milhões trezentos e sessenta e um mil e novecentos e sessenta e nove reais). No decorrer do exercício foram abertos créditos adicionais suplementares correspondentes a um acréscimo de R\$ 23.295.374,00 (vinte e três milhões duzentos e noventa e cinco mil trezentos e setenta e quatro reais). Assim, ao final do exercício a dotação orçamentária fixada restou em um montante de R\$ 1.103.043.353,76 (um bilhão cento e três milhões quarenta e três mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos).

A despesa realizada no exercício de 2015 totalizou R\$ 839.356.110,85 (oitocentos e trinta e nove reais trezentos e cinquenta e seis mil cento e dez reais e oitenta e cinco centavos), representando uma execução de 84% em relação à dotação inicial e de 76% da dotação final. Registre-se que a realização da despesa da maioria das ações superou 95% e tais índices refletem o baixo cumprimento da Ação 0902 – Cumprimento de sentença judicial, realizada no percentual de 14%, onde está incluso o pagamento dos precatórios.

No quadro abaixo vemos a execução orçamentária geral das unidades orçamentárias TJ e CGJ, por grupo de natureza de despesa:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
CÓDIGO	ITEM	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
			ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO					
		(A)	(B)	(C)					
	TOTAIS	995.361.969,00	57.217.000,00	164.898.384,76	1.103.043.353,76	839.356.110,85	263.687.242,91	84%	76%
3	DESPESAS CORRENTES	995.361.969,00	56.017.000,00	160.898.384,76	1.100.243.353,76	837.509.855,85	262.733.497,91	84%	76%
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	595.000.000,00	41.652.000,00	129.091.894,00	682.439.894,00	681.766.504,72	673.389,28	115%	100%
3.3	Outras Despesas Correntes	400.361.969,00	14.365.000,00	31.806.490,76	417.803.459,76	155.743.351,13	262.060.108,63	39%	37%
4	DESPESAS DE CAPITAL		1.200.000,00	4.000.000,00	2.800.000,00	1.846.255,00	953.745,00		66%
4.4	Investimentos		1.200.000,00	4.000.000,00	2.800.000,00	1.846.255,00	953.745,00		66%

Fontes: SIAFEM - Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada
SIAFEM - Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada

Na categoria econômica despesas correntes enquadram-se aquelas que não contribuem diretamente para aquisição ou formação de um bem de capital, ou seja, são aquelas destinadas à manutenção e funcionamento dos serviços públicos. Elas classificam-se em despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

Quanto à categoria despesas de capital, correspondem aos gastos da Administração Pública para aquisição ou constituição de bens de capital (máquinas, veículos, equipamentos, imóveis, entre outros), os quais enriquecem o patrimônio público e geram novos bens e serviços e, conseqüentemente, podem aumentar as despesas correntes. Elas dividem-se em investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida.

No caso das unidades em análise, verifica-se que a execução da classe pessoal e encargos sociais apresenta o índice de compatibilidade entre orçado e executado de 115%, demonstrando assim um planejamento eficiente. Entretanto, a classe outras despesas correntes teve uma execução ineficiente, correspondendo a apenas 39% do que foi planejado.

Apesar da eficiência apontada na execução da classe pessoal e encargos sociais, o grande volume de suplementação deveu-se aos drásticos cortes realizados na proposta orçamentária deste Poder Judiciário, o que foi evidenciado especialmente nas ações relativas a pagamento de pessoal, a exemplo das Ações 0900 – Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual, 0901 – Contribuição ao Regime Geral da Previdência, 4305 – Assistência Suplementar de Saúde, 4674 – Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, 4681 – Auxílio Moradia, 4680 – Auxílio-Alimentação e 4675 – Auxílio-Transporte. Como reflexo, houve a impossibilidade de nomeação de servidores aprovados em concurso público, mesmo diante da grande necessidade das Comarcas, em especial Justiça de 1º Grau. Também não foi possível implantar o reajuste anual dos servidores, retroativo a janeiro de 2015, no percentual de 6,3%.

Para fins de ilustração dos cortes, segue quadro comparativo entre proposta encaminhada e LOA aprovada e, em seguida, a execução orçamentária por ação prevista na LOA:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO										
PROG / AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	FUNCIONAL	ESFERA	RP	GND	MA	IDUSO	FONTES	PROPOSTA	LOA 2015
0411	APOIO ADMINISTRATIVO								101.770.847,00	70.210.000,00
0.900.0000	CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL								76.553.300,00	52.955.000,00
	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA	02 272	S	1	1	91	0	101	76.553.300,00	52.955.000,00
0.901.0000	CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA								25.217.547,00	17.255.000,00
	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	02 271	S	1	1	90	0	101	25.217.547,00	17.255.000,00
0499	OPERAÇÃO ESPECIAL								293.331.035,00	293.331.035,00
0.902.0000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL								293.331.035,00	293.331.035,00
	Garantir o pagamento de precatórios e sentenças judiciais, transitadas em julgado, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal	28 846	F	1	3	90	0	101	293.331.035,00	293.331.035,00
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								909.890.660,00	614.651.991,00
4.305.0000	ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE								17.331.840,00	10.334.129,00
	Proporcionar aos servidores e magistrados ativos e inativos condições para manutenção da saúde física e mental	02 302	S	2	3	90	0	101	17.331.840,00	10.334.129,00
4.434.0000	ACESSO À JUSTIÇA								54.216.906,00	31.271.973,00
	Expandir, agilizar e modernizar as	02 061	F	2	3	90	0	101	54.216.906,00	31.271.973,00

	atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça.										
4.478.0000	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL									2.550.000,00	1.527.654,00
	Dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas	02 131	F	2	3	90	0	101		2.550.000,00	1.527.654,00
4.674.0000	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS									758.715.629,00	524.790.000,00
	Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos do Estado, incluindo os encargos sociais.	02 122	F	1	1	90	0	101		758.715.629,00	524.790.000,00
4.675.0000	AUXÍLIO-TRANSPORTE									2.765.671,00	1.707.378,00
	Garantir o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, aos agentes públicos, em efetivo exercício, para a utilização com despesas de deslocamentos residência-trabalho	02 331	F	2	3	90	0	101		2.765.671,00	1.707.378,00
4.680.0000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO									52.428.816,00	32.080.731,00
	Garantir o pagamento de auxílio-alimentação, em pecúnia, destinado ao custeio das despesas com alimentação	02 306	F	2	3	90	0	101		52.428.816,00	32.080.731,00
4.681.0000	AUXÍLIO-MORADIA									21.881.798,00	12.940.126,00
	Garantir o pagamento de auxílio-moradia, em pecúnia	02 122	F	2	3	90	0	101		21.881.798,00	12.940.126,00
Total									1.304.992.542,00	978.193.026,00	

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO										
PROG / AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	FUNCIONAL	ESFERA	RP	GND	MA	IDUSO	FONTES	PROPOSTA	VALOR
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								17.197.372,00	17.168.943,00
4.434.0000	ACESSO À JUSTIÇA								17.197.372,00	17.168.943,00
	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça	02 061	F	2	3	90	0	101	17.197.372,00	17.168.943,00
									-	
Total									17.197.372,00	17.168.943,00

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR AÇÃO

AÇÃO:	0900 - CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		52.955.000,00	4.300.000,00	14.857.136,00	63.512.136,00	63.303.942,22			
3	DESPESAS CORRENTES	52.955.000,00	4.300.000,00	14.857.136,00	63.512.136,00	63.303.942,22	208.193,78	120%	100%
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	52.955.000,00	4.300.000,00	14.857.136,00	63.512.136,00	63.303.942,22	208.193,78	120%	100%

AÇÃO:	0901 - CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		17.255.000,00	-	5.604.955,00	22.859.955,00	22.859.316,04			
3	DESPESAS CORRENTES	17.255.000,00	-	5.604.955,00	22.859.955,00	22.859.316,04	638,96	132%	100%
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	17.255.000,00		5.604.955,00	22.859.955,00	22.859.316,04	638,96	132%	100%

AÇÃO:	0902 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		293.331.035,00	-	-	293.331.035,00	40.652.647,91			
3	DESPESAS CORRENTES	293.331.035,00	-	-	293.331.035,00	40.652.647,91	252.678.387,09	14%	14%
3.3	Outras Despesas Correntes	293.331.035,00			293.331.035,00	40.652.647,91	252.678.387,09	14%	14%

AÇÃO:	4305 - ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		10.334.129,00	-	3.390.000,00	13.724.129,00	13.558.183,82			
3	DESPESAS CORRENTES	10.334.129,00	-	3.390.000,00	13.724.129,00	13.558.183,82	165.945,18	131%	99%
3.3	Outras Despesas Correntes	10.334.129,00		3.390.000,00	13.724.129,00	13.558.183,82	165.945,18	131%	99%

AÇÃO:	4434 - ACESSO À JUSTIÇA	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		48.440.916,00	14.765.000,00	16.025.000,00	49.700.916,00	40.515.370,64			
3	DESPESAS CORRENTES	48.440.916,00	13.565.000,00	12.025.000,00	46.900.916,00	38.669.115,64	8.231.800,36	80%	82%
3.3	Outras Despesas Correntes	48.440.916,00	13.565.000,00	12.025.000,00	46.900.916,00	38.669.115,64	8.231.800,36	80%	82%
4	DESPESAS DE CAPITAL		1.200.000,00	4.000.000,00	2.800.000,00	1.846.255,00	953.745,00		66%
4.4	Investimentos		1.200.000,00	4.000.000,00	2.800.000,00	1.846.255,00	953.745,00		66%

AÇÃO:	4478 - COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		1.527.654,00	800.000,00		727.654,00	375.647,58			
3	DESPESAS CORRENTES	1.527.654,00	800.000,00		727.654,00	375.647,58	352.006,42	25%	52%
3.3	Outras Despesas Correntes	1.527.654,00	800.000,00		727.654,00	375.647,58	352.006,42	25%	52%
AÇÃO:	4674 - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		524.790.000,00	37.352.000,00	108.629.803,00	596.067.803,00	595.603.246,46			
3	DESPESAS CORRENTES	524.790.000,00	37.352.000,00	108.629.803,00	596.067.803,00	595.603.246,46	464.556,54	113%	100%
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	524.790.000,00	37.352.000,00	108.629.803,00	596.067.803,00	595.603.246,46	464.556,54	113%	100%
AÇÃO:	4681 - AUXÍLIO MORADIA	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		12.940.126,00	-	7.400.000,00	20.340.126,00	19.850.752,22			
3	DESPESAS CORRENTES	12.940.126,00	-	7.400.000,00	20.340.126,00	19.850.752,22	489.373,78	153%	98%
3.3	Outras Despesas Correntes	12.940.126,00		7.400.000,00	20.340.126,00	19.850.752,22	489.373,78	153%	98%
AÇÃO:	4680 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		32.080.731,00		8.600.000,00	40.680.731,00	40.570.387,32			
3	DESPESAS CORRENTES	32.080.731,00		8.600.000,00	40.680.731,00	40.570.387,32	110.343,68	126%	100%
3.3	Outras Despesas Correntes	32.080.731,00		8.600.000,00	40.680.731,00	40.570.387,32	110.343,68	126%	100%
AÇÃO:	4675 - AUXÍLIO TRANSPORTE	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		1.707.378,00		391.490,76	2.098.868,76	2.066.616,64			
3	DESPESAS CORRENTES	1.707.378,00		391.490,76	2.098.868,76	2.066.616,64	32.252,12	121%	98%
3.3	Outras Despesas Correntes	1.707.378,00		391.490,76	2.098.868,76	2.066.616,64	32.252,12	121%	98%

Fontes: SIAFEM - Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada
SIAFEM - Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada

1.3.1.1. AÇÃO 0900 – CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Esta ação visa garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao FEPA. Do quadro acima, observa-se a inadequação do planejamento, com um aumento da ordem de 20%. Porém observa-se uma execução orçamentária eficaz, com a utilização de 100% da dotação final.

1.3.1.2. AÇÃO 0901 – CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA

Como na ação anterior, esta se relaciona à garantia dos benefícios previdenciários dos servidores que contribuem para o INSS. Também se observou uma inadequação do planejamento, com um aumento da ordem de 32%. A execução orçamentária deu-se de forma eficaz, com a utilização total dos recursos.

1.3.1.3. AÇÃO 0902 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL

Esta ação objetiva o pagamento de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, em observância ao art. 100 da Constituição Federal. Aqui, nota-se a ineficácia e ineficiência na execução da ação, posto que o valor executado representa apenas 14% da dotação final.

1.3.1.4. AÇÃO 4305 – ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE

Quanto a esta ação, que garante o custeio de planos de saúde pagos pelos servidores e magistrados do Poder Judiciário, até o limite de R\$ 300,00 (trezentos reais), nota-se a inadequação de 31% em relação ao planejado inicialmente, porém uma execução eficaz quanto à dotação final, no percentual de 99%.

1.3.1.5. AÇÃO 4434 – ACESSO À JUSTIÇA

Esta ação executa atividades destinadas a expandir, agilizar e modernizar a ação jurisdicional do Estado, promovendo melhorias no acesso à Justiça.

Quanto à análise da execução orçamentária, observa-se ineficiência na execução da ação, com o índice de 84% quanto à dotação inicial e 82% em relação à dotação final.

1.3.1.6. AÇÃO 4478 – COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Esta ação foi criada na elaboração do PPA 2012-2015 e visa dar amplo conhecimento à sociedade maranhense das políticas públicas e programas do Poder Judiciário. Sua execução orçamentária mostrou-se ineficiente, com o índice de 25% quanto à dotação inicial e 52% em relação à dotação final.

1.3.1.7. AÇÃO 4674 - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS

Esta ação visa garantir o pagamento da remuneração dos servidores e magistrados do Poder Judiciário do Maranhão, incluindo os encargos sociais. Foi criada a partir da 2ª revisão do PPA 2012-2015, sendo que antes fazia parte da Ação 4434 - Acesso à Justiça. Seu grau de eficiência atingiu 100% considerando-se a dotação final, não se distanciando da dotação inicial (113%), demonstrando adequação em seu planejamento, com as ressalvas já apontadas na parte geral do item 1.3.1, relativas aos cortes da proposta orçamentária encaminhada por este Poder Judiciário.

1.3.1.8. AÇÃO 4681 - AUXÍLIO MORADIA

Também criada a partir da 2ª revisão do PPA 2012-2015 (antes fazia parte da Ação 4434 - Acesso à Justiça), a presente ação visa garantir o pagamento de auxílio-moradia, em pecúnia, aos magistrados do Poder Judiciário do Maranhão.

Sua execução reflete eficiência considerando-se a dotação final, com a realização de 98% da mesma. No entanto, ao compararmos sua execução com a dotação inicial, verificamos um acréscimo de 53%, demonstrando ineficiência no planejamento desta ação.

1.3.1.9. AÇÃO 4680 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Também criada a partir da 2ª revisão do PPA 2012-2015 (antes fazia parte da Ação 4434 - Acesso à Justiça), a presente ação visa garantir o pagamento de auxílio-alimentação, em pecúnia, aos servidores e magistrados do Poder Judiciário do Maranhão, em efetivo exercício.

Sua execução reflete eficiência considerando-se a dotação final, com a realização de 100% da mesma. No entanto, ao compararmos sua execução com a dotação inicial, verificamos um acréscimo de 26%, demonstrando ineficiência no planejamento desta ação.

1.3.1.10. AÇÃO 4675 - AUXÍLIO TRANSPORTE

Criada a partir da 2ª revisão do PPA 2012-2015 (antes fazia parte da Ação 4434 - Acesso à Justiça), a presente ação visa garantir o pagamento de auxílio-transporte, em pecúnia, aos servidores do Poder Judiciário do Maranhão em efetivo exercício, para as despesas de deslocamento residência-trabalho. Teve uma execução eficiente, correspondendo a 98% da dotação final, porém ineficiente quanto à dotação inicial, em 21%.

1.3.1.11. CANCELAMENTOS DE SALDOS DE EMPENHOS

Importa registrar que na Unidade Gestora 40101 – TJMA houve o cancelamento de saldos de empenhos no valor de R\$ 5.845.567,20 (cinco milhões oitocentos e quarenta e cinco mil quinhentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), sob a justificativa de não haver o correspondente financeiro, pois o saldo bancário era de R\$ 1.179.190,62 (um milhão cento e setenta e nove mil cento e noventa reais e sessenta e dois centavos), e de não atender aos requisitos para inscrição em restos a pagar.

1.3.1.12. DESCUMPRIMENTO DAS FASES DA DESPESA PÚBLICA

Foi identificado no SIAFEM, quanto ao exercício de 2015, a realização de Nota de Lançamento a fim de atribuir responsabilidade em razão da realização de pagamentos sem prévio empenho, da ordem de R\$ 13.527.008,84 (treze milhões quinhentos e vinte e sete mil e oito reais e oitenta e quatro centavos), em descumprimento às fases da despesa previstas na Lei nº 4.320/64. Uma análise mais apurada da situação será feita em sede de Auditoria Contábil, considerando o encaminhamento tardio dos Relatórios de fechamento do exercício, apenas dia 28/03/2016, necessários às análises e emissão dos Relatórios do Controle Interno que compõem a Prestação de Contas Anual do órgão.

1.3.2. Dos procedimentos licitatórios realizados

No exercício financeiro de 2015, o valor total de contratações da Unidade Orçamentária TJ e CGJ foi da ordem de R\$ 44.589.590,84 (quarenta e quatro milhões quinhentos e oitenta e nove mil quinhentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos), dos quais R\$ 6.221.872,17 (seis milhões duzentos e vinte e um mil oitocentos e setenta e dois reais e dezessete centavos) decorreram de contratações iniciais, 49% por Dispensa de Licitação; e R\$ 38.367.718,67 (trinta e oito milhões trezentos e sessenta e sete mil setecentos e dezoito reais e sessenta e sete centavos) decorrentes de aditivos contratuais, como demonstra o quadro abaixo:

CONTRATAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO	
Unidade Orçamentária 04101 - TJMA	
2015 - Licitações	
Medidas pelo valor	
MODALIDADE	2015
Convite	-
Tomada de Preço	-
Concorrência	-
Pregão Presencial	1.087.485,67
Pregão Eletrônico	782.469,44
Dispensa	3.037.738,92
Inexigibilidade	193.684,75
Adesão à Ata de Registro de Preço - SRP	1.120.493,39
TOTAL	6.221.872,17
Fonte: Divisão de Licitação e Contratos do TJMA	
Aditivos	38.367.718,67

O Poder Judiciário do Maranhão, considerando-se todas as Unidades Orçamentárias, realizou contratações conforme o quadro abaixo:

CONTRATAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO					
2013/2014/2015 - Quadro comparativo					
Medidas pelo valor					
MODALIDADE	2013	2014	2015	ACRÉSCIMO 2014/2015	DECRÉSCIMO 2014/2015
Convite	-	-	-		-
Tomada de Preço	-	-	-		-
Concorrência	154.640.804,67	359.100,07	210.550,87		- 148.549,20
Pregão Presencial	6.152.453,20	1.108.285,67	1.155.485,67	47.200,00	
Pregão Eletrônico	41.340.519,46	842.236,94	11.080.968,90	10.238.731,96	
Dispensa	11.772.034,52	3.209.365,79	5.499.196,13	2.289.830,34	
Inexigibilidade	3.163.793,20	405.530,07	727.071,11	321.541,04	
Adesão à Ata de Registro de Preço - SRP	18.505.999,78	3.944.958,62	9.753.725,07	5.808.766,45	
TOTAL	235.575.604,83	9.871.491,16	28.426.997,75	18.706.069,79	- 148.549,20
Fonte: Divisão de Licitação e Contratos do TJMA					


Verifica-se que não houve contratações decorrentes da realização de licitações nas Modalidades Convite e Tomada de Preços em 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face das análises e de auditorias realizadas pela Diretoria de Controle Interno ao longo do exercício financeiro de 2015, verificou-se que:

- não houve o cumprimento das metas previstas no PPA para as unidades orçamentárias do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral de Justiça, exceto quanto à meta financeira das ações 4674 – Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais e 4675 – Auxílio Transporte, após as anulações e as suplementações verificadas, sendo necessária uma maior compatibilização da LOA com o PPA;
- Quanto ao cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, não houve observância ao disposto no art. 39 da LDO, uma vez que as Portarias de abertura do crédito não evidenciaram a repercussão decorrente da não execução da ação anulada, de forma parcial ou total, ainda mais que em muitas ações houve anulações de dotação seguidas de suplementações, porém houve atendimento à LDO no que concerne aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas de Pessoal e Encargos Sociais;
- a execução orçamentária do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral de Justiça foi regular e as ações da LOA foram realizadas a contento, exceto quanto à 902 - Cumprimento de Sentença Judicial, em razão da não transferência dos recursos financeiros por parte do Poder Executivo, a 4434-Acesso à Justiça e a 4478-Comunicação Institucional;
- as despesas realizadas constaram de rubricas específicas e em conformidade com a classificação funcional-programática da Lei nº 4.320/64;
- quanto às análises realizadas, houve a observância às fases da despesa estabelecidas nos artigos 60, 63 e 64 da Lei nº 4.320/64, salvo em casos específicos identificados no item 1.3.1.12, a serem apontados no Relatório da Auditoria Contábil do órgão, que se encontra em curso, em fase final;
- os créditos adicionais do exercício observaram os requisitos legais para a sua abertura, indicando-se a existência de recursos para sua cobertura, conforme preceitua o art. 43 da Lei nº 4.320/64.

São Luís, 31 de março de 2016.


JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS
Diretora de Controle Interno
Mat. 107318

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (em R\$)
(Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN)

EXERCÍCIO: 2015	PERÍODO: DEZEMBRO		DATA: 31.12.2015		PÁGINA: 2 de 2	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO f = (a+b-c-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-	4.776.197,66	3.612.476,13	3.612.476,13	-	1.163.721,53
	-	-	-	-	-	-
	-	4.776.197,66	3.612.476,13	3.612.476,13	-	1.163.721,53
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	4.776.197,66	3.612.476,13	3.612.476,13	-	1.163.721,53

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (em R\$)
(Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN)

EXERCÍCIO: 2015	PERÍODO: DEZEMBRO		DATA: 31.12.2015			
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO e = (a+b-c-d)	
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	439.715,15	-	-	-	439.715,15
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	439.715,15	-	-	-	439.715,15

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	L.&33172.DS
BALANÇO FINANCEIRO	
UNID.GESTORA 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA	
GESTÃO	

EXERCICIO	MES
2015	DEZEM/13.
EMISSÃO	PAGINA
00001	1

MOVIMENTO DO EXERCICIO

INGRESSOS		DISPENDIOS	
TRANSFERENCIA FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	1.309.469.360,77	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	470.113.249,92
TRANSF. RECEBIDA P/ EXECUCAO ORCAMENTARIA	927.988.184,46	TRANSF. CONCED. INDEP. EXECUCAO ORCAMENTARIA	87.417.934,93
REPASSES RECEBIDOS	811.577.132,11	PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS (VIII)	87.417.934,93
TRANSF RECEBIDAS INDEP. EXEC ORCAMENTARIA	811.577.132,11	PAG DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	348.715.296,76
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS (III)	116.411.052,35	DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	3.639.403,55
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	365.697.244,39	CONSIGNACAO	345.075.893,21
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.163.721,53	OUTROS DEPOSITOS RESTITUIVEIS	344.716.822,63
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	9.135.939,57	SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE	359.070,58
CONSIGNACOES	355.397.583,29	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	33.980.018,23
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	354.623.363,53		
OUTROS DEPOSITOS E VALORES RESTITUIVEIS	56.078,60		
SALDO DE PERIODO ANTERIOR (IV)	718.141,16		
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	15.783.931,92		
	15.783.931,92		

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

L.&33172.DS

EXERCICIO

MES

VARIACAO PATRIMONIAL

2015

DEZEM/13.

UNID.GESTORA 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA

EMISSAO

PAGINA

00001

1

GESTAO

MOVIMENTO DO EXERCICIO

VARIA•OES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	1.945.908.983,66
VARIA•OES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	972.954.491,83
TRANSFERENCIAS E DELEGA•OES RECEBIDAS	948.453.145,29
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	948.453.145,29
VALORIZ. E GANHOS C/ATIVOS E DESINC. PASSIVOS	1.576.509,26
GANHOS COM DESINCORPORA•AO DE PASSIVOS	1.576.509,26
OUTRAS VARIA•OES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22.924.837,28
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22.924.837,28
VARIA•OES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	927.894.381,91
PESSOAL E ENCARGOS	739.320.059,75
REMUNERA•AO A PESSOAL CIVIL ATIVO RPPS	634.582.054,24
REMUNERA•AO A PESSOAL ATIVO CIVIL RGPS	22.925.443,69
ENCARGOS PATRONAIS	4.302.163,13
BENEFICIOS A PESSOAL	75.950.362,86
OUTRAS VPD PESSOAL E ENCARGOS	1.560.035,83
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	5.464.377,95
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENC	5.464.377,95
USO DE BENS, SERV E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	32.463.547,14
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	414.583,53
SERVI•OS	32.048.963,61
TRANSFERENCIAS E DELEGA•OES CONCEDIDAS	87.417.934,93
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	87.417.934,93
TRIBUTARIAS	59.011.741,40
CONTRIBUI•OES	59.011.741,40
OUTRAS VARIA•OES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.216.720,74
DIVERSAS VARIA•OES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.216.720,74
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCICIO	45.060.109,92
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERODO	45.060.109,92

ATIVO FINANCEIRO	33.980.018,23	PASSIVO FINANCEIRO	444.717.763,88
ATIVO PERMANENTE	456.195.063,58	PASSIVO PERMANENTE	397.208,01
SALDO PATRIMONIAL			45.060.109,92

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício		ESPECIFICAÇÃO	Exercício	
	Atual	Anterior		Atual	Anterior
Saldo dos Atos Potenciais do Ativo			Saldo dos Atos Potenciais do Passivo		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	68.651,30		SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	2.729.858,02	
EXECUÇÃO DE DIREITOS	68.651,30		EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES	2.729.858,02	
TOTAL	68.651,30		TOTAL	2.729.858,02	

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT FINANCEIRO
ORDINARIA	23.680.357,05
RECURSOS ORDINARIOS - TESOURO	
RECEITA OPERACIONAIS A FUNDOS	0,00
VINCULADA	
RECURSOS ORDINARIOS - TESOURO	0
REC. DESTINADOS A MANUT. E DESEN.	0
TOTAL	23.680.357,05



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em R\$)
(Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN)

EXERCÍCIO: 2015

PERÍODO: DEZEMBRO

DATA: 31.12.2015

PÁGINA: 1 de 2

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	811.577.132,11	750.476.272,56
RECEITAS DERIVADAS	-	-
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Outras Receitas Derivadas	-	-
RECEITAS ORIGINÁRIAS	-	4.804.603,29
Receita Patrimonial	-	2.242.686,03
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Originárias	-	2.561.917,26
Remuneração das Disponibilidades	-	-
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	811.577.132,11	745.671.669,27
Intergovernamentais	-	-
Intragovernamentais	811.577.132,11	745.671.669,27
DESEMBOLSOS	836.561.077,67	748.672.506,59
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	836.561.077,67	748.672.506,59
Judiciária	836.561.077,67	748.672.506,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	-	-
Intragovernamentais		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	(24.983.945,56)	1.803.765,97
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
DESEMBOLSOS	1.583.635,00	-
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.583.635,00	
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.583.635,00)	-



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO MARANHÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em R\$)
(Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN)

EXERCÍCIO: 2015

PERÍODO: DEZEMBRO

DATA: 31.12.2015

PÁGINA: 2 de 2

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
DESEMBOLSOS	-	-
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(26.567.580,56)	1.803.765,97
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	15.783.931,92	17.625.124,25
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	33.980.018,23	15.783.931,92

TÍTULO BALANCETE DA UNIDADE GESTORA

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOIRO

2015

DEZEMBRO.

23/03/2016

1

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
1.0.0.0.0.00.00	ATIVO	430.873.255,05D	59.301.826,76D		490.175.081,81D
1.1.0.0.0.00.00	ATIVO CIRCULANTE	17.091.779,20D	30.841.032,00D		47.932.811,20D
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIX	15.783.931,92D	18.196.086,31D		33.980.018,23D
1.1.1.1.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIX	15.783.931,92D	18.196.086,31D		33.980.018,23D
1.1.1.1.1.00.00	CAIXA E EQUIV.CAIXA EM MOEDA	15.783.931,92D	18.196.086,31D		33.980.018,23D
1.1.1.1.1.19.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEM	15.783.931,92D	18.196.086,31D		33.980.018,23D
1.1.1.1.1.19.01	= BANCO DO BRASIL	15.783.931,92D	18.196.086,31D		33.980.018,23D
1.1.3.0.0.00.00	DEMAIS CREDITOS E VALORES A	417.782,58D	13.535.010,39D		13.952.792,97D
1.1.3.4.0.00.00	CREDITOS POR DANOS AO PATRIM	417.782,58D	13.535.010,39D		13.952.792,97D
1.1.3.4.1.00.00	CREDITOS POR DANOS AO PATRIM	417.782,58D	13.535.010,39D		13.952.792,97D
1.1.3.4.1.02.00	CRED. POR DANOS AO PAT. APUR	417.782,58D	13.535.010,39D		13.952.792,97D
1.1.3.4.1.02.01	= CRED A RECEBER DECORR DE P	342.603,86D			342.603,86D
1.1.3.4.1.02.07	= CRED A RECEBER DECOR DE PA		13.527.008,84D		13.527.008,84D
1.1.3.4.1.02.11	= SUPRIMENTOS INDIVIDUAIS NA	75.178,72D	8.001,55D		83.180,27D
1.1.5.0.0.00.00	ESTOQUES	890.064,70D	890.064,70C		
1.1.5.8.0.00.00	OUTROS ESTOQUES	890.064,70D	890.064,70C		
1.1.5.8.1.00.00	OUTROS ESTOQUES - EXTRA OFSS	890.064,70D	890.064,70C		
1.1.5.8.1.02.00	ESTOQUES PARA DISTRIBUICAO	890.064,70D	890.064,70C		
1.1.5.8.1.02.01	MATERIAL DE CONSUMO - ESTOQU	890.064,70D	890.064,70C		
1.2.0.0.0.00.00	ATIVO NAO-CIRCULANTE	413.781.475,85D	28.460.794,76D		442.242.270,61D
1.2.2.0.0.00.00	INVESTIMENTOS	7.823,41D	7.823,41C		
1.2.2.1.0.00.00	PARTICIPACOES PERMANENTES	7.823,41D	7.823,41C		
1.2.2.1.1.00.00	PARTICIPACOES PERMANENTES -	7.823,41D	7.823,41C		
1.2.2.1.1.01.00	PARTIC AVALIADAS PELO METODO	7.823,41D	7.823,41C		
1.2.2.1.1.01.09	PARTIC EM OUTRAS SOCIEDADE A	7.823,41D	7.823,41C		
1.2.3.0.0.00.00	IMOBILIZADO	413.773.652,44D	28.468.618,17D		442.242.270,61D
1.2.3.1.0.00.00	BENS MOVEIS	120.631.491,22D	8.003.657,34D		128.635.148,56D
1.2.3.1.1.00.00	BENS MOVEIS-CONSOLIDACAO	120.631.491,22D	8.003.657,34D		128.635.148,56D
1.2.3.1.1.01.00	MAQUINAS, APARELHOS EQUIPAME	9.896.373,22D	836.963,36D		10.733.336,58D
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIEN	76.922,80D	248,00D		77.170,80D
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE	1.616.539,90D	25.232,00D		1.641.771,90D
1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UT	968.154,58D	130.248,00D		1.098.402,58D
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PAR	454,25D			454,25D
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEG	393.537,55D	35.466,68D		429.004,23D
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDU	90.726,00D			90.726,00D
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTEN	104.262,52D			104.262,52D
1.2.3.1.1.01.19	MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTE	5.901,20D			5.901,20D
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E E	6.632.922,39D	645.768,68D		7.278.691,07D
1.2.3.1.1.01.24	BOMBAS HIGRAULICAS, DE GASOL	6.677,03D			6.677,03D
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS,	275,00D			275,00D
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMATICA	42.024.472,21D	4.177.818,50D		46.202.290,71D

1.2.3.1.1.02.01 EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENT	42.024.472,21D	4.177.818,50D	46.202.290,71D
1.2.3.1.1.03.00 MOVEIS E UTENSILIOS	54.287.123,67D	3.825.095,15D	58.112.218,82D
1.2.3.1.1.03.01 APARELHOS E UTENSILIOS DOMES	10.214.742,43D	747.959,48D	10.962.701,91D

TÍTULO BALANCETE DA UNIDADE GESTORA

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOUREO

2015

DEZEMBRO.

23/03/2016

2

MOVIMENTO DO EXERCICIO

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	NO MES	ATE O MES	SALDO ATUAL
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESC	684.322,59D			684.322,59D
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	43.384.940,65D		3.077.135,67D	46.462.076,32D
1.2.3.1.1.03.04	UTENSILIOS EM GERAL	3.118,00D			3.118,00D
1.2.3.1.1.04.00	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACI	1.569.260,97D		1.330.791,73D	2.900.052,70D
1.2.3.1.1.04.01	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGN	11.248,10D			11.248,10D
1.2.3.1.1.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOG	551.976,91D		42.048,85D	594.025,76D
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VID	640.465,96D		1.219.937,88D	1.860.403,84D
1.2.3.1.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA E	64.579,35D			64.579,35D
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS,	300.990,65D		68.805,00D	369.795,65D
1.2.3.1.1.05.00	VEICULOS	12.854.261,15D		2.167.011,40C	10.687.249,75D
1.2.3.1.1.05.01	VEICULOS EM GERAL	12.839.302,34D		2.155.321,40C	10.683.980,94D
1.2.3.1.1.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	3.268,81D			3.268,81D
1.2.3.1.1.05.08	VEICULO DE FABRICACAO ESPECI	11.690,00D		11.690,00C	
1.2.3.2.0.00.00	BENS IMOVEIS	293.142.161,22D		20.464.960,83D	313.607.122,05D
1.2.3.2.1.00.00	BENS IMOVEIS-CONSOLIDACAO	293.142.161,22D		20.464.960,83D	313.607.122,05D
1.2.3.2.1.01.00	BENS DE USO ESPECIAL REGISTR	181.814.222,44D			181.814.222,44D
1.2.3.2.1.01.04	TERRENOS/GLEBAS	5.216.405,03D			5.216.405,03D
1.2.3.2.1.01.24	SALAS	101.852,15D			101.852,15D
1.2.3.2.1.01.97	BENS IMOVEIS DA ADMINISTRACA	175.076.528,96D			175.076.528,96D
1.2.3.2.1.01.98	OUTROS BENS IMOVEIS DE USO E	1.419.436,30D			1.419.436,30D
1.2.3.2.1.06.00	BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	14.483,27D		37.172,00D	51.655,27D
1.2.3.2.1.06.05	ESTUDOS E PROJETOS	14.483,27D		37.172,00D	51.655,27D
1.2.3.2.1.07.00	INSTALACOES	111.313.455,51D		20.427.788,83D	131.741.244,34D
1.2.3.2.1.07.01	OBRAS E INSTALA<OES	111.313.455,51D		20.427.788,83D	131.741.244,34D
2.0.0.0.0.00.00	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	430.873.255,05C	1.576.509,26D	14.241.716,84C	445.114.971,89C
2.1.0.0.0.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	5.875.786,73C	1.576.509,26D	14.241.716,84C	20.117.503,57C
2.1.1.0.0.00.00	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PRE			9.128.135,07C	9.128.135,07C
2.1.1.3.0.00.00	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A P			209.357,63C	209.357,63C
2.1.1.3.1.00.00	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A P			209.357,63C	209.357,63C
2.1.1.3.1.01.00	= BENEFICIOS ASSIST A PAGAR			209.357,63C	209.357,63C
2.1.1.4.0.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR			8.918.777,44C	8.918.777,44C
2.1.1.4.2.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INT			8.918.777,44C	8.918.777,44C
2.1.1.4.2.04.00	CONTRIB A REGIME PROPRIO DE			8.918.777,44C	8.918.777,44C
2.1.1.4.2.04.01	= CONTRIB A REGIME PROP DE P			8.918.777,44C	8.918.777,44C
2.1.3.0.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGA	5.215.912,81C	1.576.509,26D	5.208.108,31D	7.804,50C
2.1.3.1.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGA	5.215.912,81C	1.576.509,26D	5.208.108,31D	7.804,50C
2.1.3.1.1.00.00	FORNEC E CONTAS A PAGAR NACI	5.215.912,81C	1.576.509,26D	5.208.108,31D	7.804,50C
2.1.3.1.1.01.00	FORNECEDORES NACIONAIS			7.804,50C	7.804,50C
2.1.3.1.1.01.01	= FORNECEDORES NACIONAIS A P			7.804,50C	7.804,50C
2.1.3.1.1.02.00	FORNECEDORES NACIONAIS DE EX	5.215.912,81C	1.576.509,26D	5.215.912,81D	
2.1.3.1.1.02.50	= RP PROCESSADO LIQUIDADO DE	439.715,15C	363.522,69D	439.715,15D	

2.1.3.1.1.02.51 = RP NAO PROCESSADO LIQUIDAD	4.776.197,66C		4.776.197,66D
2.1.3.1.1.02.52 = RP NAO PROCESSADO LIQUIDAD		1.136.794,11D	
2.1.3.1.1.02.53 = RAP PROCESSADO LIQUIDADADO L		76.192,46D	

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOUREO

2015 DEZEMBRO.

23/03/2016 3

MOVIMENTO DO EXERCICIO

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	NO MES	ATE O MES	SALDO ATUAL
2.1.8.0.0.00.00	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PR	659.873,92C		10.321.690,08C	10.981.564,00C
2.1.8.8.0.00.00	VALORES RESTITUIVEIS	621.736,49C		9.962.619,50C	10.584.355,99C
2.1.8.8.1.00.00	VALORES RESTITUIVEIS CONSOLI	621.736,49C		9.962.619,50C	10.584.355,99C
2.1.8.8.1.01.00	CONSIGNACAO	621.736,49C		9.906.540,90C	10.528.277,39C
2.1.8.8.1.01.02	= INSS	21.575,48C		20.533,56C	42.109,04C
2.1.8.8.1.01.04	= IMPOSTO S/ A RENDA RETIDO	23.115,12C		4.165,32D	18.949,80C
2.1.8.8.1.01.08	= ISS	1.913,53C		2.333,74C	4.247,27C
2.1.8.8.1.01.10	= PENSAO ALIMENTICIA			3.123,52C	3.123,52C
2.1.8.8.1.01.11	= PLANOS DE PREV. ASSIT.SOCI	266.583,37C		6.540.436,67C	6.807.020,04C
2.1.8.8.1.01.12	= ASSIST.A SAUDE ADMINIST. P	231,99C		215.103,58C	215.335,57C
2.1.8.8.1.01.99	= OUTROS CONSIGNATARIOS	308.317,00C		3.129.175,15C	3.437.492,15C
2.1.8.8.1.04.00	DEPOSITOS NAO JUDICIAIS			56.078,60C	56.078,60C
2.1.8.8.1.04.03	= DEPOSITOS DE TERCEIROS			56.078,60C	56.078,60C
2.1.8.9.0.00.00	OUTRAS OBRIGACÍES A CURTO P	38.137,43C		359.070,58C	397.208,01C
2.1.8.9.1.00.00	OUTRAS OBRIGACÍES A CURTO P	38.137,43C		359.070,58C	397.208,01C
2.1.8.9.1.01.00	INDENIZACÁIES E RESTIRUCÍES	38.137,43C		359.070,58C	397.208,01C
2.1.8.9.1.01.01	= DEVOLUCAO DE SALARIO NAO R	38.137,43C		359.070,58C	397.208,01C
2.3.0.0.0.00.00	PATRIMONIO LIQUIDO	424.997.468,32C			424.997.468,32C
2.3.1.0.0.00.00	PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL	424.997.468,32C			424.997.468,32C
2.3.1.1.0.00.00	PATRIMONIO SOCIAL	424.997.468,32C			424.997.468,32C
2.3.1.1.1.00.00	PATRIMONIO SOCIAL - CONSOLID	424.997.468,32C			424.997.468,32C
2.3.1.1.1.01.00	PATRIMONIO	424.997.468,32C			424.997.468,32C
3.0.0.0.0.00.00	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUT			927.894.381,91D	927.894.381,91D
3.1.0.0.0.00.00	PESSOAL E ENCARGOS			739.320.059,75D	739.320.059,75D
3.1.1.0.0.00.00	REMUNERACAO A PESSOAL			657.507.497,93D	657.507.497,93D
3.1.1.1.0.00.00	REMUN PESSOAL ATIVO CIVIL AB			634.582.054,24D	634.582.054,24D
3.1.1.1.1.00.00	REMUN PESSOAL ATIVO ABRANGID			634.582.054,24D	634.582.054,24D
3.1.1.1.1.01.00	VENC E VANTAGENS FIXAS - PES			491.304.706,59D	491.304.706,59D
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS			261.438.040,01D	261.438.040,01D
3.1.1.1.1.01.02	ADICIONAL NOTURNO			15.063,70D	15.063,70D
3.1.1.1.1.01.04	ABONO DE PERMANENCIA			3.757.895,40D	3.757.895,40D
3.1.1.1.1.01.06	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE			125.631,98D	125.631,98D
3.1.1.1.1.01.08	INCENTIVO A QUALIFICACAO			11.176.006,21D	11.176.006,21D
3.1.1.1.1.01.16	GRATIFICACAO POR EXERCICIO D			4.406.490,17D	4.406.490,17D
3.1.1.1.1.01.18	GRATIFICACAO DE TEMPO DE SE			12.605.531,85D	12.605.531,85D
3.1.1.1.1.01.22	13 SALARIO			42.232.795,06D	42.232.795,06D
3.1.1.1.1.01.24	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONA			15.879.850,61D	15.879.850,61D
3.1.1.1.1.01.25	LICENCA-PREMIO			2.559.855,17D	2.559.855,17D
3.1.1.1.1.01.31	SUBSIDIOS			98.761.683,32D	98.761.683,32D
3.1.1.1.1.01.32	GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE			22.323.409,95D	22.323.409,95D
3.1.1.1.1.01.36	REMUN PARTICIP ORGAOS DELIBE			118.508,04D	118.508,04D

3.1.1.1.1.01.37 RESTITUICAO DE FALTA	714.138,73D	714.138,73D
3.1.1.1.1.01.38 GRATIFICACAO DE ATIVIDADES J	14.598.566,18D	14.598.566,18D
3.1.1.1.1.01.99 OUTROS VENC E VANT FIXAS - P	591.240,21D	591.240,21D

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOIRO

2015 DEZEMBRO.

23/03/2016 4

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
3.1.1.1.1.02.00	OUTRAS DESP VARIAVEIS - PESS			5.374.667,91D	5.374.667,91D
3.1.1.1.1.02.01	SUBSTITUICOES			5.302.046,17D	5.302.046,17D
3.1.1.1.1.02.03	SERVICOS EXTRAORDINARIOS			5.533,28D	5.533,28D
3.1.1.1.1.02.13	RESSARC DE DESPESA DE PESSOA			21.374,45D	21.374,45D
3.1.1.1.1.02.21	GRATIFICACAO DE PRODUTIVIDAD			1.380,00D	1.380,00D
3.1.1.1.1.02.99	OUTRAS VPD VARIAVEIS - PESSO			44.334,01D	44.334,01D
3.1.1.1.1.03.00	SENTENCAS JUDICIAIS		137.902.679,74D		137.902.679,74D
3.1.1.1.1.03.01	SENTENCAS JUDICIAIS		137.902.679,74D		137.902.679,74D
3.1.1.2.0.00.00	REMUN PESSOAL ATIVO CIVIL AB		22.925.443,69D		22.925.443,69D
3.1.1.2.1.00.00	REMUN PESSOAL ATIVO ABRANGID		22.925.443,69D		22.925.443,69D
3.1.1.2.1.04.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERM		22.925.443,69D		22.925.443,69D
3.1.1.2.1.04.28	INSS PATRONAL		22.925.443,69D		22.925.443,69D
3.1.2.0.0.00.00	ENCARGOS PATRONAIS		4.302.163,13D		4.302.163,13D
3.1.2.1.0.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS		4.302.163,13D		4.302.163,13D
3.1.2.1.2.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS -		4.302.163,13D		4.302.163,13D
3.1.2.1.2.03.00	FUNBEN		4.302.163,13D		4.302.163,13D
3.1.3.0.0.00.00	BENEFICIOS A PESSOAL		75.950.362,86D		75.950.362,86D
3.1.3.2.0.00.00	BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS		75.950.362,86D		75.950.362,86D
3.1.3.2.1.00.00	BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS		75.950.362,86D		75.950.362,86D
3.1.3.2.1.01.00	= AUXILIO ALIMENTACAO		40.548.013,32D		40.548.013,32D
3.1.3.2.1.02.00	AUXILIO TRANSPORTE		2.066.616,64D		2.066.616,64D
3.1.3.2.1.03.00	AUXILIO MORADIA		19.850.752,22D		19.850.752,22D
3.1.3.2.1.05.00	AUXILIO A PESSOA		13.484.980,68D		13.484.980,68D
3.1.9.0.0.00.00	OUTRAS VPD'S - PESSOAL E ENC		1.560.035,83D		1.560.035,83D
3.1.9.1.0.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES		1.420.176,87D		1.420.176,87D
3.1.9.1.1.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES		1.420.176,87D		1.420.176,87D
3.1.9.1.1.01.00	INDENIZACAO E RESTITUICAO TR		1.420.176,87D		1.420.176,87D
3.1.9.2.0.00.00	PESSOAL REQUISITADO DE OUTRO		139.858,96D		139.858,96D
3.1.9.2.1.00.00	PESSOAL REQUISITADO DE OUTRO		139.858,96D		139.858,96D
3.1.9.2.1.01.00	PESSOAL REQUISITADO DE OUTRO		139.858,96D		139.858,96D
3.2.0.0.0.00.00	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E		5.464.377,95D		5.464.377,95D
3.2.9.0.0.00.00	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCI		5.464.377,95D		5.464.377,95D
3.2.9.9.0.00.00	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCI		5.464.377,95D		5.464.377,95D
3.2.9.9.1.00.00	OUTROS BENEF PREVID E ASSIST		5.464.377,95D		5.464.377,95D
3.2.9.9.1.10.00	INDENIZACAO E RESTITUICAO		5.464.377,95D		5.464.377,95D
3.3.0.0.0.00.00	USO DE BENS, SERVICOS E CONS		32.463.547,14D		32.463.547,14D
3.3.1.0.0.00.00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		414.583,53D		414.583,53D
3.3.1.1.0.00.00	CONSUMO DE MATERIAL		414.583,53D		414.583,53D
3.3.1.1.1.00.00	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOL		414.583,53D		414.583,53D
3.3.1.1.1.16.00	MATERIAL DE EXPEDIENTE		1.000,00D		1.000,00D
3.3.1.1.1.59.00	ADIANTAMENTO		398.879,03D		398.879,03D

3.3.1.1.1.99.00 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
3.3.2.0.0.00.00 SERVICOS
3.3.2.1.0.00.00 DIARIAS

14.704,50D
32.048.963,61D
1.888.197,78D

14.704,50D
32.048.963,61D
1.888.197,78D

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOUREO

2015 DEZEMBRO.
23/03/2016 5

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
3.3.2.1.1.00.00	DIARIAS - CONSOLIDACAO			1.888.197,78D	1.888.197,78D
3.3.2.1.1.01.00	DIARIAS PESSOAL CIVIL			1.870.463,62D	1.870.463,62D
3.3.2.1.1.01.01	DIARIAS - PESSOAL CIVIL - NO			645.598,70D	645.598,70D
3.3.2.1.1.01.03	DIARIAS - PESSOAL CIVIL - DE			1.224.864,92D	1.224.864,92D
3.3.2.1.1.02.00	DIARIAS - PESSOAL MILITAR			16.924,16D	16.924,16D
3.3.2.1.1.02.99	DIARIAS - PESSOAL MILITAR -			16.924,16D	16.924,16D
3.3.2.1.1.03.00	DIARIAS - COLABORADORES EVEN			810,00D	810,00D
3.3.2.1.1.03.01	DIARIAS - COLABORADORES EVEN			810,00D	810,00D
3.3.2.2.0.00.00	SERVICOS TERCEIROS - PF			1.636.354,21D	1.636.354,21D
3.3.2.2.1.00.00	SERVICOS TERCEIROS - PF - CO			1.636.354,21D	1.636.354,21D
3.3.2.2.1.06.00	SELECAO E TREINAMENTO			44.190,40D	44.190,40D
3.3.2.2.1.21.00	LOCACOES			1.253.374,85D	1.253.374,85D
3.3.2.2.1.99.00	OUTROS SERVICOS PRESTADOS PO			338.788,96D	338.788,96D
3.3.2.3.0.00.00	SERVICOS TERCEIROS - PJ			26.244.098,39D	26.244.098,39D
3.3.2.3.1.00.00	SERVICOS TERCEIROS - PJ - CO			26.244.098,39D	26.244.098,39D
3.3.2.3.1.04.00	= COMUNICACAO			1.939.806,65D	1.939.806,65D
3.3.2.3.1.05.00	= PUBLICIDADE			137.443,54D	137.443,54D
3.3.2.3.1.06.00	= MANUTENCAO E CONSERVACAO			40.693,16D	40.693,16D
3.3.2.3.1.08.00	= SERVICOS DE AGUA E ESGOTO,			37.988,06D	37.988,06D
3.3.2.3.1.09.00	= SERVICOS DE ALIMENTACAO			149.491,60D	149.491,60D
3.3.2.3.1.10.00	= LOCACOES			812.875,84D	812.875,84D
3.3.2.3.1.11.00	= SERVICOS RELACIONADOS A TE			2.172,86D	2.172,86D
3.3.2.3.1.13.00	ARMAZENAGEM			24.963,93D	24.963,93D
3.3.2.3.1.14.00	= ASSINATURAS DE PERIODICOS			268.931,88D	268.931,88D
3.3.2.3.1.23.00	= FESTIVIDADES E HOMENAGENS			112.922,49D	112.922,49D
3.3.2.3.1.32.00	= SERVICOS BANCARIOS			213.716,80D	213.716,80D
3.3.2.3.1.51.00	SERVICOS TECNICOS PROFISSION			715,00D	715,00D
3.3.2.3.1.54.00	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA			20.873.745,36D	20.873.745,36D
3.3.2.3.1.54.02	LOCACAO MAO DE OBRA LIMPEZA			322.631,16D	322.631,16D
3.3.2.3.1.54.03	LOCACAO MAO DE OBRA DE VIGIL			14.752.528,79D	14.752.528,79D
3.3.2.3.1.54.05	LOCACAO MAO DE OBRA OPER MAQ			1.193.387,76D	1.193.387,76D
3.3.2.3.1.54.08	RECEPCAO E COPEIRAGEM			244.323,24D	244.323,24D
3.3.2.3.1.54.99	OUTROS SERVICOS DE LOCACAO D			4.360.874,41D	4.360.874,41D
3.3.2.3.1.56.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOC			626.260,92D	626.260,92D
3.3.2.3.1.56.01	PASSAGEM PARA O PAIS			626.260,92D	626.260,92D
3.3.2.3.1.58.00	DESPESA DE ADIANTAMENTO			496.794,85D	496.794,85D
3.3.2.3.1.99.00	= OUTROS SERVICOS TERCEIROS			505.575,45D	505.575,45D
3.3.2.4.0.00.00	CONTR TERC POR SUBST MOB-ART			2.280.313,23D	2.280.313,23D
3.3.2.4.1.00.00	C TERC POR SUB MOB-ART18,PAR			2.280.313,23D	2.280.313,23D
3.3.2.4.1.01.00	SUBSTITUICAO DE MAO DE OBRA			2.280.313,23D	2.280.313,23D
3.3.2.4.1.01.03	TERCEIR SERVICOS ADMINISTRAT			2.280.313,23D	2.280.313,23D

3.5.0.0.0.00.00 TRANSFERENCIAS E DELEGACOES
3.5.1.0.0.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAM
3.5.1.2.0.00.00 TRANSF CONC INDEP DA EXECUCA

87.417.934,93D
87.417.934,93D
87.417.934,93D

87.417.934,93D
87.417.934,93D
87.417.934,93D

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOUREO

2015 DEZEMBRO.

23/03/2016 6

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
3.5.1.2.2.00.00	TRANSF CONC INDEP DA EXEC OR			87.417.934,93D	87.417.934,93D
3.5.1.2.2.01.00	TRANSF FINANC CONC INDEP EXE			87.417.934,93D	87.417.934,93D
3.5.1.2.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERENCIAS CONC			87.417.934,93D	87.417.934,93D
3.7.0.0.0.00.00	TRIBUTARIAS			59.011.741,40D	59.011.741,40D
3.7.2.0.0.00.00	CONTRIBUICOES			59.011.741,40D	59.011.741,40D
3.7.2.1.0.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS			59.011.741,40D	59.011.741,40D
3.7.2.1.2.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS-INTRA			59.001.779,09D	59.001.779,09D
3.7.2.1.2.01.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS RPPS			59.001.779,09D	59.001.779,09D
3.7.2.1.3.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS-INTER			9.962,31D	9.962,31D
3.7.2.1.3.99.00	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS			9.962,31D	9.962,31D
3.9.0.0.0.00.00	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAI			4.216.720,74D	4.216.720,74D
3.9.9.0.0.00.00	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONI			4.216.720,74D	4.216.720,74D
3.9.9.9.0.00.00	VPD'S DECORRENTES DE FATOS G			4.216.720,74D	4.216.720,74D
3.9.9.9.1.00.00	VPD'S DECOR DE FATOS GERADOR			4.216.720,74D	4.216.720,74D
3.9.9.9.1.02.00	BAIXA DE BENS MOVEIS DE USO			2.356.928,61D	2.356.928,61D
3.9.9.9.1.02.04	NAO EXISTENCIA DO BEM			2.356.928,61D	2.356.928,61D
3.9.9.9.1.03.00	BAIXA DE BENS DE ESTOQUE			1.837.504,39D	1.837.504,39D
3.9.9.9.1.03.01	CONSUMO POR REQUISICAO			1.837.504,39D	1.837.504,39D
3.9.9.9.1.05.00	* BAIXA DE RESPONSABILIDADE			14.464,33D	14.464,33D
3.9.9.9.1.05.01	BAIXA DE RESPON POR ADIANTA			14.464,33D	14.464,33D
3.9.9.9.1.06.00	* BAIXA DE INVESTIMENTOS			7.823,41D	7.823,41D
3.9.9.9.1.06.01	BAIXA DE INVESTIMENTO			7.823,41D	7.823,41D
4.0.0.0.0.00.00	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTA		1.576.509,26C	972.954.491,83C	972.954.491,83C
4.5.0.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS E DELEGACOES			948.453.145,29C	948.453.145,29C
4.5.1.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS INTRA GOVERNA			948.453.145,29C	948.453.145,29C
4.5.1.1.0.00.00	TRANSFERENCIA RECEBI P/ EXEC			811.577.132,11C	811.577.132,11C
4.5.1.1.2.00.00	TRANSF RECEBI P/ EXECUCAO OR			811.577.132,11C	811.577.132,11C
4.5.1.1.2.02.00	REPASSE RECEBIDO			811.577.132,11C	811.577.132,11C
4.5.1.2.0.00.00	TRANSF RECEBIDA INDEPENDENTE			136.876.013,18C	136.876.013,18C
4.5.1.2.2.00.00	TRANSF RECEBI INDEPENP EXEC			136.876.013,18C	136.876.013,18C
4.5.1.2.2.01.00	TRANSF FINANC RECEB INDEP EX			116.411.052,35C	116.411.052,35C
4.5.1.2.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERENCIAS RECE			87.446.111,43C	87.446.111,43C
4.5.1.2.2.01.03	MOV DE FUND DEBITO CORRESP D			28.964.940,92C	28.964.940,92C
4.5.1.2.2.02.00	TRANSF NAO FINAC RECEB INDEP			20.464.960,83C	20.464.960,83C
4.5.1.2.2.02.01	TRANSFERENCIA RECEBIDA DE BE			20.464.960,83C	20.464.960,83C
4.6.0.0.0.00.00	VALORIZACAO E GANHOS COM ATI		1.576.509,26C	1.576.509,26C	1.576.509,26C
4.6.4.0.0.00.00	GANHOS COM DESINCORPORACAO D		1.576.509,26C	1.576.509,26C	1.576.509,26C
4.6.4.0.1.00.00	GANHOS COM DESINCORPORACAO D		1.576.509,26C	1.576.509,26C	1.576.509,26C
4.6.4.0.1.01.00	DESINC. DE PASSIVOS/ CANCELA		1.576.509,26C	1.576.509,26C	1.576.509,26C
4.9.0.0.0.00.00	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAI			22.924.837,28C	22.924.837,28C
4.9.9.0.0.00.00	DIVERSAS VARIACOES PATRIMON			22.924.837,28C	22.924.837,28C

4.9.9.9.0.00.00 VPA DECOR DE FATOS GERADORES
4.9.9.9.1.00.00 VPA DECOR DE FATOS GERADORES
4.9.9.9.1.02.00 INCORPORACAO DE BENS MOVEIS

22.924.837,28C
22.924.837,28C
3.160.458,00C

22.924.837,28C
22.924.837,28C
3.160.458,00C

TÍTULO BALANCETE DA UNIDADE GESTORA

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOUREO

2015

DEZEMBRO.

23/03/2016

7

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
4.9.9.9.1.02.03	DOACAO			3.160.458,00C	3.160.458,00C
4.9.9.9.1.03.00	INCORPORACAO DE BENS DE ESTO			598.411,61C	598.411,61C
4.9.9.9.1.03.08	AQUISICAO RAP			598.411,61C	598.411,61C
4.9.9.9.1.04.00	TRANSFERENCIA RECEBIDA			5.616.492,95C	5.616.492,95C
4.9.9.9.1.04.01	TRANSFERENCIA RECEBIDA			5.616.492,95C	5.616.492,95C
4.9.9.9.1.05.00	INSCRICAO DE RESPONSABILIDAD			13.549.474,72C	13.549.474,72C
4.9.9.9.1.05.01	INCORP. DE RESPNSAVEIS POR A			22.465,88C	22.465,88C
4.9.9.9.1.05.07	RESPONSIVEIS POR PAGAMENTO S			13.527.008,84C	13.527.008,84C
5.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DA APROVACAO DO PL	5.215.912,81D	5.083.748,29D	2967.353.238,90D	2972.569.151,71D
5.2.0.0.0.00.00	ORCAMENTO APROVADO			2962.269.490,61D	2962.269.490,61D
5.2.1.0.0.00.00	PREVISAO DA RECEITA			978.193.026,00D	978.193.026,00D
5.2.1.4.0.00.00	PREV.DA RECEITA - TRANSF. IN			978.193.026,00D	978.193.026,00D
5.2.1.4.1.00.00	PREVISAO INICIAL - TRANSF. I			978.193.026,00D	978.193.026,00D
5.2.2.0.0.00.00	FIXACAO DA DESPESA			1984.076.464,61D	1984.076.464,61D
5.2.2.1.0.00.00	DOTACAO ORCAMENTARIA			1103.043.353,76D	1103.043.353,76D
5.2.2.1.1.00.00	DOTACAO INICIAL			995.361.969,00D	995.361.969,00D
5.2.2.1.1.01.00	= CREDITO INICIAL			995.361.969,00D	995.361.969,00D
5.2.2.1.3.00.00	DOTACAO ADICIONAL POR FONTE			123.221.384,76D	123.221.384,76D
5.2.2.1.3.01.00	SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXER			10.241.490,76D	10.241.490,76D
5.2.2.1.3.01.01	= SUPERAVIT FINANCEIRO - DOT			10.241.490,76D	10.241.490,76D
5.2.2.1.3.02.00	EXCESSO DE ARRECADACAO			88.439.894,00D	88.439.894,00D
5.2.2.1.3.02.01	= EXCESSO DE ARRECADACAO DO			88.439.894,00D	88.439.894,00D
5.2.2.1.3.03.00	ANULACAO DE DOTACAO			24.540.000,00D	24.540.000,00D
5.2.2.1.3.03.01	= ANUL. TOTAL/PARCIAL DE DOT			24.540.000,00D	24.540.000,00D
5.2.2.1.9.00.00	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO D			15.540.000,00C	15.540.000,00C
5.2.2.1.9.04.00	(-)CANCELAMENTO DE DOTACOES			15.540.000,00C	15.540.000,00C
5.2.2.1.9.04.03	* = (-)CANCELAMENTO DE DOTAC			15.540.000,00C	15.540.000,00C
5.2.2.3.0.00.00	DETALHAMENTO DE CREDITO			41.677.000,00D	41.677.000,00D
5.2.2.3.1.00.00	= CREDITOS A DETALHAR			41.677.000,00D	41.677.000,00D
5.2.2.9.0.00.00	OUTROS CONTROLES DA DESPESA			839.356.110,85D	839.356.110,85D
5.2.2.9.2.00.00	EMPENHOS POR EMISSAO			839.356.110,85D	839.356.110,85D
5.2.2.9.2.01.00	EXECUCAO DE DESPESA POR NOTA			839.356.110,85D	839.356.110,85D
5.2.2.9.2.01.01	= EMISSAO DE EMPENHOS			146.862.188,71D	146.862.188,71D
5.2.2.9.2.01.02	= REFORCO DE EMPENHOS			717.599.665,94D	717.599.665,94D
5.2.2.9.2.01.03	* = (-)ANULACAO DE EMPENHOS			25.105.743,80C	25.105.743,80C
5.3.0.0.0.00.00	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	5.215.912,81D	5.083.748,29D	5.083.748,29D	10.299.661,10D
5.3.1.0.0.00.00	INSCRICAO DE RP NAO PROCESSA	4.776.197,66D	3.612.476,13C	3.612.476,13C	1.163.721,53D
5.3.1.1.0.00.00	= RP NAO PROCESSADOS INSCRIT	4.776.197,66D	3.612.476,13C	3.612.476,13C	1.163.721,53D
5.3.2.0.0.00.00	INSCRICAO DE RP PROCESSADOS	439.715,15D	8.696.224,42D	8.696.224,42D	9.135.939,57D
5.3.2.1.0.00.00	= RP PROCESSADOS - INSCRITOS	439.715,15D	8.696.224,42D	8.696.224,42D	9.135.939,57D
6.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DA EXECUCAO DO PLA	5.215.912,81C	5.083.748,29C	2967.353.238,90C	2972.569.151,71C

6.2.0.0.0.00.00 EXECUCAO DO ORCAMENTO	2962.269.490,61C	2962.269.490,61C
6.2.1.0.0.00.00 EXECUCAO DA RECEITA	978.193.026,00C	978.193.026,00C
6.2.1.4.0.00.00 EXECUCAO DA RECEITA - TRANSF	978.193.026,00C	978.193.026,00C

TÍTULO BALANCETE DA UNIDADE GESTORA

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOUREO

2015

DEZEMBRO.

23/03/2016

8

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
6.2.1.4.1.00.00	TRANSFERENCIAS A REALIZAR			978.193.026,00C	978.193.026,00C
6.2.2.0.0.00.00	EXECUCAO DA DESPESA			1984.076.464,61C	1984.076.464,61C
6.2.2.1.0.00.00	DISPONIBILIDADES DE CREDITO			1103.043.353,76C	1103.043.353,76C
6.2.2.1.1.00.00	= CREDITO DISPONIVEL			261.507.175,91C	261.507.175,91C
6.2.2.1.2.00.00	CREDITO INDISPONIVEL			2.180.067,00C	2.180.067,00C
6.2.2.1.2.01.00	BLOQUEIO DE CREDITO			2.180.067,00C	2.180.067,00C
6.2.2.1.2.01.01	= CREDITO BLOQUEADO P/REMANE			2.180.067,00C	2.180.067,00C
6.2.2.1.3.00.00	CREDITO UTILIZADO			839.356.110,85C	839.356.110,85C
6.2.2.1.3.01.00	= CREDITO EMPENHADO A LIQUID		1.163.721,53D		
6.2.2.1.3.03.00	= CREDITO EMP.LIQ. A PAGAR		9.135.939,57D		
6.2.2.1.3.04.00	= CREDITO EMP.LIQ. PAGO			829.056.449,75C	829.056.449,75C
6.2.2.1.3.05.00	= EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRI		1.163.721,53C	1.163.721,53C	1.163.721,53C
6.2.2.1.3.07.00	= EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRI		9.135.939,57C	9.135.939,57C	9.135.939,57C
6.2.2.3.0.00.00	DETALHAMENTO DE CREDITO			41.677.000,00C	41.677.000,00C
6.2.2.3.1.00.00	= CREDITOS DETALHADOS			41.677.000,00C	41.677.000,00C
6.2.2.9.0.00.00	OUTROS CONTROLES DA DESPESA			839.356.110,85C	839.356.110,85C
6.2.2.9.2.00.00	EMISSAO DE EMPENHO			839.356.110,85C	839.356.110,85C
6.2.2.9.2.01.00	EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO			839.356.110,85C	839.356.110,85C
6.2.2.9.2.01.01	= EMPENHOS A LIQUIDAR		1.163.721,53D		
6.2.2.9.2.01.03	= EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGA		9.135.939,57D		
6.2.2.9.2.01.04	= EMPENHOS LIQUIDADOS PAGOS			829.056.449,75C	829.056.449,75C
6.2.2.9.2.01.05	= EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRI		1.163.721,53C	1.163.721,53C	1.163.721,53C
6.2.2.9.2.01.07	= EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRI		9.135.939,57C	9.135.939,57C	9.135.939,57C
6.3.0.0.0.00.00	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	5.215.912,81C	5.083.748,29C	5.083.748,29C	10.299.661,10C
6.3.1.0.0.00.00	EXECUCAO DE RP NAO PROCESSAD	4.776.197,66C	3.612.476,13D	3.612.476,13D	1.163.721,53C
6.3.1.3.0.00.00	= RP NAO PROCESSADOS A PAGA	4.776.197,66C	1.136.794,11D	4.776.197,66D	
6.3.1.4.0.00.00	= RP NAO PROCESSADOS PAGOS		3.639.403,55D		
6.3.1.5.0.00.00	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDA		1.163.721,53C	1.163.721,53C	1.163.721,53C
6.3.1.5.1.00.00	= RP NAO PROCESSADOS A LIQUI		1.163.721,53C	1.163.721,53C	1.163.721,53C
6.3.2.0.0.00.00	EXECUCAO DE RP PROCESSADOS	439.715,15C	8.696.224,42C	8.696.224,42C	9.135.939,57C
6.3.2.1.0.00.00	= RP PROCESSADOS A PAGAR		9.135.939,57C	9.135.939,57C	9.135.939,57C
6.3.2.7.0.00.00	= RP PROCESSADOS A PAGAR	439.715,15C	439.715,15D	439.715,15D	
7.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DEVEDORES	15.859.110,64D		2870.586.510,28D	2886.445.620,92D
7.1.0.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS			2.798.509,32D	2.798.509,32D
7.1.1.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS ATIVOS			68.651,30D	68.651,30D
7.1.1.3.0.00.00	DIREITOS CONTRATUAIS			68.651,30D	68.651,30D
7.1.1.3.1.00.00	DIREITOS CONTRATUAIS - CONSO			68.651,30D	68.651,30D
7.1.1.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE			68.651,30D	68.651,30D
7.1.2.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO			2.729.858,02D	2.729.858,02D
7.1.2.3.0.00.00	OBRIGACOES CONTRATUAIS			2.729.858,02D	2.729.858,02D
7.1.2.3.1.00.00	OBRIGACOES CONTRATUAIS - CON			2.729.858,02D	2.729.858,02D

7.1.2.3.1.04.00 CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE		2.729.858,02D	2.729.858,02D
7.2.0.0.0.00.00 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	15.783.931,92D	1951.755.226,37D	1967.539.158,29D
7.2.1.0.0.00.00 DISPONIBILIDADES POR DESTINA	15.783.931,92D	850.891.939,61D	866.675.871,53D

TÍTULO BALANCETE DA UNIDADE GESTORA

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOUREO

2015

DEZEMBRO.

23/03/2016

9

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
7.2.1.1.0.00.00	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE	15.783.931,92D		850.891.939,61D	866.675.871,53D
7.2.1.1.1.00.00	RECURSOS ORDINARIOS	15.783.931,92D		850.891.939,61D	866.675.871,53D
7.2.2.0.0.00.00	PROGRAMACAO FINANCEIRA			48.560.067,00C	48.560.067,00C
7.2.2.1.0.00.00	COTA FINANCEIRA LIBERADA - T			48.560.067,00C	48.560.067,00C
7.2.2.1.1.00.00	COTAS DECORRENTES DO ORCAMEN			48.560.067,00C	48.560.067,00C
7.2.2.1.1.09.00	/-/ANULACAO DA COTA DE DESPE			48.560.067,00C	48.560.067,00C
7.2.3.0.0.00.00	INSCRICAO DO LIMITE ORCAMENT			1149.423.353,76D	1149.423.353,76D
7.2.3.2.0.00.00	CONTROLE DAS OUTRAS UNIDADES			1149.423.353,76D	1149.423.353,76D
7.2.3.2.1.00.00	LIMITE ORCAMENTARIO AUTORIZA			1149.423.353,76D	1149.423.353,76D
7.2.3.2.1.01.00	LIMITE ORCAMENTARIO AUTORIZA			1149.423.353,76D	1149.423.353,76D
7.9.0.0.0.00.00	OUTROS CONTROLES	75.178,72D		916.032.774,59D	916.107.953,31D
7.9.1.0.0.00.00	RESPONSABILIDADE POR VALORES			83.180,27D	83.180,27D
7.9.1.2.0.00.00	RESP DE TERCEIROS POR VALORE			83.180,27D	83.180,27D
7.9.1.2.1.00.00	CONTROLE DE SUPRIMENTO DE FU			83.180,27D	83.180,27D
7.9.3.0.0.00.00	CONTROLES DE OBRIGACOES A PA			840.332.096,44D	840.332.096,44D
7.9.3.1.0.00.00	OBRIGACOES A PAGAR			840.332.096,44D	840.332.096,44D
7.9.3.1.1.00.00	CREDORES POR EMPENHO			839.356.110,85D	839.356.110,85D
7.9.3.1.1.01.00	VALORES COMPROMETIDOS			839.356.110,85D	839.356.110,85D
7.9.3.1.2.00.00	SALDO DE COMPROMISSOS ANTERI			975.985,59D	975.985,59D
7.9.3.1.2.01.00	SALDO DE COMPROMISSOS ANTERI			975.985,59D	975.985,59D
7.9.7.0.0.00.00	OUTROS CONTR DE RESPONS POR	75.178,72D		75.178,72C	
7.9.7.1.0.00.00	RESPONS DE TERCEIROS POR VAL	75.178,72D		75.178,72C	
7.9.7.1.1.00.00	RESPONSABILIDADE DE TERCEIRO	75.178,72D		75.178,72C	
7.9.9.0.0.00.00	DEMAIS CONTROLES			75.692.676,60D	75.692.676,60D
7.9.9.6.0.00.00	CONTAS DE CONTROLE			75.692.676,60D	75.692.676,60D
7.9.9.6.1.00.00	FORNECEDORES E CREDORES			75.692.676,60D	75.692.676,60D
8.0.0.0.0.00.00	CONTROLES CREDORES	15.859.110,64C		2870.586.510,28C	2886.445.620,92C
8.1.0.0.0.00.00	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS			2.798.509,32C	2.798.509,32C
8.1.1.0.0.00.00	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS			68.651,30C	68.651,30C
8.1.1.3.0.00.00	EXECUCAO DE DIREITOS CONTRAT			68.651,30C	68.651,30C
8.1.1.3.1.00.00	EXECUCAO DE DIREITOS CONTRAT			68.651,30C	68.651,30C
8.1.1.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE			68.651,30C	68.651,30C
8.1.1.3.1.04.01	EM EXECUCAO			68.651,30C	68.651,30C
8.1.2.0.0.00.00	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS			2.729.858,02C	2.729.858,02C
8.1.2.3.0.00.00	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTR			2.729.858,02C	2.729.858,02C
8.1.2.3.1.00.00	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTR			2.729.858,02C	2.729.858,02C
8.1.2.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE			2.729.858,02C	2.729.858,02C
8.1.2.3.1.04.01	A EXECUTAR			2.729.858,02C	2.729.858,02C
8.2.0.0.0.00.00	EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FI	15.783.931,92C		1951.755.226,37C	1967.539.158,29C
8.2.1.0.0.00.00	EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADE	15.783.931,92C		850.891.939,61C	866.675.871,53C
8.2.1.1.0.00.00	EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE	15.783.931,92C		850.891.939,61C	866.675.871,53C

8.2.1.1.1.00.00 DISPONIB P/ DEST DE RECURSOS	15.783.931,92C	7.896.425,21C	23.680.357,13C
8.2.1.1.2.00.00 DISPONIB P/ DEST DE RECURSOS		1.163.721,53C	1.163.721,53C
8.2.1.1.3.00.00 DISP DEST DE REC COMP LIQ E		9.135.939,57C	9.135.939,57C

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOUREO

2015 DEZEMBRO.
23/03/2016 10

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
8.2.1.1.3.01.00	COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO			9.135.939,57C	9.135.939,57C
8.2.1.1.4.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAC			832.695.853,30C	832.695.853,30C
8.2.2.0.0.00.00	EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINA		1100.863.286,76C		1100.863.286,76C
8.2.2.1.0.00.00	EXECUCAO DE CONCESSAO DE REC			847.713.539,15C	847.713.539,15C
8.2.2.1.1.00.00	CONCESSAO DE COTAS DECORRENT			847.713.539,15C	847.713.539,15C
8.2.2.1.1.03.00	COTA DE DESPESA DISPONIVEL A			8.357.428,30C	8.357.428,30C
8.2.2.1.1.04.00	COTA DE DESPESA EMPENHADA			1.163.721,53C	1.163.721,53C
8.2.2.1.1.05.00	CRONOGRAMA ORCAMENTARIO EXEC			838.192.389,32C	838.192.389,32C
8.2.2.2.0.00.00	COTA DE DESPESA			253.149.747,61C	253.149.747,61C
8.2.2.2.1.00.00	COTA A FIXAR			253.149.747,61C	253.149.747,61C
8.2.2.2.1.01.00	COTA DE DESPESA A FIXAR			253.149.747,61C	253.149.747,61C
8.9.0.0.0.00.00	OUTROS CONTROLES	75.178,72C		916.032.774,59C	916.107.953,31C
8.9.1.0.0.00.00	EXEC RESPON POR VALORES, TI			83.180,27C	83.180,27C
8.9.1.2.0.00.00	EXEC RESP DE TERC POR VALORE			83.180,27C	83.180,27C
8.9.1.2.1.00.00	EXEC SUPRIMENTO DE FUNDOS CO			83.180,27C	83.180,27C
8.9.1.2.1.01.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A C			83.180,27C	83.180,27C
8.9.3.0.0.00.00	CONTROLES DE OBRIGACOES A PA			840.332.096,44C	840.332.096,44C
8.9.3.1.0.00.00	OBRIGACOES A PAGAR			840.332.096,44C	840.332.096,44C
8.9.3.1.1.00.00	OBRIGACOES A PAGAR			839.356.110,85C	839.356.110,85C
8.9.3.1.1.01.00	LIQUIDACAO DE COMPROMISSOS			839.356.110,85C	839.356.110,85C
8.9.3.1.1.01.01	VALORES A LIQUIDAR			1.163.721,53C	1.163.721,53C
8.9.3.1.1.01.03	VALORES LIQUIDADOS			838.192.389,32C	838.192.389,32C
8.9.3.1.2.00.00	SALDOS DE COMPROMISSOS ANTER			975.985,59C	975.985,59C
8.9.3.1.2.01.00	SALDO DE COMPROMISSOS ANTERI			975.985,59C	975.985,59C
8.9.7.0.0.00.00	OUTROS CONTR DE RESPON POR	75.178,72C		75.178,72D	
8.9.7.1.0.00.00	EXEC DE RESPON DE TERC POR	75.178,72C		75.178,72D	
8.9.7.1.1.00.00	RESPONSABILIDADES DE TERCEIR	75.178,72C		75.178,72D	
8.9.7.1.1.06.00	SUPRIMENTO DE FUNDOS	75.178,72C		75.178,72D	
8.9.9.0.0.00.00	DEMAIS CONTROLES			75.692.676,60C	75.692.676,60C
8.9.9.6.0.00.00	CONTAS DE CONTROLE ESPECIFIC			75.692.676,60C	75.692.676,60C
8.9.9.6.1.00.00	FORNECEDORES E CREDORES			75.692.676,60C	75.692.676,60C
RESUMO :					
ATIVO	=	490.175.081,81D			
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	=	445.114.971,89C			
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	=	927.894.381,91D			
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	=	972.954.491,83C			
CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCA	=	2.972.569.151,71D			
CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAM	=	2.972.569.151,71C			
CONTROLES DEVEDORES	=	2.886.445.620,92D			
CONTROLES CREDORES	=	2.886.445.620,92C			

__ SIAFEM2015-CONTAB,CONSULTAS,DETAConta1 (DETALHA CONTA CONTABIL) _____

CONSULTA EM 23/03/2016 AS 08:46 TELA: 001 USUARIO : CELIA REGINA

UNIDADE GESTORA: 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA

GESTAO : 00001 - GESTAO TESOIRO

POSICAO : DEZEMBRO - ABERTO

CONTA : 11111 19 01 - = BANCO DO BRASIL

CONTA CORRENTE S A L D O R\$

00138466100005	106.494,77D
00138466186368	32.701.080,67D
00138466290009	1.172.442,71D
0013846664785	0,08D
TOTAL :	33.980.018,23D

PF3=SAI PF4=RAZAO PF7=RECUA PF8=AVANCA PF12=RETORNA

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada - Anexoll
 Creditos
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOIRO

Data 23/03/16
 Pagina 1
 SIA170B2
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	SBF	PROG	PROJ/ATIV.	Dotacao Inicial	Anulacao Dotacao	Suplementacao	Credito Autorizado
4101	2	61	543	44340001				
	33900000		0101000000	2	31.271.973,00	0,00 M	800.000,00 M	
						13.540.000,00 A	10.800.000,00 A	28.531.973,00
	33900000		0301000000	2	0,00	0,00 M	1.200.000,00 M	
						0,00 A	1.200.000,00 A	1.200.000,00
	33901400		0101000000		0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	33903000		0101000000		0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	33903300		0101000000		0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	33903400		0101000000		0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	33903600		0101000000		0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	33903700		0101000000		0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	33903900		0101000000		0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	33904700		0101000000		0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	33909200		0101000000		0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	33909300		0101000000		0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	44900000		0301000000	2	0,00	1.200.000,00 M	0,00 M	
						1.200.000,00 A	4.000.000,00 A	2.800.000,00
	44905200		0301000000		0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada - Anexoll
 Creditos
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOIRO

Data 23/03/16
 Pagina 2
 SIA170B2
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	SBF	PROG	PROJ/ATIV.	Dotacao Inicial	Anulacao Dotacao	Suplementacao	Credito Autorizado
Total do Projeto					31.271.973,00	1.200.000,00 M 14.740.000,00 A	2.000.000,00 M 16.000.000,00 A	32.531.973,00
4101	2	122	543	46740001				
	31900000		0101000000	1	524.790.000,00	2.352.000,00 M 37.352.000,00 A	69.129.803,00 M 108.629.803,00 A	596.067.803,00
	31901100		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	31901300		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	31901600		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	31909100		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	31909200		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	31909300		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	31909400		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	31909600		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
Total do Projeto					524.790.000,00	2.352.000,00 M 37.352.000,00 A	69.129.803,00 M 108.629.803,00 A	596.067.803,00
4101	2	122	543	46810001				
	33900000		0101000000	2	12.940.126,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 4.200.000,00 A	17.140.126,00
	33900000		0301000000	2	0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 3.200.000,00 A	3.200.000,00

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada - Anex011
 Creditos
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOUREO

Data 23/03/16
 Pagina 3
 SIA170B2
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	SBF	PROG	PROJ/ATIV.	Dotacao Inicial	Anulacao Dotacao	Suplementacao	Credito Autorizado
	33904800		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33904800		0301000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33909200		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33909200		0301000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33909300		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	Total do Projeto				12.940.126,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 7.400.000,00 A	20.340.126,00
4101	2	131	543	44780001				
	33900000		0101000000	2	1.527.654,00	800.000,00 M 800.000,00 A	0,00 M 0,00 A	727.654,00
	33903900		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33909300		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	Total do Projeto				1.527.654,00	800.000,00 M 800.000,00 A	0,00 M 0,00 A	727.654,00
4101	2	271	411	9010001				
	31900000		0101000000	1	17.255.000,00	0,00 M 0,00 A	3.104.955,00 M 5.604.955,00 A	22.859.955,00
	31901300		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	Total do Projeto				17.255.000,00	0,00 M 0,00 A	3.104.955,00 M 5.604.955,00 A	22.859.955,00

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada - Anexoll
 Creditos
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOIRO

Data 23/03/16
 Pagina 4
 SIA170B2
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	SBF	PROG	PROJ/ATIV.	Dotacao Inicial	Anulacao Dotacao	Suplementacao	Credito Autorizado
4101	2	272	411	9000001				
	31910000	0101000000	1		52.955.000,00	0,00 M	8.557.136,00 M	
						4.300.000,00 A	14.857.136,00 A	63.512.136,00
	31910700	0101000000			0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	31911300	0101000000			0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	31919200	0101000000			0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
				Total do Projeto	52.955.000,00	0,00 M	8.557.136,00 M	
						4.300.000,00 A	14.857.136,00 A	63.512.136,00
4101	2	302	543	43050001				
	33900000	0101000000	2		10.334.129,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	1.450.000,00 A	11.784.129,00
	33900000	0301000000	2		0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	1.940.000,00 A	1.940.000,00
	33909200	0101000000			0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	33909200	0301000000			0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	33909300	0101000000			0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
	33909300	0301000000			0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	0,00
				Total do Projeto	10.334.129,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	3.390.000,00 A	13.724.129,00
4101	2	306	543	46800001				

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada - Anex011
 Creditos
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOUREO

Data 23/03/16
 Pagina 5
 SIA170B2
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	SBF	PROG	PROJ/ATIV.	Dotacao Inicial	Anulacao Dotacao	Suplementacao	Credito Autorizado
	33900000		0101000000	2	32.080.731,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 7.800.000,00 A	39.880.731,00
	33900000		0301000000	2	0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 800.000,00 A	800.000,00
	33904600		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33904600		0301000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33909200		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
			Total do Projeto		32.080.731,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 8.600.000,00 A	40.680.731,00
4101	2	331	543	46750001				
	33900000		0101000000	1	1.707.378,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 90.000,00 A	1.797.378,00
	33900000		0301000000	1	0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 301.490,76 A	301.490,76
	33904900		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33904900		0301000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33909200		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
			Total do Projeto		1.707.378,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 391.490,76 A	2.098.868,76
4101	28	846	499	9020001				
	33900000		0101000000	1	293.331.035,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	293.331.035,00

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada - Anexoll
 Creditos
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOIRO

Data 23/03/16
 Pagina 6
 SIA170B2
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	SBF	PROG	PROJ/ATIV.	Dotacao Inicial	Anulacao Dotacao	Suplementacao	Credito Autorizado
	33909100		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	Total do Projeto				293.331.035,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	293.331.035,00
4102	2	61	543	44340001				
	33900000		0101000000	2	17.168.943,00	0,00 M 25.000,00 A	0,00 M 25.000,00 A	17.168.943,00
	33901400		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33903000		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33903300		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33903600		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33903600		0101000000	1	0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33903700		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33903800		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33903900		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33904700		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33909200		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
	33909300		0101000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada - Anex011
 Creditos
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOIRO

Data 23/03/16
 Pagina 7
 SIA170B2
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	SBF	PROG	PROJ/ATIV.	Dotacao Inicial	Anulacao Dotacao	Suplementacao	Credito Autorizado
Total do Projeto					17.168.943,00	0,00 M 25.000,00 A	0,00 M 25.000,00 A	17.168.943,00
Total da Gestao					995.361.969,00	4.352.000,00 M 57.217.000,00 A	82.791.894,00 M 164.898.384,76 A	1.103.043.353,76
Total								1.092.801.863,00
Fonte do Estado								10.241.490,76
Outras Fontes								
Total da Unidade					995.361.969,00	4.352.000,00 M 57.217.000,00 A	827.918,94 M 164.898.384,76 A	1.103.043.353,76
Total Fonte do Estado								1.092.801.863,00
Outras Fontes								10.241.490,76
-								
Total Geral da Unidade					995.361.969,00	4.352.000,00 M 57.217.000,00 A	827.918,94 M 164.898.384,76 A	1.103.043.353,76
Total Geral Fonte do Estado								1.092.801.863,00
Geral Outras Fontes								10.241.490,76

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anex011
 Empenhado
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOUREO

Data 23/03/16
 Pagina 1
 SIA170B3
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Credito Autorizado	Empenhado No Mes	Empenhado Ate Mes	Saldo Disponivel
4101	2	61	543	44340001				
	33900000		0101000000	2	28.531.973,00	0,00	0,00	28.531.973,00
	33900000		0301000000	2	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
	33901400		0101000000		0,00	30.362,74	1.257.672,17	1.257.672,17
	33903000		0101000000		0,00	161.230,10	293.208,93	293.208,93
	33903300		0101000000		0,00	222.199,35	589.760,92	589.760,92
	33903400		0101000000		0,00	619.854,17	2.489.867,13	2.489.867,13
	33903600		0101000000		0,00	13.906,00	213.418,01	213.418,01
	33903700		0101000000		0,00	715.633,48	10.214.668,80	10.214.668,80
	33903900		0101000000		0,00	365.416,17	2.396.170,77	2.396.170,77
	33904700		0101000000		0,00	0,00	4.861,34	4.861,34
	33909200		0101000000		0,00	0,01	773.068,94	773.068,94
	33909300		0101000000		0,00	43.859,28	5.752.611,49	5.752.611,49
	44900000		0301000000	2	2.800.000,00	0,00	0,00	2.800.000,00
	44905200		0301000000		0,00	667.788,34	1.846.255,00	1.846.255,00
			Total do Projeto		32.531.973,00	2.691.805,60	25.831.563,50	6.700.409,50
4101	2	122	543	46740001				
	31900000		0101000000	1	596.067.803,00	0,00	0,00	596.067.803,00
	31901100		0101000000		0,00	69.813.825,25	480.125.303,20	480.125.303,20
	31901300		0101000000		0,00	66.127,65	66.127,65	66.127,65
	31901600		0101000000		0,00	385.542,28	5.353.293,46	5.353.293,46
	31909100		0101000000		0,00	8.149.649,42	97.250.031,83	97.250.031,83

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexoll
 Empenhado
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOURO

Data 23/03/16
 Pagina 2
 SIA170B3
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Credito Autorizado	Empenhado No Mes	Empenhado Ate Mes	Saldo Disponivel
N. Desp. FR								
	31909200		0101000000		0,00	155.673,45	11.183.014,81	11.183.014,81
	31909300		0101000000		0,00	0,00	210,45	210,45
	31909400		0101000000		0,00	38.222,72	1.419.966,42	1.419.966,42
	31909600		0101000000		0,00	98.362,56	205.298,64	205.298,64
	Total do Projeto				596.067.803,00	78.510.678,21	595.603.246,46	464.556,54
4101	2	122	543	46810001				
	33900000		0101000000	2	17.140.126,00	0,00	0,00	17.140.126,00
	33900000		0301000000	2	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00
	33904800		0101000000		0,00	0,01	8.427.130,25	8.427.130,25
	33904800		0301000000		0,00	0,01	2.328.952,36	2.328.952,36
	33909200		0101000000		0,00	806.685,18	8.223.621,99	8.223.621,99
	33909200		0301000000		0,00	0,01	871.047,62	871.047,62
	33909300		0101000000		0,00	0,00	0,00	0,00
	Total do Projeto				20.340.126,00	806.685,15	19.850.752,22	489.373,78
4101	2	131	543	44780001				
	33900000		0101000000	2	727.654,00	0,00	0,00	727.654,00
	33903900		0101000000		0,00	325.439,66	326.508,42	326.508,42
	33909300		0101000000		0,00	0,00	49.139,16	49.139,16
	Total do Projeto				727.654,00	325.439,66	375.647,58	352.006,42
4101	2	271	411	9010001				
	31900000		0101000000	1	22.859.955,00	0,00	0,00	22.859.955,00
	31901300		0101000000		0,00	3.443.952,88	22.859.316,04	22.859.316,04

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexoll
 Empenhado
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOIRO

Data 23/03/16
 Pagina 3
 SIA170B3
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Credito	Empenhado	Empenhado	Saldo
					Autorizado	No Mes	Ate Mes	Disponivel
0					22.859.955,00	3.443.952,88	22.859.316,04	638,96
Total do Projeto					22.859.955,00	3.443.952,88	22.859.316,04	638,96
4101	2	272	411	9000001				
	31910000		0101000000	1	63.512.136,00	0,00	0,00	63.512.136,00
	31910700		0101000000		0,00	9.128.135,05	63.191.133,25	63.191.133,25
	31911300		0101000000		0,00	0,00	0,00	0,00
	31919200		0101000000		0,00	0,01	112.808,97	112.808,97
Total do Projeto					63.512.136,00	9.128.135,04	63.303.942,22	208.193,78
4101	2	302	543	43050001				
	33900000		0101000000	2	11.784.129,00	0,00	0,00	11.784.129,00
	33900000		0301000000	2	1.940.000,00	0,00	0,00	1.940.000,00
	33909200		0101000000		0,00	5.570,79	71.650,70	71.650,70
	33909200		0301000000		0,00	0,01	1.552,44	1.552,44
	33909300		0101000000		0,00	2.306.981,71	11.546.533,14	11.546.533,14
	33909300		0301000000		0,00	0,01	1.938.447,54	1.938.447,54
Total do Projeto					13.724.129,00	2.312.552,48	13.558.183,82	165.945,18
4101	2	306	543	46800001				
	33900000		0101000000	2	39.880.731,00	0,00	0,00	39.880.731,00
	33900000		0301000000	2	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
	33904600		0101000000		0,00	0,01	39.748.013,32	39.748.013,32
	33904600		0301000000		0,00	0,00	800.000,00	800.000,00
	33909200		0101000000		0,00	0,01	22.374,00	22.374,00
Total do Projeto					40.680.731,00	0,02	40.570.387,32	110.343,68
4101	2	331	543	46750001				

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexoll
 Empenhado
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOUREO

Data 23/03/16
 Pagina 4
 SIA170B3
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Credito Autorizado	Empenhado No Mes	Empenhado Ate Mes	Saldo Disponivel
N. Desp. FR								
	33900000		0101000000	1	1.797.378,00	0,00	0,00	1.797.378,00
	33900000		0301000000	1	301.490,76	0,00	0,00	301.490,76
	33904900		0101000000		0,00	367.486,95	1.765.060,10	1.765.060,10
	33904900		0301000000		0,00	0,01	301.490,75	301.490,75
	33909200		0101000000		0,00	0,01	65,79	65,79
	Total do Projeto				2.098.868,76	367.486,93	2.066.616,64	32.252,12
4101	28	846	499	9020001				
	33900000		0101000000	1	293.331.035,00	0,00	0,00	293.331.035,00
	33909100		0101000000		0,00	260.677,14	40.652.647,91	40.652.647,91
	Total do Projeto				293.331.035,00	260.677,14	40.652.647,91	252.678.387,09
4102	2	61	543	44340001				
	33900000		0101000000	2	17.168.943,00	0,00	0,00	17.168.943,00
	33901400		0101000000		0,00	49.753,03	612.791,45	612.791,45
	33903000		0101000000		0,00	169.413,55	530.738,72	530.738,72
	33903300		0101000000		0,00	15.264,00	56.800,00	56.800,00
	33903600		0101000000		0,00	11.855,54	1.104.204,57	1.104.204,57
	33903600		0101000000	1	0,00	0,00	0,00	0,00
	33903700		0101000000		0,00	393.924,64	10.536.061,14	10.536.061,14
	33903800		0101000000		0,00	0,00	0,00	0,00
	33903900		0101000000		0,00	80.086,28	1.205.588,88	1.205.588,88
	33904700		0101000000		0,00	365,70	5.100,97	5.100,97
	33909200		0101000000		0,00	0,00	344.306,34	344.306,34

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anex011
 Empenhado
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOURO

Data 23/03/16
 Pagina 5
 SIA170B3
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	PR	SPO PROJ/ATIV.	Credito Autorizado	Empenhado No Mes	Empenhado Ate Mes	Saldo Disponivel
	33909300		0101000000	0,00	8.930,78	288.215,07	288.215,07
			Total do Projeto	17.168.943,00	612.225,90	14.683.807,14	2.485.135,86
			Total da Gestao	1.103.043.353,76	91.200.696,65	839.356.110,85	263.687.242,91
			Total da Gestao	1.103.043.353,76	91.200.696,65	839.356.110,85	263.687.242,91
	Total		Fonte do Estado	1.092.801.863,00	91.868.485,04	831.268.365,14	261.533.497,86
			Outras Fontes	10.241.490,76	667.788,39	0,00	2.153.745,05

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anex011
 Empenhado
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOIRO

Data 23/03/16
 Pagina 6
 SIA170B3
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	PR	SPO PROJ/ATIV.	Credito Autorizado	Empenhado No Mes	Empenhado Ate Mes	Saldo Disponivel
N. Desp. FR							
Total da Unidade				1.103.043.353,76	91.200.696,65	839.356.110,85	263.687.242,91
Total Fonte Estado				1.092.801.863,00	91.868.485,04	831.268.365,14	261.533.497,86
Outras Fontes				10.241.490,76	667.788,39	0,00	2.153.745,05
-							
Total Geral da Unidade				1.103.043.353,76	91.200.696,65	839.356.110,85	263.687.242,91
Total Geral Fonte Estado				1.092.801.863,00	91.868.485,04	831.268.365,14	261.533.497,86
Geral Outras Fontes				10.241.490,76	667.788,39	0,00	2.153.745,05

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexoll
 Realizado
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOIRO

Data 23/03/16
 Pagina 1
 SIA170B4
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Empenhado	Liquidado	Liquidado	Saldo
					Ate o mes	No Mes	Ate Mes	A Liquidar
			N. Desp.	FR				
4101	2	61	543	44340001				
	33900000		0101000000	2	0,00	0,00	0,00	0,00
	33900000		0301000000	2	0,00	0,00	0,00	0,00
	33901400		0101000000		1.257.672,17	32.150,74	1.257.672,17	0,00
	33903000		0101000000		293.208,93	39.054,86	266.405,83	26.803,10
	33903300		0101000000		589.760,92	46.260,73	569.460,92	20.300,00
	33903400		0101000000		2.489.867,13	857.526,00	2.280.313,23	209.553,90
	33903600		0101000000		213.418,01	15.501,83	213.418,01	0,00
	33903700		0101000000		10.214.668,80	2.150.673,82	10.214.668,80	0,00
	33903900		0101000000		2.396.170,77	64.858,13	2.367.190,77	28.980,00
	33904700		0101000000		4.861,34	0,00	4.861,34	0,00
	33909200		0101000000		773.068,94	0,00	773.068,94	0,00
	33909300		0101000000		5.752.611,49	43.898,28	5.752.611,49	0,00
	44900000		0301000000	2	0,00	0,00	0,00	0,00
	44905200		0301000000		1.846.255,00	1.198.700,00	1.583.635,00	262.620,00
				Total do Projeto	25.831.563,50	4.448.624,39	25.283.306,50	548.257,00
4101	2	122	543	46740001				
	31900000		0101000000	1	0,00	0,00	0,00	0,00
	31901100		0101000000		480.125.303,20	69.813.825,27	480.125.303,20	0,00
	31901300		0101000000		66.127,65	66.127,65	66.127,65	0,00
	31901600		0101000000		5.353.293,46	385.542,30	5.353.293,46	0,00
	31909100		0101000000		97.250.031,83	8.149.649,44	97.250.031,83	0,00

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexoll
 Realizado
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOURO

Data 23/03/16
 Pagina 2
 SIA170B4
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Empenhado	Liquidado	Liquidado	Saldo
					Ate o mes	No Mes	Ate Mes	A Liquidar
				N. Desp. FR				
	31909200		0101000000		11.183.014,81	155.673,47	11.183.014,81	0,00
	31909300		0101000000		210,45	0,00	210,45	0,00
	31909400		0101000000		1.419.966,42	38.222,73	1.419.966,42	0,00
	31909600		0101000000		205.298,64	0,00	157.621,99	47.676,65
				Total do Projeto	595.603.246,46	78.609.040,86	595.555.569,81	47.676,65
4101	2	122	543	46810001				
	33900000		0101000000	2	0,00	0,00	0,00	0,00
	33900000		0301000000	2	0,00	0,00	0,00	0,00
	33904800		0101000000		8.427.130,25	0,00	8.427.130,25	0,00
	33904800		0301000000		2.328.952,36	0,00	2.328.952,36	0,00
	33909200		0101000000		8.223.621,99	1.613.370,38	8.223.621,99	0,00
	33909200		0301000000		871.047,62	0,00	871.047,62	0,00
	33909300		0101000000		0,00	0,00	0,00	0,00
				Total do Projeto	19.850.752,22	1.613.370,38	19.850.752,22	0,00
4101	2	131	543	44780001				
	33900000		0101000000	2	0,00	0,00	0,00	0,00
	33903900		0101000000		326.508,42	30.579,84	326.508,42	0,00
	33909300		0101000000		49.139,16	0,00	49.139,16	0,00
				Total do Projeto	375.647,58	30.579,84	375.647,58	0,00
4101	2	271	411	9010001				
	31900000		0101000000	1	0,00	0,00	0,00	0,00
	31901300		0101000000		22.859.316,04	3.443.952,89	22.859.316,04	0,00

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexoll
 Realizado
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOIRO

Data 23/03/16
 Pagina 3
 SIA170B4
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Empenhado	Liquidado	Liquidado	Saldo
					Ate o mes	No Mes	Ate Mes	A Liquidar
0				N. Desp. FR				
				Total do Projeto	22.859.316,04	3.443.952,89	22.859.316,04	0,00

				Total do Projeto	22.859.316,04	3.443.952,89	22.859.316,04	0,00

4101	2	272	411	9000001				
				31910000 0101000000 1	0,00	0,00	0,00	0,00
				31910700 0101000000	63.191.133,25	9.128.135,07	63.191.133,25	0,00
				31911300 0101000000	0,00	0,00	0,00	0,00
				31919200 0101000000	112.808,97	0,00	112.808,97	0,00
				Total do Projeto	63.303.942,22	9.128.135,07	63.303.942,22	0,00

4101	2	302	543	43050001				
				33900000 0101000000 2	0,00	0,00	0,00	0,00
				33900000 0301000000 2	0,00	0,00	0,00	0,00
				33909200 0101000000	71.650,70	5.570,80	71.650,70	0,00
				33909200 0301000000	1.552,44	0,00	1.552,44	0,00
				33909300 0101000000	11.546.533,14	2.306.981,72	11.546.533,14	0,00
				33909300 0301000000	1.938.447,54	0,00	1.938.447,54	0,00
				Total do Projeto	13.558.183,82	2.312.552,52	13.558.183,82	0,00

4101	2	306	543	46800001				
				33900000 0101000000 2	0,00	0,00	0,00	0,00
				33900000 0301000000 2	0,00	0,00	0,00	0,00
				33904600 0101000000	39.748.013,32	0,00	39.748.013,32	0,00
				33904600 0301000000	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00
				33909200 0101000000	22.374,00	0,00	22.374,00	0,00
				Total do Projeto	40.570.387,32	0,00	40.570.387,32	0,00

4101	2	331	543	46750001				

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexoll
 Realizado
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOUREO

Data 23/03/16
 Pagina 4
 SIA170B4
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Empenhado	Liquidado	Liquidado	Saldo
	N. Desp. FR				Ate o mes	No Mes	Ate Mes	A Liquidar
	33900000	0101000000	1		0,00	0,00	0,00	0,00
	33900000	0301000000	1		0,00	0,00	0,00	0,00
	33904900	0101000000			1.765.060,10	367.486,96	1.765.060,10	0,00
	33904900	0301000000			301.490,75	0,00	301.490,75	0,00
	33909200	0101000000			65,79	0,00	65,79	0,00
	Total do Projeto				2.066.616,64	367.486,96	2.066.616,64	0,00
4101	28	846	499	9020001				
	33900000	0101000000	1		0,00	0,00	0,00	0,00
	33909100	0101000000			40.652.647,91	260.677,14	40.652.647,91	0,00
	Total do Projeto				40.652.647,91	260.677,14	40.652.647,91	0,00
4102	2	61	543	44340001				
	33900000	0101000000	2		0,00	0,00	0,00	0,00
	33901400	0101000000			612.791,45	49.753,03	612.791,45	0,00
	33903000	0101000000			530.738,72	25.316,48	482.501,28	48.237,44
	33903300	0101000000			56.800,00	19.420,00	56.800,00	0,00
	33903600	0101000000			1.104.204,57	134.162,07	1.072.534,40	19.247,33
	33903600	0101000000	1		0,00	6.211,42	12.422,84	0,00
	33903700	0101000000			10.536.061,14	826.045,24	10.047.414,65	488.646,49
	33903800	0101000000			0,00	0,00	0,00	0,00
	33903900	0101000000			1.205.588,88	167.507,90	1.193.932,26	11.656,62
	33904700	0101000000			5.100,97	0,00	5.100,97	0,00
	33909200	0101000000			344.306,34	0,00	344.306,34	0,00

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexoll
 Realizado
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOUREO

Data 23/03/16
 Pagina 5
 SIA170B4
 ATE MES DE Dezembro / 2015

UO	FU	PR	SPO PROJ/ATIV.	Empenhado	Liquidado	Liquidado	Saldo
				Ate o mes	No Mes	Ate Mes	A Liquidar
			N. Desp. FR				
	33909300		0101000000	288.215,07	8.930,78	288.215,07	0,00
			Total do Projeto	14.683.807,14	1.237.346,92	14.116.019,26	567.787,88
			Total da Gestao	839.356.110,85	101.451.766,97	838.192.389,32	1.163.721,53
			Total da Gestao	839.356.110,85	101.451.766,97	838.192.389,32	1.163.721,53
	Total		Fonte do Estado	831.268.365,14	100.253.066,97	830.367.263,61	901.101,53
			Outras Fontes	8.087.745,71	1.198.700,00	7.825.125,71	262.620,00
			Total da Unidade	839.356.110,85	101.451.766,97	838.192.389,32	1.163.721,53
			Total da Unidade	839.356.110,85	101.451.766,97	838.192.389,32	1.163.721,53
	Total		Fonte Estado	831.268.365,14	100.253.066,97	830.367.263,61	901.101,53
			Outras Fontes	8.087.745,71	1.198.700,00	7.825.125,71	262.620,00
			Total Geral da Unidade	839.356.110,85	101.451.766,97	838.192.389,32	1.163.721,53
			Total Geral da Unidade	839.356.110,85	101.451.766,97	838.192.389,32	1.163.721,53
	Total		Geral Fonte Estado	831.268.365,14	100.253.066,97	830.367.263,61	901.101,53
			Geral Outras Fontes	8.087.745,71	1.198.700,00	7.825.125,71	262.620,00

%EOF



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS NO EXERCÍCIO DE 2015

Unidade	Nota de Orçamento	Fonte	Valor	Inst. Legal	Data	Diário	Publicação
Tribunal-040101	NO Nº 03	Superávit Financeiro	10.241.490,76	Decreto nº 30.863	16/06/2015	Diário Oficial	17/06/2015
Tribunal-040101	NO Nº 08	Excesso de Arrecadação de Receitas	10.000.000,00	Decreto nº 30.998	04/08/2015	Diário Oficial	04/08/2015
Tribunal-040101	NO Nº 16	Anulação Parcial de Dotação	13.540.000,00	Portaria TJ nº 3182	15/10/2015	Diário da Justiça	23/10/2015
Tribunal-040101	NO Nº 21	Anulação Parcial de Dotação	9.000.000,00	Decreto nº 31.332	18/11/2015	Diário Oficial	18/11/2015
Tribunal-040101	NO Nº 27	Anulação Parcial de Dotação	1.200.000,00	Portaria TJ nº 3854	09/12/2015	Diário da Justiça	14/12/2015
	NO Nº 31		800.000,00				
Tribunal-040101	NO Nº 29	Excesso de Arrecadação de Receitas	24.670.020,00	Decreto nº 31.411	17/12/2015	Diário Oficial	17/12/2015
Tribunal-040101	NO Nº 30	Excesso de Arrecadação de Receitas	53.769.874,00	Decreto nº 31.418	18/12/2015	Diário Oficial	18/12/2015



§ 1º O Ouvidor de Direitos Humanos poderá ser reconduzido uma única vez, observado o processo de escolha estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º Poderão compor a lista tríplice de que trata o caput deste artigo cidadãos com ílibada conduta e reconhecida atuação na promoção, proteção e defesa em direitos humanos.

§ 3º No exercício de suas atividades o Ouvidor de Direitos Humanos obedecerá aos princípios da independência, autonomia, transparência e respeito aos direitos humanos.

§ 4º O Ouvidor de Direitos Humanos não poderá integrar órgãos diretivos, deliberativos ou consultivos de entidades públicas ou privadas, nem ter qualquer vínculo com a Administração Pública Estadual ou exercer a advocacia.

Art. 4º Para o desempenho de suas atribuições é assegurado ao Ouvidor de Direitos Humanos:

I - tomar por termo depoimentos, a fim de esclarecer fatos a ele apresentados;

II - acompanhar o desenvolvimento dos procedimentos de apuração das denúncias por ele formuladas;

III - o acesso aos órgãos da Administração Pública Estadual, direta e indireta;

IV - produção semestral de relatórios sobre as atividades da Ouvidoria a serem encaminhadas ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e ao Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular - SEDIHPOP;

V - publicar o desempenho da Ouvidoria.

Art. 5º Após a publicação deste Decreto, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CEDDH terá um prazo de até 60 (sessenta) dias para iniciar o processo de escolha do Ouvidor de Direitos Humanos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 29 DE MAIO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA

Secretário-Chefe da Casa Civil

FRANCISCO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO

Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

Republicado por Incorreção.

ANEXO ÚNICO

CARGOS COMISSIONADOS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLOGIA	QTD
Ouvidor	DANS-2	01
Assessor de Ouvidoria	DAS-2	01
TOTAL		02

DECRETO Nº 30.863, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 10.241.490,76 (dez milhões, duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa reais e setenta e seis centavos), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64 e no inciso I do art. 5º da Lei Estadual nº 10.183 de 22.12.2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 10.241.490,76 (dez milhões, duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa reais e setenta e seis centavos), para atender à programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Tribunal de Justiça no exercício de 2014, no valor de R\$ 10.241.490,76 (dez milhões, duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa reais e setenta e seis centavos), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 16 DE JUNHO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda



ANEXO I

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EXERCÍCIO DE 2014

R\$

Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Este Crédito	Saldo Disponível
15.783.931,84	5.542.441,08	10.241.490,76	10.241.490,76	-

Obs: Recursos da Fonte 0301- Receita de exercício anterior dos Recursos Ordinário

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
04101.0206105434.434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	2	4.4.90.00	0	301	4.000.000,00	4.000.000,00
04101.0212205434.681 0001	Auxílio-Moradia No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	301	3.200.000,00	3.200.000,00
04101.0230205434.305 0001	Assistência Suplementar de Saúde No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	301	1.940.000,00	1.940.000,00
04101.0230605434.680 0001	Auxílio-Alimentação No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	301	800.000,00	800.000,00
04101.0233105434.675 0001	Auxílio-Transporte No Estado do Maranhão	F	1	3.3.90.00	0	301	301.490,76	301.490,76

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	---------------------------	-------

10.241.490,76	-	-	-	6.241.490,76	4.000.000,00	10.241.490,76
---------------	---	---	---	--------------	--------------	---------------

**DECRETO Nº 30.998, DE 4 DE AGOSTO DE 2015.**

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64 e no inciso II do art. 5º da Lei Estadual nº 10.183 de 22.12.2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de Excesso de Arrecadação proveniente do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 4 DE AGOSTO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECEITA

EXERCÍCIO DE 2015

Em R\$ 1,00

	Orçado	Arrecadado (Jan a Jun)	Previsão (Jul a Dez)	Nova Estimativa para o exercício	Excesso Previsto	Este Crédito	Saldo Disponível
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	4.950.000.000	2.432.615.282	2.635.156.271	5.067.771.553	117.771.553	10.000.000	107.771.553

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**ANEXO II - ACRÉSCIMO**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL



04101.0206105434.434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	10.000.000,00	10.000.000,00
------------------------------	---	---	---	-----------	---	-----	---------------	---------------

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	---------------------------	-------

10.000.000,00	-	-	-	10.000.000,00	-	10.000.000,00
---------------	---	---	---	---------------	---	---------------

DECRETO Nº 30.999, DE 4 DE AGOSTO DE 2015.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64 e no inciso II do art. 5º da Lei Estadual nº 10.183 de 22.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de Excesso de Arrecadação proveniente do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 4 DE AGOSTO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECEITA

EXERCÍCIO DE 2015**Em R\$ 1,00**

	Orçado	Arrecadado (Jan a Jun)	Previsão (Jul a Dez)	Nova Estimativa para o Exercício	Excesso Previsto	Utilizado em Crédito	Este Crédito	Saldo Disponível
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços- ICMS	4.950.000.000	2.432.615.282	2.635.156.271	5.067.771.553	117.771.553	10.000.000	12.000.000	95.771.553

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 21/10/2015 14:16 (ANILDES DE JESUS BERNARDES C CRUZ)

Diretoria Financeira

Coordenadoria de Orçamento

PORTARIA-TJ - 31822015

Código de validação: DD06EE1C21

Abre ao Tribunal de Justiça crédito suplementar no valor de R\$ 13.540.000,00 (Treze milhões e quinhentos e quarenta mil reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e o disposto no art. 39, §1º, inciso I da Lei Estadual n.º 10.132, de 04 de agosto de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aberto ao Tribunal de Justiça crédito suplementar no valor de R\$ 13.540.000,00 (Treze milhões e quinhentos e quarenta mil reais) para atender à programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento no valor de R\$ 13.540.000,00 (Treze milhões e quinhentos e quarenta mil reais), conforme anexo I.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Desembargadora CLEONICE SILVA FREIRE

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**ANEXO I - CANCELAMENTO**

04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA									
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
02.061.0543.4434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	13.540.000	13.540.000	
RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	
13.540.000	-	-	-		13.540.000		-	13.540.000	

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**ANEXO II - ACRÉSCIMO**

04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA									
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
02.306.0543.4680 0001	Auxílio-Alimentação No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	7.800.000	7.800.000	
02.122.0543.4681 0001	Auxílio-Moradia No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	4.200.000	4.200.000	
02.302.0543.4305 0001	Assistência Suplementar de Saúde No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	101	1.450.000	1.450.000	
02.331.0543.4675 0001	Auxílio-Transporte No Estado do Maranhão	F	1	3.3.90.00	0	101	90.000	90.000	
RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	
13.540.000	-	-	-		13.540.000		-	13.540.000	

Desembargadora CLEONICE SILVA FREIRE

Presidente do Tribunal de Justiça

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 21/10/2015 15:33 (CLEONICE SILVA FREIRE)

Supervisão dos Juizados Especiais

PORTARIA-CGJ - 45402015

Código de validação: 1185BBD2FF

A CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 60-A da Lei Complementar n.º 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão), com a redação dada pela Lei Complementar n.º 119 de 1º de julho de 2008, etc;

R E S O L V E,

Prorrogar os efeitos, a considerar o dia 01/10/15, da Portaria nº 3267/2015-CGJ, de 05/08/15, que designou o Juiz de Direito



21901.1012204114.457 0001	Administração da Unidade No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	121	2.406.941,89	2.406.941,89
21901.1030205593.128 0001	Expansão da Rede Assistencial do SUS No Estado do Maranhão	S	3	4.4.90.00	0	121	1.077.908,10	1.077.908,10
21901.1030205594.562 0001	Funcionamento da Rede Assistencial Própria do Estado No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	121	65.187.276,01	65.187.276,01
21901.1030305594.439 0251	Promoção do Acesso aos Medicamentos do Componente Estratégico, Especializado e de Alto Custo No Região da Saúde de São Luís	S	1	3.3.90.00	0	121	3.967.874,00	3.967.874,00

RECURSOS DO TESOUREO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
-	72.640.000,00	-	-	71.562.091,90	1.077.908,10	72.640.000,00

DECRETO Nº 31.332 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015

Abre ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 37.327.150,00 (trinta e sete milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e cinquenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso III, § 1º art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64; no inciso III do art. 5º e no inciso V do art. 7º da Lei Estadual nº 10.183 de 22.12.2014 e no inciso III do art. 7º do Decreto Estadual nº 31.265 de 03.11.2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 37.327.150,00 (trinta e sete milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e cinquenta reais), para atender à programação constante dos Anexos II ao IV.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária no Encargos Gerais do Estado/Encargos Administrativos, no valor de R\$ 37.327.150,00 (trinta e sete milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e cinquenta reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 18 DE NOVEMBRO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

60000 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
60103 - ENCARGOS ADMINISTRATIVOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
60103.0412203474.452 0001	Criação, Provimento, Reestruturação e Revisão de Cargos e Funções No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	37.327.150,00	37.327.150,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------	-------

37.327.150,00	-	-	37.327.150,00	-	-	37.327.150,00
---------------	---	---	---------------	---	---	---------------

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
02101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
02101.0112204114.674 0001	Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	9.327.150,00	9.327.150,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------	-------

9.327.150,00	-	-	9.327.150,00	-	-	9.327.150,00
--------------	---	---	--------------	---	---	--------------

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO III - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL



04101.0212205434.674 0001	Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	4.500.000,00	4.500.000,00
04101.0227104110.901 0001	Contribuição ao Regime Geral da Previdência No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	101	2.500.000,00	2.500.000,00
04101.0227204110.900 0001	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual No Estado do Maranhão	S	1	3.1.91.00	0	101	2.000.000,00	2.000.000,00

RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------	----------------------------	---------------------------	---------------------	-------

9.000.000,00	-	-	9.000.000,00	-	-	9.000.000,00
--------------	---	---	--------------	---	---	--------------

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO IV – ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO
07101 – PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	IDUSSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
07101.0312204114.674 0001	Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	19.000.000,00	19.000.000,00

RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------	----------------------------	---------------------------	---------------------	-------

19.000.000,00	-	-	19.000.000,00	-	-	19.000.000,00
---------------	---	---	---------------	---	---	---------------

DECRETO Nº 31.333, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área urbana com o perímetro de 148,35m² (cento e quarenta e oito vírgula trinta e cinco metros quadrados) localizada no Município de Paulino Neves/MA, para construção da ponte sobre o Rio Novo, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 64 da Constituição Estadual e de acordo com o disposto no art. 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e demais dispositivos legais aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, os direitos imobiliários sobre a área descrita no art. 2º deste Decreto, assim entendido, o domínio



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

11121 – SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
11121 – SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
11121.0413103174.547 0001	Realização e Promoção de Eventos No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	3.000.000,00	3.000.000,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
3.000.000,00	-	-	-	3.000.000,00	-	3.000.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

11121 – SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
11121 – SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
11121.0413103172.177 0001	Divulgação das Ações Governamentais No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	3.000.000,00	3.000.000,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
3.000.000,00	-	-	-	3.000.000,00	-	3.000.000,00

DECRETO Nº 31.411, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 83.638.566,00 (oitenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64; no inciso II do art. 5º e no inciso V do art. 7º da Lei Estadual nº 10.183 de 22.12.2014 e nos incisos II, III e XIII do art. 7º do Decreto Estadual nº 31.265 de 03.11.2015,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 83.638.566,00 (oitenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), para atender à programação constante nos Anexos III ao V.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Excesso de Arrecadação proveniente de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, no valor de R\$ 36.079.553,00 (trinta e seis milhões, setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais), conforme indicado no Anexo I; e

II - Excesso de Arrecadação proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, no valor de R\$ 47.559.013,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e treze reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 17 DE DEZEMBRO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECEITA DO ICMS

EXERCÍCIO DE 2015**Em R\$ 1,00**

	Orçado	Arrecadado (Jan a Out)	Previsão (Nov e Dez)	Reestimativa para o exercício	Excesso Previsto	Utilizado em Crédito	Este Crédito	Saldo Disponível
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	1.469.353.669	1.252.702.571	490.305.358	1.743.007.929	273.654.260	27.983.998	36.079.553	209.590.709

Obs: Deduzidas as vinculações constitucionais e legais

ANEXO II

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECEITA

EXERCÍCIO DE 2015**Em R\$ 1,00**

	Orçado	Arrecadado (Jan a Nov)	Previsão (Dez)	Nova Estimativa para o exercício	Excesso Previsto	Este Crédito	Saldo Disponível
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.200.000.000	1.164.607.472	82.952.118	1.247.559.590	47.559.590	47.559.013	577



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO III - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
04101.0212205434.674 0001	Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	19.434.485,00	19.434.485,00
04101.0227104110.901 0001	Contribuição ao Regime Geral da Previdência No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	101	1.303.109,00	1.303.109,00
04101.0227204110.900 0001	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual No Estado do Maranhão	S	1	3.1.91.00	0	101	3.932.426,00	3.932.426,00

RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------	----------------------------	---------------------------	---------------------	-------

24.670.020,00	-	-	24.670.020,00	-	-	24.670.020,00
---------------	---	---	---------------	---	---	---------------

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO IV - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

07000 - MINISTÉRIO PÚBLICO
07101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
07101.0312204114.674 0001	Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	9.022.357,00	9.022.357,00
07101.0327104110.901 0001	Contribuição ao Regime Geral da Previdência No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	101	372.968,00	372.968,00
07101.0327204110.900 0001	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual No Estado do Maranhão	S	1	3.1.91.00	0	101	2.014.208,00	2.014.208,00

RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------	----------------------------	---------------------------	---------------------	-------

11.409.533,00	-	-	11.409.533,00	-	-	11.409.533,00
---------------	---	---	---------------	---	---	---------------



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO V - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

17000 – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
17101 – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
17101.1212204114.674 0001	Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	105	47.559.013,00	47.559.013,00

RECURSOS DO TESOURO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
-	47.559.013,00	-	47.559.013,00	-	-	47.559.013,00

DECRETO Nº 31.412, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Cria o Distrito Industrial de Bacabeira e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, inciso III, da Constituição Estadual e tendo em vista o que dispõe art. 5º, alínea "i" e seu § 2º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 6.602, de 7 de dezembro de 1978, e demais dispositivos legais aplicáveis,

Considerando que é atribuição do Estado do Maranhão proporcionar condições para a realização de investimentos no setor produtivo, visando ao incremento do desenvolvimento industrial e comercial do Estado, nos termos dos arts. 24, inciso V, e 170 da Constituição Federal e arts. 2º, inciso IV, 12, inciso II, alínea "e", e 174 da Constituição Estadual;

Considerando que cabe ao poder público assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, mediante o controle e zoneamento de atividade potencial ou efetivamente poluidora de forma a compatibilizar o crescimento da produção com a preservação da qualidade do meio ambiente, nos termos dos arts. 2º, V, e 4º, I, da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, bem como a instalação de indústria consoante planejamento e zoneamento do uso e ocupação do solo de maneira racional e harmônica;

Considerando a localização estratégica do município de Bacabeira, com acesso rodoviário e ferroviário, e possibilidade de instalação de portos privados ou públicos;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Distrito Industrial de Bacabeira - DIBAC II.

Art. 2º O Distrito Industrial de Bacabeira - DIBAC II será implantado no Município de Bacabeira, em conformidade com o Plano Diretor do Uso e Ocupação do Solo.

Parágrafo único. Para a implantação do Distrito Industrial de Bacabeira, o Estado irá adquirir ou desapropriar terras, conforme indicações técnicas da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio - SEINC.

Art. 3º O Distrito Industrial destina-se à implantação de indústrias de base, bem como atividades complementares ou associadas.

Art. 4º O ordenamento da atividade deverá assegurar racionalidade à implantação e ao uso de infraestrutura complementar à atividade industrial, de modo a otimizar a utilização de recursos, bem como minimizar os eventuais impactos ambientais.

Art. 5º As empresas que vierem a se estabelecer no Distrito Industrial deverão submeter seus respectivos projetos executivos de engenharia e estudos ambientais aos órgãos competentes, de forma a assegurar a plena conformidade com a legislação ambiental aplicável.

Art. 6º Para os trabalhos de elaboração do Plano Diretor do Distrito Industrial, sua implementação e administração, o município de Bacabeira será ouvido pelo Governo do Estado.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 17 DE DEZEMBRO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

DECRETO Nº 31.413, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Estabelece critérios de redistribuição para a constituição das equipes docentes e o provimento dos cargos em comissão das unidades do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA, e dá outras providências.

Coordenadoria de Orçamento

PORTARIA-TJ - 38312015
Código de validação: CC6F70D981

Abre ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário crédito suplementar no valor de R\$ 3.310.000,00 (três milhões e trezentos e dez mil reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e o disposto no art. 39, §1º, inciso I da Lei Estadual n.º 10.132, de 04 de agosto de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aberto ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário crédito suplementar no valor de R\$ 3.310.000,00 (três milhões e trezentos e dez mil reais) para atender à programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento no valor de R\$ 3.310.000,00 (três milhões e trezentos e dez mil reais), conforme anexo I.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Desembargadora CLEONICE SILVA FREIRE

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA								ANEXO I - CANCELAMENTO	
04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04901 – FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO									
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
02.061.0543.1656	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	107	1.110.000	1.110.000	
0001		F	2	4.4.90.00	0	101	2.200.000	2.200.000	
RECURSOS DO TESOUREO		RECURSOS VINCULADOS		RECURSOS DE OUTRAS FONTES		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
2.200.000		1.100.000		-		-		1.110.000	
								2.200.000	
								3.310.000	

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA								ANEXO II - ACRÉSCIMO	
04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04901 – FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO									
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
02.061.0543.4436	Modernização do Judiciário No Estado do Maranhão	F	2	3.3.91.00	0	107	130.000	130.000	
0001		F	2	3.3.90.00	0	107	980.000	1.110.000	
		F	2	3.3.90.00	0	101	2.200.000	2.200.000	
RECURSOS DO TESOUREO		RECURSOS VINCULADOS		RECURSOS DE OUTRAS FONTES		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
2.200.000		1.110.000		-		-		1.110.000	
								2.200.000	
								3.310.000	

Desembargadora CLEONICE SILVA FREIRE
Presidente do Tribunal de Justiça

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 10/12/2015 16:07 (CLEONICE SILVA FREIRE)

PORTARIA-TJ - 38542015
Código de validação: 9ECBBE2BD8

Abre ao Tribunal de Justiça do Maranhão crédito suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e o disposto no art. 39, §1º, inciso I da Lei Estadual n.º 10.132, de 04 de agosto de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aberto ao Tribunal de Justiça do Maranhão crédito suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para atender à programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme anexo I.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

Desembargadora CLEONICE SILVA FREIRE

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA								ANEXO I - CANCELAMENTO	
04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES	

04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL
02.131.0543.4478	Comunicação e Divulgação Institucional							
0001	No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	800.000	800.000
02.126.0543.4434	Acesso à Justiça							
0001	No Estado do Maranhão	F	2	4.4.90.00	0	301	1.200.000	1.200.000
RECURSOS DO TESOUREIRO	RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL		
2.000.000	-	-	-	800.000	1.200.000	2.000.000		
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA								ANEXO II - ACRÉSCIMO
04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES
04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL
02.061.0543.4434	Acesso à Justiça							
0001	No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	800.000	800.000
		F	2	3.3.90.00	0	301	1.200.000	1.200.000
RECURSOS DO TESOUREIRO	RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL		
2.000.000	-	-	-	2.000.000	-	2.000.000		

Desembargadora CLEONICE SILVA FREIRE
Presidente do Tribunal de Justiça

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 10/12/2015 16:08 (CLEONICE SILVA FREIRE)

Fórum da Comarca de São Luís

Varas Cíveis

Primeira Vara Cível do Fórum Des. Sarney Costa

PROCESSO Nº 0049644-70.2011.8.10.0001 (499942011)

AÇÃO: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

CONSIGNANTE: FRANCISCO CABRAL ALVES FILHO

ADVOGADO: DARCILEIA FRAZAO ABAS (OAB 9620-MA), DIOGO DUAILIBE FURTADO (OAB 9147-MA) e JORGE DAVID SILVA FRAZÃO JUNIOR (OAB 10830-MA)

CONSIGNADO: BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

ADVOGADO: CELSO MARCON (OAB/MA 8104-A) e RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ (OAB 7872-MA)

ATO ORDINATÓRIO DE FL. 123: Certifico para os devidos fins que os autos retornaram do arquivo nesta data. Certifico, por fim, que, não havendo manifestações ulteriores, ficam intimados os litigantes, por meio de seus advogados regularmente constituídos nos autos, para que pleiteiem o que entenderem cabível à espécie, no prazo comum de 5 (cinco) dias, ficando advertidos que, após a preclusão do referido prazo, os autos serão remetidos ao arquivo, caso não haja manifestação de quaisquer das partes. O referido é verdade e dou fé. São Luís/MA, 10 de dezembro de 2015. João Henrique Maciel Gago Araújo - Secretário Judicial Titular da 1ª Vara Cível de São Luís/MA.

PROCESSO Nº 0000239-95.1993.8.10.0001 (2391993)

AÇÃO: ORDINÁRIO

REQUERENTE: LUIS GONZAGA MARTINS

ADVOGADO: GLYCIA DE ALMEIDA MARTINS RAPOSO (OAB 5453-MA) e HUGO GEDEON CARDOSO (OAB 8891-MA) e JOSE DE RIBAMAR CARDOSO FILHO (OAB 2666-MA) e OSEAS DE SOUZA MARTINS FILHO (OAB 781-MA)

REQUERIDO: BANCO ECONOMICO S/A - BANCO EXCEL ECONOMICO SA

ADVOGADO: JOÃO DE FARIAS PIMENTEL NETO (OAB 13878A-MA) e WILSON SALES BELCHIOR (OAB 11099A-MA)

DESPACHO DE FLS 1650:

Recebi hoje. Processo em ordem. Seguem informações em separado (fl. 1.651). Determino ao Secretário Judicial que remeta, com a máxima brevidade possível, as informações retromencionadas ao Eminentíssimo Desembargador Relator do agravo de instrumento nº. 51.738/2015. Feito isso, aguarde-se na Serventia Judicial o julgamento do referido recurso pelo Órgão Colegiado e, juntado aos autos o respectivo acórdão, retornem os autos conclusos para as providências pertinentes. Publique-se. São Luís (MA), 29 de



RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
696.832,00	-	-	-	-	696.832,00	696.832,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

56000 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
56101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	IDUSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
56101.1442105543.107 0001	Implantação e Modernização das Estruturas Físicas das Unidades Prisionais No Estado do Maranhão	F	2	4.4.90.00	0	101	696.832,00	696.832,00

RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
696.832,00	-	-	-	-	696.832,00	696.832,00

DECRETO Nº 31.418, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 95.462.723,00 (noventa e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, setecentos e vinte e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64; no inciso II do art. 5º e no inciso V do art. 7º da Lei Estadual nº 10.183 de 22.12.2014 e nos incisos III e XIII do art. 7º do Decreto Estadual nº 31.265 de 03.11.2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 95.462.723,00 (noventa e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, setecentos e vinte e três reais), para atender à programação constante dos Anexos II ao V.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de Excesso de Arrecadação proveniente de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, no valor de R\$ 95.462.723,00 (noventa e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, setecentos e vinte e três reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 18 DE DEZEMBRO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECEITA DO ICMS

EXERCÍCIO DE 2015

	Orçado	Arrecadado (Jan a Out)	Previsão (Nov e Dez)	Reestimati- va para o exercício	Excesso Previsto	Utilizado em Crédito	Este Crédito	Saldo Disponível
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	1.469.353.669	1.252.702.571	490.305.358	1.743.007.929	273.654.260	64.063.551	95.462.723	114.127.986

Obs: Deduzidas as vinculações constitucionais e legais

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

01000 – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
01101 – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	R P	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
01101.0112204114.674 0001	Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	12.896.382,00	12.896.382,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	---------------------------	-------

12.896.382,00	-	-	12.896.382,00	-	-	12.896.382,00
---------------	---	---	---------------	---	---	---------------



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO III - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

02101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
02101.0112204114.674 0001	Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	2.100.000,00	2.100.000,00
02101.0127104110.901 0001	Contribuição ao Regime Geral da Previdência No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	101	540.000,00	540.000,00
02101.0127204110.900 0001	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual No Estado do Maranhão	S	1	3.1.91.00	0	101	1.620.000,00	1.620.000,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	---------------------------	-------

4.260.000,00	-	-	4.260.000,00	-	-	4.260.000,00
--------------	---	---	--------------	---	---	--------------

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO IV - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
04101.0212205434.674 0001	Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	47.343.318,00	47.343.318,00
04101.0227104110.901 0001	Contribuição ao Regime Geral da Previdência No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	101	1.801.846,00	1.801.846,00
04101.0227204110.900 0001	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual No Estado do Maranhão	S	1	3.1.91.00	0	101	4.624.710,00	4.624.710,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	---------------------------	-------

53.769.874,00	-	-	53.769.874,00	-	-	53.769.874,00
---------------	---	---	---------------	---	---	---------------



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO V - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO
07101 – PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	R P	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
07101.0312204114.674 0001	Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	20.220.467,00	20.220.467,00
07101.0327104110.901 0001	Contribuição ao Regime Geral da Previdência No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	101	350.000,00	350.000,00
07101.0327204110.900 0001	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual No Estado do Maranhão	S	1	3.1.91.00	0	101	3.966.000,00	3.966.000,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
24.536.467,00	-	-	24.536.467,00	-	-	24.536.467,00

CASA CIVIL

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.903, de 10 de dezembro de 2008, e no Ofício nº 885/2015-GS/SEDUC, de 19 de novembro de 2015, da Secretaria de Estado da Educação,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a designação de ROSANE COSTA DE OLIVEIRA, Professor II, Matrícula nº 2068450, para o exercício da Função Gratificada de Atividades Educacionais de Gestor Auxiliar, símbolo FGAE-02, do Centro de Ensino Sertão Maranhense, no Município de Carolina, da Unidade Regional de Educação de Balsas, da Secretaria de Estado da Educação, integrante do ato coletivo publicado na Edição nº 083 do Diário Oficial do Estado, de 7 de maio de 2015.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 17 DE DEZEMBRO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.903, de 10 de dezembro de 2008, e no Ofício nº 885/2015-GS/SEDUC, de 19 de novembro de 2015, da Secretaria de Estado da Educação,

RESOLVE:

Retificar o ato de designação de SELLY SANTOS VILELA, Professor III, matrícula nº 1512870, para o exercício da Função Gratificada de Atividades Educacionais de Gestor Auxiliar, símbolo FGAE-02, do Centro de Ensino Maria do Socorro Almeida Ribeiro, no Município de Amapá do Maranhão, da Unidade Regional de Educação de São Luís, da Secretaria de Estado da Educação, publicado na Edição nº 180 do Diário Oficial do Estado, de 29 de setembro de 2015, corrigindo a Unidade Regional de Educação para Zé Doca.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 17 DE DEZEMBRO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.903, de 10 de dezembro de 2008, e no Ofício nº 885/2015-GS/SEDUC, de 19 de novembro de 2015, da Secretaria de Estado da Educação,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, KÊNIA SIMONE SOUSA BEZERRA, Professor III, Matrícula nº 1157072, da Função Gratificada de Atividades Educacionais de Gestor Auxiliar, símbolo FGAE-02, do Centro de Ensino Joviana da Silva Farias, no Município de



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIO REALIZADOS NO EXERCÍCIO 2015 - UNIDADE GESTORA - 40101

PREGÃO ELETRÔNICO 2015

UNIDADE GESTORA	PROCESSO	BASE LEGAL	OBJETO	VALOR DA LICITAÇÃO	MODALIDADE	VALOR CONTRATADO	NOME CONTRATADO	PRAZO	AUTORIDADE	PROTOCOLO TCE/SACOP
40101	45242/2014	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CLIPPING E MONITORAMENTO DE NOTICIÁRIO SOBRE O PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 476.624,00	PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 105.030,00	IRACEMA	31/12/2015	CLEONICE SILVA FREIRE	5318/15
40101	49165/2014	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE HIGIENE PARA A CASA DA CRIANÇA E A CRECHE DESª. JUDITH PACHECO	R\$ 234.050,04	PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 94.037,36	ML EMPREENHIMENTOS E CATARINA FERREIRA DE SOUSA	31/12/2015	CLEONICE SILVA FREIRE	10133/2015
40101	47114/2014	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	AQUISIÇÃO DE ESTANTES DE AÇO E ARMÁRIOS DE AÇO	R\$ 958.622,00	PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 161.125,00	CM DA C ALMEIDA E COMERCIAL MORBRAS	31/12/2015	CLEONICE SILVA FREIRE	8846/2015
40101	39663/2014	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	AQUISIÇÃO DE EXTINTORES	R\$ 311.553,20	PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 158.932,18	S. AMORIM DOS SANTOS	31/12/2015	CLEONICE SILVA FREIRE	9406/2015
40101	49163/2014	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS (BRINQUEDOTECA)	R\$ 10.433,08	PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 9.097,70	N R SAMPAIO, GAMA E ATLANTIS	31/12/2015	ANILDES DE JESUS BERNARDES C CRUZ	1444924339502 1444924339502 1444924339502
40101	580/2015	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA DE MOTORISTAS	R\$ 1.077.748,70	PREGÃO ELETRÔNICO	-	MANDADO DE SEGURANÇA	-	-	1435669153325
40101	5004/2015	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	AQUISIÇÃO DE TAPETES	R\$ 140.926,60	PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 30.120,00	CAPACHOS E CAPACHOS	31/12/2015	CLEONICE SILVA FREIRE	1434392186890 1439220507163
40101	54745/2014	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	CALIBRAÇÃO	R\$ 113.063,65	PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 70.500,00	QUARK MED	12 MESES	ANILDES DE JESUS BERNARDES C CRUZ	1442578777297
40101	1286/2015	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - CARRINHOS PARA TRANSPORTES DE CARGAS DIVERSAS	R\$ 55.769,40	PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 23.685,00	CH LIMA RAMOS E GP COMÉRCIO	31/12/2015	CLEONICE SILVA FREIRE	1449678863324
40101	17112/2015	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	AQUISIÇÃO DE REAGENTES SISTEMA MULTIPLEX	R\$ 172.968,00	PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 25.644,00	LIFE TECHNOLOGIES	31/12/2015	CLEONICE SILVA FREIRE	1443449680460

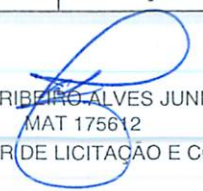
40101	4441/2014	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO LABORATÓRIO DE DNA	R\$ 10.752,00	PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 9.600,00	STERICYCE AMBIENTAL	12 MESES	ANILDES DE JESUS BERNARDES C CRUZ	1444841256141
40101	18457/2015	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS CONSUMÍVEIS E DE USO DOMÉSTICO	R\$ 101.826,34	PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 75.198,20	EMBRAMEDICA PAULO PINTO	31/12/2015	CLEONICE SILVA FREIRE	1443454834272
40101	31478/2015	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	LAVAGEM DE TAPETES	R\$ 261.000,00	PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 19.500,00	LAVANDERIA SÃO FRANCISCO LTDA	31/12/2015	CLEONICE SILVA FREIRE	1447161078394
40101	36791/2015	LEIS Nº 8.666/93 10.520/02	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTAVEIS, COPA E COZINHA	R\$ 735.434,50	PREGÃO ELETRÔNICO	-	-	-	-	-

PREGÃO PRESENCIAL 2015

UNIDADE GESTORA	PROCESSO	BASE LEIGAL	OBJETO	VALOR LICITAÇÃO	MODALIDADE	VALOR CONTRATADO	CONTRATADO	PRAZO	AUTORIDADE	PROTOCOLO TCE/SACOP
40101	22244/2014	LEI Nº 8.666/93	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS ODONTOLOGICOS	R\$ 413.186,22	PREGÃO PRESENCIAL	R\$ 100.054,47	GRAN MED, JF BARROS, BENTES E DENTEX	31/12/2015	ANILDES DE JESUS BERNARDES C CRUZ	4120/2014
40101	44404/2014	LEI Nº 8.666/93	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA O TRIBUNAL E CORREGEDORIA	R\$ 2.790.460,00	PREGÃO PRESENCIAL	R\$ 640.100,00	CCB DA SILVA - CELEBRE EVENTOS	12 MESES	ANILDES DE BERNARDES CRUZ	10657/2015
40101	49168/2014	LEI Nº 8.666/93	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CONFEÇÃO DE CARIMBOS	R\$ 293.606,80	PREGÃO PRESENCIAL	R\$ 85.180,00	L SANTANA DE OLIVEIRA E B PEREIRA COSTA	31/12/2015	CLEONICE SILVA FREIRE	9721/2015
40101	50397/2014	LEI Nº 8.666/93	CONTRATATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNEC. DE JORNAIS E REVISTAS	R\$ 226.926,07	PREGÃO PRESENCIAL	R\$ 100.151,20	MCS SERVIÇO GERAIS	31/12/2015	ANILDES DE JESUS BERNARDES C CRUZ	5767/2015
40101	15932/2015	LEI Nº 8.666/93	MÓVEIS GABINETE DES. FROZ	R\$ 162.903,43	PREGÃO PRESENCIAL	R\$ 162.000,00	VERMONT COMÉRCIO DE MÓVEISPLANEJADOS AMB LTDA	12 MESES	ANILDES DE JESUS BERNARDES C CRUZ	1451910761269

CONCORRÊNCIAS 2015

UNIDADE GESTORA	PROCESSO	BASE LEGAL	OBJETO	VALOR DA LICITAÇÃO	MODALIDADE	VALOR CONTRATADO	NOME CONTRATADO	PRAZO	AUTORIDADE	PROTOCOLO TCE/SACOP
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-


 DURVAL RIBEIRO ALVES JUNIOR
 MAT 175612
 COORDENADOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS


 LAURA SUELY LAVRA AMARAL
 MAT. 113381
 TÉCNICO JUDICIÁRIO


 Laura Suelly Lavra Amaral
 Técnico Judiciário



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

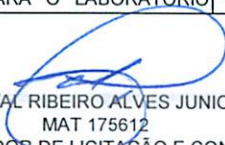
DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS (DISPENSA E INEXIGIBILIDADE) REALIZADOS NO EXERCÍCIO 2015 - UNIDADE GESTORA 40101

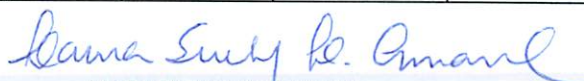
CONTRATO	UNIDADE GESTORA	PROCESSO	OBJETO	CONTRATADA	DATA PUBLICAÇÃO	BASE LEGAL	VIGÊNCIA		VALOR CONTRATO	PROTOCOLO TCE	AUTORIDADE SUPERIOR
							INÍCIO	TÉRMINO			
DISPENSA											
0004/2015	40101	13911/2014	SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E NÃO OFICIAIS.	H. M. BOGEA E CIA LTDA	21/01/2015	ART. 24, V DA LEI Nº 8.666/93	08/01/2015	31/12/2015	137.200,00		CLEONICE SILVA FREIRE
0009/2015	40101	59244/2014	CONTRATO EMERGENCIAL DE SERVIÇOS CONTÍNUOS (PASSAGEM AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS)	CARAVELAS TURISMO LTDA - EPP	23/02/2015	ART. 24, IV DA LEI Nº 8.666/93	06/02/2015	07/05/2015	883.430,40		CLEONICE SILVA FREIRE
0011/2015	40101	5607/2015	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELO BANCO DO BRASIL.	BANCO DO BRASIL S.A AG. SETOR PÚBLICO	19/03/2015	ART 24 VIII DA LEI Nº 8.666/93	17/03/2015	17/03/2020	0		CLEONICE SILVA FREIRE
0023/2015	40101	53529/2014	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AS INSTALAÇÕES DO FÓRUM DA COMARCA DE GOVERNADOR EGÊNIO BARROS.	ALEXANDRINO PEREIRA LINS NETO	26/03/2015	ART. 24, X DA LEI Nº 8.666/93	03/03/2015	03/03/2016	24.000,00		CLEONICE SILVA FREIRE
0028/2015	40101	40738/2015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO SISTEMA CARCERÁRIO.	DORALICE DE CARVALHO CALDAS	20/03/2015	ART. 24, X DA LEI Nº 8.666/93	11/03/2015	11/03/2016	40.188,72		CLEONICE SILVA FREIRE
0037/2015	40901	7557/2015	CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CIENTIFICA PARA REALIZAÇÃO DE TESTE DE PROFICIÊNCIA.	PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA.	27/08/2015	ART. 24, II DA LEI Nº 8.666/93	22/07/2015	31/12/2015	4.254,12	1441807886549	CLEONICE SILVA FREIRE
0059/2015	40101	9115/2015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO/MA.	MARIA CLEIDE PARENTE RODRIGUES	20/05/2015	ART. 24, X DA LEI Nº 8.666/93	15/05/2015	15/05/2016	18.000,00	1452093660678	CLEONICE SILVA FREIRE

0131/2015	40101	20244/2015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA RUA MANOEL GONÇALVES DE ALMEIDA, 948, FORQUILHA, TIMBIRAS/MA	FRANCISCA DAS CHAGAS MORAIS SOUSA	23/10/2015	ART. 24, X DA LEI Nº 8.666/93	04/09/2015	04/09/2016	24.000,00	1450193015787	CLEONICE SILVA FREIRE
0136/2015	40101	18653/2015	CATALOGAÇÃO E ENCADERNAÇÃO DE 250 LIVROS DE ACÓRDÃOS.	J.A. BOUCINHAS - ME	02/10/2015	ART. 24, II DA LEI Nº 8.666/93	18/09/2015	18/03/2015	7.000,00	1450103132039	CLEONICE SILVA FREIRE
0158/2015	40101	29897/2015	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PESQUISAS DE COMPARAÇÃO DE PREÇOS.	NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA	19/11/2015	ART. 24, I DA LEI Nº 8.666/93	29/10/2015	29/10/2016	7.990,00	1450386554841	CLEONICE SILVA FREIRE
0160/2015	40101	22447/2015	AQUISIÇÃO DE MATERIAL E INSTALAÇÃO AMBIENTE RECREATIVO INFANTIL.	STYLLO AMBIENTAÇÕES COMERCIO DE MOVEIS	19/11/2015	ART. 24, I DA LEI Nº 8.666/93	12/11/2015	31/12/2015	567,00		CLEONICE SILVA FREIRE
0164/2014	40101	38258/2014	LAVAGEM DE TAPETES À SECO.	JOSEILSON BEZERRA DOS SANTOS	23/03/2015	ART. 24, II DA LEI Nº 8.666/93	26/02/2015	26/02/2016	4.980,00		CLEONICE SILVA FREIRE
0170/2015	40101	29592/2015	SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO OPERACIONAL.	ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DO MARANHÃO	02/12/2015	ART. 24, XX DA LEI Nº 8.666/93	25/11/2015	26/11/2016	1.808.666,64	1449254703584	CLEONICE SILVA FREIRE
0171/2015	40101	35745/2015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA RUA SUCUPIRAS, QUADRA 47, Nº 31 RENASCENLA I, SÃO LUIS-MA. (NÚCLEO DE PENAS ALTERNATIVAS)	CARLOS BORROMEU DE PASSOS VALE	17/12/2015	ART. 24, X DA LEI Nº 8.666/93	18/11/2015	18/11/2016	72.000,00	1450279184186	CLEONICE SILVA FREIRE
NE0008/2015	40101	45317/2014	TRADUÇÃO DE CARTA ROGATÓRIA	ELLEN WHITE DE ALMEIDA HAGUE	12/02/2015	ART. 24, X DA LEI Nº 8.666/93	10/02/2015	31/12/2015	885,00		CLEONICE SILVA FREIRE
NE0567/2015	40101	56222/2014	CONTRATAÇÃO DE TRADUTOR.	LENA MARIA OMMUNDSEN	19/03/2015	ART. 24, X DA LEI Nº 8.666/93	17/03/2015	31/12/2015	420,00		CLEONICE SILVA FREIRE
NE1473/2015	40101	47555/2014	AQUISIÇÃO DE PEÇA DE REPOSIÇÃO PARA EQUIPAMENTO	QUARK MED LTDA	09/06/2015	ART. 24 DA LEI 8.666/93	28/05/2015	31/12/2015	2.100,00	1434740235590	CLEONICE SILVA FREIRE
NE1752/2015	40101	7821/2015	TRADUÇÃO DE CARTA ROGATÓRIA.	CII - CENTRO INTERNACIONAL DE IDIOMA	26/06/2015	ART. 24, X DA LEI Nº 8.666/93	23/06/2015	31/12/2015	715,00	1435778977381	CLEONICE SILVA FREIRE
NE3316/2015	40101	38269/2013	SERVIÇO DE TRADUÇÃO.	GLOBAL LANGUAGES EDITORAÇÃO ELETRÔNICA LTDA-ME	27/10/2015	ART. 24, X DA LEI Nº 8.666/93	21/10/2015	31/12/2015	1.342,04	1451934648915	CLEONICE SILVA FREIRE
INEXIGIBILIDADE											

0019/2015	40101	49946/2014	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO.	PROMEGA BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA	06/04/2015	ART. 25, I DA LEI Nº 8.666/93	11/02/2015	11/02/2016	15.900,00	1452196033811	CLEONICE SILVA FREIRE
0065/2015	40101	7819/2015	AQUISIÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE PERIÓDICOS.	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS	23/07/2015	ART. 25, I DA LEI Nº 8.666/93	29/05/2015	29/05/2016	9.657,00	1452197404737	CLEONICE SILVA FREIRE
0068/2015	40101	31750/2014	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO.	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COM. E IND. DE PROD. P BIOTEC. LTDA	22/06/2015	ART. 25, I DA LEI Nº 8.666/93	08/07/2015	08/07/2016	25.603,68	1452194355563	CLEONICE SILVA FREIRE
0080/2015	40101	41597/2015	AQUISIÇÃO DE MATERIAL CONSUMÍVEL PARA O LABORATÓRIO FORENSE DE BIOLOGIA	PROMEGA BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA	17/12/2015	ART. 25, I DA LEI Nº 8.666/93	17/12/2015	17/12/2015	31.800,00	1450383986093	CLEONICE SILVA FREIRE
0084/2015	40101	11257/2015	FORNECIMENTO DE MATERIAIS CONSUMÍVEIS PARA LABORATÓRIO FORENSE.	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COM. E IND. DE PROD.	04/09/2015	ART. 25, I DA LEI Nº 8.666/93	07/08/2015	07/08/2016	31.170,50	1441806907764	CLEONICE SILVA FREIRE
0095/2015	40101	18872/2015	ASSINATURA ANUAL DE PERIÓDICOS.	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS	27/10/2015	ART. 25, I DA LEI Nº 8.666/93	28/08/2015	28/08/2016	4.125,00	1450190132690	CLEONICE SILVA FREIRE
0173/2015	40101	41958/2015	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES	EDITORA NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL LTDA - ME	03/12/2015	8666/93	30/11/2015	30/11/2016	7.980,00	1449170836815	CLEONICE SILVA FREIRE
NE0063/2015	40101	29291/2015	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO.	WALTER ARANHA CAPANEMA	11/08/2015	ART. 25, II DA LEI Nº 8.666/93	03/08/2015	31/12/2015	7.968,00	1441824230689	CLEONICE SILVA FREIRE
NE0244/2015	40101	10907/2015	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM SEMINÁRIO.	MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA	04/05/2015	ART. 25 DA LEI Nº 8.666/93	22/04/2015	31/12/2015	10.170,00	1452198886584	CLEONICE SILVA FREIRE
NE0249/2015	40101	13710/2015	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO.	OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS EDITORA LTDA - EPP	04/05/2015	ART. 25, LEI Nº 8.666/93	24/04/2015	31/12/2015	12.950,00	14521972714400	CLEONICE SILVA FREIRE
NE0409/2015	40101	17823/2015	INSCRIÇÃO DE MAGISTRADO EM CURSO	INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS	10/08/2015	ART. 25, II DA LEI Nº 8.666/93	11/06/2015	31/12/2015	1.350,00	1441286558987	CLEONICE SILVA FREIRE
NE0410/2015	40101	18338/2015	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO.	INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS	10/08/2015	ART. 25, II DA LEI Nº 8.666/93	11/06/2015	31/12/2015	1.350,00	1441287232723	CLEONICE SILVA FREIRE

NE0516/2015	40101	25766/2015	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO.	DE EM	DA SILVA ALVES CONSULTORIA EM GESTÃO	14/07/2015	ART. 25, II DA LEI Nº 8.666/93	14/07/2015	31/12/2015	4.600,00	1437137759907	CLEONICE SILVA FREIRE
NE0593/2015	40101	22173/2015	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO.	DE EM	FEDERAÇÃO NACIONAL DE SECRETARIAS SECRETÁRIOS	11/08/2015	ART. 25, II DA LEI Nº 8.666/93	11/08/2015	31/12/2015	3.160,00	1441826163799	CLEONICE SILVA FREIRE
NE0596/2015	40101	23843/2015	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO.	DE EM	CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO	14/08/2015	ART. 25, II DA LEI Nº 8.666/93	05/08/2015	31/12/2015	5.780,00	1441826909010	CLEONICE SILVA FREIRE
NE0597/2015	40101	28790/2015	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO.	DE EM	IBRADEP	12/08/2015	ART. 25, II DA LEI Nº 8.666/93	05/08/2015	31/12/2015	2.900,00	1441823599784	CLEONICE SILVA FREIRE
NE0616/2015	40101	29696/2015	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO.	DE EM	FORUM CULTURAL ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA	24/08/2015	ART. 25, II DA LEI Nº 8.666/93	24/08/2015	31/12/2015	5.380,00	1441285797818	CLEONICE SILVA FREIRE
NE0774/2015	40101	40094/2015	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO.	DE EM	ESAFI-ESCOLA DE ADM.E TREINAMENTO LTDA	05/11/2015	ART. 25, II DA LEI Nº 8.666/93	27/10/2015	31/12/2015	6.870,00	1451938602296	CLEONICE SILVA FREIRE
NE0808/2015	40101	39726/2015	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO.	DE EM	CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO	10/11/2015	ART. 25, II DA LEI Nº 8.666/93	04/11/2015	31/12/2015	2.490,00	1451936784410	CLEONICE SILVA FREIRE
NE1568/2015	40101	15501/2015	FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA O LABORATÓRIO	DE	GE HEALTHCARE LIFE SCIENCES DO BRASIL	10/06/2015	ART. 25 DA LEI Nº 8.666/93	03/06/2015	31/12/2015	2.480,57	1434115766528	CLEONICE SILVA FREIRE


 DURVAL RIBEIRO ALVES JUNIOR
 MAT 175612
 COORDENADOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS


 LAURA SUELY LAVRA AMARAL
 MAT. 113381
 TÉCNICO JUDICIÁRIO


 Laura Suely Lavra Amaral
 Técnico Judiciário
 Matrícula: 113381



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONCILIAÇÃO BANCÁRIA - DEZEMBRO 2015

CONTA: 001388466 10000 5

DISCRIMINAÇÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Saldo Bancário no Último Dia do Mês R\$	42.311,64
(+) Débitos Não Creditados no Extrato Bancários R\$	21.720,00
(+) Débitos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	42.463,13
SUB-TOTAL	106.494,77
(-) OB's Emitidas e Não Apresentadas ao Banco R\$	0,00
(-) Créditos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	0,00
Saldo Atual SIAFEM R\$	106.494,77

São Luis (MA), 30 de dezembro de 2015

MEMÓRIA DE CÁLCULO:

DÉBITOS BANCÁRIOS NÃO CONTABILIZADOS NO SIAFEM	
30/04/2013-Tar Extrato Solic Agência	2,00
26/02/2014- Pagtos.Diversos Autorizados	42.301,13
06/03/2015- Tar Assinatura Malote	16,00
08/04/2015- Tar Assinatura Malote	16,00
08/05/2015- Tar Assinatura Malote	16,00
08/06/2015- Tar Assinatura Malote	16,00
07/07/2015-Tar Assinatura Malote	16,00
07/08/2015-Tar Assinatura Malote	16,00
08/09/2015-Tar Assinatura Malote	16,00
07/10/2015-Tar Assinatura Malote	16,00
09/11/2015-Tar Assinatura Malote	16,00
09/12/2015-Tar Assinatura Malote	16,00
TOTAL	42.463,13

DÉBITOS NÃO CREDITADOS NO EXTRATO BANCÁRIO	
16/06/2014- NL 02540	21.720,00


Régina Pereira da Silva
Coordenadora de Contabilidade TJ-MA
Matrícula: 99382

SIAFEM2015-CONTAB,CONSULTAS,IMPRAZAO (IMPRIME RAZAO)
 CONSULTA EM 01/02/2016 AS 14:54, PAG.0001 USUARIO : CELIA REGINA
 UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 GESTAO : 00001 - GESTAO TESOIRO
 CONTA : 1.1.1.1.1.19.01 - = BANCO DO BRASIL
 CC : 00138466100005

D O C U M E N T O

D A T A	U.G.	GESTAO	NUMERO	EVENTO	M O V I M E N T O	S A L D O
						SALDO ANTERIOR A 01DEZ2015
10DEZ2015	040101	00001	2015OB04660	701984	260.677,14C	309.676,47D
30DEZ2015	040101	00001	2015NL06966	550505	58.886,83D	48.999,33D
31DEZ2015	040101	00001	2015NL06962	550505	1.416,84D	107.886,16D
31DEZ2015	040101	00001	2015NL06991	555505	58.886,83C	
31DEZ2015	040101	00001	2015NL06992	550505	56.078,60D	106.494,77D

AGENCIA: 3846 Conta: 00000010000 De: 01/12/2015 a 31/12/2015 Pag: 00001 / 00001

----- TRIB JUST MA PRECATORIOS -----

-- Para uso interno do BANCO, SEM VALOR LEGAL - dados sujeitos a confirmacao --

Data Bal.	Historico	Documento	Orig Lote	V a l o r
0911	Saldo Anterior em 09/11/2015			9.984,00C
0712	170-TAR SERV MALOTE	853410801406532	13113	16,00D
	Tarifa referente a 30/11/2015			
0712	Saldo Parcial			9.968,00C
1012	132-ORDEM BANCARIA	0050213	13138	260.677,14D
	855-BB CP ADM ABSOL	0000069		250.709,14C
3112	Saldo Final			0,00C

OBSERVACOES:

- A TARIFA DESTE EXTRATO NAO SERA COBRADA

Fim do extrato

MPD09A SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil 12/01/2016
F4479089 AUTO-ATENDIMENTO 11.05.01

----- Extrato de Conta Corrente - SEM SENHA -----

AGENCIA: 3846 Conta: 00000010000 De: 01/12/2015 a 31/12/2015 Pag: 00001 / 00001

----- TRIB JUST MA PRECATORIOS -----

-- Para uso interno do BANCO, SEM VALOR LEGAL - dados sujeitos a confirmacao --

Data Bal.	Historico	Documento	Orig Lote	V a l o r
0911	Saldo Anterior em 09/11/2015			9.984,00C
0712	170-TAR SERV MALOTE	853410801406532	13113	16,00D
	Tarifa referente a 30/11/2015			
0712	Saldo Parcial			9.968,00C
1012	132-ORDEM BANCARIA	0050213	13138	260.677,14D
	855-BB CP ADM ABSOL	0000069		250.709,14C
3112	Saldo Final			0,00C

OBSERVACOES:

- A TARIFA DESTE EXTRATO NAO SERA COBRADA

Fim do extrato

F3/15 Sai F5/17 Tela Ant. F7/19 Pag.Ant. F8/20 Prox.Pag.

MPD09A SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil 12/01/2016
F4479089 AUTO-ATENDIMENTO 11.06.25

----- Extrato de Conta Corrente - SEM SENHA -----

GFIMA30A SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil 18/01/2016
F4479089 Gerenciador de Fundo de Investimento 15:40:21

----- Resumo Mês Dezembro -----
Cliente TRIB JUST MA PRECATORIOS 00069 S PUBLICO ABSOLUTO

Agência 3846 6 S.PUBLICO SAO LUIS Conta 10000 5

Saldo Anterior	291.603,94	
Aplicações	0,00	« Dez / 2015 »
Resgates	250.709,14 (-)	
Rendimento Bruto	1.416,84	A rentabilidade abaixo e o
IR	0,00	rendimento bruto se referem ao
IOF	0,00	período do último dia útil do
Taxa de Saída	0,00	mês anterior ao último dia
Bônus Performance	0,00	útil do mês.

Saldo em 31/12/2015 42.311,64

Rendimento Líquido	1.416,84	
Rendimento Tributado	0,00	Rentabilidade no Mês 1,0694

(NA030-03) Consulta efetuada em 18/01/2016 as 15:40:21 por F4479089

F1 Ajuda F2 Periodo F3 Sai F5 Encerra F6 IR Pago



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONCILIAÇÃO BANCÁRIA DE DEZEMBRO DE 2015

CONTA: 18.636 - 8 BANCO DO BRASIL
DISCRIMINAÇÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA/PAGTO DE PESSOAL


Saldo Bancário no Último Dia do Mês R\$	19.018.683,58
(+) Depósitos Bancário Não Contabilizados no Extrato R\$	19.870,59
(+) Débitos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	13.728.654,17
SUB-TOTAL	32.767.208,32
(-) OB's Emitidas e Não Apresentadas ao Banco R\$	-
(-) Créditos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	-
Saldo Atual SIAFEM R\$	32.767.208,32

São Luis (MA), 31 de dezembro de 2015

MEMÓRIA DE CÁLCULO

DEBITOS BANCÁRIOS NÃO CONTAB. NO SIAFEM	
tarifa adiantamento depositante	38,20
tarifa de assinatura malote (FEV)	12,00
tarifa de assinatura malote (MAR)	12,00
tarifa de assinatura malote (ABR)	12,00
tarifa de assinatura malote (MAI)	12,00
tarifa bancária - maio2014	10,00
tarifa de assinatura malote (mar.15)	16,00
tarifa de assinatura malote (abr.15)	16,00
tarifa de assinatura malote (mai.15)	16,00
tarifa de assinatura malote (jun.15)	16,00
tarifa de assinatura malote (jul.15)	16,00
tarifa de assinatura malote (ago.15)	16,00
tarifa de assinatura malote (set.15)	16,00
tarifa de assinatura malote (out.15)	16,00
tarifa de assinatura malote (nov.15)	16,00
tarifa de assinatura malote (dez.15)	16,00
tarifa	6,80
31/12/14-Custeio Feri Produtividade - Of.BB	80.820,99
auxilio ferri - dezembro 2015	50.000,00
auxilio moradia out 2015	1.335.207,65
alimentação novembro 2015	4.068.669,00
alimentação dezembro 2015	4.030.389,00
moradia novembro 2015	1.304.563,54
moradia dezembro 2015	2.106.871,00
DEA folha de dezembro 2015	628.032,85
pag autorizados (pagamento multa GFIP - 15)	86.127,95
estagiarios novembro 2015	28.952,57
estagiarios dezembro 2015	28.756,62
T O T A L	13.728.654,17

DEPOSITO BANCARIO NÃO CONTABILIZADO NO EXTRATO	
22/12/2014-Valor juros e multa gfp	8.203,35
restituição erario (out)	0,11
restituição erario (dez)	13.667,13
T O T A L	19.870,59


Célia Regina Pereira da Silva
Coordenadora de Contabilidade TJ-MA
Matrícula: 99382

----- TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG -----

-- Para uso interno do BANCO, SEM VALOR LEGAL - dados sujeitos a confirmacao --

Data Bal.	Historico	Documento Orig	Lote	V a l o r
3011	Saldo Anterior em 30/11/2015			0,00C
0112	052-TED	0000126	13071	771.342,20D
	104 1739 00360305000104 CAIXA ECONOMIC			
	052-TED	0012615	13071	98.103,20D
	104 1739 00360305000104 CAIXA ECONOMIC			
	155-CONSIGNACAO	12968875010100	13349	1.863.551,84D
	155-CONSIGNACAO	12968875020100	13349	368.424,41D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071		3.101.421,65C
0112	Saldo Parcial			0,00C
0212	632-OB 12 STN	5741410000000	14056	4.447,50C
	269897150054-14 SECRETARIA DE GESTAO D			
	632-OB 12 STN	5741413000000	14056	4.447,50C
	269897150054-14 SECRETARIA DE GESTAO. D			
0212	250-FOLHA PAGAMENTO	0015943	13134	4.604,59D
0212	Saldo Parcial			4.290,41C
0312	632-OB 12 STN	5770900000000	14056	30.936,43C
	059624210001-17 TRIBUNAL REGIONAL ELEI			
	632-ORDEM BANCARIA	201512010042251	14138	26.122,80C
	M GOV EST CONT UNICA			
	345-BB CP ADM DIFER	0000071		61.349,64D
0312	Saldo Parcial			0,00C
0412	132-ORDEM BANCARIA	0050209	13138	7.337.165,86D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071		7.337.165,86C
0412	Saldo Parcial			0,00C
0712	170-TAR SERV MALOTE	853410801406539	13113	16,00D
	Tarifa referente a 30/11/2015			
0712	855-BB CP ADM DIFER	0000071		10.000,00C
0712	Saldo Parcial			9.984,00C
1012	729-TRANSFERENCIA	13051582010100	14349	36.898.461,93C
	729-TRANSFERENCIA	13053413010100	14349	7.986.064,44C
	211-PAG DIVERSOS	0028279	13134	595.786,15D
	393-PAG DIVERSOS	0028280	13134	7.681,11D
	397-PAG DIVERSOS	0028280	13134	564,80D
	393-PAG DIVERSOS	0028281	13134	624.963,04D
	211-PAG DIVERSOS	0028282	13134	4.682,79D
	393-PAG DIVERSOS	0028283	13134	3.956,83D
	393-PAG DIVERSOS	0028284	13134	184.754,37D
	144-TRANSFERENCIA	13053296010100	13349	53.470.140,48D
1012	855-BB CP ADM DIFER	0000071		9.998.019,20C
1012	Saldo Parcial			0,00C
1412	870-TRANSF.ON LINE	662725000018066	2725 99026	5.011,66C
	14/12 2725	18066-1 P M TIMBIRAS		
	632-ORDEM BANCARIA	201512100046371	14138	12.147,39C
	M GOV EST CONT UNICA			
	132-ORDEM BANCARIA	0050215	13138	95.043,70D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071		77.884,65C
1412	Saldo Parcial			0,00C
1512	729-TRANSFERENCIA	13089750010100	14349	125.287,63C
	345-BB CP ADM DIFER	0000071		125.287,63D
1512	Saldo Parcial			0,00C
1612	729-TRANSFERENCIA	13094532010100	14349	13.000.000,00C
	250-FOLHA PAGAMENTO	0019579	13134	12.643.466,02D
1612	393-FOLHA PAGAMENTO	0019580	13134	77.930,58D
	393-FOLHA PAGAMENTO	0019581	13134	37.408,45D
	397-FOLHA PAGAMENTO	0019581	13134	381,74D
	250-FOLHA PAGAMENTO	0100966	13134	181.867,66D
	250-FOLHA PAGAMENTO	0551012	13134	28.756,62D
	132-ORDEM BANCARIA	0050217	13138	950.622,07D

	855-BB CP ADM DIFER	0000071		920.433,14C
1612	Saldo Parcial			0,00C
1712	669-DEVOLUCAO	0100966	14134	254,08C
		000002837		
	669-DEVOLUCAO	103510800099901	14134	4.086,38C
		000002836		
1712	Saldo Parcial			4.340,46C
1812	870-TRANSF.ON LINE	663399000014401 3399	99026	6.254,21C
	18/12 3399	14401-0 E M ADM PORTUA		
	729-TRANSFERENCIA	13116658010100	14349	31.899.012,25C
	729-TRANSFERENCIA	13121182010100	14349	2.397.060,17C
	729-TRANSFERENCIA	13121195010100	14349	7.950.538,33C
	250-FOLHA PAGAMENTO	0041904	13134	38.796.964,37D
	250-FOLHA PAGAMENTO	0041905	13134	468.595,83D
	250-FOLHA PAGAMENTO	0041906	13134	119.714,22D
	250-FOLHA PAGAMENTO	0041907	13134	185.652,46D
	393-FOLHA PAGAMENTO	0041908	13134	210.374,11D
	393-FOLHA PAGAMENTO	0041909	13134	57.301,07D
	397-FOLHA PAGAMENTO	0041909	13134	381,74D
	250-FOLHA PAGAMENTO	0041910	13134	747.683,79D
	250-FOLHA PAGAMENTO	0041911	13134	4.086,38D
1812	250-FOLHA PAGAMENTO	0100966	13134	270.324,06D
	345-BB CP ADM DIFER	0000071		1.396.127,39D
1812	Saldo Parcial			0,00C
2112	669-DEVOLUCAO	0100966	14134	276,21C
		000002844		
	669-DEVOLUCAO	103550800140474	14134	6.274,28C
		000002840		
	669-DEVOLUCAO	103550800140474	14134	5.689,22C
		000002842		
	669-DEVOLUCAO	103550800140474	14134	5.759,26C
		000002843		
	669-DEVOLUCAO	103550800140474	14134	26.827,51C
		000002848		
2112	345-BB CP ADM DIFER	0000071		44.826,48D
2112	Saldo Parcial			0,00C
2312	632-ORDEM BANCARIA	201512220049081	14138	10.641,71C
	M GOV EST CONT UNICA			
	632-ORDEM BANCARIA	201512220049147	14138	26.113,09C
	M GOV EST CONT UNICA			
	345-BB CP ADM DIFER	0000071		36.754,80D
2312	Saldo Parcial			0,00C
2812	250-FOLHA PAGAMENTO	0015707	13134	6.274,28D
	393-FOLHA PAGAMENTO	0015708	13134	6.050,81D
	250-FOLHA PAGAMENTO	0015709	13134	3.641,61D
	250-FOLHA PAGAMENTO	0015710	13134	638,92D
2812	855-BB CP ADM DIFER	0000071		16.605,62C
2812	Saldo Parcial			0,00C
3012	612-RECEB FORNEC	0514274	14134	42.976,00C
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LUI			
	612-RECEB FORNEC	0514277	14134	25.013,88C
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LUI			
	729-TRANSFERENCIA	13192726010100	14349	29.692.248,45C
	211-PAG DIVERSOS	0024907	13134	590.896,68D
	393-PAG DIVERSOS	0024908	13134	620.061,91D
	211-PAG DIVERSOS	0024909	13134	4.682,79D
	393-PAG DIVERSOS	0024910	13134	3.968,77D
	393-PAG DIVERSOS	0024911	13134	182.552,42D
	144-TRANSFERENCIA	13200449010100	13349	13.085.148,10D
3012	345-BB CP ADM DIFER	0000071		15.272.927,66D
3012	Saldo Parcial			0,00C
3112	393-PAG DIVERSOS	0004679	13134	7.681,11D

	397-PAG DIVERSOS	0004679	13134	564,80D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071		10.000,00C
3112	Saldo Final			1.754,09C

OBSERVACOES:

- A TARIFA DESTE EXTRATO NAO SERA COBRADA

Fim do extrato

GFIMA30A SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil 12/01/2016
F4479089 Gerenciador de Fundo de Investimento 11:13:42

----- Resumo Mês Dezembro -----
Cliente TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG 00071 S PUBLICO DIFERENCIA

Agência 3846 6 S.PUBLICO SAO LUIS Conta 18636 8

Saldo Anterior	23.319.941,13	
Aplicações	16.937.273,60	« Dez / 2015 »
Resgates	21.471.530,12 (-)	
Rendimento Bruto	98.844,86	A rentabilidade abaixo e o
IR	0,00	rendimento bruto se referem ao
IOF	0,00	período do último dia útil do
Taxa de Saída	0,00	mês anterior ao último dia
Bônus Performance	0,00	útil do mês.

Saldo em 31/12/2015 18.884.529,47

Rendimento Líquido	98.844,86	
Rendimento Tributado	0,00	Rentabilidade no Mês 1,1124

(NA030-03) Consulta efetuada em 12/01/2016 as 11:13:42 por F4479089
F1 Ajuda F2 Periodo F3 Sai F5 Encerra F6 IR Pago

BANCO DO BRASIL

18/01/2016 - AUTO-ATENDIMENTO - 15.42.27

RESUMO DE CDB/BB REAPLIC

Agência : 3846-6 Conta : 18.636-8
 Cliente : TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHAO

Período : 01/12/2015 a 31/12/2015

=====

BB CDB DI

=====

Data	Dt.proc	Histórico	Valor
30/11		Saldo anterior	
		valor capital	132.500,00
		Rendimento mensal	
		valor juros	2.093,50
31/12		Saldo final	
		valor capital	132.500,00

RESUMO DOS DEPOSITOS EM SER

Nr.Depósito	Dt.aplic	Capital Inicial	Saldo de Capital	Taxa	Vencimento
2500589951450	02/08/2012	17.364.000,00	132.500,00	99,00	07/07/2017

RENDIMENTO BRUTO NO PERIODO POR DEPOSITO

Data	Nr. Depósito	Rend.Bruto
31/12	2500589951450	51.698,85

F3 Sai F6 impressao F7 Pag.Ant. F8 Prox.Pag.

SPAFEM2015-CONTAB,CONSULTAS,IMPRAZAO (IMPRIME RAZAO)
 CONSULTA EM 02/02/2016 AS 16:40 PAG.0001 USUARIO : CELIA REGINA
 UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 GESTAO : 00001 - GESTAO TESOUREO
 CONTA : 1.1.1.1.19.01 - = BANCO DO BRASIL
 CC : 00138466186368

D O C U M E N T O									
D A T A	U.G.	GESTAO	NUMERO	EVENTO	M O V I M E N T O	S A L D O			
SALDO ANTERIOR A 01DEZ2015						77342.716,34D			
01DEZ2015	040101	00001	2015NS00297	881884	4789.714,02C				
01DEZ2015	040101	00001	2015NS00298	881884	2091.577,81C				
04DEZ2015	040101	00001	2015OB04613	701984	2374.987,45C				
04DEZ2015	040101	00001	2015OB04614	701984	214.428,26C				
04DEZ2015	040101	00001	2015OB04615	701984	4534.922,15C				
04DEZ2015	040101	00001	2015OB04616	701984	212.828,00C				
10DEZ2015	040101	00001	2015NL06171	550505	24.417,30D				
10DEZ2015	040101	00001	2015NL06172	550505	24.417,30D				
10DEZ2015	040101	00001	2015NL06173	550505	8.895,00D				
10DEZ2015	040101	00001	2015NL06174	550505	26.122,80D				
10DEZ2015	040101	00001	2015NL06175	550505	26.122,80D				
11DEZ2015	040101	00001	2015NL06182	550505	251,63D				
14DEZ2015	040101	00001	2015NL06198	550505	12.371,28D				
14DEZ2015	040101	00001	2015OB04699	701984	125.287,63C				
14DEZ2015	040101	00001	2015NL06202	706984	125.287,63D				
14DEZ2015	040101	00001	2015OB04700	701984	95.043,70C				
14DEZ2015	040101	00001	2015NL06223	560605	29479.494,00C				
14DEZ2015	040101	00001	2015NL06227	560605	308.997,49C				
14DEZ2015	040101	00001	2015NL06228	560605	4526.686,43C				
15DEZ2015	040101	00001	2015NL06267	550505	81,88D				
15DEZ2015	040101	00001	2015NL06268	550505	301,62D				
15DEZ2015	040101	00001	2015NL06269	550505	383,58D				
15DEZ2015	040101	00001	2015NL06270	550505	1.141,85D				
15DEZ2015	040101	00001	2015NL06271	550505	177,41D				
15DEZ2015	040101	00001	2015NL06272	550505	1.222,26D				
15DEZ2015	040101	00001	2015NL06273	550505	356,78D				
16DEZ2015	040101	00001	2015NL06296	550505	300,16D				
16DEZ2015	040101	00001	2015NL06297	550505	227,57D				
16DEZ2015	040101	00001	2015NL06299	550505	253,92D				
16DEZ2015	040101	00001	2015NL06300	550505	1.344,35D				
16DEZ2015	040101	00001	2015NL06302	550505	1.268,71D				
16DEZ2015	040101	00001	2015NL06303	550505	115,40D				
16DEZ2015	040101	00001	2015NL06305	550505	1.998,40D				
SALDO ANTERIOR A 01DEZ2015						28840.300,52D			

16DEZ2015	040101	00001	2015NL06308	550505	1,440,51D
16DEZ2015	040101	00001	2015NL06314	550505	350,08D
16DEZ2015	040101	00001	2015NL06316	550505	2,253,86D
16DEZ2015	040101	00001	2015NL06317	550505	22,72D
16DEZ2015	040101	00001	2015NL06318	550505	174,44D
16DEZ2015	040101	00001	2015OB904734	701984	950,622,07C
21DEZ2015	040101	00001	2015NL06461	560605	12721,396,60C
21DEZ2015	040101	00001	2015NL06465	560605	219,657,85C
21DEZ2015	040101	00001	2015NL06486	560605	328,006,87C
21DEZ2015	040101	00001	2015NL06491	550505	36898,461,93D
21DEZ2015	040101	00001	2015NL06492	550505	13000,000,00D
21DEZ2015	040101	00001	2015NL06493	550505	31899,012,25D
21DEZ2015	040101	00001	2015NL06494	550505	6919,240,00D
21DEZ2015	040101	00001	2015NL06818	555505	6919,240,00C
23DEZ2015	040101	00001	2015NL06630	560605	6650,856,79C
23DEZ2015	040101	00001	2015NL06633	560605	2577,305,79C
23DEZ2015	040101	00001	2015NL06638	560605	1847,737,79C

27899.428,57D

96427.841,43D

85351.941,06D

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

TRANSPORTE 85351.941,06D

31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6825	550505	29692.248,45D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6851	550505	5.011,66D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6852	550505	25.013,88D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6853	550505	26.113,09D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6854	550505	10.641,71D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6855	550505	12.147,39D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6857	550505	6.254,21D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6861	550505	42.976,00D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6875	555505	13.230,89C	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6876	555505	18.065,47C	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6877	555505	4.965,72C	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6879	555505	95.027,37C	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6902	550505	98.844,86D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6903	550505	7986.064,44D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6904	550505	7950.538,33D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6907	560605	30753.056,65C	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6908	565605	3.123,52D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6909	565605	7.251,83D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6968	560605	66555.288,58C	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6979	560605	1410.408,48C	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO6999	550505	359.070,58D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO7000	555505	359.070,58C	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO7001	550505	359.070,58D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO7002	550505	4.344,00D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO7003	550505	3.390,00D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO7004	550505	30.936,43D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO7005	550505	335,01D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO7006	550505	670,02D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO7007	550505	335,01D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NLO7008	565605	66555.288,58D	
31DEZ2015	040101	00001	2015NS00330	881884	46673.253,02C	
31DEZ2015	040101	00001	2015NS00331	881884	19882.035,56C	

32767.208,32D



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONCILIAÇÃO BANCÁRIA DEZEMBRO DE 2015

CONTA: 001388466 29 000 9

DISCRIMINAÇÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Saldo Bancário no Último Dia do Mês R\$	1.173.279,50
(+) Débitos Não Creditados no Extrato Bancários R\$	
(+) Débitos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	1.230,64
SUB-TOTAL	1.174.510,14
(-) OB's Emitidas e Não Apresentadas ao Banco R\$	
(-) Créditos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	2.067,43
Saldo Atual SIAFEM R\$	1.172.442,71

São Luis (MA), 30 de dezembro de 2015

MEMÓRIA DE CÁLCULO:

CRÉDITOS BANCÁRIOS NÃO CONTABILIZADOS NO SIAFEM		
09/11/2015	Transferência Online Tamer Moraes (trsn esmam)	2.067,43
TOTAL	XX	2.067,43

DEBITOS BANCÁRIOS NÃO CONTABILIZADOS NO SIAFEM		
08/04/2015	Tar Assinatura Serv Malot	16,00
13/04/2015	remessas de estagios 2015 (transferir)	1.083,24
08/05/2015	Tar Assinatura Serv Malot	16,00
08/06/2015	Tar Assinatura Serv Malot	16,00
07/07/2015	Tar Assinatura Serv Malot	16,00
03/08/2015	Tarifas pagamentos	3,40
07/08/2015	Tar Assinatura Serv Malot	16,00
08/09/2015	Tar Assinatura Serv Malot	16,00
07/10/2015	Tar Assinatura Serv Malot	16,00
09/11/2015	Tar Assinatura Serv Malot	16,00
07/12/2015	Tar Assinatura Serv Malot	16,00
TOTAL	XXX	1.230,64


Célia Regina Pereira da Silva
Coordenadora de Contabilidade TJ-MA
Matrícula: 99382

----- TRIB JUSTICA MA CUSTEIO -----

-- Para uso interno do BANCO, SEM VALOR LEGAL - dados sujeitos a confirmacao --

Data Bal.	Historico	Documento	Orig	Lote	V a l o r
3011	Saldo Anterior em	30/11/2015			4.916,61C
0112	830-DEPOS.ONLINE	57578029880277	2787	99056	30,00C
	830-DEPOS.ONLINE	83921217400348	8392	12174	84,24C
	830-DEPOS.ONLINE	83921564500556	8392	15645	1.000,00C
	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	8392	70394	3,68C
	01/12 *****3781	JOSEMARY A ALM			
	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	0895	71945	1.000,00C
	01/12 *****5685	JURI MARCO TEI			
	870-TRANSF.ON LINE	600554000031905	0554	99020	352,00C
	01/12 0554	31905-8 GLAUCIA EPIFAN			
	870-TRANSF.ON LINE	603649000022680	3649	99020	918,00C
	01/12 3649	22680-7 PETRONIO A PER			
	132-ORDEM BANCARIA	0050206		13138	442.215,08D
0112	855-BB CP ADM DIFER	0000071			433.910,55C
0112	Saldo Parcial				0,00C
0212	830-DEPOS.ONLINE	5281100000292	0528	11000	561,00C
	870-TRANSF.ON LINE	220562000033789	0562	70890	500,00C
	02/12 0562	33789-7 RAQUEL GOUDARD			
	132-ORDEM BANCARIA	0050207		13138	71.674,75D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071			70.613,75C
0212	Saldo Parcial				0,00C
0312	830-DEPOS.ONLINE	57578023610385	4407	99056	50,00C
0212	972-OB CANCEL	2015045340000		14138	548,00C
	132-ORDEM BANCARIA	0050208		13138	18.971,58D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071			18.373,58C
0312	Saldo Parcial				0,00C
0412	870-TRANSF.ON LINE	222954000010603	8392	70394	17,17C
	04/12 2954	10603-8 ADRIELLE LUISA			
	132-ORDEM BANCARIA	0050209		13138	878.106,80D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071			878.089,63C
0412	Saldo Parcial				0,00C
0712 0412	972-OB CANCEL	2015046070000		14138	274,00C
	170-TAR SERV MALOTE	853410801406545		13113	16,00D
	Tarifa referente a 30/11/2015				
0712	Saldo Parcial				258,00C
0912	870-TRANSF.ON LINE	221414000033678	4323	73257	2,07C
	09/12 1414	33678-5 VIVIANE SOUSA			
	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	2972	70222	825,82C
	09/12 *****2309	BIANCA R A FEI			
0912	870-TRANSF.ON LINE	608618000036555	8618	99020	918,00C
	09/12 8618	36555-6 ALEXANDRE M SO			
	132-ORDEM BANCARIA	0050212		13138	45.588,61D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071			43.584,72C
0912	Saldo Parcial				0,00C
1012	830-DEPOS.ONLINE	57578004280112	0568	99056	800,00C
	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	2972	70224	4,49C
	10/12 *****7066	RAIMUNDO NONAT			
	729-TRANSFERENCIA	13051560010100		14349	12.000.000,00C
	132-ORDEM BANCARIA	0050213		13138	318.724,66D
	144-TRANSFERENCIA	13053413010100		13349	7.986.064,44D
	345-BB CP ADM DIFER	0000071			3.696.015,39D
1012	Saldo Parcial				0,00C
1112	830-DEPOS.ONLINE	2066732260	8392	13149	450,00C
1112	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	5908	72645	8.000,00C
	11/12 *****6330	JURI PEDRO G J			
	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	0124	71150	800,00C
	11/12 *****7872	JURI PAULO V G			
	132-ORDEM BANCARIA	0050214		13138	753.693,81D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071			744.443,81C
1112	Saldo Parcial				0,00C

1412	830-DEPOS.ONLINE	87191414100316	8719	14141	4,00C
	870-TRANSF.ON LINE	220044000046911	2726	70838	800,00C
	14/12 0044	46911-4 MARCYA HELENA			
	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	0554	72617	3.300,00C
	14/12 *****9083	JURI ADOLFO PI			
	870-TRANSF.ON LINE	602972000035138	2972	99020	42,30C
	14/12 2972	35138-5 LILIA MENDES C			
1412	870-TRANSF.ON LINE	602972000035138	2972	99020	3,70C
	14/12 2972	35138-5 LILIA MENDES C			
	870-TRANSF.ON LINE	603650000028808	3650	99020	800,00C
	14/12 3650	28808-7 CARLOS ALBERTO			
	132-ORDEM BANCARIA	0050215		13138	51.736,35D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071			46.786,35C
1412	Saldo Parcial				0,00C
1512	830-DEPOS.ONLINE	44091088100546	4409	10881	860,00C
	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	4409	71703	4,00C
	15/12 *****1285	JUR ALESSANDRA			
	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	2787	71592	70,00C
	15/12 *****1291	JEANE O BRITO			
	870-TRANSF.ON LINE	522645000028011	2645	99012	170,00C
	15/12 2645	28011-9 PRISCILA FRANC			
1512	132-ORDEM BANCARIA	0050216		13138	314.472,82D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071			313.368,82C
1512	Saldo Parcial				0,00C
1612	830-DEPOS.ONLINE	57578035500136	2449	99056	1.000,00C
	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	4323	73257	63,18C
	16/12 *****9508	ANA LARISSA S			
	870-TRANSF.ON LINE	602972000024188	2972	99020	35,00C
	16/12 2972	24188-1 DANDARA FLAVIA			
	132-ORDEM BANCARIA	0050217		13138	47.421,52D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071			46.323,34C
1612	Saldo Parcial				0,00C
1712	875-TRF POUPANCA	2972510022945	2972	99012	4,55C
	17/12 2972	22945-8 MONICA RAFAELA			
	830-DEPOS.ONLINE	16511537500186	1651	15375	1.600,00C
1712	830-DEPOS.ONLINE	57578002520021	3627	99056	80,00C
	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	8683	71829	400,00C
	17/12 *****6009	JURI VANESSA L			
	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	2782	70206	800,00C
	17/12 *****6626	JURI MARCIO CA			
	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	1485	73641	450,00C
	17/12 *****4090	JURI THADEU AL			
	132-ORDEM BANCARIA	0050218		13138	1.901.540,49D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071			1.898.205,94C
1712	Saldo Parcial				0,00C
1812	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	0554	72617	4.408,00C
	18/12 *****2615	JURI MARCOS OL			
	900-MOVIM. DO DIA	223846000020000	8392	71132	8,06C
	18/12 *****2005	ANTONIO J V FI			
1812	870-TRANSF.ON LINE	525016000023052	5016	99012	7,13C
	18/12 5016	23052-9 ALEXSANDRO MAR			
	972-OB CANCEL	2015047440000		14138	416,81C
	729-TRANSFERENCIA	13116689010100		14349	6.919.240,00C
	144-TRANSFERENCIA	13121195010100		13349	7.950.538,33D
	855-BB CP ADM DIFER	0000071			1.026.458,33C
1812	Saldo Parcial				0,00C
2212	870-TRANSF.ON LINE	222972000045514	8523	70225	120,00C
	22/12 2972	45514-8 MARIA TERESA F			
2212	Saldo Parcial				120,00C
2812	830-DEPOS.ONLINE	57578013370137	5794	99056	100,00C
2812	Saldo Parcial				220,00C
3012	830-DEPOS.ONLINE	8951443300316	0895	14433	51,05C
3112	Saldo Final				271,05C

-- Para uso interno do BANCO, SEM VALOR LEGAL - dados sujeitos a confirmacao --

OBSERVACOES:

- A TARIFA DESTE EXTRATO NAO SERA COBRADA

Fim do extrato

GFIMA30A SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil 12/01/2016
F4479089 Gerenciador de Fundo de Investimento 11:09:33

----- Resumo Mês Dezembro -----
Cliente TRIB JUSTICA MA CUSTEIO 00071 S PUBLICO DIFERENCIA

Agência 3846 6 S.PUBLICO SAO LUIS Conta 29000 9

Saldo Anterior	2.959.817,96	
Aplicações	3.696.015,39	« Dez / 2015 »
Resgates	5.520.158,82 (-)	
Rendimento Bruto	25.333,92	A rentabilidade abaixo e o
IR	0,00	rendimento bruto se referem ao
IOF	0,00	período do último dia útil do
Taxa de Saída	0,00	mês anterior ao último dia
Bônus Performance	0,00	útil do mês.

Saldo em 31/12/2015 1.161.008,45

Rendimento Líquido	25.333,92	
Rendimento Tributado	0,00	Rentabilidade no Mês 1,1124

(NA030-03) Consulta efetuada em 12/01/2016 as 11:09:33 por F4479089
F1 Ajuda F2 Periodo F3 Sai F5 Encerra F6 IR Pago

MPD09A SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil 12/01/2016
F4479089 AUTO-ATENDIMENTO 11.10.43
----- Extrato de Conta Corrente - SEM SENHA -----

BANCO DO BRASIL

18/01/2016 - AUTO-ATENDIMENTO - 15.48.53

RESUMO DE CDB/BB REAPLIC

Agência : 3846-6 Conta : 29.000-9
 Cliente : TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHAO

Período : 01/12/2015 a 31/12/2015

BB CDB DI

Data	Dt.proc	Histórico	Valor
30/11		Saldo anterior	
		valor capital	12.000,00
		Rendimento mensal	
		valor juros	192,00
31/12		Saldo final	
		valor capital	12.000,00

RESUMO DOS DEPOSITOS EM SER

Nr.Depósito	Dt.aplic	Capital Inicial	Saldo de Capital	Taxa	Vencimento
2410013308947	02/08/2012	1.245.500,00	12.000,00	100,00	07/07/2017

RENDIMENTO BRUTO NO PERIODO POR DEPOSITO

Data	Nr. Depósito	Rend.Bruto
31/12	2410013308947	4.737,60

F3 Sai F6 impressao F7 Pag.Ant. F8 Prox.Pag.

- SIAFEM2015-CONTAB,CONSULTAS,IMPRAZAO (IMPRIME RAZAO)
 CONSULTA EM 18/01/2016 AS 11:15 PAG.0001 USUARIO : CELIA REGINA
 NIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 ESTAO : 00001 - GESTAO TESOUREIRO
 ONTA : 1.1.1.1.19.01 - = BANCO DO BRASIL
 C : 00138466290009

D O C U M E N T O

A T A	U.G.	GESTAO	NUMERO	EVENTO	M O V I M E N T O	S A L D O

SALDO ANTERIOR A 01DEZ2015						2972.439,49D
1DEZ2015	040101	00001	20150B04499	701984		245.547,86C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04500	701984		14.545,50C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04501	701984		246,54C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04502	701984		32.542,49C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04503	701984		2.958,41C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04504	701984		102.311,58C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04505	701984		6.163,36C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04506	701984		13.559,38C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04507	701984		1.232,68C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04508	701984		11.219,35C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04509	701984		675,86C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04510	701984		1.486,90C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04511	701984		135,17C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04512	701984		800,00C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04513	701984		300,00C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04514	701984		500,00C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04515	701984		7.590,50C
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00231	541495		399,50C
1DEZ2015	040101	00001	2015NL05961	706984		5,32D
1DEZ2015	040101	00001	2015NL05962	706984		102.311,58D
1DEZ2015	040101	00001	2015NL05963	706984		6.163,36D
1DEZ2015	040101	00001	2015NL05964	706984		13.559,38D
1DEZ2015	040101	00001	2015NL05965	706984		1.232,68D
1DEZ2015	040101	00001	2015NL05966	706984		11.219,35D
1DEZ2015	040101	00001	2015NL05967	706984		675,86D
1DEZ2015	040101	00001	2015NL05968	706984		1.486,90D
1DEZ2015	040101	00001	20150B04517	701984		135,17D
1DEZ2015	040101	00001	20150B04518	701984		102.311,59C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04519	701984		6.163,36C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04520	701984		13.559,37C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04521	701984		1.232,68C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04522	701984		11.219,35C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04522	701984		675,86C

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

TRANSPORTE 2518.346,73D

02DEZ2015	040101	00001	20150B04538	701984	1.436,00C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04539	701984	668,50C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04540	701984	300,00C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04541	701984	230,00C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04542	701984	300,00C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04543	701984	13.220,73C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04544	701984	246,82C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04545	701984	701,50C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04546	701984	701,50C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04547	701984	701,50C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04548	701984	1.469,00C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04549	701984	15.841,18C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04550	701984	979,65C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04551	701984	2.772,27C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04552	701984	15.841,18C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04553	701984	979,65C	
02DEZ2015	040101	00001	20150B04554	701984	2.772,27C	
02DEZ2015	040101	00001	2015NS00299	706984	548,00D	2459.732,98D
03DEZ2015	040101	00001	20150B04555	701984	5.905,00C	
03DEZ2015	040101	00001	2015GR00234	541495	339,36D	
03DEZ2015	040101	00001	20150B04556	701984	5.498,18C	
03DEZ2015	040101	00001	20150B04557	701984	886,40C	
03DEZ2015	040101	00001	20150B04558	701984	3.736,13C	
03DEZ2015	040101	00001	20150B04559	701984	263,87C	
03DEZ2015	040101	00001	20150B04560	701984	855,00C	
03DEZ2015	040101	00001	20150B04561	701984	855,00C	
03DEZ2015	040101	00001	20150B04562	701984	204,00C	
03DEZ2015	040101	00001	20150B04563	701984	384,00C	
03DEZ2015	040101	00001	20150B04564	701984	384,00C	
03DEZ2015	040101	00001	2015GR00235	541495	918,00D	2442.018,76D
04DEZ2015	040101	00001	20150B04565	701984	279,00C	
04DEZ2015	040101	00001	20150B04566	701984	279,00C	
04DEZ2015	040101	00001	20150B04567	701984	279,00C	
04DEZ2015	040101	00001	20150B04568	701984	351,00C	
04DEZ2015	040101	00001	20150B04569	701984	476,00C	
04DEZ2015	040101	00001	20150B04570	701984	351,00C	
04DEZ2015	040101	00001	20150B04571	701984	476,00C	
04DEZ2015	040101	00001	20150B04572	701984	651,00C	
04DEZ2015	040101	00001	20150B04573	701984	1.100,00C	

1DEZ2015 040101 00001 20150B04523 701984
1DEZ2015 040101 00001 20150B04524 701984
2DEZ2015 040101 00001 20150B04525 701984
2DEZ2015 040101 00001 2015GR00232 541495
2DEZ2015 040101 00001 2015GR00233 541495
2DEZ2015 040101 00001 20150B04526 701984
2DEZ2015 040101 00001 20150B04527 701984
2DEZ2015 040101 00001 20150B04528 701984
2DEZ2015 040101 00001 20150B04529 701984
2DEZ2015 040101 00001 20150B04530 701984
2DEZ2015 040101 00001 20150B04531 701984
2DEZ2015 040101 00001 20150B04532 701984
2DEZ2015 040101 00001 20150B04533 701984
2DEZ2015 040101 00001 20150B04534 701984
2DEZ2015 040101 00001 20150B04535 701984
2DEZ2015 040101 00001 20150B04536 701984
2DEZ2015 040101 00001 20150B04537 701984

1.486,90C
135,17C
912,47C
130,00D
500,00D
394,50C
394,50C
394,50C
855,00C
581,00C
548,00C
1.743,00C
1.162,00C
548,00C
3.643,03C
668,50C
668,50C

2530.229,73D

A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO MOVIMENTO S A L D O

TRANSPORTE		1581.237,41D
4DEZ2015	040101 00001 20150B04591 701984	673,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04592 701984	918,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04593 701984	918,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04594 701984	918,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04595 701984	673,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04596 701984	918,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04597 701984	645,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04598 701984	870,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04599 701984	870,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04600 701984	1.185,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04601 701984	645,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04602 701984	870,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04603 701984	351,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04604 701984	651,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04605 701984	645,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04606 701984	1.514,45C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04607 701984	274,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04608 701984	548,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04609 701984	581,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04610 701984	870,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04611 701984	870,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04612 701984	918,00C
4DEZ2015	040101 00001 2015NS00301 706984	274,00D
4DEZ2015	040101 00001 20150B04617 701984	134,16C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04618 701984	19.421,96C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04619 701984	8.599,82C
4DEZ2015	040101 00001 2015GR00236 541495	20,00D
4DEZ2015	040101 00001 20150B04620 701984	7.940,66C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04621 701984	1.812,86C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04622 701984	3.914,74C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04623 701984	315,72C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04624 701984	1.600,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04625 701984	117,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04626 701984	108,69C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04627 701984	384,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04628 701984	384,60C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04629 701984	855,00C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04630 701984	3.840,01C
4DEZ2015	040101 00001 20150B04631 701984	3.840,01C
		1518.617,35D

4DEZ2015	040101	00001	20150B04574	701984	279,00C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04575	701984	1.218,00C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04576	701984	476,00C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04577	701984	1.185,00C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04578	701984	870,00C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04579	701984	1.185,00C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04580	701984	1.185,00C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04581	701984	1.185,00C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04582	701984	1.185,00C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04583	701984	701.009,16C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04584	701984	42.229,47C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04585	701984	92.904,83C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04586	701984	8.445,89C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04587	701984	673,00C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04588	701984	918,00C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04589	701984	673,00C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04590	701984	918,00C

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

TRANSPORTE

1238.749,38D

10DEZ2015	040101	00001	2015GR00237	541495	385,51D	
10DEZ2015	040101	00001	2015OB04649	701984	2.797,33C	
10DEZ2015	040101	00001	2015OB04650	701984	14.645,55C	
10DEZ2015	040101	00001	2015OB04651	701984	4.356,09C	
10DEZ2015	040101	00001	2015OB04652	701984	5.771,69C	
10DEZ2015	040101	00001	2015OB04653	701984	990,14C	
10DEZ2015	040101	00001	2015OB04654	701984	2.750,74C	
10DEZ2015	040101	00001	2015OB04655	701984	68,65C	
10DEZ2015	040101	00001	2015OB04656	701984	2.904,80C	
10DEZ2015	040101	00001	2015OB04657	701984	95,20C	
10DEZ2015	040101	00001	2015OB04658	701984	4.105,42C	
10DEZ2015	040101	00001	2015OB04659	701984	371,08C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04661	701984	20.717,58C	1200.278,20D
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04662	701984	5.790,15C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04663	701984	997,15C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04664	701984	76,83C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04665	701984	97,10C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04666	701984	5.725,50C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04667	701984	972,62C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04668	701984	1.216,50C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04669	701984	1.216,50C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04670	701984	1.216,50C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04671	701984	2.598,00C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04672	701984	800,00C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04673	701984	1.673,54C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04674	701984	81.906,45C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04675	701984	10.238,31C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04676	701984	930,76C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04677	701984	49.288,68C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04678	701984	329.904,44C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04679	701984	43.722,27C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04680	701984	3.974,75C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04681	701984	4.808,30C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04682	701984	289,65C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04683	701984	637,24C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04684	701984	57,93C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04685	701984	2.780,58C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04686	701984	102.311,57C	
11DEZ2015	040101	00001	2015OB04687	701984	6.163,37C	

ODEZ2015 040101 00001 20150B04632 701984	870,00C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04633 701984	645,00C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04634 701984	4.954,63C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04635 701984	680,23C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04636 701984	5.372,64C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04637 701984	838,78C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04638 701984	5.823,87C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04639 701984	1.009,94C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04640 701984	4.187,66C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04641 701984	394,96C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04642 701984	735,00C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04643 701984	209.768,96C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04644 701984	4.072,05C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04645 701984	1.163,44C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04646 701984	26.875,56C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04647 701984	2.443,23C
ODEZ2015 040101 00001 20150B04648 701984	2.352,00C

A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO MOVIMENTO S A L D O

TRANSPORTE				401.507,14D	
5DEZ2015	040101	00001	20150B04703	701984	645,00C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04704	701984	581,00C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04705	701984	2.598,00C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04706	701984	274,00C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04707	701984	651,00C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04708	701984	274,00C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04709	701984	581,00C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04710	701984	384,00C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04711	701984	1.622,15C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04712	701984	581,00C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04713	701984	3.704,56C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04714	701984	254,71C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04715	701984	3.569,15C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04716	701984	176.800,00C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04717	701984	261,40C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04718	701984	55,40C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04719	701984	2.220,02C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04720	701984	918,00C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04721	701984	19.873,76C
5DEZ2015	040101	00001	2015GR00242	541495	400,00B
5DEZ2015	040101	00001	20150B04722	701984	11.086,50C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04723	701984	583,50C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04724	701984	17.964,35C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04725	701984	945,49C
5DEZ2015	040101	00001	2015GR00243	541495	A 290,00B
5DEZ2015	040101	00001	20150B04726	701984	5.669,38C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04727	701984	205,62C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04728	701984	19.420,00C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04729	701984	40.737,94C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04730	701984	271,89C
5DEZ2015	040101	00001	2015GR00244	541495	450,00B
5DEZ2015	040101	00001	2015GR00245	541495	57,80B
5DEZ2015	040101	00001	2015GR00246	541495	229,00D
5DEZ2015	040101	00001	2015GR00247	541495	30,00D
5DEZ2015	040101	00001	20150B04731	701984	a 11.985,00C
5DEZ2015	040101	00001	2015GR00248	541495	1.000,00D
5DEZ2015	040101	00001	2015GR00249	541495	6,20D
5DEZ2015	040101	00001	2015GR00250	541495	17,17D
5DEZ2015	040101	00001	2015GR00251	541495	84,24D

90.201,12D

1DEZ2015	040101	00001	20150B04688	701984	13,559,38C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04689	701984	1,232,68C
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00238	541495	288,00D
1DEZ2015	040101	00001	20150B04690	701984	54,158,30C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04691	701984	4,225,29C
1DEZ2015	040101	00001	20150B04692	701984	405,89C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04693	701984	5,718,95C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04694	701984	31,319,36C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04695	701984	10,680,64C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04696	701984	3,736,13C
4DEZ2015	040101	00001	20150B04697	701984	263,87C
4DEZ2015	040101	00001	2015GR00239	541495	8,000,00D
4DEZ2015	040101	00001	20150B04698	701984	17,40C
4DEZ2015	040101	00001	2015GR00240	541495	11,10D
4DEZ2015	040101	00001	2015GR00241	541495	100,00D
5DEZ2015	040101	00001	20150B04701	701984	870,00C
5DEZ2015	040101	00001	20150B04702	701984	870,00C
					446,872,39D
					403,247,14D

A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

10521.143,36D

TRANSPORTE

'DEZ2015	040101	00001	20150B04745	701984	21,94C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04746	701984	8.089,00C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04747	701984	279,00C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04748	701984	384,00C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04749	701984	204,00C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04750	701984	2.031,32C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04751	701984	1.286,25C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04752	701984	1.059,81C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04753	701984	29,62C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04754	701984	6.080,88C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04755	701984	320,04C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04756	701984	3.968,32C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04757	701984	331,28C	
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00256	541495	70,00D	
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00257	541495	860,00D	
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00258	541495	4,00D	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04758	701984	32.280,21C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04759	701984	11.700,00C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04760	701984	245.547,86C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04761	701984	32.542,49C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04762	701984	14.545,50C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04763	701984	246,54C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04764	701984	2.958,41C	
'DEZ2015	040101	00001	20150B04765	701984	14.500,00C	
'DEZ2015	040101	00001	2015NS00308	706984	416,81B	10144.087,70D
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00259	541495	35,00D	10144.122,70D
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00260	541495	3.300,00D	
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00261	541495	4,00D	10147.426,70D
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00262	541495	2,00D	
'DEZ2015	040101	00001	2015NL06824	550505	6919.240,00D	17066.668,70D
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00263	541495	4.408,00D	
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00264	541495	7,13D	
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00265	541495	4,55D	
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00266	541495	100,00D	17071.188,38D
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00267	541495	63,18D	
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00268	541495	1.600,00D	
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00269	541495	170,00D	
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00270	541495	60,76D	
'DEZ2015	040101	00001	2015GR00271	541495	8,06D	17073.090,38D

6DEZ2015 040101 00001 2015GR00252 541495
6DEZ2015 040101 00001 2015GR00253 541495
6DEZ2015 040101 00001 2015OB04732 701984
6DEZ2015 040101 00001 2015OB04733 701984
6DEZ2015 040101 00001 2015GR00254 541495
6DEZ2015 040101 00001 2015GR00255 541495
6DEZ2015 040101 00001 2015OB04735 701984
6DEZ2015 040101 00001 2015NL06325 550505
7DEZ2015 040101 00001 2015OB04736 701984
7DEZ2015 040101 00001 2015OB04737 701984
7DEZ2015 040101 00001 2015OB04738 701984
7DEZ2015 040101 00001 2015OB04739 701984
7DEZ2015 040101 00001 2015OB04740 701984
7DEZ2015 040101 00001 2015OB04741 701984
7DEZ2015 040101 00001 2015OB04742 701984
7DEZ2015 040101 00001 2015OB04743 701984
7DEZ2015 040101 00001 2015OB04744 701984

3,68D
2,00D
33.169,02C
1.493,98C
350,00D
4,49D
773,52C
12000.000,00D
9.800,00C
200,00C
929.810,00C
46.260,73C
430.008,91C
53.751,11C
4.886,46C
48.000,00C
416,81C

12044.277,38D

A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

17079.106,72D

TRANSPORTE

1DEZ2015	040101	00001	2015GR00289	541495	50,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00290	541495	8,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00291	541495	200,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00292	541495	561,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00293	541495	400,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00294	541495	80,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00295	541495	918,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00296	541495	800,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00297	541495	8,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015NL06849	550505	1.000,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00298	541495	51,05D
1DEZ2015	040101	00001	2015NL06902	550505	25.333,92D
1DEZ2015	040101	00001	2015NL06903	560605	7986.064,44C
1DEZ2015	040101	00001	2015NL06904	560605	7950.538,33C
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00299	541495	888,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00300	541495	412,55D
1DEZ2015	040101	00001	2015NL06944	560605	8,00C
1DEZ2015	040101	00001	2015NL06945	560605	500,00C
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00301	541495	384,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00302	541495	500,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015GR00303	541495	450,00D
1DEZ2015	040101	00001	2015NL06950	560605	240,00C
1DEZ2015	040101	00001	2015NL06952	560605	656,53C
1DEZ2015	040101	00001	2015NL06955	560605	701,23C

1172.442,71D

9DEZ2015	040101	00001	2015GR00272	541495	100,00D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00273	541495	120,00D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00274	541495	300,00D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00275	541495	500,00D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00276	541495	800,00D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00277	541495	800,00D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00278	541495	800,00D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00279	541495	3,70D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00280	541495	19,30D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00281	541495	23,00D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00282	541495	425,82D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00283	541495	400,00D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00284	541495	2,07D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00285	541495	500,00D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00286	541495	222,45D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00287	541495	500,00D
9DEZ2015	040101	00001	2015GR00288	541495	500,00D
					17074.110,38D
					17077.384,27D



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA 2015

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
CORREGEDORIA - CUSTEIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRIBUNAL - CUSTEIO 29000-9	92.298,25	139.611,75	245.445,71	275.412,33	126.918,12	167.617,09	125.480,56	126.317,24	38.177,05	22.302,21	47.606,44	25.333,92	1.432.520,67
TRIBUNAL - FOPAG 18636-8	94.783,41	117.897,12	187.989,16	165.573,40	250.233,49	223.498,41	263.500,83	250.028,39	206.849,74	255.899,14	195.155,18	98.844,86	2.310.253,13
TRIBUNAL - PRECATORIOS 10000-5	0,00	0,00	2.235.348,54	7.191,44	0,00	49.944,28	92.600,86	85.452,52	26.824,44	13.442,57	2.828,89	0,00	2.513.633,54
TOTAL RECEITA	187.081,66	257.508,87	2.668.783,41	448.177,17	377.151,61	441.059,78	481.582,25	461.798,15	271.851,23	291.643,92	245.590,51	124.178,78	6.256.407,34

12	122200	WADSON GEORGE PINHEIRO	AUXILIAR JUDICIARIO - APOIO ADMINISTRATIVO	19/06/2007	0	A05	B06
13	122218	CATARINA SOARES WOLLMANN	TECNICO JUDICIARIO - APOIO TEC. ADMINISTRATIVO	12/06/2007	1	A05	B06

PORTARIA-GP - 7292015
(relativo ao Processo 216402015)
Código de validação: 1B15571529

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E

Designar o Desembargador VICENTE DE PAULA GOMES DE CASTRO, Membro deste Egrégio Tribunal, matrícula nº 11684, para substituir o Desembargador Antonio Fernando Bayma Araujo, em gozo de férias, no período de 01.06.2015 a 30.06.2015, tendo em vista o que consta do Processo nº 21640/2015-TJ.

DE-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 27 de maio de 2015.

Desembargadora ANILDES DE JESUS BERNARDES C CRUZ
Vice-presidente, No Exercício da Presidência
Matrícula 3640

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 27/05/2015 13:17 (ANILDES DE JESUS BERNARDES C CRUZ)

Diretoria Financeira

Coordenadoria de Contabilidade

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE 2015 (JAN A ABR/15)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55 inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	573.846.195,22	1.054.525,50
Pessoal Ativo	571.330.208,45	56.632,42
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	2.515.986,77	997.893,08
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 DA LRF) (II)	10.287.839,68	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	764.700,63	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	5.686.758,09	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.836.380,96	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	563.558.355,53	1.054.525,50
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.428.277.613,93	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a +III b)	564.612.881,03	5,41%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III art. 20 da LRF)	625.696.656,84	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 20 da LRF)	594.411.823,99	5,70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	563.126.991,15	5,40%

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de

cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.892/2002, inativos e pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

2 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto de renda retido na fonte não deverá ser computado como despesa com pessoal compondo os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

3 - O percentual apurado (5,41%) superior ao limite de alerta (5,40%) justifica-se pela necessidade de regularização de pagamentos decorrentes de reajuste anual devido aos servidores no ano de 2014 e ao cumprimento de decisão judicial com trânsito em julgado, que reajustaram os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário, respectivamente em 4,3% e 21,7%.

3.1 - O pagamento do reajuste anual de 4,3%, referente ao exercício de 2014 (data-base janeiro/2014) encerrar-se-á em maio/2015.

3.2 - A decisão judicial referente ao reajuste de 21,7% transitou em julgado em maio/2014, tendo ocorrido sua implantação no mês de agosto/2014. O valor retroativo a julho/2014 foi pago no mês de agosto/2014, quando da implantação; o valor referente a junho/2014 foi pago em novembro/2014. O pagamento do retroativo do mês de maio/2014 será pago em maio/2015.

DANIEL FELIPE MENDONÇA EWERTON

Diretor de Controle Interno

CLÁUDIO ANTONIO CUTRIM RAPOSO

Diretora Financeira

Desembargadora ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

Vice-Presidente (Presidente em Exercício)

Supervisão dos Juizados Especiais

PORTARIA-CGJ - 22072015

Código de validação: 50753A85DB

A CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 60-A da Lei Complementar n.º 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão), com a redação dada pela Lei Complementar n.º 119 de 1º de julho de 2008, etc;

R E S O L V E,

Designar o Juiz de Direito MÁRIO PRAZERES NETO - 39271, Titular do 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luis, para responder, cumulativamente, pelo Juizado Especial de Trânsito da mesma Comarca, durante o afastamento do Juiz de Direito JOSÉ EULÁLIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA, para participar do XXXVII FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais, a considerar o período de 25 a 30/05/15.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DA CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, em 26 de maio de 2015.

Desembargadora NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA

Corregedora-geral da Justiça

Matrícula 16253

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 27/05/2015 10:06 (NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA)

PORTARIA-CGJ - 22092015

Código de validação: 33EC72C964

A CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 60-A da Lei Complementar n.º 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão), com a redação dada pela Lei Complementar n.º 119 de 1º de julho de 2008, etc;

R E S O L V E,

Designar o Juiz de Direito LUIZ CARLOS LICAR PEREIRA - 60178, Auxiliar de Entrância Final, para presidir o Processo nº 0801016-42.2015.810.0012, que tramita no 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luis, em face do impedimento da Juíza de Direito MARIA JOSÉ FRANÇA RIBEIRO, conforme consta no OFC-7JECEDRCSL - 412015.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DA CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, em 26 de maio de 2015.

Desembargadora NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA

Corregedora-geral da Justiça

Matrícula 16253

protocolizada sob o n.º 39083/2015.

Beneficiário	Cargo ou função	Localidade	Período	Diárias			Finalidade	
				Qt.	Unitário	Desc.Aux.		Total
Carlos Henrique Rodrigues Veloso Mat: 26971	Juiz - Final	Cururupu-MA	22/09 a 25/09/2015	4	614,00	132,00	2.324,00	Participar da 26ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual das Cidades na cidade de Cururupu-MA, no período de 23 a 25 de setembro de 2015.
Totais				4,00			2.324,00	

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 25 de setembro de 2015.

Desembargadora ANILDES DE JESUS BERNARDES C CRUZ
Vice-presidente do Tribunal de Justiça, No Exercício da Presidência
Matrícula 3640

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 25/09/2015 13:20 (ANILDES DE JESUS BERNARDES C CRUZ)

Coordenadoria de Contabilidade

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º QUADRIMESTRE 2015 (MAI A AGO/15)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55 inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	604.943.575,49	1.054.525,50
Pessoal Ativo	603.214.926,52	56.632,42
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	1.728.648,97	997.893,08
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 DA LRF) (II)	12.998.798,28	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.143.588,37	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	5.876.326,38	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	5.978.883,53	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	591.944.777,21	1.054.525,50
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.443.675.172,86	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)	592.999.302,71	5,68%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III art. 20 da LRF)	626.620.510,37	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 20 da LRF)	595.289.484,85	5,70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	563.958.459,33	5,40%

FONTES: Sistema SIAFEM

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.892/2002, inativos e pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

2 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto de renda retido na fonte não deverá ser computado como despesa com pessoal compondo os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

3 - O percentual apurado (5,68%) superior ao limite de alerta (5,40%) justifica-se pela necessidade de

regularização de pagamentos decorrentes de reajuste anual devido aos servidores no ano de 2014 e ao cumprimento de decisão judicial com trânsito em julgado, que reajustaram os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário, respectivamente em 4,3% e 21,7%.

3.1 - O pagamento do reajuste anual de 4,3%, referente ao exercício de 2014 (data-base janeiro/2014) encerrou-se em maio/2015.

3.2 - A decisão judicial referente ao reajuste de 21,7% transitou em julgado em maio/2014, tendo ocorrido sua implantação no mês de agosto/2014. O valor retroativo a julho/2014 foi pago no mês de agosto/2014, quando da implantação; o valor referente a junho/2014 foi pago em novembro/2014. O pagamento do retroativo do mês de maio/2014 foi pago em maio/2015.

São Luís-MA, 28 de setembro de 2015.
DANIEL FELIPE MENDONÇA EWERTON
Diretor de Controle Interno
CLÁUDIO ANTONIO CUTRIM RAPOSO
Diretor Financeiro
Desembargadora ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ
Vice-Presidente (Presidente em Exercício)

Fórum da Comarca de São Luís

Varas Cíveis

Primeira Vara Cível do Fórum Des. Sarney Costa

PROCESSO Nº 0000340-45.1987.8.10.0001 (3401987)

AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: DIGIBANCO-DIGITAL BANCO S/A

ADVOGADO: ADALBERTO RIBAMAR BARBOSA GONÇALVES (OAB 973-MA); ROBERT FREDERICO S. FONTOURA E OUTROS

EXECUTADO: AGROPECUARIA RIBEIRAO LTDA e ARTIDONIO VICENTE DO PRADO e HELENA MARIA DO PRADO

CONCLUSÃO DA DECISAO DE FLS 100/101:

É o caso dos autos, eis que o Credor não mais se manifestou e nem cumpriu as determinações deste Juízo para andamento do feito, numa evidente desídia e demonstração de falta de interesse na prestação jurisdicional, impondo-se a extinção do processo, por falta de interesse de agir. Consoante ensina Luiz Rodrigues Wambier, podemos entender a presença do interesse de agir quando aquele que provoca o judiciário possui o binômio necessidade-utilidade, presente sempre que a parte tenha a necessidade de exercer o direito de ação para alcançar o resultado que pretende, relativamente à sua pretensão e, ainda mais, sempre que aquilo que se pede no processo seja útil sob o aspecto prático. Efetivamente, no caso em análise, caracterizado está a falta de interesse processual superveniente do Credor, o que autoriza a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, **DECLARO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, nos termos do art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, condenando o Credor nas custas processuais. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na Distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. São Luís, 22 de julho de 2015. Josemar Lopes Santos Juiz de Direito da 1ª Vara Cível.

PROCESSO Nº 0001687-78.2008.8.10.0001 (16872008)

AÇÃO: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

REQUERENTE: JOSÉ EDÍLSON FIGUEIREDO BARROS

ADVOGADO: ANDERSON ORLANDO DE OLIVEIRA BELFORT (OAB 7910-MA)

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS

DESPACHO DE FLS. 143:

R. hoje. Em razão da edição da Lei Complementar Estadual nº 151, de 04.12.2012, que alterou a competência para processo e julgamento de ações amparadas no art. 129, inciso II, da Lei 8213/91, declino da competência, determinando a remessa destes autos, via distribuição, a uma das varas da Fazenda Pública, com competência para apreciar a matéria, na forma do Código de Divisão e Organização Judiciária. Proceda-se a devida baixa no sistema. Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 21 de setembro de 2015. Rosângela Santos Prazeres Macieira Juíza Auxiliar de Entrância Final, funcionando junto à 1ª Vara Cível da Capital (Portaria CGJ nº. 1891/2015).

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 27/01/2016 14:16 (MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES)

PORTARIA-GP - 982016
(relativo ao Processo 448712015)
Código de validação: 54524C7EDBO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E,Colocar o servidor GEORGE HENRIQUE MELO DOS REIS, Auxiliar Judiciário - Apoio Administrativo, matrícula nº 116632, lotado na 2ª Vara da Comarca de Lago da Pedra, à disposição do Governo do Estado do Maranhão, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II-DAS 2, do Instituto de Colonização e Terras – ITERMA, pelo prazo de 01 (um) ano, **com ônus ressarcido para o órgão de origem**, conforme solicitação constante do Processo nº 44871/2015-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 22 de janeiro de 2016.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 27/01/2016 14:03 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

Diretoria Financeira

ESTADO DO MARANHÃO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º QUADRIMESTRE 2015 (SET A DEZ/15)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55 inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	684.552.114,70	0,00
Pessoal Ativo	682.271.801,47	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	2.280.313,23	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 DA LRF) (II)	13.340.211,63	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.419.966,42	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	2.977.030,17	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	8.943.215,04	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	671.211.903,07	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.703.905.837,92	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)	671.211.903,07	27%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III art. 20 da LRF)	642.234.350,28	60%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 20 da LRF)	610.122.632,76	70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	578.010.915,25	40%

FONTE: Sistema SIAFEM

NOTAS:

1 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.892/2002, inativos e pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

2 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto de renda retido na fonte não deverá ser computado como despesa

com pessoal compondo os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

São Luís-MA, 27 de janeiro de 2016.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA

Diretor de Controle Interno

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO

Diretor Financeiro

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA

Presidente

ESTADO DO MARANHÃO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º QUADRIMESTRE 2015 (SET-DEZ)

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

ATIVO

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Caixa

Bancos

Conta Movimento

Contas Vinculadas

Aplicações Financeiras

Outras Disponibilidades Financeiras

<Identificação das outras disponibilidades financeiras>

INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO

PROCESSADOS (I)

TOTAL

INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

(III)

SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A

PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME

PREVIDENCIÁRIO

Caixa

Bancos

Conta Movimento

Contas Vinculadas

Aplicações Financeiras

Outras Disponibilidades Financeiras

<Identificação das outras disponibilidades financeiras>

INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO

PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)

TOTAL

INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)

SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A

PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME

PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)

FONTE: SIAFEM

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º QUADRIMESTRE 2015 (SET-DEZ)

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

VALOR

69.676.097,66 OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

0,00 Depósitos

69.676.097,66 Restos a Pagar Processados

69.676.097,66 Do Exercício

0,00 De Exercícios Anteriores

0,00 Outras Obrigações Financeiras

<Identificação das obrigações mais relevantes do Poder ou órgão>

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO

PROCESSADOS (II)

69.676.097,66 TOTAL

50.582.879,51

69.676.097,66

20.792.867,35

29.790.012,16

VALOR

PASSIVO OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Depósitos

0,00 Restos a Pagar Processados

Do Exercício

De Exercícios Anteriores

Outras Obrigações Financeiras

<Identificação das obrigações mais relevantes do Poder ou órgão>

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO

PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)

0,00 TOTAL

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		CANCELADOS E
	(Processados)		(Não Processados)		NÃO INSCRITOS
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
PODER JUDICIÁRIO					
TRIBUNAL DE JUSTIÇA		0,0019.018.432,08	0,00	1.163.721,53	0,00
FERJ	0,00	32.790,30	0,00	18.893.293,88	0,00
FESMAM	0,00	750,00	0,00	136.410,80	0,00
FERC	0,00	3.108,34	0,00	28.761,14	
FUNSEG		0,00		570.680,00	
TOTAL		0,0019.055.080,72	0,00	20.792.867,35	0,00
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					0,00
(Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)					

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		CANCELADOS E
	(Processados)		(Não Processados)		NÃO INSCRITOS
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
RECURSOS DO TESOIRO	0,00	19.019.182,080,00		11.065.107,58	
RECEITAS OPERACIONAIS A FUNDO	0,00	35.898,64	0,00	9.727.759,77	0,00
TOTAL		0,0019.055.080,72	0,00	20.792.867,35	0,00

FONTE: SIAFEM
JUREMA MAMEDE DE PAIVA
Diretor de Controle Interno
AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
Diretor Financeiro
Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente

Diretoria do Ferj

EDT-DFERJ - 22016
Código de validação: 617E93BA42

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO

A Diretora do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário do Estado do Maranhão – FERJ, no uso de suas atribuições legais, por meio do presente Edital, NOTIFICA os devedores abaixo relacionados, para a liquidação do débito oriundo de fiscalização em Serventia Extrajudicial, no prazo de **30 (trinta) dias**, através de boleto bancário, disponibilizado na sede do Anexo VII do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, sito à Rua do Egito, 144, Centro, São Luis – Maranhão ou pelos telefones de contatos (98) 32616201/ 6202.

Não havendo pagamento, conforme disposto no art. 26 da Lei Estadual nº. 9.109/2009, Resolução nº. 29/2009 do Tribunal de Justiça do Maranhão e Provimento 04/2012 da Corregedoria Geral da Justiça, o FERJ encaminhará a Certidão de Débito, com todos os requisitos exigidos pela legislação tributária, à Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão para a devida inscrição na Dívida Ativa e no Cartório de Protesto.

CONT	SERVENTIA	DEVEDOR	VALOR	CPF	PROCESSO
23958	2º Ofício Extrajudicial de São Bento	IRANI DA COSTA BORGES	472,27	18636284104	415192015
23959	2º Ofício Extrajudicial de São Bento	IRANI DA COSTA BORGES	117,93	18636284104	415192015
23960	2º Ofício Extrajudicial de São Bento	IRANI DA COSTA BORGES	264,6	18636284104	415282015
23961	Serventia Extrajudicial de Pirapemas	HIRAN ACACIO CARVALHO NOVAES	431,26	24982598304	513322015
	Serventia Extrajudicial	HIRAN ACACIO			